

**Anny Kariny Feitosa
Érica P. C. de Lima Machado
(Orgs.)**

**EXPERIÊNCIAS EM
PESQUISA: ENFOQUE
MULTIDISCIPLINAR**



**Anny Kariny Feitosa
Érica P. C. de Lima Machado
(Orgs.)**

**EXPERIÊNCIAS EM
PESQUISA: ENFOQUE
MULTIDISCIPLINAR**



ANNY KARINY FEITOSA
ÉRICA PRISCILLA CARVALHO DE LIMA MACHADO
(Orgs)

**EXPERIÊNCIAS EM PESQUISA:
ENFOQUE MULTIDISCIPLINAR**

1ª Edição

QUIPÁ EDITORA
2021

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Revisão e normalização: os autores e autoras

Preparação e diagramação: Quipá Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E96 Experiências em pesquisa : enfoque multidisciplinar / Organizado por Anny Kariny Feitosa e Érica Priscilla Carvalho de Lima Machado. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2021.

257 p. : il.

ISBN 978-65-89973-35-5

DOI 10.36599/qped-ed1.093

1. Pesquisas multidisciplinares. I. Feitosa, Anny Kariny. II. Machado, Érica Priscilla Carvalho de Lima. III. Título.

CDD 370.7

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada em setembro de 2021.

www.quipaeditora.com.br / @quipaeditora

CONSELHO EDITORIAL

Me. Adriano Monteiro de Oliveira, Quipá Editora

Dra. Aida Figueiredo, Univeridade de Aveiro (UA)

Dra. Alana Maria Cerqueira de Oliveira, Instituto Federal do Acre

Me. Ana Paula Brandão Souto, HUWC / Universidade Federal do Ceará (UFC).

Me. Ana Nery de Castro Feitosa, DHUWC/ Universidade Federal do Ceará (UFC).

Dra. Anna Ariane Araújo de Lavor, Instituto Federal do Ceará (IFCE), Campus Iguatu.

Dra. Anny Kariny Feitosa, Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Me. Antoniele Silvana de Melo Souza, Secretaria Estadual de Pernambuco

Dr. Carlos Wagner Oliveira, Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Me. Cristiane Ferreira Lima Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará , SAP/CE

Dra. Elaine Carvalho de Lima, Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)

Dra. Érica P. C. de Lima Machado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Dra. Fernanda Pereira Martins, Instituto Federal de Goiás (IFG), Campus Valparaíso

Dra. Francione Charapa Alves, Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Me. Francisco Odécio Sales, Instituto Federal do Ceará (IFCE), Campus Crateús

Dra. Harine Matos Maciel, Instituto Federal do Ceará (IFCE), Campus Baturité

Dra. Hidelano Delanusse Theodoro, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Dr. Iarê Lucas Andrade, Universidade Regional do Cariri (URCA)

Dra. Jane Márcia Mazzarino, Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES)

Dr. Jarles Lopes de Medeiros, Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dr. José Luiz Esteves, BSSP Escola de Negócios / MULTIVIX – Pós-Graduação

Me. Josete Malheiro Tavares, Secretaria Municipal de Saúde, Eusébio - CE

Dra. Júlia Elisabete Barden, Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES)

Dra. Keyle Sâmara Ferreira de Souza, Secretaria de Educação (SEDUC/CE)

Dr. Marcelino Gevilbergue Viana, Universidade Regional do Cariri (URCA)

Dr. Marcos Pereira dos Santos, Faculdade Rachel de Queiroz (FAQ) - Ponta Grossa/PR

Me. Maria Antunízia Gomes, Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Dra. Maria Eneida Feitosa, Universidade Regional do Cariri (URCA)

Dra. Maria Iracema Pinho de Souza, Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Me. Marília Maia Moreira, Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, Ceará

Me. Mira Raya Paula de Lima, Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Dra. Mônica Maria Siqueira Damasceno, Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Dra. Patricia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza, TCE-SE/ Universidade Tiradentes

Esp. Ricardo Damasceno de Oliveira, Universidade Regional do Cariri

Me. Sergio Ricardo Quiroga, Periodista, ICAES - Catedra Francesco Fattorello, Argentina

Dra. Sislândia Maria Ferreira Brito, Universidade Regional do Cariri (URCA)

Dr. Thiago Barbosa Soares, Universidade Federal do Tocantins (UFT)

APRESENTAÇÃO

A coletânea “Experiências em Pesquisa: enfoque multidisciplinar” é composta por pesquisas de assuntos diversos, trazendo um leque de informações, que nos brindam com diferentes olhares, técnico-prático-científicos. Desse modo, temos o fazer científico, em um contexto multidisciplinar e inclusivo.

Ao longo de seus 16 capítulos, os autores e autoras discutem temas em saúde, educação, direito, relações sociais e territórios. Os seis primeiros capítulos abordam Pesquisas em Saúde, apresentando as temáticas segurança alimentar e nutricional, serviço de Psicologia hospitalar, Psicologia social; mercado de trabalho do fisioterapeuta, dentre outros.

Na seção Pesquisas em Educação, destacam-se estudos voltados a analisar a prática docente inovadora, bem como observa-se uma análise do trabalho do neuropsicopedagogo e uma abordagem acerca das pessoas surdas.

Por fim, na seção Pesquisas em Direito, Relações Sociais e Território, os autores e autoras apresentam análises sobre área jurídica, iniciando com uma estudo acerca da Carta Magna de 1988; assim como, debruçam-se na análise de princípios do direito, a exemplo do Princípio da insignificância, utilizando-se como critério de viabilidade para a Política criminal no Direito Penal brasileiro. Ademais, é possível observar trabalhos versando sobre a cidadania, direito à saúde, identidade territorial, racismo, dentre outros assuntos que enriquecem e abrilhantam a presente obra.

Desse modo, desejamos uma excelente leitura e que as pesquisas aqui explanadas sirvam de subsídios para estudos futuros.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

SEÇÃO I - PESQUISAS EM SAÚDE

CAPÍTULO 1 **13**

AVALIAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR DE ESCOLARES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NEGROS DO RIACHO NO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS, NO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

Alice Mendes Duarte

Rayane Larissa Santos de Araújo

Mayara Priscilla Dantas Araújo

Larissa Grace Nogueira Serafim de Melo

CAPÍTULO 2 **26**

CONDICIONANTES HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Eduarda Carvalho de Lima

Érica Priscilla Carvalho de Lima Machado

CAPÍTULO 3 **39**

A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA EM INSTITUIÇÕES HOSPITALARES: UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Ellen Gonçalves Pereira

Matheus Silva Santos

Quétsia Jemina Azevedo

Taciane Oliveira Tenório

CAPÍTULO 4

55

AS TEORIAS DA PSICOLOGIA SOB A ÉGIDE DE CHRISTIAN WOLFF E SEUS IMPASSES SOCIAIS: UMA COMPILAÇÃO

Carla Barcelos Nogueira Soares

Ceneida Ferraiuoli Paes

CAPÍTULO 5

69

O MERCADO DE TRABALHO PARA O RECÉM-FORMADO EM FISIOTERAPIA E SUA SATISFAÇÃO COM A GRADUAÇÃO

Maria Rita Martins da Rocha

Gabriely Martos Lemes

Julia de Deus Fernandes

Letícia Maria Silva Cardoso

Marisa Dias de Andrade

Fábio José Antonio da Silva

CAPÍTULO 6

91

ANÁLISE DESCRITIVA DE ANIMAIS DIAGNOSTICADOS COM DOENÇA RENAL CRÔNICA NO HOSPITAL VETERINÁRIO VETPLUS EM JOINVILLE/SC

Ana Júlia Ferreira de Souza

Diego Sebastian Carvalho de Souza

SEÇÃO II - PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 7

102

PRÁTICA DOCENTE INOVADORA: OBJEÇÕES E POSSIBILIDADES

Kaliandra Maria da Conceição Freitas Mota Lima

Maria Kalionara de Freitas Mota

Cazimiro de Sousa Campos

Luíza Ione de Moraes

CAPÍTULO 8

120

O TRABALHO DO NEUROPSICOPEDAGOGO

Simone Ferreira

Fabio Jose Antonio da Silva

CAPÍTULO 9

131

PESSOAS SURDAS E TECNOLOGIAS: ENTRE SÓLIDOS E LÍQUIDOS A CIBERSOCIEDADE PENDULA

Nanci Cecília de Oliveira

Tarcisio Vanzin

SEÇÃO III - PESQUISAS EM DIREITO, RELAÇÕES SOCIAIS E TERRITÓRIO

CAPÍTULO 10

141

O QUE É UMA CONSTITUIÇÃO: ANÁLISE FILOSÓFICA DO CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO EM SEUS SENTIDOS SOCIOLÓGICO, POLÍTICO E JURÍDICO

Jéssica Cavalcanti Barros Ribeiro

Guilherme Sabino Nascimento Sidrônio de Santana

CAPÍTULO 11

152

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA COMO CRITÉRIO DE VIABILIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA CRIMINAL DE DIREITO PENAL MÍNIMO E COMO CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA

Jéssica Cavalcanti Barros Ribeiro

Guilherme Sabino Nascimento Sidrônio de Santana

CAPÍTULO 12

164

CIDADANIA E TRANSPARÊNCIA PARA A EFETIVIDADE DO DIREITO À SAÚDE PÚBLICA

Emanuelle Moura Quintino

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

Evellyn Christyne Ribeiro Alves

CAPÍTULO 13

190

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE POVOS DOS TERRITÓRIOS DO SEMIÁRIDO
BRASILEIRO A PARTIR DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Danielle Juliana Silva Martins

Fábio Cristiano Souza Oliveira

Helder Ribeiro Freitas

Helinando Pequeno de Oliveira

CAPÍTULO 14

203

RACISMO E CAPACITISMO NO BRASIL: INTERSECÇÕES

Maria do Desterro da Conceição Silva

Eric Tyrone Carvalho Mota

Solange da Luz Rodrigues

Jônata Alisson Ribeiro de Oliveira

CAPÍTULO 15

217

JOVENS ASSASSINADOS EM SERGIPE NOS ANOS DE 2017 A 2018: UMA ANÁLISE
CORRELACIONAL ENTRE O HOMICÍDIO E O TRÁFICO DE DROGAS

Emilly Varjão Ribeiro

Rafael Axel de Souza Moura

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

CAPÍTULO 16

237

A REPARAÇÃO DE DANOS SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS VIOLADOS AO
TEMPO DA DITADURA MILITAR: RELATOS DAS VÍTIMAS E CITAÇÕES DE
PROCESSOS SOBRE O TEMA

Renata Macêdo Leite

Joana D'arc de Sousa Almeida

João Henrique de Lima Silva

Ana Elisa Linhares de Meneses Braga

SOBRE AS ORGANIZADORAS

255

ÍNDICE REMISSIVO

256



PESQUISAS EM SAÚDE

CAPÍTULO 1

AVALIAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR DE ESCOLARES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NEGROS DO RIACHO NO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS, NO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

Alice Mendes Duarte

Rayane Larissa Santos de Araújo

Mayara Priscilla Dantas Araújo

Larissa Grace Nogueira Serafim de Melo

RESUMO

Mesmo sendo reconhecidas como patrimônio cultural brasileiro, as comunidades quilombolas têm enfrentado limitações, principalmente em questões sociais e de saúde. No Rio Grande do Norte, estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), 23 comunidades. As transformações socioeconômicas e culturais têm feito com que a alimentação desses grupos seja modificada. O presente estudo avaliou o consumo alimentar de crianças e adolescentes da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, localizada no município de Currais Novos, no Rio Grande do Norte, Brasil. O método utilizado consistiu na aplicação de recordatório 24h com pais ou responsáveis. Os resultados apontaram para ingestão energética insuficiente e inadequação de micronutrientes importantes para o desenvolvimento dos indivíduos nessa fase da vida.

Palavras-chave: Saúde coletiva. Nutrição. Quilombo.

INTRODUÇÃO

A avaliação do consumo alimentar de crianças e adolescentes da comunidade quilombola Negros do Riacho será fundamental para determinar se essas famílias estão em risco nutricional, como já foi verificado em outras comunidades com as mesmas características. (SOUZA, 2013; LEITE, 2013).

Mesmo com um número relevante de estudos sobre grupos remanescentes de quilombos, muito ainda há para se conhecer e analisar, tendo em vista o elevado número de comunidades reconhecidas em todo o Brasil e os problemas por elas enfrentados. Na comunidade Negros do Riacho, por exemplo, não há trabalhos científicos voltados para o consumo alimentar, ratificando a necessidade do estudo em questão.

Vale salientar que a pesquisa trouxe benefícios para a comunidade na medida em que gerou um diagnóstico do consumo alimentar desses indivíduos, sendo um ponto de partida para a elaboração de ações que visem a garantia da segurança nutricional nessa localidade, bem como proporcionou, ao longo da realização das coletas, momentos de Educação Alimentar e Nutricional com escolares e pais.

Dessa forma, a pesquisa objetiva avaliar o consumo alimentar – consumo energético, ingestão de macro e micronutrientes – e conhecer os hábitos alimentares de crianças e adolescentes da comunidade quilombola Negros do Riacho no município de Currais Novos/RN.

REFERENCIAL TEÓRICO

As comunidades quilombolas têm entre suas características a localização na zona rural, o que conseqüentemente gera um distanciamento da população dos municípios onde estão circundadas. Esse é apenas um dos fatores que se somam a todo o processo histórico no qual estão inseridos, como exploração durante a escravidão e o descaso pós-libertação, e que tornam os quilombolas um grupo de risco para a insegurança alimentar e todas as complicações decorrentes dela (SILVA, 2008).

As comunidades quilombolas foram reconhecidas legalmente a partir da Constituição de 1988, no artigo 68 das disposições constitucionais transitórias, delegando à Fundação Cultural Palmares os cuidados de todas as questões referentes a quilombos (SILVA, 2008).

O Nordeste é a região brasileira onde se localiza o maior número de comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural, correspondendo a cerca de 60% de todas as existentes no país, cujo número mais recente é de 2.494. No Rio Grande do Norte, são 23 comunidades (INCRA, 2015).

Mesmo reconhecidas como patrimônio cultural brasileiro, as comunidades quilombolas enfrentam inúmeras dificuldades, com destaque para questões culturais, sociais e de saúde. Em estudo do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a

insegurança alimentar é apontada como principal problema dessa população, tendo ainda indicadores como falta de coleta de lixo, esgotamento sanitário e água encanada. Déficit de estatura/idade e peso/idade em crianças já foram identificados em estudos e relacionados com o perfil socioeconômico das famílias (SOUZA, 2013).

Além de fatores de vulnerabilidades sociais, como falta de esgotamento sanitário e irregularidades no abastecimento de água, as populações quilombolas são ainda desfavorecidas com baixos índices de escolaridade e alta taxa de analfabetismo. O acesso aos serviços de saúde são precários, principalmente medidas preventivas, expondo esses grupos a maiores riscos de desenvolvimento de carências nutricionais, desnutrição e Doença Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (CORDEIRO, 2014).

As transformações socioeconômicas e culturais têm feito com que a alimentação desses grupos seja modificada, havendo hoje uma maior inclusão de alimentos industrializados e consequente diminuição do consumo dos produtos oriundos do cultivo agrícola. Esse fator é potencializado pelas constantes secas na região e instabilidade do solo, comuns na região Nordeste. Mudanças econômicas nas comunidades quilombolas, como o acesso a empregos formais e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, podem influenciar os hábitos alimentares dos indivíduos, por permitirem a aquisição de um maior número de produtos industrializados e processados, mudando, assim, o perfil alimentar dessas populações. Os jovens quilombolas também passam por transformações nutricionais pela inserção no meio urbano, pela continuidade dos estudos em escolas de cidades próximas (CORDEIRO, 2014).

A realização de estudos sobre a avaliação do consumo alimentar é de suma importância, uma vez que as informações coletadas poderão ser úteis para que gestores envolvidos em programas de promoção da segurança alimentar, das condições de vida e saúde, promovam estratégias no sentido de melhorar a cobertura e adequar as ações à realidade dessas comunidades, de forma a minimizar o sofrimento e as privações enfrentadas pelas crianças quilombolas (TADDEI; COLUGNATI; COBAYASHI, 2008).

Observou-se, através de estudo feito em Alagoas, o qual analisou comunidades quilombolas, que as crianças tinham alimentação composta prioritariamente por leite, cereais e carnes, havendo baixa ingestão de legumes, verduras e frutas. Com essa alimentação, as crianças estudadas tinham comprometimento na adequação de micronutrientes, em especial de zinco, folato, ferro e vitaminas A e C (LEITE et al., 2013).

É importante salientar que a ingestão alimentar inadequada está intimamente ligada a problemas como anemia, desnutrição e obesidade. Isso ficou evidente em um estudo

realizado também em Alagoas, em 2011, quando se verificou o alto índice de acometimento desse tipo de doença em crianças quilombolas, ratificando que o direito humano à alimentação não vem sendo garantido a essas populações. Por isso, é importante a promoção de ações de prevenção e controle do peso, bem como intervenções que visem reverter a baixa ingestão de energia e micronutrientes. Porém, é necessário levar em consideração todas as peculiaridades dessa população, conhecendo seus hábitos alimentares, para, dessa forma, conseguir desenvolver ações eficazes com o fim de resolver os problemas nutricionais encontrados em comunidades quilombolas (FERREIRA et al, 2011).

Torna-se portanto, necessário conhecer os hábitos alimentares dessa população, levando em consideração o impacto desse indicador na saúde dos indivíduos. O presente estudo avaliou o consumo alimentar de crianças e adolescentes da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, situada no município de Currais Novos, no Rio Grande do Norte, analisando macro e micronutrientes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal descritivo, realizado com crianças e adolescentes, residentes na comunidade quilombola Negros do Riacho, localizada no município de Currais Novos, no Rio Grande do Norte. Para a análise, foi utilizada uma amostra de 60 alunos da escola Unidade de Ensino: XXVIII São Francisco de Assis, localizada na própria comunidade. Os participantes foram estudantes matriculados em 2015/2016, cujos pais autorizaram participação na pesquisa, através de assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Para identificar as características socioeconômicas das famílias, foi aplicado questionário adaptado com os responsáveis, seguindo critérios da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2015). O questionário continha perguntas acerca de condições do domicílio, quantidade de eletrodomésticos, número de cômodos e escolaridade dos responsáveis, por exemplo. A partir dele, foi possível classificar as famílias por classe social, sem que necessariamente fosse questionada a renda familiar, já que esse é um fator de inibição na hora da entrevista.

O inquérito dietético foi feito a partir do recordatório de 24 horas, obtendo se informações sobre o número de refeições, alimentos, preparações e quantidades consumidas pelas crianças nas últimas 24 horas. Para este último, houve a utilização de

material de ilustração de medidas caseiras para auxiliar nas respostas. Para a escolha do método recordatório de 24 horas, foi considerado o fato de que não se conheciam os alimentos que poderiam compor os hábitos alimentares das crianças, somente sendo possível a elaboração de um questionário de frequência alimentar aplicável à população, após a realização de um estudo como este que foi feito.

A ingestão de nutrientes foi calculada pela plataforma CalcNut. A prevalência de inadequação da ingestão de macro e micronutrientes foi estimada por meio das Ingestões Dietéticas de Referência (DRIs) do Institute of Medicine (IOM), utilizando-se o método da Necessidade Média Estimada (EAR) como ponto de corte (SLATER; MARCHIONI; FISBERG, 2004). Os valores referentes às EARs foram aplicados para estimar o grau de adequação do consumo de proteínas, carboidratos, lipídeos e micronutrientes.

Na ausência de EAR estabelecida, a exemplo do sódio, foram adotados os valores de Ingestão Adequada (AI) ou o Limite de Ingestão Máxima Tolerável (UL). A distribuição de energia fornecida pelos macronutrientes foi analisada conforme a Faixa de Distribuição Aceitável de Macronutrientes (AMDR) (INSTITUTE OF MEDICINE, 2006). Para estimar a adequação de ingestão de energia atual, calculou-se a razão entre a ingestão energética informada por ocasião do recordatório e o valor da EER. Ingestões energéticas com variações de 10% acima ou abaixo da EER foram consideradas dentro da faixa de normalidade. Os valores inferiores a 0,9 foram assumidos como indicativos de baixa ingestão energética e os valores superiores a 1,1 indicaram ingestão energética excessiva.

O critério adotado para a escolha dos micronutrientes analisados foi sua relação com o crescimento e o desenvolvimento das crianças (vitaminas A e C, e os minerais cálcio e zinco) e com a anemia (vitamina C e ferro). O consumo alimentar das crianças foi analisado em duas faixas distintas de recomendação: de quatro a oito anos e de nove a treze anos, conforme o estágio de vida estabelecido pelas DRIs (INSTITUTE OF MEDICINE, 2006).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA)/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 65 estudantes identificados para participação no estudo, cinco foram eliminados do processo, após recusa dos responsáveis, sendo fechado o número de 60. Da amostra

restante, 23 crianças estavam na faixa etária de 4 a 8 anos, e 37 encontravam-se na faixa entre 9 e 13 anos, sendo 24 meninas e 13 meninos.

Os participantes da pesquisa pertenciam a famílias das classes C (2%), D (85%) e F (13%).

Com relação à faixa de distribuição dos macronutrientes, puderam-se identificar inadequações, especialmente no consumo de energia e lipídeo: a primeira apresentou 38% de baixa ingestão e 4% de ingestão excessiva. No caso dos lipídeos, esses números sobem para 43% e 7%, respectivamente. A avaliação do consumo de proteína apontou adequação em todo o público estudado. O mesmo não ocorreu com a ingestão de carboidratos, cujo excesso ficou em 23% e ingestão inferior à recomendação, em 10%.

Tabela 1 – Avaliação do consumo de energia e macronutrientes em crianças e adolescentes da comunidade quilombola Negros do Riacho

Energia e nutriente	Baixa Ingestão (%)	Ingestão adequada (%)	Ingestão excessiva (%)
<i>Energia</i>	38	57	4
<i>Proteína</i>	0	100	0
<i>Carboidrato</i>	10	67	23
<i>Lipídeo</i>	43	50	7

Fonte: autoria própria

No consumo de micronutrientes, foram identificadas inadequações em vitaminas e minerais em ambas as faixas etárias. Nas crianças com idade entre 4 e 8 anos, apresentou-se baixo consumo em vitamina A, com uma média de 151,20 µg; zinco teve média de consumo de 3,31 mg, estando abaixo dos 4.0 mg recomendados para essa faixa de idade. Outro nutriente importante cujo consumo esteve abaixo do esperado foi o cálcio, com consumo de 489 mg, contra 800 mg da recomendação diária. Os demais nutrientes avaliados: vitamina C, ferro e sódio foram consumidos, segundo o estudo, em níveis recomendados.

De 8 a 13 anos, os estudantes foram divididos de acordo com o sexo, já que algumas recomendações diferem. As inadequações encontradas foram nos níveis de vitamina A e cálcio, estando com o consumo bem abaixo do que é preconizado pelas DRI,s, em ambos os sexos.

No caso do sódio foi encontrada inadequação no grupo dos meninos, que apresentaram média de ingestão de 2.524 mg. Já as meninas dessa faixa etária tiveram consumo abaixo da UL.

Tabela 2 – Consumo de micronutrientes em escolares da comunidade quilombola Negros do Riacho

Faixa etária: 4 a 8 anos						
Micronutriente	EAR/*UL	Média		Análise		
Vitamina A (μ g)	275	151,20		Prov. inadequado		
Vitamina C (mg)	22	28,2		Prov. Adequado		
Zinco (mg)	4.0	3,31		Prov. inadequado		
Cálcio (mg)	800	489		Prov. inadequado		
Ferro (mg)	4.1	4,12		Prov. Adequado		
Sódio (mg)	*1.900	1.751,02		Prov. Adequado		

Faixa etária: 9 a 13 anos						
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
Vitamina A (μ g)	445	420	108,81	135,97	Prov. inadequado	
Vitamina C (mg)	39	39	47,3	50,85	Prov. Adequado	
Zinco (mg)	7,0	7,0	7,23	7,59	Prov. Adequado	
Cálcio (mg)	1,100	1,100	374,95	272,87	Prov. inadequado	
Ferro (mg)	5,9	5,7	6,70	6,64	Prov. Adequado	
Sódio (mg)	*2.200	*2.200	2.524	2.035	Prov. inadequado	Prov. Adequado

Fonte: autoria própria

O déficit de ingestão energética foi um dos problemas identificados entre crianças e adolescentes da comunidade estudada, isso porque 38% dessa população consumiu energia abaixo de suas necessidades diárias. Estudo realizado em Alagoas (LEITE, 2013), envolvendo 724 crianças, apontou que 70,1% delas estavam com ingestão energética inferior a EER, enquanto 13,6% consumiam energia superior as suas necessidades energéticas. Albano (2001), porém, identificou consumo de 136,34% da recomendação em adolescentes do sexo masculino e 123,02% do sexo feminino. Esse resultado é um alerta para o risco de excesso de peso a longo prazo nessa população.

É importante citar que parte da alimentação diária das crianças participantes do presente estudo é complementada pela merenda escolar, sendo ela uma fonte expressiva de alimentos ao longo do dia, tendo em vista que os estudantes têm acesso à alimentação escolar nos dois turnos. Cerca de 30% das necessidades nutricionais dos estudantes quilombolas devem ser atingidas através da merenda, havendo ainda um acréscimo no valor per capita repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para aquisição de alimentos nas escolas com descendentes de quilombos. Ou seja, enquanto o valor per capita repassado para demais estudantes é de R\$ 0,30, instituições de ensino que atendem escolares quilombolas recebem R\$ 0,60 (SOUZA, 2013). No caso das

crianças que estão inclusa no Programa Mais Educação, que é o caso de muitas delas, a necessidade a ser atendida passa a ser de 70%. (BRASIL, 2013)

Esses dados vêm ratificar o risco de insegurança alimentar ao qual os estudantes quilombolas estão expostos, já que, mesmo havendo um aporte nutricional elevado garantido pela escola, as necessidades diárias de energia não são atingidas.

É importante colocar que a adequação nutricional tem uma estreita relação com o ambiente escolar, pois manter uma criança bem alimentada em sala de aula aumenta o desempenho escolar, reduz a evasão e a repetência (RODRIGUES et al., 2007).

Em pesquisa realizada por Ferreira (2015), as famílias tinham um perfil de consumo de alimentos em sua maioria industrializados, ultraprocessados, com alto valor energético e baixo valor nutricional.

É preciso ainda estar atento ao consumo de carboidratos refinados e a baixa ingestão de fibras e o impacto disso no estado nutricional dos indivíduos. Esse perfil de alimentação tem ligação direta com o excesso de carboidratos em relação à necessidade, encontrada em 23% de crianças e adolescentes estudados nesta pesquisa.

A maior deficiência no que diz respeito ao consumo de macronutrientes foi encontrada com relação aos lipídeos, pois 46% da amostra apresentou baixa ingestão nesse macronutriente. Resultado semelhante foi encontrado por Leite (2013), que avaliou crianças de comunidades quilombolas de Alagoas.

No estudo, cerca de 48,9% de 4 a 5 anos apresentaram baixa ingestão desse macronutriente, cuja importância torna-se ainda maior nessa fase da vida, pelo papel fundamental dos ácidos graxos essenciais no desenvolvimento físico e cognitivo desses indivíduos. O baixo consumo de lipídeos pode ainda provocar a oxidação de proteínas, que essencialmente deveriam ser usadas para funções de ordem plástica e funcional, levando a um déficit no desenvolvimento da criança (LEITE, 2013).

A ingestão insuficiente de micronutrientes como vitamina A, zinco e cálcio entre crianças de 4 a 8 anos, e vitamina A e cálcio entre aqueles de 9 a 13 anos, é um fator preocupante, tendo em vista o importante papel das vitaminas e dos minerais nessa fase da vida. O baixo consumo de cálcio também foi identificado em estudo feito com estudantes dos ensinos fundamental e médio do município de São Paulo. O autor aponta atendimento de 68,31% das recomendações para o sexo masculino e 48,32% para o sexo feminino. O baixo consumo de alimentos fontes de cálcio como leite e derivados, e vegetais verdes escuros, pode explicar esse déficit. (ALBANO, 2001)

O cálcio, com baixo consumo em todas as faixas etárias, é composto fundamental no desenvolvimento ósseo, sendo necessária uma maior atenção na fase de desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Segundo Leite (2013), a inadequação no consumo de micronutrientes, como a vitamina A, C e o mineral zinco, como ocorreu em seu estudo, traz riscos ao desenvolvimento da criança e também a sua resposta imunológica.

O baixo consumo de frutas e verduras, fontes importantes de micronutrientes, por parte de escolares quilombolas, também foi identificado nesse estudo, apontando, assim, para uma realidade semelhante à encontrada na comunidade Negros do Riacho.

Pôde-se identificar, ao longo dos recordatórios alimentares aplicados, que a média de refeições diárias entre crianças e adolescentes da comunidade está em torno de 5. Isso porque grande parte desse público, na época da pesquisa, alimentava-se na escola, com no mínimo duas refeições, por fazerem parte do Programa Mais Educação no contraturno. A dieta desses escolares era composta prioritariamente por cereais e açúcares refinados, além de consumo quase inexistente de frutas, verduras e legumes.

Dentre todas as casas visitadas ao longo da pesquisa, apenas em um domicílio foi relatado o consumo de fruta no dia anterior à coleta. Dentre os produtos mais consumidos diariamente, estavam flocos de milho, arroz, macarrão, feijão e produtos cárneos, como mortadela e linguiça.

Assim como em outros estudos similares, o aporte calórico satisfatório em parte da amostra e a adequação de alguns macronutrientes, como proteína e excesso no consumo de carboidrato, podem estar mascarando possíveis deficiências de micronutrientes, caracterizando o que conhecemos como “fome oculta”, própria da alimentação característica da transição nutricional ocorrida no Brasil e que atinge também comunidades tradicionais, como a avaliada neste estudo. (PINHEIRO, 2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados encontrados, foi possível observar adequação em macronutrientes importantes, como proteína e carboidrato em grande parte da amostra, em contrapartida à baixa ingestão de lipídeo. Ainda assim, é importante lembrar que, mesmo com adequação na ingestão de macronutrientes, uma alimentação monótona, como a que é praticada pelas crianças da comunidade quilombola estudada, pode estar

ligada a deficiências orgânicas de micronutrientes, sendo um fator de risco para atraso no desenvolvimento físico e cognitivo de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresa de Pesquisas. Critério de classificação econômica Brasil. São Paulo: ABEP, 2015.

ALBANO, Renata Doratioto; SOUZA, Sônia Buongermino de. Ingestão de energia e nutrientes por adolescentes de uma escola pública. J. Pediatr. (Rio J.). Porto Alegre, v. 77, n. 6 p. 512- 516, dez. 2001.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, 18/06/2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos do sistema de vigilância alimentar e nutricional na assistência à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BUENO, A. L.; CZEPIELEWSKI, M. A. Recordatório de 24 horas como instrumento de avaliação alimentar de cálcio, fosforo e vitamina D em crianças e adolescentes de baixa estatura. Rev. Nutr. Campinas: v. 23, n. 1, p. 65-73, jan./fev., 2010.

CAMBUY, A. O. S. Perfil alimentar da comunidade quilombola João surá: um estudo etnográfico, Curitiba/PR. 2006. 61p. Monografia (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CARVALHO, Andréia Santos; OLIVEIRA E SILVA, Denise. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuacu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. Interface (Botucatu), Botucatu , v. 18, n. 50, Sept. 2014.

CAVALCANTE, A. A. M.; PRIORE, S. E.; FRANCESHINI, S. C. C. Estudos de consumo alimentar: aspectos metodológicos gerais e o seu emprego na avaliação de crianças e adolescentes. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant. Recife: v. 4, n.3, p. 229-240, jul./set., 2004.

CORDEIRO, Mariana de Moraes; MONEGO, Estelamaris Tronco; MARTINS, Karine Anusca. Overweight in Goiás'quilombola students and food insecurity in their families. Rev. Nutr., Campinas , v. 27, n. 4, p. 405-412, Aug. 2014.

CUERVO, Maria Rita M.; AERTS, Denise R. G. de C.; HALPERN, Ricardo. Vigilância do estado nutricional das crianças de um distrito de saúde no Sul do Brasil. J. Pediatr. (Rio J.), Porto Alegre , v. 81, n. 4, p. 325-331, Aug. 2005.

FALCÃO-GOMES, R. C.; COELHO, A. A. S.; SCHMITZ, B. A. S. Caracterização dos estudos de avaliação do consumo alimentar de pré-escolares. Rev. Nutr. Campinas: v. 19, n. 6, p. 713- 727, nov./dez., 2006.

FERREIRA, H. S. et al. Nutrição e saúde das crianças das comunidades remanescentes dos quilombos no Estado de Alagoas, Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*. v. 30, n. 1, p. 51-58, 2011.

FERREIRA, Haroldo da Silva; TORRES, Zaira Maria Camerino. Comunidade quilombola na Região Nordeste do Brasil: saúde de mulheres e crianças antes e após sua certificação. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.. Recife* , v. 15, n. 2, p. 219-229, June 2015 .

FISBERG, R. M.; MARCHIONI, D. M. L.; COLUCCI, A. C. A. Avaliação do consumo alimentar e da ingestão de nutrientes na prática clínica. *Arq Bras Endocrinol Metab*. v. 53, n. 5, 2009.

GOMES, Fabio da Silva; ANJOS, Luiz Antonio dos; VASCONCELLOS, Mauricio Teixeira Leite de. Antropometria como ferramenta de avaliação do estado nutricional coletivo de adolescentes. *Rev. Nutr., Campinas* , v. 23, n. 4, p. 591-605, Aug. 2010.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Quilombolas. Brasília, DF: INCRA, 2015. Disponível em: . Acesso em 5 de maio de 2015.
Institute of Medicine. Dietary reference intakes: the essential guide to nutrient requirements. The National Academies Press. Washington: 2006.

LEITE, F. M. B. Consumo alimentar e estado nutricional de pré-escolares das comunidades remanescentes dos quilombos do estado de Alagoas. *Rev. Paul. Pediatr. Maceió*: v. 31, n. 4, p. 444-51, 2013.

MELLO, Elza Daniel de. O que significa a avaliação do estado nutricional. *J. Pediatr. (Rio J.)*, Porto Alegre , v. 78, n. 5, p. 357-358, Out. 2002.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Cultural Palmares. Comunidades Quilombolas. Brasília, 2015.

PASCO, J. A. et al. Prevalence of obesity and the relationship between the body mass index and body fat: cross-sectional, population-based data. *PLoS ONE*. v. 7, n. 1, jan., 2012.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; CARVALHO, Maria de Fátima Cruz Correia de. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 15, n. 1, p. 121- 130, Jan. 2010.

SANTOS, Juliana Nunes; LEMOS, Stela Maris Aguiar; LAMOUNIER, Joel Alves. Estado nutricional e desenvolvimento da linguagem em crianças de uma creche pública. *Rev. soc. bras. fonoaudiol.*, São Paulo , v. 15, n. 4, p. 566-571, Dez. 2010.

SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança medida a partir da percepção das pessoas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 143 – 154, 2007.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n.2, p. 1 - 19, 2009.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SAMPAIO, M. F. A.; MARIN-LEON, L.; PANIGASSI, Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Campinas: Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Estadual de Campinas/Ministério da Saúde, 2004. 33 p. (Relatório Técnico).

SILVA, Denise Oliveira e et al . A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. Rev. Nutr., Campinas , v. 21, supl. p. 83s-87s, Aug. 2008 .

SLATER, B.; MARCHIONI, D. L.; FISBERG, R.M. Estimando a prevalência da ingestão inadequada de nutrientes. Rev. Saúde Pública. v. 38, n. 4, p. 599-605, 2004.

SOARES, Daniela Arruda; BARRETO, Sandhi Maria. Indicadores nutricionais combinados e fatores associados em população Quilombola no Sudoeste da Bahia, Brasil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 20, n. 3, Mar. 2015.

SOUSA, Lucilene Maria de et al . Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 18, n. 4, p. 987-992, Apr. 2013.

WORLD Health Organization, Multicentre Growth Reference Study Group. WHO child growth standards: length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-forheight and body mass index-for-age: methods and development. Genebra: WHO; 2006.

SOBRE AS AUTORAS

Rayane Larissa Santos de Araújo

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Saúde Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Alice Mendes Duarte

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Mayara Priscilla Dantas Araújo

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Larissa Grace Nogueira Serafim de Melo

Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Nutrição Clínica pela Universidade Gama Filho e em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CAPÍTULO 2

CONDICIONANTES HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Eduarda Carvalho de Lima

Érica Priscilla Carvalho de Lima Machado

RESUMO

O aparato institucional, por meio da articulação de políticas públicas, foi fundamental para a redução da insegurança alimentar e nutricional presenciada no Brasil, nas últimas décadas. Todavia, dados de 2018 revelam o retrocesso social ocasionado pelo cenário político e econômico adverso, culminando com a elevação da IAN. Mais recentemente, no contexto da pandemia da Covid-19, a tendência é o agravamento desse quadro de fome e pobreza que assola historicamente o território nacional. Desta forma, a presente pesquisa buscou resgatar os aspectos históricos que culminaram com a construção da Segurança Alimentar e Nutricional e diagnosticar a situação atual, frente o cenário pandêmico. A metodologia consistiu em uma pesquisa exploratória, por meio dos procedimentos bibliográfico e documental. Os principais resultados apontam para o caráter desigual da manifestação da IAN no Brasil, que atinge com mais intensidade os grupos sociais e os territórios mais vulneráveis. A fome, a obesidade e a má alimentação são algumas das facetas que emergem de uma alimentação inadequada e insuficiente para atender as necessidades humanas. No Brasil, a persistência histórica de indicadores elevados de IAN reforça a necessidade de ações contínuas e amplas para atingir toda a sociedade. Desta forma, ratifica-se o papel de ações multidimensionais por parte dos distintos atores, com vistas a situar o combate à fome e pobreza como prioridades na agenda do desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Fome. Nutrição. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Em 2014, o Brasil saiu pela primeira vez do Mapa da Fome, conforme divulgado pelo relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse marco histórico foi resultado da articulação de políticas públicas voltadas para atenuar a pobreza e elevar a oferta de alimentos no país, tendo em vista que o combate à fome se firmou como elemento estratégico para o desenvolvimento nacional (MACHADO, 2020).

Castro (1965), ao estudar a manifestação da fome no Brasil, salientou que o condicionante histórico está enraizado na problemática, sendo indispensável a atuação do Estado para melhorar a distribuição de renda e reduzir as desigualdades sociais. O autor supracitado ressalta que o combate à fome perpassa ações amplas que viabilizem produção, consumo e distribuição da oferta de alimentos em âmbito mundial.

O ideário preconizado por Castro (1965) está em conformidade com o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), definido como um conjunto de ações, intersetoriais e participativas, que atuam na promoção e garantia do direito básico ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. No cerne da SAN, as outras necessidades sociais devem ser garantidas, mediante a incorporação da sustentabilidade nos distintos aspectos: ambiental, cultural, econômico e social.

Desta forma, a garantia da SAN deve ser vista como elemento estratégico na agenda pública, mediante a definição do que será produzido, como será produzido e para quem será destinada a produção. No que concerne ao que será produzido, a SAN reforça a produção de alimentos saudáveis e adequados, respeitando a diversidade cultural. A questão de como será produzido está assentada na defesa da qualidade nutricional e sanitária dos alimentos, por meio da proteção ambiental e livre de contaminantes. Por fim, a produção de alimentos deve ter destinação universal.

Apesar dos avanços alcançados, os dados do IBGE (2018) reforçam o retrocesso social ocasionado pelo cenário político e econômico adverso. Após significativas reduções na insegurança alimentar e nutricional (IAN), no Brasil, em 2018 houve piora nesse indicador, em que aproximadamente 36,7% da população enfrentava algum grau de IAN. Esse percentual é ainda mais alarmante na área rural do país, que atingiu um percentual de 46,4% da sua população com algum grau de IAN. Além disso, do ponto de vista regional, é possível inferir uma distribuição preocupante, tendo em vista que os menores

percentuais de segurança alimentar estavam no Norte (43%) e Nordeste (49%), sinalizando que mais da metade dos domicílios dessas regiões não têm acesso a alimentos em qualidade e quantidade suficientes.

Mais recentemente, no cenário da pandemia e da crise econômica que se instaurou, há um risco iminente de elevação da insegurança alimentar e nutricional no Brasil. O aumento da inflação, a acentuação do desemprego e redução do alcance de políticas públicas, como Bolsa Família, repercutem severamente no poder de compra da população e, conseqüentemente, no atendimento de necessidades básicas, como a alimentação adequada e saudável.

Desta forma, o presente artigo busca contextualizar a construção social da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, reforçando os potenciais efeitos da pandemia na elevação da fome, da obesidade e má alimentação. A justificativa central é a importância social da discussão acerca da insegurança alimentar e nutricional, tendo em vista seu reatamento nas condições de manutenção da vida humana.

Assim, o artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução e das referências bibliográficas. A primeira seção versa sobre o referencial teórico acerca da construção social do conceito da SAN. A segunda seção apresenta os contornos metodológicos da pesquisa, com o objetivo de expressar as etapas realizadas para atingir o objetivo proposto. Posteriormente, são apresentados os principais resultados alcançados. Por fim, seguem as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

REVISITANDO O CONCEITO DE SAN: RESGATE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A fome e a pobreza, entendidas como problemas historicamente persistentes no Brasil, dependem de políticas de Estado, tal como defendido por Castro (1965). O autor supracitado reforça que o combate à fome necessita de políticas alimentares que viabilizem produção, consumo e distribuição no cenário mundial. Entretanto, Grisa (2012), ao resgatar a trajetória das políticas alimentares implementadas no Brasil, salienta que até a década de 1960 estas eram centradas na oferta de alimentos e controle de preços.

A autora defende, assim, que o combate à fome era subordinado às iniciativas de voltadas à estabilidade de preços. A Comissão de Abastecimento (1939), Comissão de

Financiamento da Produção (1939), Comissão Federal de Abastecimento e Preços (1951), Superintendência Nacional de Abastecimento (1962), Companhia Brasileira de Armazenamento (1962) e a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), de 1962, são instituições criadas na época para atender a finalidade de estabilização de preços.

A autora elenca duas outras experiências, Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), de 1940, e I e II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), de 1973 e 1976, respectivamente. Instituído em 1940, o PAT ratificava que a capacidade de trabalho dependia do fornecimento de uma alimentação adequada e acessível para os trabalhadores.

O cenário de acentuação da precariedade socioeconômica do país, notadamente pelo crescimento da desnutrição e pobreza, culminou com a criação do I PRONAN, em 1973. Todavia, as dificuldades administrativas do programa levaram a criação do II PRONAN, cujo intuito era promover a autonomia financeira dos pequenos produtores rurais, por meio da viabilização de um mercado institucional.

Peliano (2001) ressalta que o II PRONAN foi essencial na defesa de que os agricultores brasileiros se beneficiaram de forma expressiva dos incentivos de mercado e de preços. Para tanto, o elo condutor desse processo foi a COBAL, que hoje é a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), cujo papel foi a constituição de um mercado institucional por meio da compra e distribuição de alimentos.

Com isso, a partir de 1980, as políticas alimentares nacionais passaram a incorporar a definição de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tal como adotado pela FAO, cujos aspectos norteadores são: disponibilidade e estabilidade da oferta de alimentos e a capacidade de acesso (MACHADO, 2020). O marco referencial pode ser atribuído ao documento “Segurança alimentar – proposta de uma política contra a fome”, de 1985, que apesar de pouco pragmático, foi basilar para formulação de uma política nacional e de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)

DETERMINANTES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Os primeiros fundamentos para o surgimento da Segurança alimentar e Nutricional foram advindos da preocupação com as condições sanitárias da alimentação, com intuito de garantir assim o acesso de uma alimentação apta para o consumo humano, cumprindo todas as exigências sanitárias. A alimentação é processo em que o ser humano realiza para suprir suas necessidades fisiológicas, mas que muitas das vezes vai além do ato de

saciar a fome biológica, sendo interligada em diversos contextos sejam eles ambientais, pessoais, culturais, familiares, econômicos, entre demais coisas. Assim, compreende-se essa discussão acerca da disponibilidade de uma alimentação segura para os indivíduos por meio de ações voltadas para melhorar o perfil nutricional e combater à fome e a desnutrição.

Desse modo, o contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) trata-se de um desafio sanitário conquistado e teve seu conceito aprovado na 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no ano de 2004 em Olinda (PE) que alega que é direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Desta forma, a SAN utiliza-se de estratégias que atuam conjuntamente com hábitos socialmente sustentáveis e respeitando a diversidade cultural, tendo como finalidade a inserção da preservação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Entretanto, apesar de ser um programa desenvolvido, ela ainda necessita de continuidade com diversas estratégias de políticas públicas que assegurem o direito do acesso aos alimentos com qualidade e quantidade suficientes, prevenindo qualquer risco à saúde. O DHAA vem se construindo e consolidando ao longo do tempo, tendo origem na Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento em que ficou estabelecido que “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação” (Organização das Nações Unidas, 1948, artigo 25, § 1º).

Nesse contexto, é crucial analisar a contextualização da SAN, como elemento de garantia do DHAA, no cenário atual adverso, em que a pandemia tende a agravar o quadro histórico de fome e de pobreza manifestado no Brasil. Assume-se, aqui, que a insegurança alimentar e nutricional é uma situação que marca a incapacidade da população acessar alimentos de qualidade e quantidade suficientes, que são fundamentais para a manutenção da vida saudável e ativa.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para operacionalização da pesquisa é fundamental delimitar procedimentos metodológicos para a consecução do objetivo proposto. Com isso, a presente pesquisa

pode ser classificada como exploratória, tendo em vista que busca proporcionar maior familiaridade acerca da problemática que permeia a discussão da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como bibliográfica e documental (GIL, 1999).

Assim, foi realizado o levantamento bibliográfico acerca da temática para compreender o estado da arte, que permite identificar o estágio da produção de conhecimento de determinada área e encontrar as possíveis lacunas teóricas existentes (FERREIRA, 2002). A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do levantamento de material já publicado, disponibilizado na internet, já a pesquisa documental ocorreu pela utilização de materiais que ainda não tinham recebido tratamento analítico.

Além da revisão da literatura, foram levantados dados secundários sobre a insegurança alimentar e nutricional, no Brasil, para retratar a situação atual e corroborar com a análise teórica. Os dados foram oriundos, fundamentalmente, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e receberam posterior tratamento estatístico, via tabulação e análise gráfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: DESAFIOS DA COVID-19 NO BRASIL - O EPICENTRO DA PANDEMIA GLOBAL

Na conjuntura atual de pandemia, a epidemiologia tem uma atuação primordial na saúde pública por mensurar todos os dados de determinado agravo à saúde e trazer indicadores de controle, prevenção e até mesmo erradicação. A população global passa pelo enfrentamento de uma nova doença que vem se propagando mundialmente conhecida popularmente como Coronavírus. O primeiro caso foi verificado em 2019, na região de Wuhan (China), enquanto que no Brasil o primeiro caso confirmado foi em fevereiro de 2020.

A COVID-19 é uma doença de disseminação mundial e possui característica respiratória causada pelo vírus Coronavírus, denominado SARS-CoV-2. Dessa forma, a atuação da implementação da SAN com as implicações no contexto da pandemia COVID-19 deve ser debatida como uma problemática de âmbito mundial. O acesso regular de uma alimentação segura na pandemia tornou-se desafiador, com isso o Conselho Nacional de Saúde (CNS), na Recomendação Nº 025 (de 20 de abril de 2020) abordou que os impactos associados ao COVID-19 ocasionaram a estagnação econômica, o desmonte dos sistemas de saúde e proteção social, a paralisação de praticamente todos os

programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o aumento acelerado da pobreza, da extrema pobreza e da população em situação de rua e que fome e pobreza, socialmente determinados, ampliam a vulnerabilidade do Brasil diante da pandemia.

Contudo, o cenário de insegurança alimentar que pode ser em ocorrências de diversos fatores sejam eles sociais, econômicos, culturais e entre outros, com isso observou-se que o alcance das ações relacionadas ao contexto alimentar possui relação com o retrato da desigualdade social, o direito de uma alimentação adequada deve ser centrada no perfil de vulnerabilidade dos indivíduos combatendo a fome e a desnutrição.

A fome e pobreza, por terem causas multidimensionais, não apresentam unanimidade nas suas conceituações. Comumente, a pobreza é definida uma condição de falta de recursos monetários para usufruir determinados bens, enquanto a fome é uma questão de falta de capital para aquisição de alimentos e não pela questão da indisponibilidade do alimento. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) aponta resultados em 2021 o contexto de Insegurança alimentar na pandemia, verificou-se que do total de 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos suficientes e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome.

Do ponto de vista regional, há uma elevação concentração da vulnerabilidade alimentar nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, em especial nas áreas rurais. Além dos maiores indicadores de pobreza, os menores rendimentos, a maior informalidade do mercado de trabalho e os piores indicadores de educação são aspectos persistentes nas regiões. Essas problemáticas reforçam a pertinência na proposição de políticas mais abrangentes e que possam priorizar o desenvolvimento rural. Conforme salientado por Machado (2020, p. 55):

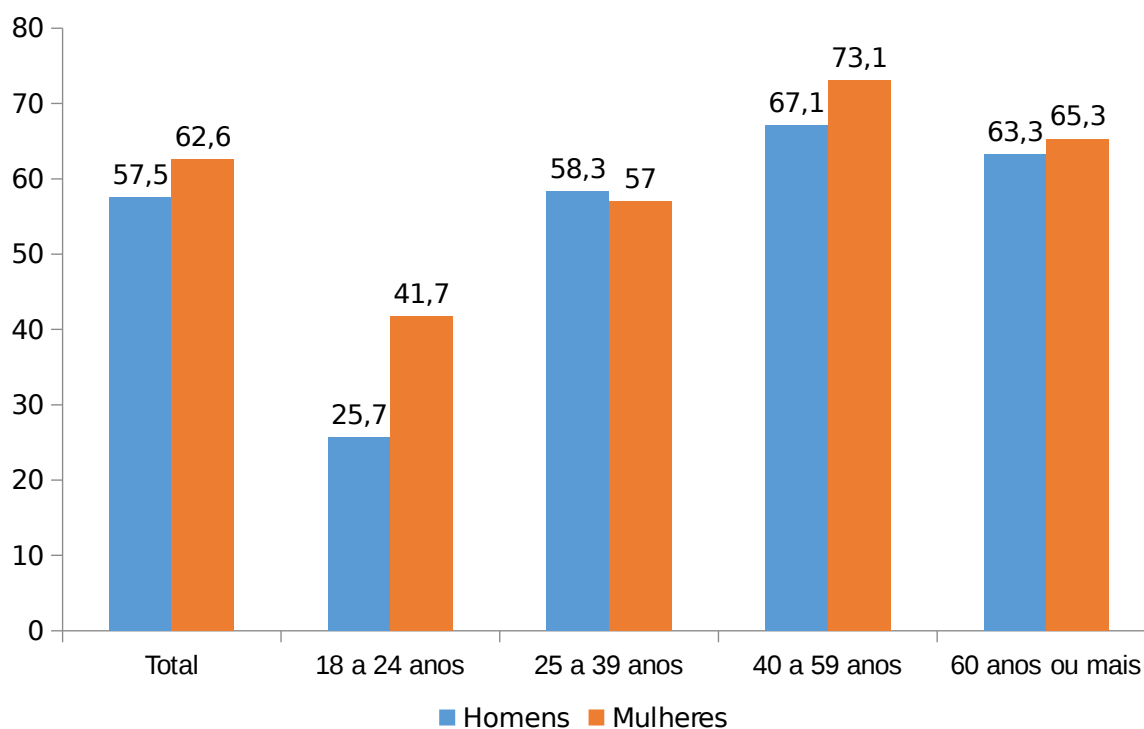
Além da inclusão produtiva da família rural, a proposição de políticas destinadas ao acesso à água, redução da insegurança alimentar, incorporação de tecnologias no campo e, consequentemente, criação de condições de manutenção do homem no meio rural, são indissociáveis de um projeto de desenvolvimento rural.

Segundo dados do IBGE, em 2019, 60,3% da população com mais de 18 anos apresentou excesso de peso, ou obesidade, enquanto que 1,6% apresentou déficit de peso. A Figura 1 ilustra a distribuição da obesidade por gênero e revela que o maior percentual está situado na faixa de idade de 40 a 59 anos, tanto para homens, quanto mulheres. Os dados alertam para a preocupação com insegurança alimentar e nutricional para essa população, que antecede a população com idade mais avançada. De forma

geral, o acúmulo de massa corpórea pode ocorrer de forma multifatorial e esse ritmo acelerado é reflexo da cultura “*fast food*”, em que prevalece o consumo alimentos mais calóricos e pobres nutricionalmente.

A população está mais propensa a desenvolver um problema de saúde pública, por serem influenciados negativamente pela propagação das mídias sociais que difundem por publicidades de alimentos contribuindo para escolhas alimentares indesejáveis; pela falta da prática de atividades físicas e consequentemente terão maior predisposição a desenvolver futuras comorbidades; irregularidades dos hábitos alimentares tendo o consumo em excesso de alimentos industrializados com altos teores em açúcar, sódio e gordura, substituindo muitas vezes o consumo de frutas, vegetais; alterações hormonais; distúrbios emocionais; e fatores genéticos.

Figura 1 - Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com excesso de peso (%), em 2019

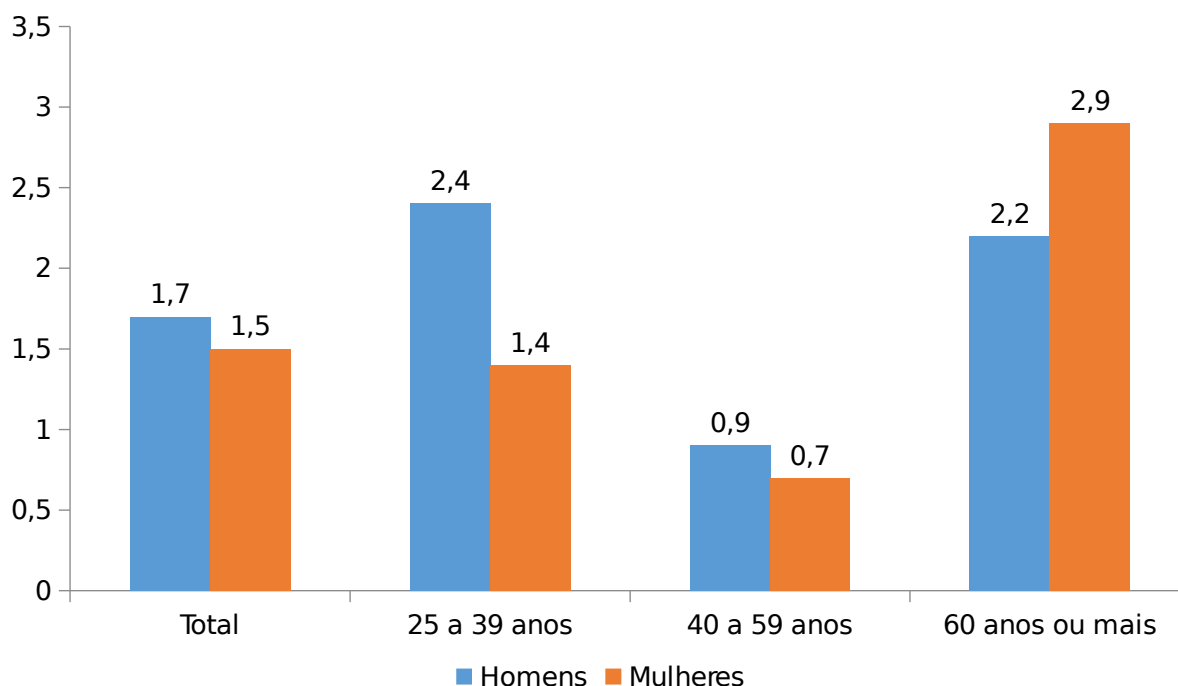


Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do IBGE (2021)

Identificou-se na Figura 2 que o percentual de pessoas com déficit de peso, em 2019, este concentrado significativamente na população com 60 anos ou mais, podendo ser justificado pelas alterações fisiológicas ocorridas durante o envelhecimento. Diante disso, esse déficit nutricional é um agravamento que ocorre na senilidade relacionada a

diversos fatores como a sarcopenia, que é o processo que ocorre a perda de massa muscular; alterações na mastigação e deglutição, podendo apresentar disfagia; falta de apetite; fatores emocionais; fatores socioeconômicos; e entre demais coisas.

Figura 2 - Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com déficit de peso (%), em 2019



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do IBGE (2021)

Assim, nota-se que a Segurança Alimentar e Nutricional percorre por uma regressão levando ao crescimento da vulnerabilidade social. Essas instabilidades vêm causando impactos diretos e indiretos, sendo um imenso obstáculo sanitário. Neste sentido, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública desenvolvida para destinação da população que encontra-se em insegurança alimentar. Além disso, o PAA incentiva à agricultura familiar, estimulando aquisição do alimento de forma saudável e com controle de qualquer perigo biológico, químico e físico.

A agricultura familiar é constituída por produtores agrícolas que atuam de forma sustentável tendo o mínimo prejuízo possível ao meio ambiente e além de fornecer um aumento dos movimentos sociais rurais. Um exemplo da destinação da agricultura familiar é para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que consiste na oferta de educação alimentar e nutricional estimulando hábitos alimentares saudáveis dos alunos,

assim as verbas como a Lei nº. 11.947/2009 propõe que deve ser destinada para compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.

Ademais, a situação atual de pandemia favoreceu o desdobramento de acesso dos alimentos sem inocuidade, com isso o isolamento social teve como consequências o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e canais de aplicativos de *delivery* e *take away* (para retirada no local) por serem alimentos de baixo custos, pela acessibilidade e praticidade, pela falta de habilidade na cozinha e entre outros fatores. Essas questões estão ligadas diretamente com a segurança alimentar e nutricional, o aumento dessas variáveis proporciona um ambiente inapropriado para saúde do consumidor.

O Ministério da Saúde recomenda, no Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) que o consumo de alimentos ultraprocessados devem ser evitados e que a população tenha como base na sua alimentação alimentos *in natura* ou minimamente processados. Os alimentos ultraprocessados possuem em sua composição nutricional excesso de calorias tornando a alimentação completamente desbalanceada pela demasia em açúcar, sal e gorduras, conseqüentemente esses alimentos vão propiciar diversas desordens ao organismo humano, correspondendo um fator negativo para saúde do indivíduo e também um influenciador da insegurança alimentar e nutricional.

O estudo realizado pelo Datafolha, através do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, obteve dados em que de 2019 para 2020 o consumo de alimentos ultraprocessados na faixa-etária dos 45 a 55 anos saltou de 9% em 2019 para 16% durante a pandemia. De acordo com Bezerra *et al.* (2020) a influência da indústria de *delivery* de comida teve enorme destaque nessa crise sanitária atingindo o público diversificado e com isso poderá fazer parte do cotidiano das pessoas após a pandemia.

Desse modo, as adoções de monitoramento e intervenções nesse cenário de crise sanitária na base populacional brasileira é primordial para estabelecer o aumento do acesso dos alimentos sem nenhum reflexo de desigualdade, para que assim garanta a ascensão da saúde pública e desse modo promover impactos nutricionais positivos. Portanto, as tomadas de decisões devem ser realizadas e direcionadas aos efeitos que a pandemia ocasionou, mas também nas razões de vulnerabilidade social, as ações públicas devem ser fundamentadas com intuito da diminuição do cenário de fome e promover o acesso à alimentação adequada e saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão da insegurança alimentar e nutricional requer um olhar multidimensional, tendo em vista suas distintas manifestações nas condições de vida humana. A fome, a obesidade e a má alimentação são algumas das facetas que emergem de uma alimentação inadequada e insuficiente para atender as necessidades humanas. No Brasil, a persistência histórica de indicadores elevados de IAN reforça a necessidade de ações contínuas e amplas para atingir toda a sociedade.

Além disso, o cenário da pandemia tende a agravar esse quadro perverso de insegurança alimentar e nutricional, principalmente nos grupos e territórios mais vulneráveis. Essa discussão é corroborada na distribuição heterogênea da vulnerabilidade alimentar no Brasil, em que há uma concentração nas áreas rurais do país, principalmente no Norte e Nordeste, que apresentam elevados indicadores de pobreza, rendimentos mais baixos e maior grau de informalidade do mercado de trabalho.

A perspectiva de que a Segurança Alimentar e Nutricional alcance o público em uma dimensão geral é de responsabilidade das instituições públicas, a partir disso a dignidade humana será reconhecida diante dos seus direitos humanos. É importante ressaltar, que a contribuição da SAN se tornou cada vez mais relevante, já que a população brasileira necessita de uma educação alimentar e nutricional adequada, estamos lidando com um público em que a influência da industrialização fortificou e impactos negativos na saúde relacionados a alimentação é comum. Portanto, a acessibilidade dos alimentos de forma saudável e de sustentável é um processo contínuo e significativo para a necessidade do ser humano.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, I. N.; *et al.* Consumo de alimentos fora do domicílio no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/MWb7j5PhW8jVpPH3cTf8MTN/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 12 ago.2021.

BOTELHO, L. V., Cardoso, L. de O.; CANELLA, D. S. COVID-19 e ambiente alimentar digital no Brasil: reflexões sobre a influência da pandemia no uso de aplicativos de delivery de comida.. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n11/e00148020/#ModalArticles>. Acesso em: 12 ago.2021.

CASTRO, J. Geopolítica da fome. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Relatório final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2., 2004, Olinda, Pernambuco.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas "Estado da arte". Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999

GOVERNO, Secretaria de. A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: avanços e desafios. AVANÇOS E DESAFIOS. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/declaracao-universal-dudh/cartilha-dudh-e-ods.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

GRISA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. Orientador: Nelson Giordano Salgado. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2012%20Tese-Catia-Grisa.pdf>. Acesso em: 06 set. 2019.

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 05 ago. 2021.

MACIEL, E. L. N. A Epidemiologia no enfrentamento da pandemia de coronavírus. Disponível em: <https://coronavirus.ufes.br/conteudo/epidemiologia-no-enfrentamento-da-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 04 ago. 2021.

MACHADO, É. P. C. DE. L. “*Policy dismantling*” na Agricultura Familiar: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Rio Grande do Norte. 2020. 164 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30283/3/PolicyDismantlingAgricultura.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

Ministério da Saúde: Guia Alimentar para a População Brasileira promovendo a alimentação saudável. Normas e manuais técnicos: Brasília, 2014.

PELIANO, A. M. M. A assistência alimentar nas políticas governamentais. Revista de Política Agrícola, [S.l.], v. 10, n. 10, p. 20-26, jan./mar. 2001. ISSN: 2317-224X. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/647/599>. Acesso em: 14 jul. 2020.

PENSSAN, Rede. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

USP, Jornal da. Aumenta preocupação com consumo de alimentos ultraprocessados durante pandemia. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/aumenta-preocupacao-com-consumo-de-alimentos-ultraprocessados-durante-pandemia/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

SOBRE AS AUTORAS

Eduarda Carvalho de Lima

Graduanda em Nutrição pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI/RN).

Érica Priscilla Carvalho de Lima Machado

Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestra e Graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente na UFRN.

CAPÍTULO 3

A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA EM INSTITUIÇÕES HOSPITALARES: UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Ellen Gonçalves Pereira

Matheus Silva Santos

Quétzia Jemina Azevedo

Taciane Oliveira Tenório

RESUMO

O presente capítulo, cujo tema aborda a implantação do serviço de psicologia em instituições hospitalares através de uma proposta para desenvolver instrumentos e protocolos, tem como principal objetivo sugerir a criação de procedimentos padronizados de atuação e de instrumentalização do profissional. Atualmente, alguns médicos não psiquiatras têm dificuldade em reconhecer e diagnosticar transtornos mentais, pois tais situações demandam um olhar diferenciado e um acompanhamento especializado da equipe multidisciplinar. Utilizou-se como metodologia para o desenvolvimento deste trabalho um estudo de caso realizado em dois hospitais público e privado, aliado à pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo em livros e artigos científicos contemporâneos acerca do tema. Observa-se que a adequação de protocolos e o desenvolvimento do serviço de psicologia em hospitais públicos e privados não seguem a mesma vertente, pois foi percebido que nos atendimentos via SUS existem fragilidades relacionadas à organização, administração e infraestrutura. A contradição entre a proposta de universalidade do SUS e a atuação da rede privada é ponto de partida para articulações e movimentos contra a tendência de privatização do setor da saúde. Por fim, é possível concluir que os profissionais de saúde possuem os mesmos interesses.

Palavras-chave: Acolhimento. Assistência. Padronização.

INTRODUÇÃO

O processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS) colocou a área de gestão de pessoal na ordem das prioridades para a configuração do sistema de saúde brasileiro. A formação e o desenvolvimento dos profissionais de saúde, a regulamentação do exercício profissional do psicólogo, a regulação e acompanhamento do mercado de trabalho nessa área passaram a exigir ações estratégicas e deliberadas dos órgãos de gestão de instituições públicas e privadas.

A descentralização da gestão do SUS, o fortalecimento do controle social em saúde e a organização de práticas de saúde orientadas pela integralidade da atenção são tarefas que nos impõem esforço e dedicação todos os dias.

A frequência de transtornos psiquiátricos em pacientes internados em hospital, de forma geral, figura entre 20 a 60%; sendo que, dentre os mais frequentes, pode-se citar os transtornos depressivos e ansiosos e as reações de ajustamento, a qual atinge entre 9% e 21% das internações hospitalares (BOTEGA et al., 2002).

O acolhimento implica em uma reorganização do serviço de saúde a partir dos problemas do processo de trabalho, possibilitando a intervenção de toda a equipe multiprofissional encarregada da escuta e da resolução da queixa do usuário, promovendo mudanças estruturais na forma de gestão do serviço de saúde, ampliando os espaços democráticos de discussão e decisão.

Assim, de forma análoga, sabe-se que o tratamento psicológico de pacientes internados em hospital pode trazer importantes benefícios terapêuticos e financeiros, como: maior adesão ao tratamento médico; recuperação mais rápida, e, conseqüentemente, menor tempo de permanência no hospital; menor utilização de serviços médicos bem como redução nos custos com assistência médica, dentre outras vantagens (BOTEGA et al., 2002).

Contudo, é importante salientar que, de acordo com os autores supracitados, alguns estudos evidenciam a dificuldade de médicos não psiquiatras em reconhecer e diagnosticar transtornos mentais, ou seja, tais situações demandam um olhar diferenciado e um acompanhamento especializado da equipe multidisciplinar.

Para Chiattonne (2011), junto à equipe multidisciplinar surge a figura do psicólogo hospitalar, com intuito de escutar e acolher o sofrimento dos indivíduos. Sua principal missão, segundo o autor, auxiliar o paciente em seu processo de adoecimento, visando a minimização do sofrimento provocado pela hospitalização; devendo prestar assistência ao

paciente e seus familiares, bem como a toda equipe de serviço, levando em conta um amplo leque de atuação e a pluralidade das demandas.

No contexto hospitalar, o psicólogo deve inserir-se na equipe de saúde, redefinindo seus limites de espaço institucional. Nesse sentido, quando trata-se de uma cooperativa de serviços hospitalares, o profissional deve adaptar-se tecnicamente dentro das possibilidades de atuação, as quais são determinadas por regras, rotinas e dinâmicas da cultura cooperativista (CHIATONE; SEBASTIANI, 1991).

Conforme a visão de Moreira (2012), a fundamentação teórica de uma cultura simples e complexa do cooperativismo no segmento de saúde se divide entre profissionais cooperativistas com compromissos ideológicos e doutrinários, em oposto aos que simplesmente estão na rotina pelo bônus pecuniário, sendo elogiáveis profissionais que descobrem e se envolvem na cultura cooperativista, preenchendo um importante papel de teor social, pela busca do fim maior de fortalecer o sistema e de cuidar das pessoas.

Diante das duas esferas do modelo de gestão em saúde, seja ela pública ou privada, a condição precária da saúde da população brasileira é um entrave dentro do saber psico, pois exige do profissional uma revisão de seus valores pessoais, acadêmicos e emocionais. Assim, nessa perspectiva, o contexto hospitalar difere-se do contexto de aprendizagem e orientação acadêmica, já que se percebe uma realidade precária nas condições de saúde da população que é alvo constante das injustiças sociais e aspira por um tratamento hospitalar digno (SALMAN; PAULASKAS, 2013).

Tomando-se como base a concepção e as dúvidas que abarcam a psicologia e o papel do psicólogo hospitalar, a relevância deste estudo justifica-se na importância que a atuação deste profissional possui dentro do ambiente hospitalar, na dimensão assistencial da saúde pública e privada.

Partindo deste princípio, procurou-se responder no decorrer desta pesquisa a seguinte problemática: de que forma a implantação do serviço de psicologia pode auxiliar na padronização de protocolos assistenciais nas instituições públicas e privadas?

Supõe-se como hipótese que, mesmo com as diferenças em estrutura, organização e formação dos profissionais percebidas quando comparamos hospitais públicos e privados, é possível padronizar protocolos assistenciais comuns que possam proporcionar ao paciente um atendimento humanizado e acolhedor independente da instituição.

O objetivo geral deste trabalho é sugerir protocolos assistenciais relacionados ao serviço de psicologia, visando a padronização dos mesmos nas instituições hospitalares

públicas e privadas, frente à necessidade de criar procedimentos padronizados de atuação e de instrumentalização do profissional.

Deste modo, o presente capítulo divide-se em duas principais linhas de trabalho: observação em campo de estágio e desenvolvimento de propostas de procedimentos (disponibilização de protocolos destinados à avaliação em triagem e em avaliação psicológica hospitalar).

REFERENCIAL TEÓRICO

Todas as nações têm sistemas organizados de atendimento à saúde dos seus cidadãos, exceto alguns Estados que ainda lutam pela sobrevivência de sua população como Haiti e Somália.

No Brasil, temos um sistema híbrido: público e privado. O sistema público é representado pelo SUS (Sistema Único de Saúde), que garante a todos os cidadãos brasileiros o atendimento gratuito à saúde. Mas coexistindo com o SUS, temos um vigoroso sistema privado, que hoje atende a cerca de 48 milhões de brasileiros.

O sistema de saúde privado, conhecido como Sistema de Saúde Suplementar, apesar de cobrir apenas 22% da população, movimenta mais recursos financeiros que o SUS (MOREIRA, 2012). Nele estão contempladas as cooperativas de saúde médica.

Cooperativismo

De acordo com Moreira (2012), as organizações hoje conhecidas como cooperativas têm sua origem nas guildas medievais da Europa, corporações que congregavam praticantes do mesmo ofício, como artesãos, pedreiros e tecelões.

Nas décadas do século XIX, experiências socialistas utópicas e anarquistas foram registradas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, especialmente nas comunidades de imigrantes alemães e italianos. Assim, no final do século XIX, com a abolição da escravidão, ocorreu a substituição da mão de obra escrava por trabalhadores livres, que tinham base de associação ideológica socialista; e, dentre essas formas de associações, surgiram as cooperativas.

Para Crúzio (2005, p. 13), "cooperativa é a união de trabalhadores ou profissionais diversos que se associam por iniciativa própria, sendo livre o ingresso de pessoas, desde

que os interesses individuais em produzir, comercializar ou prestar um serviço, não sejam conflitantes com os objetivos gerais da cooperativa".

As cooperativas de saúde dedicam-se à preservação e promoção da saúde humana. O Brasil tem o sistema de cooperativas de saúde mais desenvolvido do mundo, como por exemplo o sistema Unimed (cooperativa de médicos) e Uniodonto (cooperativa de dentistas); além de numerosas cooperativas de saúde locais que agregam médicos da mesma especialidade (anestesiologistas, por exemplo) ou que trabalham em um mesmo hospital. As oitocentas cooperativas do ramo da saúde no Brasil são formadas por mais de 261 mil profissionais (MOREIRA, 2012).

Estrutura de serviços do SUS

Após mais de duas décadas sob os ditames de um regime militar, o Brasil da segunda metade dos anos 1980, sedento por democracia e participação política, testemunharia uma época áurea, na contramão de um tempo já batizado pela economia como “a década perdida” (inflação, desemprego, miséria).

Precisava-se de uma nova Constituição para um novo Brasil. Assim, instalada a Assembleia Nacional Constituinte em 1987, amplos debates foram travados entre os representantes políticos e a sociedade civil, incluindo o Movimento Sanitário, culminado na Constituição de 1988, onde a saúde pública passou a ser entendida como direito do cidadão. Estava iniciada a história do Sistema Único de Saúde, prevista abertamente na Carta Magna (MELO, 2012).

Desse modo, o autor supracitado argumenta que:

Assim, como toda política pública, o caminho na direção da regulamentação e implantação do SUS feito por meio de NOBs (Normas Operacionais Básicas) e das NOAS (Norma Operacional da Assistência à Saúde), não foi desprovido de seus percalços, se constituindo e se redefinindo, ora confirmando e reforçando aspectos previstos, ora alterando seu desenho original, apontando para mudanças importantes em sua lógica, necessárias diante de um processo de alterações permanentes (MELO, 2012).

A saúde pública no Brasil se organizou, desde a criação do MS em 1953, por meio de ações verticais e orientadas a problemas específicos. O modelo tradicional focalizou ações sobre grandes endemias rurais e se expandiu para o controle da tuberculose, do câncer e da hanseníase, além da própria saúde mental.

Este padrão evoluiu para outras ações programáticas orientadas a doenças crônicas e não transmissíveis. De forma cada vez menos verticalizada, atravessou a eclosão da epidemia de AIDS, se reproduzindo por diversas ações de saúde, como na atenção às mulheres, crianças, idosos, deficientes e de doenças transmissíveis, como a dengue (RIBEIRO; DIAS, 2011). Nesse sentido, segundo os autores:

No padrão focalizado que predominou até a formação do SUS a população formalmente inserida no mercado de trabalho utilizava os serviços previdenciários e a não formalizada dependia dos serviços estaduais e municipais. O governo federal elegia prioridades e, na falta de um esquema abrangente de proteção social, atuava junto às populações pobres e vulneráveis para minorar ou resolver os principais agravos. Esta configuração reflete o que Santos denominou como cidadania regulada, na qual o acesso aos serviços sociais é delimitado pela posição do indivíduo no mercado de trabalho. Este tipo de arranjo, embora em novo formato, foi preservado no Brasil após o SUS, mantendo sua conotação fragmentada entre sistema público e plano privado pré-pago (RIBEIRO; DIAS, 2011, p. 4625).

Com o SUS, as principais características dos programas se alteraram. A epidemiologia social e outras formas de conceber a ação programática influenciaram o debate neste setor. Os programas perdem a orientação focal, envolvem protocolos de atenção integral e se articulam cada vez mais à rede pública de atenção primária e hospitalar.

A competição burocrática afeta determinados programas em detrimento de outros. A burocracia pública opera como arena altamente competitiva e sensível aos grupos de maior ativismo e com sólidas conexões societárias. Os atores da reforma psiquiátrica operam neste ambiente institucional (RIBEIRO; DIAS, 2011).

O SURGIMENTO DA PSICOLOGIA DA SAÚDE

Historicamente, a atuação do psicólogo brasileiro consolidou-se de maneira prioritária na esfera privada, tendo a prática psicoterápica como principal instrumento de trabalho. Logo, era compreensível que a área clínica consistisse na principal fonte de interesse profissional da grande maioria dos psicólogos ingressantes e concluintes dos cursos de psicologia, desde a década de 60 (GONÇALVES; BOCK, 1996).

Observa-se que, desde a década de 1960, a atuação do psicólogo na saúde pública brasileira esteve ligada à área da saúde mental, principalmente junto aos hospitais psiquiátricos, sendo o enfoque clínico o modelo de atuação priorizado. Lo Bianco et al. (1994) aponta que, nesse espaço, o psicólogo ocupava um papel secundário considerando

a primazia do tratamento médico e a avaliação psicodiagnóstico consistia na principal forma de atuação desse profissional.

A predominância deste modelo pode estar relacionada à história e evolução da Psicologia clínica no Brasil. Segundo Lo Bianco et al. (1994), observa-se que a Psicologia aplicada à saúde no país é decorrente da expansão e evolução da Psicologia clínica (enquanto abordagem metodológica), saindo dos consultórios e instituições particulares para o desenvolvimento de serviços junto à comunidade e instituições públicas.

Dessa forma, o psicólogo no contexto da saúde teria o papel clínico, mas também o social, o organizacional e o educacional na forma de assistência psicológica, que incluiria, como clientela, além do paciente e seus familiares, a equipe multiprofissional e demais funcionários do hospital, abrangendo atividades de assessoria, consultoria e interconsulta psicológica (CAMPOS, 1995).

A inserção da Psicologia junto aos hospitais gerais iniciou-se entre os anos de 1954 e 1957, através da implantação do Serviço de Psicologia no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (SEBASTIANI, 2000). O trabalho consistia na preparação psicológica de crianças para a realização de cirurgia do aparelho locomotor, mas constituía-se em uma iniciativa isolada no cenário nacional.

Dentro do contexto hospitalar, Santos e Jacó-Vilela (2009), acreditam que o profissional da psicologia não tem consciência de quais sejam suas tarefas e seu papel dentro das instituições, ao mesmo tempo em que o hospital também tem dúvidas quanto ao que esperar desse profissional.

Logo, a psicologia hospitalar, por ser uma área que lida diretamente com a subjetividade e sofrimento do outro, exige que o psicólogo entenda os limites de sua atuação para não se tornar um dos elementos invasivos provenientes da hospitalização, bem como promover a humanização e a transformação social no ambiente hospitalar sem ficar preso às teorizações que isolam conflitos mais amplos (BROIDE, 2000).

Papel do Psicólogo Hospitalar

A maioria dos psicólogos da saúde trabalha em hospitais, clínicas e departamentos acadêmicos de faculdades e universidades. Na atuação clínica, podem fornecer atendimento para pacientes com dificuldades de ajustamento à condição de doente. Pode-se também ensinar aos pacientes métodos psicológicos para ajudá-los a manejar ou gerir

os problemas de saúde, como aprender a controlar as condições de dor (SARAFINO, 2004).

Segundo Teixeira (2004), os campos de atuação clínica do psicólogo da saúde podem incluir prestação de cuidados de saúde na atenção básica e de média complexidade, unidades de internação hospitalar (alta complexidade), serviços de saúde mental, unidades de dor, oncologia, consultas de supressão do tabagismo, serviços de reabilitação, entre outros. Em uma unidade hospitalar, o psicólogo da saúde pode prestar assistência no ambulatório clínico, nas unidades de emergência ou pronto-socorro, unidades de internação ou enfermarias e nas unidades e centros de terapia intensiva - UTI e CTI (ALMEIDA; MALAGRIS, 2011).

Ao lado dessas possibilidades de atuação e limites de atuação supracitada, damos o enfoque da humanização e do atendimento em saúde, onde a interdisciplinaridade é uma das bases da tarefa do psicólogo que adentra no hospital, pois partindo desse pressuposto o sujeito doente deve ser considerado biopsicossocial (TAVARES et al., 2012).

Dentre os vários desafios, é um desafio para o profissional da psicologia adentrar em um contexto onde se predomina o olhar biomédico, onde há limites institucionais regidos por regras, condutas e normas, além disso, o trabalho do psicólogo é muitas vezes deficiente no contexto hospitalar, pois a ausência de estrutura física impossibilita o espaço de cuidado do psicólogo (CHIATTONE, 2011). Ainda é muito presente o modelo tradicional de atuação do mesmo nesse contexto, porém, na verdade, mesmo que se busquem novas formas de cuidados psicológicos, nos deparamos com situações onde o profissional obriga-se a exercer seu trabalho nos corredores e entre macas (SEBASTIANI, 2000).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para realização desta pesquisa, utilizou-se como metodologia um estudo de caso realizado em dois hospitais do município de Itumbiara-GO, sendo um deles com atendimento 100% via SUS (público) e o outro considerado privado. Ainda, foram realizadas pesquisas bibliográficas de cunho qualitativo; em livros e artigos científicos contemporâneos acerca do tema.

Segundo Rocha (2004), o estudo de caso, enquanto método de investigação qualitativa, é aplicado quando o pesquisador busca compreender os conceitos teóricos com mais objetividade e de forma mais extensiva do que propriamente estatística.

Com relação à instituição privada, a equipe atuou a partir da observação in loco em quatro encontros presenciais, acompanhados pela psicóloga hospitalar da instituição privada. Dentre os itens identificados no diagnóstico situacional (realizado como parte do planejamento do estágio), a equipe evidenciou a necessidade de uma proposta de implantação de protocolos assistenciais de psicologia e práticas de acolhimento à demanda espontânea na unidade que necessita de apoio psicológico.

Ainda dentro do planejamento de ações, ao realizar a priorização dos problemas, a equipe levou em consideração a importância, urgência e capacidade de enfrentamento. Desse modo, o problema priorizado para a realização do projeto de intervenção foi a implantação e reestruturação do Acolhimento com Classificação de Risco, visto que o mesmo já está implantado na unidade há mais de cinco anos, mas não funciona de forma efetiva na identificação de pacientes que necessitam de triagem, avaliação e acompanhamento psicológico.

Em muitas instituições a psicologia hospitalar ainda é tida à margem das práticas do senso comum em saúde. É justamente sobre esse olhar que apresentamos uma proposta de delimitar a identidade da psicologia no hospital privado, de modo a oferecer um aporte teórico-prático à delimitação do fazer (e de como fazer).

Além do anteriormente mencionado, a implementação e a padronização dos atendimentos psicológicos no contexto hospitalar, mais do que favorecer a integração multidisciplinar e prover dados pertinentes que auxiliem a equipe no trato com o paciente, leva a uma melhoria contínua no atendimento prestado a este, sendo também relevante e profícuo à instituição na elaboração das estatísticas atinentes a procedimentos e demandas.

Pinto (2004) endossa a discussão acerca da necessidade da implementação e padronização de procedimentos de atendimento psicológico. Assim, a metodologia de implantação proposta constitui-se em três etapas de implantação:

- **Etapas 1 – Acolhimento Psicológico Hospitalar:** Caracteriza-se pela visita a todos os leitos. Nesta primeira etapa, realiza-se uma breve avaliação e a triagem de pacientes com eventuais transtornos mentais, de comportamento ou ajustamento. A equipe sugere, nesta primeira etapa do procedimento, uma avaliação exploratória, porém não exaustiva.

- **Etapa 2- Avaliação Psicológica Hospitalar:** Caracteriza-se por uma ampliação e maior especificação da etapa de triagem, apresentada anteriormente. Nesta segunda etapa do procedimento serão avaliados mais pormenorizadamente os pacientes que apresentaram tal necessidade na etapa de triagem. Para esta avaliação a equipe sugere o uso de um novo protocolo ou roteiro de exame psicológico.
- **Etapa 3 – Acompanhamento Psicológico Hospitalar:** Após avaliação e sendo identificada a necessidade de acompanhamento/atendimento, o paciente recebe atenção sistemática e focal, caracterizado por visitas regulares da equipe de psicologia hospitalar. É importante considerar que os dados levantados nas etapas anteriores (01 e 02), são de substancial importância ao delineamento de intervenções focais e objetivas nesta terceira etapa do procedimento proposto.

Os protocolos 01 e 02 caracterizam-se por um roteiro de exame psicológico, abordando funções psicológicas básicas, tais como: cognição (atenção, percepção, memória, consciência, pensamento); emoção (estados afetivos); e relacionamentos interpessoais (rede de reforço psicossocial, relacionamento familiar e com a equipe de saúde); contemplando também os dados clínicos e ao processo de hospitalização. O protocolo 03, por sua vez, pretende apenas servir como instrumento orientador à padronização dos registros de atendimento.

Os modelos apresentados foram fundamentados em pesquisa extraída pelos autores Botega e Dalgalarondo (2002), Botega et al. (2002), Damasceno (2002) e Pinto (2004); em conjunto ao corpo docente do curso de Psicologia da instituição ILES ULBRA.

Cabe ressaltar que tal proposta visa apenas orientar a atuação de acadêmicos e profissionais de psicologia, a partir de procedimentos que podem ser padronizados, visando assim resultados que podem subsidiar uma proposta de intervenção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as visitas nos hospitais público e privado, houve uma grande discrepância a ser observada. Atualmente, a gestão de hospitais tornou-se complexa em todas as regiões, sendo que em alguns países alguns aspectos dos serviços de saúde são ainda mais desafiadores, como por exemplo: regulação, financiamento e tecnologias. Acrescenta-se à

extensa relação de demandas gerenciais, a exigência por conhecimentos específicos na gestão dos recursos humanos e físicos (ARAÚJO; FARIAS, 2017).

É de suma importância destacar-se, em linhas gerais, um comparativo entre as instituições estudadas, de forma a observar as diferenças que podem interferir na implantação dos protocolos sugeridos no item acima; principalmente àquelas relacionadas à estrutura, aos profissionais e às políticas internas.

Nesse sentido, verifica-se que o hospital da rede privada possui amplo espaço físico com materiais em metal esterilizável; e objetos em bom estado de conservação adequados ao uso; os quais não apresentam riscos e prejuízos ao ambiente ou ao usuário da instituição. Ainda, observa-se que os setores são todos climatizados e limpos com frequência.

As refeições dos pacientes e acompanhantes são transportadas em bandejas esterilizadas, cobertas com plástico filme, de maneira a evitar contato com poluição ou possíveis vetores de doenças. Ainda, devido aos exaustores instalados no setor de nutrição e dietas, os corredores hospitalares não apresentam cheiro correspondente ao preparo das refeições.

O acesso de pacientes, colaboradores e corpo clínico no hospital da rede privada é restrito e controlado por profissionais terceirizados contratados para esta finalidade. A entrada de acompanhantes é restrita e liberada conforme acomodação contratada.

Em linhas gerais, percebe-se que o hospital privado é muito bem estruturado não somente nas áreas assistenciais como também em termos de estacionamento, organização setorial, repartição para descanso e parte administrativa. Observa-se que, após inauguração da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), o hospital da rede privada agregou maior participação ativa do psicólogo hospitalar, no atendimento à pacientes e familiares.

No que se refere ao hospital público, observa-se grandes fragilidades; apesar da legislação que regulamenta o SUS prever o acesso à saúde de forma universal e integral a todos, em todos os níveis de assistência e de complexidade, devendo ser protegida a integridade física e moral do cidadão.

Com relação à estrutura, nota-se rachaduras nos tetos e desgaste na pintura das paredes. Equipamentos de ar condicionado foram inseridos de forma improvisada, sem recorte na parede. Há má repartição dos ambientes assistenciais, aparentando um descaso pelo poder público.

Por se tratar de uma obra hospitalar antiga, foram feitas várias adaptações ao longo dos anos, contudo, esta estrutura física não suporta a atual demanda de pacientes do município e das regiões que são atendidos diariamente. As condições dos mobiliários como sofás e cadeiras também estão precárias, e não são disponibilizados copos descartáveis ao lado dos bebedouros de água.

Ainda, no que tange à estrutura, não foi possível acessar uma possível área de refeições e descanso; observou-se que os corredores são climatizados apenas por ventiladores; e que a área onde são realizados exames de imagem como raio-x não possui temperatura e climatização adequada, tornando o ambiente quente e abafado.

Com relação à limpeza dos ambientes, os produtos utilizados são armazenados em frascos reutilizados; os rodos estão em estado precário e necessitam ser substituídos; e os produtos utilizados para higienização do chão possuem cheiros fortes e que incomodam pacientes e acompanhantes, pois são dispensados diretamente sem critérios.

No que se refere à política interna aplicada aos profissionais, bem como às legislações e normas técnicas que tratam da segurança no ambiente de trabalho, observou-se colaboradores com adornos, cabelos soltos e sapatos inadequados, o que interfere diretamente na proteção para materiais perfuro cortantes.

Durante a visita realizada, pode-se perceber a entrada de alguns acompanhantes de pacientes que não se enquadravam nas exigências legais (pessoa acima de 60 anos, com dificuldades de locomoção ou com necessidades especiais, por exemplo). A profissional de psicologia que acompanhou a equipe relatou que certas entradas devem ser barradas em momentos que precisam apenas da atuação médica.

Observou-se certo desânimo e cansaço nas colaboradoras do setor recepção deste hospital público. Já os profissionais assistenciais como enfermeiros e técnicos de enfermagem apesar de transmitirem cuidado e atenção, estão sempre em ritmo acelerado (com pressa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das visitas realizadas durante o estudo de caso, foram identificados pontos de melhoria relacionados à atuação do profissional de psicologia, visando a padronização de protocolos e procedimentos aplicados.

Com base nas análises percebidas em cada estabelecimento, qual seja rede pública e privada, foi apresentada uma proposta para implantação do serviço de psicologia no

hospital privado, através do desenvolvimento de procedimentos de atuação estruturados em 3 etapas, e do desenvolvimento de instrumentos de avaliação e acompanhamento. Tais instrumentos têm o objetivo de levantar dados e compilar informações pertinentes para adequar uma conduta interventiva, além de permitir o registro padronizado destas.

Tal proposta foi submetida à aprovação da Diretoria Técnica deste hospital privado, a qual deverá ser acompanhada após sua implantação pela equipe assistencial. Acredita-se que esta metodologia de trabalho cumpra com o objetivo supracitado, contribuindo com a atuação prática do profissional. Ao delimitar a identidade da psicologia hospitalar através de uma intervenção focal, objetiva e, sobretudo, resolutiva; espera-se que a proposta apresentada possa respaldar a atuação profissional, incentivando a atuação multidisciplinar e promovendo maior qualidade na prestação de serviços ao paciente.

Deixou-se ainda, como sugestão, o fortalecimento do atendimento humanizado nas principais frentes que são as recepções eletiva e urgência/emergência.

No que se refere ao hospital da rede pública estudado, notou-se que há uma diferença bastante alarmante a nível nacional das propostas que o SUS traz em teoria, do que tem sido realizado na prática dentro das instituições; devido à má organização, administração e infraestrutura dos recursos destinados à saúde pública. Observa-se certa resistência e dificuldades na proposta de intervenção e padronização de procedimentos ligados ao atendimento psicológico, devido às fragilidades apresentadas no decorrer desta pesquisa.

Pode-se perceber que até mesmo fatores como estrutura, limpeza, organização, profissionais e materiais utilizados em um ambiente hospitalar podem interferir na saúde mental dos pacientes e acompanhantes, levando em pauta a importância de serem implantados e padronizados protocolos de assistência e apoio psicológico.

Por fim, levando-se em consideração as características de cada hospital estudado e a metodologia utilizada para o alcance do objetivo desta pesquisa, pode-se concluir que a proposta de implantação e padronização de protocolos assistenciais relacionados ao serviço de psicologia é recebida de forma diferente conforme a identidade organizacional; e que, apesar dos direitos constitucionais que garantem a saúde e a igualdade entre a população, o atendimento psicológico não é dispensado nas mesmas proporções quando se compara a instituição pública com a privada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raquel Ayres de; MALAGRIS, Lúcia Emmanoel Novaes. A prática da psicologia da saúde. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 183-202, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200012. Acesso em: 21 jun. 2021.

ARAÚJO, Fernando; FARIAS, Carlos. **Gestão Hospitalar no Brasil**: revisão da literatura visando ao aprimoramento das práticas administrativas em hospitais. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n6/1895-1904/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BOTEGA, Neury José et al. **Morbidade psiquiátrica no hospital geral**: utilização da edição revisada da "Clinical Interview Schedule - CIS-R". Revista ABP-APAL, pág. 57-62, abr-jun. 1994. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-1136>. Acesso em: 13 jun.2021

BOTEGA, Neury José; DALGALARRONDO, Paulo. **Avaliação do paciente**. In: BOTEGA, Neury José (org.). Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. **Lei Federal Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 13 jun.2021

BROIDE, Emília Estivalet. **A Psicanálise na instituição hospitalar**. Porto Alegre: Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2000.

CAMPOS, Terezinha Calil Padis. **Psicologia hospitalar**: a atuação do psicólogo em hospitais. São Paulo: E.P.U, 1995.

CHIATTONE, Heloisa Benevides de Carvalho. A significação da psicologia no contexto hospitalar. In: ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. (Org.). **Psicologia da saúde**: um novo significado para a prática clínica. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2011.

CHIATTONE, Heloisa Benevides de Carvalho; SEBASTIANI, Ricardo Werner. **Curso Introductório em Psicologia Hospitalar**. Biblioteca Nêmeton, Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Saúde. São Paulo: Pioneira, 1991.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como Organizar e Administrar uma Cooperativa**: Uma Alternativa para o Desemprego. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DAMASCENO, Benito Pereira. **Avaliação neurológica básica nas síndromes psico-orgânicas**. In: BOTEGA, Neury José (org.). Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; BOCK, Ana Mercês Bahia. **Desenhando a Psicologia**: Uma reflexão sobre a formação do psicólogo. Psicologia Revista, n. 2, p. 140-150. São Paulo: Faculdade de Psicologia da PUC, 1996.

LO BIANCO, Ana Carolina et al. **Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica: implicações para a formação**. In: Conselho Federal de Psicologia (org.). Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a profissão. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

MELO, Aline Ferreira de. **História da saúde mental no Brasil: entre a desassistência e a atenção integral**. Campina Grande: UEPB, 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/13130/1/PDF%20-%20Aline%20Ferreira%20de%20Melo.pdf>. Acesso em: 12 jun.2021.

MOREIRA, Ricardo. **Conhecendo a Unimed: tudo o que o médico precisa saber sobre sua cooperativa e não tinha a quem perguntar**. 2. Ed. Curitiba: Kairós, 2012.

PINTO, Fausto Eduardo Menon. **Psicologia Hospitalar: breves incursões temáticas para uma (melhor) prática profissional**. Rev. SBPH, Rio de Janeiro , v. 7, n. 2, p. 1-12, dez. 2004 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582004000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2021.

RIBEIRO, José Mendes; DIAS, Aline Inglez de Souza. **Políticas e inovação em atenção à saúde mental: limites ao descolamento do desempenho do SUS**. Rio de Janeiro: ENSPSA, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2011.v16n12/4623-4634/pt/#ModalArticles>. Acesso em: 09 mai.2021

ROCHA, Denise Abigail Britto Freitas. **Formação e monitoramento de juristas leigos: a experiência de uma ONG com educação popular na região sisaleira da Bahia**. R.I. UFBA, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10193>. Acesso em: 13 jun.2021

SALMAN, Laila Abdul Karim; PAULAUSKAS, Davi Oscar Cabral. **Humanização em Unidade de Terapia Intensiva**. Rio de Janeiro, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso da 5ª Turma de Pós-Graduação em Medicina Intensiva Adulta, do Instituto Terzius e Faculdade Redentor.

SANTOS, Fábila Monica Souza dos; JACÓ-VILELA, Ana Maria. **O psicólogo no hospital geral: estilos e coletivos de pensamento**. Ribeirão Preto: Paidéia, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/97fK7YyR5rdDftpCrJYScDt/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun.2021

SARAFINO, Edward P. **Context and Perspectives in Health Psychology**. In: SUTTON, S.; BAUM, A.; JOHNSTON, M. The Sage Handbook of Health Psychology. London: Sage Publications, 2004.

SEBASTIANI, Ricardo Werner. **Histórico e evolução da psicologia da saúde numa perspectiva latino-americana**. In: ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. (Org.). Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica. 1. Ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

TAVARES, Suyane Oliveira et al. **Interdisciplinaridade, Multidisciplinaridade ou Transdisciplinaridade**. Santa Maria: Curso de Psicologia da UNIFRA, 2012.

TEIXEIRA, José A. Carvalho. **Psicologia da saúde**. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2004. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/214/pdf>. Acesso em: 02 jun.2021.

SOBRE OS AUTORES

Ellen Gonçalves Pereira

Graduanda em Psicologia pelo Instituto de Ensino Luterano do Brasil ILES/ULBRA de Itumbiara-GO.

Matheus Silva Santos

Graduando em psicologia pelo Instituto de Ensino Luterano do Brasil ILES/ULBRA de Itumbiara-GO.

Quétsia Jemina Azevedo

Graduanda em psicologia pelo Instituto de Ensino Luterano do Brasil ILES/ULBRA de Itumbiara-GO.

Taciane Oliveira Tenório

Graduanda em psicologia pelo Instituto de Ensino Luterano do Brasil ILES/ULBRA de Itumbiara-GO.

CAPÍTULO 4

AS TEORIAS DA PSICOLOGIA SOB A ÉGIDE DE CHRISTIAN WOLFF E SEUS IMPASSES SOCIAIS: UMA COMPILAÇÃO

Carla Barcelos Nogueira Soares

Ceneida Ferraiuoli Paes

João Carlos de Aquino Almeida

RESUMO

Os debates acerca da psicologia remontam à Grécia Antiga desde os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles. Na Idade Média, a psicologia era percebida sob uma perspectiva teológica, já que o Clero dominava a camada política e intelectual, bem como o estudo do psiquismo. Durante o renascimento, com o recrutamento da primazia da Igreja, acontecem as descobertas de Copérnico e René Descartes possibilitando o estudo da Anatomia, da Fisiologia e da Psicologia em um contexto humanista e antropocêntrico, que permitiu uma maior expansão dessas áreas do conhecimento. No século XVIII, Christian Wolff ensaiou a psicologia como uma ciência, ramificando-a em duas vertentes: psicologia racional e psicologia empírica. Embora suas obras tenham sido perpetradas na Universidade de Halle e nos jornais da época, suas teorias não foram aceitas pela sociedade intelectual e política da época e, ainda na contemporaneidade, há uma certa exclusão. Este ensaio visa esboçar as justificativas que levaram a este movimento com o fito de investigar o posicionamento político e intelectual de Wolff.

Palavras-chaves: Psicologia. Filosofia. Teoria wolffiana.

INTRODUÇÃO

O filósofo e matemático alemão Christian Wolff nasceu em 24 de janeiro de 1679 em Breslau, cidade de Baixa Silésia, na Polônia, período da história da Alemanha denominado de “Iluminismo alemão” (*Aufklärung*), que compreende todo século XVIII. Sua formação foi esculpida em uma época posterior à Reforma Protestante em que discussões teológicas profundas permeavam a sociedade. Como tais controvérsias geravam incertezas sobre o

conhecimento teológico, o filósofo ingressou na Universidade de Jena, em 1699, para estudar matemática e filosofia natural. Nos idos de 1702, defendeu a dissertação intitulada *Philosophia practica universalis, mathematica methodo conscripta* o que lhe permitiu obter um grau acadêmico de Privatdlozent¹.

Wolff foi autor da obra *Elementa Matheseos Universae*, escrita em 5 volumes, que teve nove edições entre 1713 e 1742. No lumiar de 1717, publicou o *Anfangsgründe der aller Mathematischen Wissenschaften* (Princípios básicos de toda a ciência matemática). As obras filosóficas de Wolff foram influenciadas por Leibniz, uma vez que, regularmente, entre o período de 1704 e 1716, tais filósofos mantiveram correspondência. Ademais, Pedro, o Grande, teve Wolff como conselheiro científico de 1716 a 1725, ajudando-o a estruturar a Academia de Ciências de São Petersburgo, na Rússia.

O filósofo, em função do grande impacto que seus estudos e pensamentos causaram na filosofia e educação alemã, fora considerado um dos maiores intelectuais de sua era. A divulgação de seus escritos aconteceu em inúmeros jornais da Alemanha e, ainda, as universidades introduziram tais obras² como base no currículo de seus sistemas de filosofia, atitudes que espalharam influência do autor em diferentes direções pelas décadas seguintes (ARAUJO e PEREIRA, 2010; ARAUJO, 2012). Wolff foi o filósofo alemão mais importante entre Leibniz e Kant. Petry (2012) explica que, no século XVIII, reinava nas universidades as obras de Christian Wolff, que dividia a metafísica em quatro partes: a ontologia, a cosmologia, a teologia e a psicologia.

Blackall (1959) e Tonelli (1967) ponderam que Wolff ampliou o conhecimento matemático ao publicar manuais que abrangem a matemática com um vocabulário básico para a língua alemã, os quais se inscreveram nas universidades e ainda permanecem intactos (BLACKALL, 1959; TONELLI, 1967, *apud* ARAUJO, 2012). Ademais, seu destaque alvoreceu também na arena da filosofia, uma vez que concatenou, entre os anos de 1713 e 1726, a terminologia básica da filosofia alemã com seus tratados publicados em alemão (BLACKALL, 1959). Destacou-se, ainda, na arena da psicologia por ter uma importância histórica, definindo a psicologia como a ciência daquilo que é possível por meio da alma humana (SAULTIÉL, 2012).

Porém, como seu estudo sobre a psicologia foi conduzido apenas de forma teórica, pode-se afirmar que Wolff ensaiou a psicologia como ciência de modo filosófico. Apesar

1 O *Privatdlozent* (PD) distinção acadêmica em países de língua germânica que indica que o aluno cumpriu sua formação básica e se encontra capacitado para lecionar.

2 Entre os textos e obras do autor podemos citar: *Discursus prealiminaris de philosophia in genere* (1728/2006.); *Brevis comentatio*; *Lógica Latina*; *Metafísica alemã* (1728/1983)

disso, suas considerações sobre a psicologia não devem ser desconsideradas ou reprimidas, uma vez que possuem uma importância ímpar para a história da psicologia, principalmente por abrir caminhos para que os conceitos de Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920) se concretizassem na psicologia. Araújo (2020) salienta que o Wolff estabeleceu o vocabulário psicológico básico de toda a tradição alemã posterior. Tal revolução terminológica deu-se no início da carreira de Wolff, no primeiro período em que viveu em Halle, até ser expulso da Prússia em 1726.

No entanto, Boring (1950), um dos mais importantes historiadores da psicologia, pondera que a influência de Wolff sobre os psicólogos alemães foi pouco significativa (BORING, 1950). Este trabalho possui o fito de discorrer sobre a trajetória de Wolff no campo da psicologia a fim de elucidar suas propostas e discorrer sobre os motivos que levaram as teorias do campo da psicologia a não serem aceitas pela academia alemã do século XVIII, fato ainda perpetuado na atualidade. Antes de adentrar especificamente na importância de Wolff para a psicologia, faz-se necessário compreender o contexto no qual a psicologia wolffiana se sucedera. Para tanto, será apresentado um breve contexto histórico acerca do surgimento da psicologia enquanto ciência.

RELATOS HISTÓRICOS SOBRE O SURGIMENTO DA PSICOLOGIA

Desde a Grécia Antiga, a psicologia era cotejada pela filosofia na figura de Sócrates, cuja preocupação era determinar o limite que separa os homens dos animais, a saber, a razão (BOCK *et al.*, 2001). Foi o primeiro pensador da subjetividade por contemplar as ideias em um movimento de interiorização da reflexão e de valorização da subjetividade. Platão, dando continuidade ao pensamento de seu mestre, assumiu uma visão dualista, sustentava que a mente e o corpo tinham naturezas e funções diferentes. Bock *et al.* (2001) explicita que:

O passo seguinte é dado por Platão (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates. Esse filósofo procurou definir um “lugar” para a razão no nosso próprio corpo. Definiu esse lugar como sendo a cabeça, onde se encontra a *alma* do homem. A medula seria, portanto, o elemento de ligação da alma com o corpo. Este elemento de ligação era necessário porque Platão concebia a alma separada do corpo. Quando alguém morria, a matéria (o corpo) desaparecia, mas a alma ficava livre para ocupar outro corpo (BOCK *et al.*, 2001, p.42)

Assim, Platão inscreve um novo viés sob o pensamento do corpo e da mente o que resultou no pensamento de que a alma tem existência além do corpo. Aristóteles diverge de seus antecessores por explicitar que a alma e o corpo estão juntos e que a primeira não

possui existência além da segunda. Dessa forma, em meio às controvérsias, entre os filósofos gregos que surge a primeira tentativa de sistematizar uma Psicologia (BOCK *et al.*, 2001).

O aparecimento e desenvolvimento do cristianismo foi uma das características do domínio do Império Romano nas regiões da Grécia, parte da Europa e do Oriente Médio. Por volta de 400 d.C., as invasões bárbaras proporcionam uma desorganização econômica e o domínio de território. Contudo o cristianismo se fortaleceu e, além da fratura do Império Romano, se perpetuou como a ideologia dominante da Idade Média. Como a igreja católica monopolizava o saber e o estudo do psiquismo, a Psicologia estava interligada com a perspectiva teológica cristã (BOCK *et al.*, 2001).

Santo Agostinho (354-430) e São Tomás de Aquino (1225-1274) representam o ápice da intelectualidade deste período. O primeiro foi influenciado pela teoria de Platão sobre o conceito de corpo e alma. Já o segundo, fora inspirado pela visão aristotélica, resgatada dos filósofos muçulmanos e garantiu à igreja o monopólio para o estudo do psiquismo, apesar da crise que se instalou devido ao aparecimento do protestantismo. Somente 200 anos após a morte de São Tomás de Aquino, iniciam várias transformações na Europa. Novas terras foram descobertas, gerando acumulação de riquezas na França, Itália, Espanha e Inglaterra (nações em formação) (BOCK *et al.*, 2001). Nesse contexto, emergiu um novo modo de organização social e econômico, despontando também a valorização do homem. Este período é denominado de Renascimento ou Renascença e na linha temporal se situa entre os séculos XV e XVI.

Nos idos de 1543, Copérnico revoluciona o conhecimento humano ao afirmar que o planeta Terra não é o centro do universo. Em 1610, as primeiras descobertas da Física moderna ocorreram quando Galileu estudou a queda dos corpos. Tais avanços corroboram para a sistematização do conhecimento científico, uma vez que inicia a normatização de métodos e regras básicas para a construção do conhecimento científico (BOCK *et al.*, 2001).

René Descartes (1596-1659), criador do sistema cartesiano, deu origem à Filosofia Moderna, com sua célebre citação “*cogito, ergo sum*”, afirmando, em contraposição ao teocentrismo medieval, que todas as coisas as quais pudessem existir dúvidas, deveriam ser descartadas. Ademais, separou o corpo da mente (alma, espírito) ponderando que aquele é uma máquina e esta é a substância pensante. Este advento possibilitou o estudo do corpo morto e, conseqüentemente, o avanço da Anatomia e Fisiologia, fato considerado de suma importância para o avanço das ciências da saúde, incluindo a Psicologia (BOCK

et al., 2001). No próximo item será abordada a trajetória de Cristian Wolff e suas contribuições na Psicologia.

Wolff e seu percurso na Psicologia

A marca do século XVIII está no desenvolvimento de inúmeras áreas científicas. Vidal (2000), pondera que a psicologia como ciência iniciou seu desenvolvimento também naquele século. Pereira (2012) elucida que os desdobramentos do conhecimento psicológico durante o XVIII, no contexto alemão, possuem como referência a psicologia de Christian Wolff (1679-1754), o autor esclarece que:

Wolff estabeleceu, pela primeira vez no pensamento ocidental, a noção de psicologia como disciplina autônoma, científica, embasada tanto empírica quanto racionalmente, e fundamental para diversos campos do conhecimento. Entre suas contribuições mais conhecidas, estão: a elaboração de um vocabulário psicológico original; a fundação da tradição alemã da “psicologia das faculdades”; o estabelecimento da subárea da *psicometria*, e a fixação da clássica divisão da psicologia em *psicologia empírica* e *psicologia racional*, presente em grande parte dos debates psicológicos até o século XX (PEREIRA, 2012, p.11).

Araújo (2012) afirma que Wolff explorou o conteúdo principal da psicologia na obra *Metafísica Alemã* (Wolff, 1720/1983), que apresenta a metafísica wolffiana completa e sucintamente, organizada de forma que cada um dos capítulos corresponde a uma de suas partes. Contudo, foi somente com a obra *Discurso Preliminar sobre a Filosofia em Geral* (1728/1963) – numa introdução geral aos tratados latinos, que contém uma clara apresentação da teoria wolffiana da divisão e do método das ciências (ARAUJO e PEREIRA, 2010) –, que seu projeto psicológico ganhou contornos definitivo, uma vez que:

Em seu sentido mais geral, ela é “aquela parte da filosofia que se ocupa da alma” (Wolff, 1728/2006, p. 39). Assim, ela é parte da metafísica (que tem como objetos de estudo Deus, a alma e o mundo em geral) e está, portanto, a serviço da filosofia como um todo. Isso significa que não há, no pensamento wolffiano, uma autonomia da psicologia, no sentido de uma disciplina separada da atividade filosófica (ARAUJO, 2012, p. 1018).

No entanto, esta definição geral da psicologia não fora suficiente para convencer Wolff, já que a característica do conhecimento filosófico estava na busca pela razão para o que é possível, então, para o filósofo alemão, o objetivo da psicologia seria encontrar, por meio do estudo da alma, explicações plausíveis acerca das coisas consideradas possíveis e, partindo da experiência, defendeu a criação de uma disciplina específica para investigar

essa experiência psíquica: a psicologia empírica (ARAUJO, 2012), na qual a práxis estabelece os princípios a partir dos quais a razão pode ser dada para as coisas que podem ocorrer através da alma humana (ARAUJO e PEREIRA, 2010, p 103).

Nas palavras de Araújo e Pereira (2010), para Wolff (1728/2006, p. 39), a psicologia é aquela parte da filosofia que trata da alma, ela é a ciência das coisas que são possíveis através da alma humana. Petry (2012) ressalta que Wolff explicou a vida psíquica em termos de faculdades: imaginar, lembrar, sentir, etc. Importa mencionar que uma ciência da alma não era estranha nem ao ideário medieval nem ao renascentista (ARAUJO, 2020) e que Wolff continua defendendo uma linha de pensamento que condiz com o que se acreditava naquela época. Araújo (2020) elucida que:

com base nas traduções dos textos de Aristóteles para o latim, a partir do século XII, constituiu-se nos séculos seguintes uma nova tradição de estudos psicológicos, reunidos sob a expressão *scientia de anima*, que consistia fundamentalmente em paráfrases, comentários e interpretações do *De Anima*, como atestam os trabalhos de Santo Tomás de Aquino (1225-1274), Jean Buridan (1300-1358) e Nicole Oresme (1323?-1382), entre outros (e.g., BOER, 2013; ZUPKO, 1997). Nesse contexto, a psicologia, entendida como *scientia de anima*, era inicialmente uma parte da filosofia natural. Aos poucos, porém, os debates em torno da alma intelectual vão provocando transformações no modo de se conceber a *scientia de anima*, que culminarão não só na separação entre o nível empírico e o metafísico, mas também no dualismo cartesiano (e.g., DES CHENE, 2000, 2001; PERLER, 2009; SALATOWSKY, 2006, apud ARAUJO, 2020).

A compreensão da psicologia de Wolff deve partir deste contexto, sendo a primeira contribuição³ do autor para o desenvolvimento da psicologia científica. Para Wolff a noção de psicologia deriva da definição da filosofia que é a ciência dos possíveis na medida em que podem ser (WOLFF, 1728/2006, apud ARAUJO e PERREIRA, 2010). Vale salientar que todas as disciplinas do sistema wolffiano são compostas de uma parte racional e de uma parte empírica que providencia os princípios e as proposições da primeira. Para Wolff tais princípios são importantes e devem derivar da experiência, segundo Cunha (2016):

O ponto de partida da ética wolffiana encontra-se no postulado mais básico de sua psicologia racional, a saber, que a alma é uma substância simples que tem como característica essencial a capacidade de representar o mundo. A alma é, em outras palavras, a única substância cuja força é concebida como uma *vis repraesentativa*, ou seja, como a capacidade de representar a si mesma e as coisas. Portanto, todas as atividades ou alterações do espírito devem ser interpretadas à luz de uma única faculdade e de acordo com o modo como suas *representações* lhe são perceptíveis (CUNHA, 2016, p. 463)

Quanto a parte empírica, Wolff (1728/2006) afirma que:

3 O aprofundamento das contribuições de Wolff não é pertinente neste momento.

na física experimental (§ 110), devem ser arranjados em sequência, de maneira que a razão de princípios subsequentes possa ser descoberta em princípios anteriores. Por essa razão, nós criamos uma parte da filosofia, chamada de psicologia empírica, na qual a experiência estabelece os princípios a partir dos quais a razão pode ser dada para as coisas que podem ocorrer através da alma humana. Assim, eu defino a psicologia empírica como a ciência que estabelece através da experiência os princípios a partir dos quais a razão é dada para aquelas coisas que ocorrem na alma humana (WOLFF, 1728/2006, p. 64, *apud* ARAUJO e PEREIRA 2010).

Dessa forma, a psicologia empírica deve ser perscrutada por meio da dedução lógica partindo de definições de princípios:

Para distinguir a psicologia empírica daquela parte da filosofia que nós definimos acima (§ 58) sob o nome de psicologia, vamos agora designar a última como psicologia racional. [...] na psicologia racional, nós derivamos *a priori* de um conceito único de alma humana todas as coisas que são observadas *a posteriori* como pertencentes à alma e todas as coisas que são deduzidas dessas observações (WOLFF, 1728/2006, p. 65, *apud* ARAUJO e PEREIRA, 2010).

Assim, Wolff distingue a psicologia racional da psicologia empírica (GOMES, 2005) – aquela complementa esta (ARAUJO, 2020) – e esclarece que o conhecimento filosófico é distinto do conhecimento empírico (história) da seguinte forma:

Está claro, portanto, que a psicologia empírica corresponde à física experimental e pertence, assim, à filosofia experimental [ênfase minha]. Está igualmente claro que a psicologia empírica e a física experimental, quando são exercidas de acordo com o nosso método, não são partes da história. Pois a psicologia empírica não apenas cataloga o que é observado na alma. Ela também estabelece a partir daí conceitos das faculdades e dos hábitos, além de outros princípios. Ela fornece até mesmo a razão para algumas coisas. E aquilo que é próprio do conhecimento filosófico não pode ser classificado como conhecimento meramente histórico. (WOLFF, 1728/2006, pp. 64-65, *apud* ARAUJO, 2012).

Segundo Wolff (1728):

Na psicologia racional, tomando por base apenas o conceito de alma humana, derivamos *a priori* todas as coisas que lhe pertencem e que são observadas *a posteriori* e deduzidas de alguma observação, tal como convém ao filósofo (WOLFF, 1728, §.112, p. 51, *apud* ARAUJO 2020).

Ao dividir tenuamente a psicologia empírica da psicologia racional, Araújo (2020) explica que:

Wolff tinha uma dupla preocupação. De um lado, ele queria separar um conhecimento mais seguro e mais próximo à experiência comum de um conhecimento mais abstrato e especulativo. De outro, ele queria evitar que as pessoas rejeitassem indiscriminadamente o conhecimento psicológico em geral, como se todo ele fosse fruto de especulações polêmicas e/ou fantasiosas. Dada a importância da psicologia para a filosofia prática, Wolff estava muito preocupado em garantir o estabelecimento seguro de princípios psicológicos extraídos da

experiência que pudessem ser posteriormente utilizados como base para a ética e a política (WOLFF, 1728, §.112 *apud* ARAUJO, 2020).

Sendo assim, podemos ressaltar que Wolff ensaiou a psicologia como ciência separando em dois ramos: psicologia empírica e psicologia racional. Seu pensamento foi acolhido pelas universidades alemãs e muito difundido nos jornais da Alemanha, conforme já mencionado. Porém, Wolff foi demitido da Universidade de Halle em 1723 e expulso da Prússia em 1726 devido aos ditames do Clero. Além disso, Immanuel Kant (1724 -1804), na obra *Crítica da razão pura* (1781), criticou a psicologia empírica, uma vez que, para este filósofo, apenas a razão pura pode ser a base de uma verdadeira *faculdade superior de apetição* na medida em que ela é capaz de determinar a vontade por si mesma sem nenhuma influência das inclinações, seja qual for (CUNHA, 2016); ademais, no mesmo livro, Kant negou a validade da psicologia racional pondo em xeque o pensamento de Christian Wolff.

Por que as teorias de Wolff não foram aceitas?

Araújo (2020) elucida que a publicação da *Metafísica Alemã* (WOLFF, 1720) trouxe para Wolff uma série de problemas pessoais e profissionais, que acabaram levando não só à sua demissão da Universidade de Halle (sede do pietismo⁴), mas também à sua expulsão da Prússia em 1726. Isso se deve ao fato de a psicologia wolffiana está ligada a uma série de propósitos que ia de encontro a práxis do sistema em que o autor estava inserido. Pereira (2012) explicita que seus conceitos e princípios são utilizados como fundamento tanto na teologia natural quanto na filosofia prática, e são concebidos como fonte de certeza para estas disciplinas. Wolff pretendia encontrar fundamentos seguros, racionais, tanto para a religião quanto para a moral, que cooperassem, mas não se limitassem à fé (École, 2001; Hettche, 2009; Lach, 1953, *apud* PEREIRA, 2012).

Neste ponto, há uma fusão de controvérsias sobre o pensamento de Wolff, porque a Igreja Católica influenciava política e intelectualmente a Alemanha, principalmente em Halle, onde havia um domínio da corrente pietista na universidade em que Wolff fazia parte do corpo docente. Esse contexto impeliu a práxis da teoria do filósofo, já que, na visão dos pietistas, o pensamento wolffiano conduzia ao determinismo moral e ao ateísmo, com participação direta do conhecimento psicológico (PEREIRA, 2012). O autor explica que:

⁴ Movimento que provém do luteranismo que valoriza as experiências individuais do crente. Emergiu no século XV, e teve seu auge entre 1650-1800.

Em primeiro lugar, a perspectiva geral da teologia natural de que a contemplação da alma e do mundo conduz ao conhecimento de Deus foi tomada como uma heresia frente às escrituras, isto é, à teologia revelada; no que diz respeito à doutrina empírica da alma, a demonstração de uma necessidade no domínio das atividades volitivas foi muitas vezes interpretada como irreconciliável com a liberdade do homem, e a tentativa de fundamentação da moral nestas bases foi tida como ateísmo; na parte racional, a defesa da harmonia pré-estabelecida foi tomada como expressão de determinismo, pois nela tudo deve ocorrer necessariamente de forma constante e sucessiva, sem intervenção de Deus. De forma geral, para os pietistas a psicologia de Wolff conflitava com a perspectiva religiosa de livre arbítrio e de poder divino, e ameaçava princípios fundamentais da fé cristã (PEREIRA, 2012, p. 108).

Desse modo, Christian Wolff, por meio de seu posicionamento sobre o estudo da psicologia, coloca em xeque os valores religiosos causando uma indisposição entre o seu pensamento sobre a psicologia empírica e a psicologia racional e os valores defendidos pela igreja. Assim, embora o filósofo tenha definido o estudo da psicologia como ciência, suas declarações acerca da psicologia incomodavam a igreja, pois a Alemanha estava marcada pelo poderio do Clero, que via nas teorias wolffianas uma forma de contestação à visão de mundo. Esse confronto de ideias dá início a discussões teóricas e morais sobre a psicologia wolffiana. Outrossim, a teoria wolffiana da alma ganha espaço na discussão entre o público não especializado sobre as objeções de Bequignole, um oficial do exército prussiano, e não um filósofo profissional (PEREIRA, 2012). Esses eventos levaram a expulsão de Wolff da Prússia em 1726.

Em seu exílio, Wolff trabalhou como professor de Matemática e Filosofia na Universidade de Manburgo, situada no estado de Hesse, Alemanha. Araújo (2020) expõe que a defesa da harmonia pré-estabelecida, parte fundamental de sua psicologia racional, foi um dos fatores que mais contribuiu para as acusações contra Wolff. O retorno do filósofo à Prússia somente acontece em 1741 a pedido do novo rei, quando Wolff se torna reitor da Universidade de Halle, onde permaneceu até sua morte em 1754. Durante o período que esteve exilado não pôde defender suas ideias na Alemanha. Contudo, seu legado permitiu que Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920) fundasse a psicologia científica e criasse o Laboratório de Psicologia na Universidade de Leipzig, na Alemanha.

Vale ressaltar, ainda, que o pensamento de Wolff influenciou Immanuel Kant, que se formou na linha do racionalismo wolffiano, todavia criticou tanto as ciências empíricas quanto as ciências racionais e negava que a psicologia pudesse se constituir como ciência em qualquer um dos tipos (PETRY, 2012). A obra *Crítica da Razão Pura* (1787/2008), segundo Pereira (2012):

rompe definitivamente com a concepção de metafísica de Wolff, eliminando o continuum entre a dimensão empírica e a racional do conhecimento, e concebendo a possibilidade de um conhecimento metafísico totalmente a priori, do que segue, conseqüentemente, uma reforma de sua noção de psicologia (PEREIRA, MARCELLOS, LEITE & ARAUJO, no prelo, *apud* PEREIRA, 2012).

Immanuel Kant assegurou a divisão wolffiana entre a psicologia racional e a psicologia empírica, todavia, para Kant não há uma aceitação daquela ser considerada doutrina da alma; quanto a psicologia empírica, na visão de Kant, há eliminação da contraparte racional, perdendo seus princípios puros a priori, ficando sem conexão com a metafísica e sendo reduzida a uma descrição da experiência, ou a uma parte da antropologia (Kant, 1787/2008, *apud* PEREIRA, 2012). Pereira (2012) salienta que:

Nos Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza, esta crítica é aprofundada, e Kant oferece, além da eliminação da parte racional da psicologia, quatro argumentos para a não aceitação da psicologia empírica como ciência genuína: (1) a impossibilidade de aplicação da matemática aos fenômenos do sentido interno, que só possuem uma dimensão (o tempo); (2) a inviabilidade da realização de uma análise real do material revelado pela observação interna; (3) a impossibilidade de submissão completa de um sujeito aos nossos propósitos; e (4) as distorções provocadas pela auto-observação ou introspecção como método de estudo (PEREIRA, 2012, p 109).

Kant visa ao combate da ciência da alma de Wolff no seu aspecto racional e empírico. Assim, as teorias woffianas, que garantiam a certeza do conhecimento psicológico adquirido por experiência comum e experimento, a determinação da essência e propriedades espirituais da alma, e até mesmo o conhecimento matemático dos fenômenos psíquicos, são colocadas em xeque (PEREIRA, 2012). Os pesquisadores de psicologia da época rememoraram o pensamento de Kant tentando superar seus vetos, contudo, ainda na contemporaneidade, este é um assunto que requer muita discussão, e pouco considerado entre os psicólogos. Ante ao exposto, considera-se a crítica kantiana um referencial lógico e metodológico indispensável para os desenvolvimentos da psicologia a partir do século XVIII. Pereira (2012) declara que:

De fato, ela se tornou tão amplamente conhecida, que até que estudos mais recentes investigassem os desenvolvimentos da psicologia anteriores a ela, e apontassem suas 112 dependências em relação a eles (e.g., Feuerhan, 2003; Sturm, 2006, 2010), ela foi tomada como a única palavra em psicologia da época, ofuscando as demais contribuições do período (PEREIRA, 2012, p. 110).

Kant também discordava da forma que Wolff trabalhara o fenômeno volitivo – preocupado em diferenciar o fato patológico e a motivação genuína – para Kant, o filósofo alemão não capta o que é propriamente moral na vontade (CUNHA, 2016). Cunha

(2016) esclarece que é perceptível que este problema seja consequência do caráter intelectualista da filosofia wolffiana, que concebe a vontade como resultado de uma atividade intelectual de comparação entre representações. O autor explicita, ainda que:

Kant sugere que é imprescindível que a vontade seja devidamente analisada dentro de um contexto *próprio*, levando em consideração as regras específicas e a lógica interna de seu funcionamento. Isto é, a faculdade da vontade, ou seja, a faculdade superior de apetição, deve ser interpretada como uma capacidade *sui generis* (CUNHA, 2016, p.647).

Assim, mesmo que Wolff possuía uma teoria acerca da psicologia que a ensaiasse como ciência, para a igreja católica, o filósofo defendeu ideias ateístas devido a afirmar que a moral manter-se-ia mesmo prescindindo a existência de Deus. Além disso, ao aderir ao determinismo racionalista de Leibniz, foi acusado, pela mesma instituição de determinista. Como consequência dessas atitudes, foi demitido da Universidade de Halle em 1723 e a expulso da Prússia em 1726. Esses eventos podem ser considerados um mártir na vida de Wolff que pôs em xeque suas teorias diante da elite política e intelectual da época. Ademais, as críticas de Kant sobre o modo que Wolff vislumbrava a psicologia e a explicava provocou impasses entre os pesquisadores, trazendo à baila críticas acirradas sobre a sua teoria, gerando inquietude sobre os pensamentos wolffianos que ainda perdura na sociedade intelectual, principalmente no Brasil, dificultando a aceitação de seus conceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Grécia Antiga constitui o berço da psicologia, uma vez que Sócrates já ponderava sobre a razão como o limite que diverge o homem dos animais. Platão delimitou a cabeça como lugar para a razão no corpo e, ainda, Aristóteles explica que a alma e o corpo estão juntos e interligados não havendo existência própria de alma. Na Idade Média, a igreja católica se fortaleceu e monopolizava o conhecimento do psiquismo, então, a psicologia e os conceitos religiosos estavam imbricados. Os maiores expoentes do pensamento filosófico medieval foram Santo Agostinho (354-430), que se espelhou na teoria de Platão, e São Tomás de Aquino (1225-1274), que agregou os conceitos de Aristóteles, garantindo à igreja o monopólio para o estudo do psiquismo. O Renascimento ou Renascença (século XIV ao XVII) trouxe uma nova roupagem para o conhecimento científico, uma vez que as visões filosóficas de Copérnico e René Descartes imprimiram um novo olhar sobre o fazer

científico, dando origem a uma visão antropocêntrica de mundo que possibilitou o estudo de Anatomia e Fisiologia contribuindo para o surgimento da Psicologia como uma ciência independente da visão Teológica.

O século XVIII, marcado pela revolução científica, foi o período em que as ciências se ramificaram e se desenvolveram. Christian Wolff (1679-1754) foi filósofo e matemático autor de diversas obras entre elas podemos citar: *Elementa Matheseos Universae* (1713/1742), *Anfangsgründe der aller Mathematischen Wissenschaften* (Princípios básicos de toda a ciência matemática) (1717) *Metafísica Alemã* (1720). Suas abordagens abarcaram a filosofia e a sociedade alemã, uma vez que suas obras impactaram de forma determinante o meio acadêmico e se popularizaram através da imprensa alemã. Destacou-se na área da matemática, filosofia e psicologia, uma vez que direcionou terminologias para vocabulário alemão específico para cada uma dessas áreas cognoscentes.

A noção de psicologia como disciplina autônoma e científica foi estabelecida por Wolff no pensamento ocidental com o tratado⁵ metafísico “Pensamentos racionais sobre Deus, o mundo, a alma bem como as outras coisas em geral”, denominado de *Metafísica Alemã* (1720) e, principalmente, com a obra *Discurso Preliminar sobre a Filosofia em Geral* (1728/1963) que delineou definitivamente a psicologia como ciência. Wolff ramificou a psicologia em duas vertentes: psicologia empírica e psicologia racional. Enquanto a primeira dava origem a um conhecimento, a posteriori, por meio das coisas e dos seres materiais e imateriais, a segunda dava origem a um conhecimento, a priori, de sua essência, de sua razão ou possibilidade.

No entanto, Wolff sofreu perseguição e foi impedido de continuar seu trabalho na Universidade Halle em 1723 e expulso da Prússia em 1726, porque os seus conceitos e princípios se contrapunham aos ideais da igreja Católica que influenciavam a cúpula política e intelectual na Alemanha, especialmente em Halle, onde havia domínio da corrente petista. Retornando em 1741, após a morte do Rei de Prússia e a implantação de seu sucessor, Wolff permaneceu lá até 1754, ano de sua morte.

Ademais, a obra *Crítica da Razão Pura* (1887/2008) de Immanuel Kant contemplou duras críticas ao pensamento wolffiano, uma vez que rompera com a concepção de metafísica de Wolff, combatendo a ciência da alma no seu aspecto racional e empírico e discordando da abordagem do filósofo sobre o fenômeno volitivo. Tais divergências culminaram em investigações de pesquisadores da época e é palco de discussões entre os estudiosos contemporâneos até hoje que tentam combater os vetos kantianos.

⁵ Cunha (2016, p. 644)

Ante ao exposto, é possível salientar que os motivos que levaram as teorias de Wolff não serem aceitas foram sua contraposição aos valores teológicos e a crítica kantiana que, com seus vetos, influenciou e ainda continua influenciando os pesquisadores de psicologia.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Saulo de Freitas. O lugar de Christian Wolff na história da psicologia. *Universitas Psychologica*, 11(3), 1013-1024, 2012.

ARAUJO, Saulo de Freitas. A ideia de uma Ciência da Alma: Christian Wolff e o Surgimento da Psicologia Científica na Alemanha. *Dois Pontos*, Curitiba, São Carlos, volume 17, número 1, p. 44-51, agosto de 2020. ISSN 2179-7412. DOI: 10.5380/dp.v17i1.74871

ARAUJO, Saulo de Freitas; PEREIRA, Thiago Constâncio Ribeiro. A relação corpo-alma na Metafísica Alemã (1720) de Christian Wolff. *Memorandum*, 19, p. 101-114, Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, 2010.

BOCK, Ana Marques Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, MARIA de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BORING, Edwin G. *A history of experimental psychology* (2nd.). New York: Appleton-Century-Crofts, 1950.

BLACKALL, Eric. *The emergency of German as a literary language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1959.

CUNHA, Bruno. Sobre uma faculdade superior de apetição compreendida como razão prática: Kant em diálogo com Wolff. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 135, Dez./2016, p. 641-657

GOMES, Amandio. Distinção entre psicologia racional e psicologia empírica já havia sido feita por Christian Wolff. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, v. 17 - nº 1, p. 103-111, Jan./Jun. 2005

PETRY, Ana Maria. *Franz Bretano: o conceito, o objetivo e o Método de uma "Psicologia do ponto de vista empírico"*. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

PEREIRA, Thiago Constâncio Ribeiro. *A concepção de psicologia na Metafísica Alemã (1720) de Christian Wolff*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 2012.

SAULTIÉL, Eduardo Ruttike von. *Wolff e o jovem Kant: os princípios de contradição e de razão e a prova da existência de Deus*. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Orientador: Profª Drª Sílvia Altimann, Porto Alegre, RS 2012.

VIDAL, Fernando. "The Eighteenth Century as 'Century of Psychology.'" *Jahrbuch Für Recht Und Ethik / Annual Review of Law and Ethics*, vol. 8, 2000, pp. 407–434. JSTOR, www.jstor.org/stable/43579329.

SOBRE OS AUTORES

Carla Barcelos Nogueira Soares

Mestre em Cognição e Linguagem - UENF

Carla10soares@gmail.com

Ceneida Ferraiuoli Paes

Especialista em Saúde Coletiva – ISECENSA

Especialista em Saúde do Idoso e Gerontologia – UCAM/RJ

Especialista em Arteterapia com ênfase na educação - UNIFLU

ceneidapaes@gmail.com

João Carlos de Aquino Almeida

Doutor em Ciências

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

jalmeida@uenf.br

CAPÍTULO 5

O MERCADO DE TRABALHO PARA O RECÉM-FORMADO EM FISIOTERAPIA E SUA SATISFAÇÃO COM A GRADUAÇÃO

Maria Rita Martins da Rocha

Gabriely Martos Lemes

Julia de Deus Fernandes

Letícia Maria Silva Cardoso

Marisa Dias de Andrade

Fábio José Antonio da Silva

RESUMO

A fisioterapia é uma ciência responsável pelo desenvolvimento, conservação e recuperação das funções cinético funcionais. Ela ganha cada vez mais espaço em sua atuação na assistência à saúde, em contrapartida o aumento da demanda do curso superior o mercado de trabalho encontra-se saturado. O presente trabalho é uma pesquisa de levantamento de dados, de caráter descritivo e quantitativo, constituída por 34 recém-formados de fisioterapia de um curso superior na cidade de Ourinhos-SP, em que foram aplicados os questionários: Desafios Encontrados no Mercado de Trabalho, Satisfação Profissional do Fisioterapeuta e Escala Satisfação no trabalho. Foram analisadas respostas dos questionários de todos os participantes sobre questões, como: o tempo de profissão, inserção no mercado de trabalho, remuneração, dificuldades e desafios para ingresso no mercado de trabalho, relevância dos conhecimentos adquiridos na universidade, a valorização, a atuação e a segurança no exercício da profissão, oportunidades oferecidas pelo trabalho, grau de realização, metas e relações interpessoais, estado físico do ambiente de trabalho, supervisões, cumprimentos de acordos, autonomia, negociações trabalhistas e participação nas decisões no ambiente de trabalho. Foi possível observar alto nível de satisfação nos aspectos de valorização. Em contrapartida, um baixo nível de realização profissional. Existe um alto nível de insegurança na atuação profissional, entretanto existe a preservação do ânimo e mantém um certo grau otimismo em construir uma carreira profissional realmente valorizada nos diversos âmbitos da Fisioterapia.

Palavras Chave: Fisioterapia. Mercado de trabalho. Satisfação no emprego.

INTRODUÇÃO

A Fisioterapia é uma ciência, que visa tornar possível o desenvolvimento, recuperação ou conservação das funções cinético-funcional do indivíduo. Compreende os níveis primário, secundário e terciário de atenção à saúde que são respectivamente o de promoção em saúde; diagnóstico e tratamento; e reabilitação de incapacidades funcionais (FILHO; BARBOSA; RODRIGUES, 2009).

Desde a antiguidade em 4000 a.C., a fisioterapia já era discutida, movida pelo anseio em sanar as doenças. Na época as práticas terapêuticas estavam nas mãos dos sacerdotes, e se davam por meio de técnicas e utensílios rudimentares, como o uso do peixe-elétrico na realização da eletroterapia. Por volta de 2.690 a.C., surge na China os primeiros registros do uso da cinesioterapia e logo depois na Índia. A Fisioterapia chegou na Europa no início do século XIX, surgem então as primeiras escolas de fisioterapia na Alemanha, ganhou destaque mundial somente ao chegar na Inglaterra. Em 1948 foi criada a World Confederation for Physical Therapy (WCPT) em Londres, que aliada à Organização Mundial da Saúde (OMS), buscava a ativação da fisioterapia no mundo. (BRANDENBURG; MARTINS, 2012).

No início do século XX, surgiu a Fisioterapia no Brasil, com o status de curso técnico, porém somente em 1969 ganhou respaldo legal, passou a ser reconhecida como curso superior, juntamente com esse novo status foram estabelecidas atividades restritas ao fisioterapeuta. O profissional de Fisioterapia passou então a atuar em áreas diversas, como por exemplo centros de reabilitação, unidades de terapia intensiva, centros comunitários, entre outros (FILHO; RODRIGUES, 2010).

No ano de 1975 surgiu o Conselho Federal através da lei de nº6.316, nomeado então como Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), foram apenas três anos mais tarde que surgiram nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife os primeiros Conselhos Regionais chamados CREFITO - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Com a criação desses Conselhos foram publicadas resoluções, as quais visavam a autonomia, competência e exclusividade do mercado de trabalho para o fisioterapeuta. Nesse contexto, a fisioterapia buscava desvincular-se do estigma de somente atuar no processo de reabilitação do paciente, passou a ser

compreendido como o profissional que atua no campo da saúde, em toda a sua plenitude (BARROS,2003).

Para Almeida e Guimarães (2009) a fisioterapia obteve cada vez mais espaço, o número de instituições que oferecem o curso superior no Brasil se expandiu de maneira rápida e notória, com isso enquanto em 1991 se formavam 1.951 fisioterapeutas por ano, em 2007 o número de formados na área saltou para mais de 14.000 por ano. Com esse aumento de novos profissionais nessa área da saúde o mercado de trabalho se tornou e vem se tornar cada vez mais competitivo, com isso em evidência, os fisioterapeutas veem apenas dois caminhos para facilitar o ingresso no mercado de trabalho, são eles: possuir uma especialização e a realização durante a sua graduação de estágios extracurriculares voluntários. Por este motivo, os profissionais estão sempre em busca do aprimoramento dos cursos profissionalizantes como recursos para o exercício da profissão, portanto, precisa adquirir o pleno conhecimento e domínio da tarefa e de como ela é executada (MEDEIROS; GONÇALVES, 2009).

O mercado exige do profissional que além do domínio técnico, se tenha uma formação geral, onde o cidadão profissional seja capaz de olhar para a saúde dos outros indivíduos de maneira mais sensível. A criação de Políticas da Saúde que valorizam o fisioterapeuta e seu trabalho, visam promover a inserção do profissional na comunidade, tornando assim a relação entre fisioterapeuta e paciente mais natural (RODRIGUES, 2008).

Em diversas áreas da saúde, se não em todas, se fez necessário a implantação de práticas e técnicas mais humanizadas, na fisioterapia não foi diferente. Atualmente, o termo humanização consiste na capacidade de ofertar uma boa qualidade no atendimento, que passou a empregar da melhor maneira os avanços tecnológicos, com busca de acolher a comunidade no melhor ambiente e com as melhores condições de trabalho. Fica incumbido ao fisioterapeuta dar atenção integral aos usuários de seus serviços, não somente no âmbito físico, mas também no âmbito humano, social e ético. De maneira geral, o fisioterapeuta deve estar sensibilizado, para que consiga acolher o ser humano na sua integridade e excentricidade, com o dever de saber o seu papel, para com aqueles que acometidos com alguma enfermidade buscam seus serviços (SILVA; SILVEIRA, 2011).

O Fisioterapeuta adquire cada vez mais espaço, em numerosas áreas, mesmo que encontre dificuldades em um mercado de trabalho saturado. (TRELHA, 2007).

Na última década, os cursos de ensino superior do país foram abertos de forma incontrolável, o que ocasionou um aumento maciço na oferta de profissionais de saúde no mercado de trabalho (PAULA, 2007).

A variedade de opções do campo da fisioterapia e o grande número de profissionais formados, levou a um mercado de trabalho cada vez mais crescente e acirrado. Nesse caso, devem ser avaliadas as características das Instituições de Ensino Superior (IES), como história e tradições, reconhecimento do Ministério da Educação (MEC), infraestrutura, os estágios, as disciplinas oferecidas, métodos de avaliação que são determinantes quanto a importância para o desenvolvimento profissional e competentes (DA SILVA et al, 2018).

O objetivo do trabalho buscou investigar, de forma descritiva e quantitativa, os índices de satisfação em torno da inserção no mercado de trabalho e os desafios encontrados nesse processo, a partir de um instrumento de coleta e levantamento de dados (questionário) que avalia as respostas de trinta e quatro profissionais, com idade entre 23 e 43 anos, recém-formados em fisioterapia por uma instituição de ensino superior de Ourinhos (SP).

MÉTODO

Delineamento da pesquisa

O trabalho desenvolvido trata-se de um estudo de caso, de caráter descritivo e quantitativo.

A pesquisa quantitativa faz uso da quantificação, tanto no processo da coleta de informações, quanto na análise e tratamento das mesmas. Busca a validação de hipóteses por meio de dados estatísticos, quantifica os dados e generaliza os resultados. O ponto principal do método de pesquisa quantitativa, é definir de maneira muito específica a composição e o tamanho da amostra, para que essa por sua vez, possa ser transformada em estatística (OLIVEIRA, 2011).

Aspectos éticos

No questionário, a primeira questão constituía o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sobre o objetivo deste estudo e convidados a participar do mesmo e se aceitavam participar da pesquisa.

Local e período de realização da pesquisa

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário eletrônico (online) adaptado no Google Forms no qual os participantes respondem via *internet*. É importante salientar que, conforme destaca Calliyeris, Las casas, (2012) o método de coleta *online* pode ser caracterizado como uma forma metodológica semelhante a outros métodos tradicionais como as entrevistas pessoais e por telefone: A pesquisa conduzida pela Internet é composta por perguntas evidentes para todos entrevistados, ela é de baixo custo, maior velocidade, é adequado para os participantes, existe a possibilidade para que o entrevistado interaja conforme sua conveniência, para que resolva tópicos sensíveis e o fornecimento interno de recursos técnicos é totalmente aplicável a tecnologia. É importante frisar que, como em qualquer pesquisa quantitativa, os dados aqui apresentados não representam uma realidade íntegra e total, ou mesmo uma verdade absoluta, mas uma fração, uma parte de determinada realidade em questão. No período de agosto a setembro de dois mil e vinte.

Participantes

Participou do estudo recém-formados em fisioterapia, com idade entre 23 e 43 anos, por uma instituição de ensino superior de Ourinhos (SP), cidade localizada na região sudoeste do estado de São Paulo, a 370 quilômetros da capital.

Procedimento para coleta de dados

Para coletar os dados, utilizaram-se três questionários, todos de múltipla escolha, compostos de questões fechadas e semiestruturadas, que possibilitaram dados uniformes. O primeiro, o questionário de anamnese (Anexo 1), apresenta questões referentes às características pessoais (nome, sexo e idade), bem como características da atividade profissional (tempo de profissão, inserção no mercado de trabalho e remuneração). Esse

questionário intitula-se “Desafios Encontrados no Mercado de Trabalho”, e apresenta dez questões.

O segundo, para analisar a “Satisfação Profissional do Fisioterapeuta”, adaptado de Bueno e Nunes (2011) (Anexo 2), contém onze questões. Já o terceiro, para avaliar a “Satisfação no Trabalho”, foi desenvolvido e validado por Meliá, Peiró e Calatayud (1986), denominado como instrumento S20/23 – que é uma versão reduzida por Martins (2006) Questionário S4/82 – e contém 20 perguntas. Esse questionário era composto por 14 fatores e 116 itens e, após adaptações, passou a ter 6 fatores e 45 itens, nomeado como “Escala Satisfação no trabalho” (S20/23) (Anexo3).

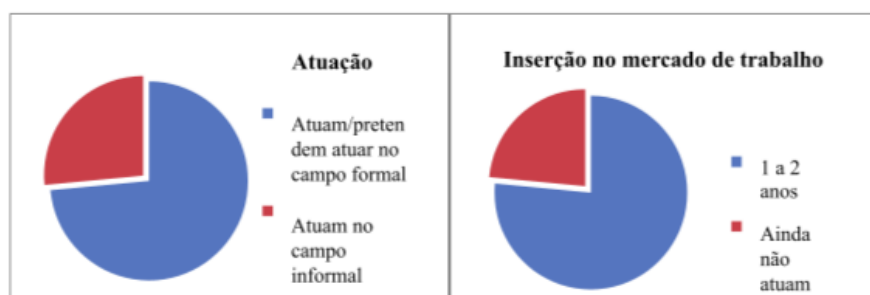
RESULTADOS

O questionário abarcou respostas de trinta e quatro profissionais recém-formados, composto por vinte e sete pessoas do sexo feminino e sete pessoas do sexo masculino, com idade entre 23 e 43 anos, de uma instituição de ensino superior de Ourinhos (SP).

O questionário de anamnese, o primeiro, intitulado “Desafios Encontrados no Mercado de Trabalho”, apresenta dez questões referentes às características pessoais (nome, sexo e idade), bem como características da atividade profissional: tempo de profissão, inserção no mercado de trabalho, remuneração, dificuldades e desafios para ingresso no mercado de trabalho e a relevância dos conhecimentos adquiridos na universidade. Esse questionário é baseado em Silva (2018).

Sobre a atuação (conforme destacam as figuras 1 e 2), 73,5% dos participantes responderam que atuam/pretendem atuar no campo formal, enquanto 26,5% responderam atuar na informalidade. A inserção ao mercado de trabalho, a maioria dos recém-formados, (76,5%), respondeu que levou de 1 a 2 anos para ingressar, e os restantes, (23,5%), ainda não atuam na área.

Figura 1 e Figura 2, respectivamente.



Fonte: elaboração própria, baseado em Silva (2018).

No que se refere aos principais desafios encontrados pelos recém-formados para a inserção no mercado de trabalho, 38,2% apontam o pouco conhecimento na área como o principal fator, bem como outros 38,2%, que declaram a falta de experiência como a principal dificuldade encontrada; 14,7% relatam que o mercado está saturado; e outros 8,8% apontam a escassez de concursos públicos. Segue o gráfico:

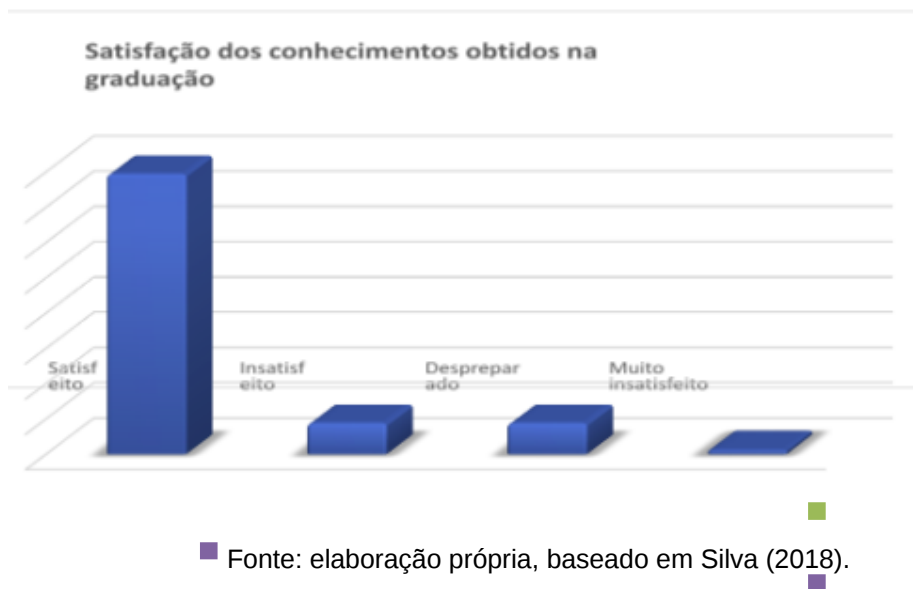
Figura 3- Dados obtidos por meio do Questionário 1 - “Desafios Encontrados no Mercado de Trabalho”, que apresenta os desafios encontrados pelos recém-formados para a inserção no mercado de trabalho:



Fonte: elaboração própria, baseado em Silva (2018).

Apesar das dificuldades encontradas, a maioria quase unânime, (97%), acredita estar satisfeita com a escolha profissional. Sobre a relevância e/ou suficiência dos conhecimentos adquiridos na universidade para a atuação profissional, 79,4% dos participantes, os conhecimentos obtidos na graduação são relevantes e suficientes para atuar no mercado de trabalho; outros 8,8% apontam insatisfação sobre a questão levantada; bem como 8,8%, se sentem despreparados, e outros 2,9% mostram-se muito insatisfeitos com os conhecimentos adquiridos, entendidos como insuficientes para a atuação profissional. Apresentamos o quadro:

Figura 4 - Dados obtidos por meio do Questionário 1 - “Desafios Encontrados no Mercado de Trabalho”, que apresenta a satisfação sobre a relevância e/ou a suficiência dos conhecimentos adquiridos na universidade para a atuação profissional.



Há dados, também, sobre a satisfação dos profissionais em relação à remuneração (figuras 5): 11,8% dos participantes relatam que satisfaz apenas as necessidades básicas; 23,5% dizem estar razoavelmente satisfeitos; outros 23,5% declaram ganharem abaixo da média do mercado, enquanto outros 41,2% afirmam que ainda há espaço para discussão e melhora da remuneração. Ao tratar da satisfação sobre a valorização da profissão e do profissional (Figura 6), 61,8% dos participantes encontram-se insatisfeitos com a valorização da profissão; 20,6% se dizem satisfeitos; 14,7% declaram muito insatisfeitos; e apenas 2,9% acreditam estar muito satisfeitos. Conforme apresentam os gráficos:



Figura 5 e Figura 6, respectivamente. Fonte: elaboração própria, baseado em Silva (2018).

Em relação ao fato de já ter sofrido preconceito em algum momento (Figura 7), em decorrência da escolha do curso, 82,4% dos recém-formados responderam negativamente, enquanto o restante, 17,6% disse já ter vivenciado uma situação de preconceito por conta da profissão:



Figura 7. Fonte: elaboração própria, baseado em Silva (2018)

Sobre a existência de ofertas de emprego na cidade de cada participante, 88,2% destacam que as ofertas não são muito boas para a área da fisioterapia. A percentagem dos participantes que acreditam existirem possibilidades de serem promovidos a um cargo mais elevado é de 100%.

No Questionário 2, intitulado “Satisfação Profissional do Fisioterapeuta”, adaptado de Bueno e Nunes (2011), são apresentadas onze questões, as quais tematizavam a formação, a valorização, a atuação e a segurança no exercício da profissão. Sobre a valorização da profissão por parte da família, pacientes, amigos e demais colegas da área de saúde, além da realização profissional, apresentamos a tabela:

Figura 8 - Dados obtidos por meio do Questionário 2 - “Satisfação Profissional do Fisioterapeuta”, que apresenta os índices sobre a satisfação em relação à valorização da profissão em diversas conjunturas:

Espectro	%
Família e amigos	85,3%

Colegas de profissão	97,1%
Demais colegas das áreas de saúde	73,5%
Pacientes	70,6%

Fonte: elaboração própria, adaptado de Bueno e Nunes (2011).

Sobre a satisfação em relação à valorização profissional nos diversos espectros, 85,3% responderam sentir-se valorizados pela família e amigos; 97,1% declaram que se sentem valorizados pelos colegas de profissão; 73,5% destacam a valorização dada pelos demais colegas das áreas de saúde; e 70,6% declaram receber reconhecimento por parte dos pacientes atendidos.

No que se refere ao exercício da profissão, 100% dos participantes relataram estar formados há um ano. Dentro do campo de atuação, 84,9% declaram estar empregados em média há um ano, contra 15,1% que ainda não atuam. No quesito de realização profissional, no entanto, somente 41,2% dizem estar realizados profissionalmente; 72,7% das respostas destacam que levaram em torno de um ano para realizarem-se profissionalmente.

Com percentuais altos, 82,4% das respostas apontam à insegurança na atuação profissional – um resultado que se relaciona, de alguma forma, com os 64,7% dos participantes que responderam terem tido alguma dificuldade na aplicação das técnicas apreendidas durante a formação. Para complementar, as respostas também destacam que, apesar de tais dificuldades, 85,3% dos recém-formados afirmam nunca terem pensado em desistir da profissão.

Para destacar a questão do trabalho enquanto realização pessoal de cada participante (Figura 9), 65,6% dos participantes se mostram parcialmente satisfeitos; 12,5% totalmente satisfeitos; 12,5% indiferente; e apenas 9,4% apresentam-se parcialmente insatisfeitos. Distribuímos os resultados no gráfico abaixo:

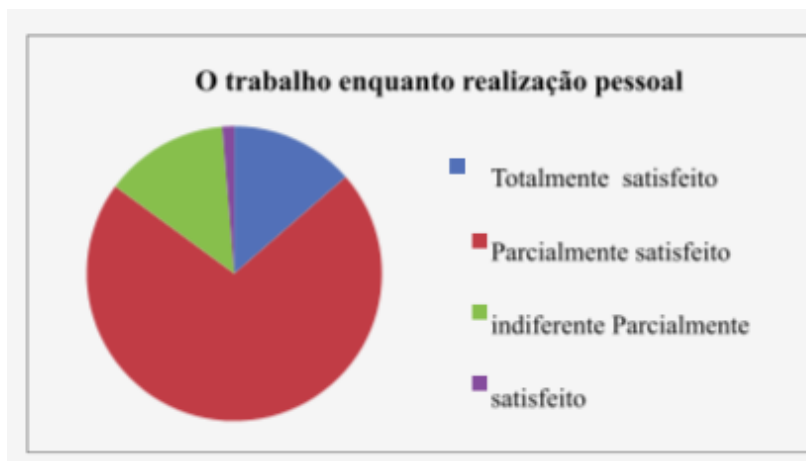


Figura 9. Fonte: elaboração própria, adaptado de Bueno e Nunes (2011).

A terceira parte, “Escala de satisfação no trabalho (s20/23)”, contém vinte perguntas e um questionário adaptado de Meliá, Peiró e Calatayud (1986). Essa parte está subdividida em “insatisfação com o suporte organizacional”, “insatisfação com a utilidade social da organização e do trabalho”, “insatisfação com relacionamento afetivo no trabalho”, “insatisfação com o reconhecimento profissional”, “insatisfação com a inadequação da chefia e com falta de oportunidades” e “insatisfação com a sobrecarga de trabalho”. Cada questão possui um grau de satisfação de 1 a 5, onde 1: totalmente insatisfeito, 2: parcialmente insatisfeito, 3: indiferente, 4: parcialmente satisfeito, 5: totalmente satisfeito.

Separamos a apresentação das respostas em três blocos: 1) sobre as oportunidades oferecidas pelo trabalho, grau de realização, metas e relações interpessoais, 2) sobre o estado físico do ambiente de trabalho e 3) sobre as supervisões, cumprimentos de acordos, autonomia, negociações trabalhistas e participação nas decisões no ambiente de trabalho. No primeiro bloco, os resultados foram os seguintes:

Figura 10 - Dados obtidos por meio do Questionário 3 – “Escala de satisfação no trabalho (s20/23)”, sobre os índices de satisfação em torno das oportunidades oferecidas pelo trabalho, grau de realização, metas e relações interpessoais:

	Totalmente insatisfeito	Parcialmente insatisfeito	Indiferente	Parcialment e satisfeito	Totalmente satisfeito
Trabalho enquanto fator de realização	-	9,4%	12,5%	65,6%	12,5%
Oportunidade s oferecidas para fazer atividades em que se destaca	-	15,6%	6,3%	62,5%	15,6%
Oportunidade s oferecidas para fazer atividades que mais gosta	-	9,4%	6,3%	53,1%	31,3%
Em relação aos objetos e metas que deve alcançar	-	-	6,2%	68,8%	25%
Relações interpessoais com as instâncias de poder	3,1%	3,1%	12,5%	50%	31,3%

Fonte: elaboração própria, adaptado de Meliá, Peiró e Calatayud (1986).

A maioria dos participantes, (65,6%), respondeu estar satisfeita com o trabalho, configurado como fator de realização pessoal; outros 12,5% declaram estar totalmente satisfeitos com o trabalho enquanto realização pessoal; a mesma percentagem, 12,5%, se apresentam como indiferentes, e apenas 9,4% disseram estar parcialmente insatisfeitos.

Com relação às oportunidades que o trabalho oferece para fazer atividades em que se destacam, 62,5% dos participantes disseram estar parcialmente satisfeitos, enquanto 15,6% declaram totalmente satisfeitos, 15,6% parcialmente insatisfeitos e 6,3% indiferentes. Sobre as oportunidades que o trabalho oferece para fazer atividades de que gosta, 53,1% alegaram sentir-se parcialmente satisfeitos; 31,3% totalmente satisfeitos, 9,4% parcialmente insatisfeitos e 6,3% indiferentes.

Nos objetivos e metas que o profissional deve alcançar, 68,8% mostram-se parcialmente satisfeitos, 25% totalmente satisfeitos, e 6,3% indiferentes – que marcam percentagem 0 no índice de insatisfação parcial. Sobre as relações interpessoais com as instâncias de poder, 50% dos participantes declaram estar parcialmente satisfeitos, 31,3% totalmente satisfeitos, 12,5% indiferentes, enquanto 3,1% totalmente insatisfeitos e 3,1% parcialmente insatisfeitos no que se trata das relações interpessoais com as instâncias de poder.

No segundo bloco, apresentamos os dados sobre a satisfação dos profissionais em relação ao ambiente de trabalho:

Figura 11 - Dados obtidos por meio do Questionário 3 – “Escala de satisfação no trabalho (s20/23)”, sobre a satisfação dos profissionais em relação ao ambiente de trabalho:

	Totalmente insatisfeito	Parcialmente insatisfeito	Indiferente	Parcialmente satisfeito	Totalmente satisfeito
Higiene e salubridade	-	-	3,1%	12,5%	84,4%
Iluminação	-	-	6,2%	12,5%	81,3%
Espaço Físico	-	6,3%	3,1%	21,9%	68,8%
Ventilação	-	-	6,2%	18,8%	75%

Climatização	-	3,1%	6,3%	25%	65,6%
--------------	---	------	------	-----	-------

Fonte: Elaboração Própria, adaptado de Meliá, Peiró e Calatayud (1986).

Como destaca a tabela, o ambiente de trabalho dos profissionais de fisioterapia apresenta altos índices de satisfação. Em relação à higiene e salubridade do ambiente, 84,4% declaram estar totalmente satisfeitos, 12,5% parcialmente satisfeitos e o restante, 3,1%, mostram-se indiferentes. Sobre o ambiente e a estrutura do espaço físico, 68,8% apontam estar totalmente satisfeitos, enquanto 21,9% parcialmente satisfeitos, 6,3% parcialmente insatisfeitos e 3,1% indiferentes. No que se refere à iluminação do local de trabalho, 81,3% estão totalmente satisfeitos, 12,5% parcialmente satisfeitos e 6,2% indiferentes. O alto índice de satisfação também é percebido no quesito “Ventilação”: 75% estão totalmente satisfeitos, 18,8% parcialmente satisfeitos e 6,2% indiferentes. Por fim, interpelados pela pergunta sobre a climatização do local de trabalho, 65,6% apresentaram-se totalmente satisfeitos, 25% parcialmente satisfeitos, 6,3% indiferentes e 3,1% disseram estar parcialmente insatisfeitos.

No terceiro e último bloco, destacamos os resultados para as questões sobre a satisfação dos profissionais em relação às supervisões, aos cumprimentos de acordos, à autonomia profissional, às negociações trabalhistas e a participação nas decisões no ambiente de trabalho.

Figura 12 - Dados obtidos por meio do Questionário 3 – “Escala de satisfação no trabalho (s20/23)”, sobre a satisfação do profissional em relação às supervisões, aos cumprimentos de normas e acordos, à autonomia profissional, às negociações trabalhistas e à participação nas decisões no ambiente de trabalho:

Totalmente insatisfeito	Parcialmente insatisfeito	Indiferente	Parcialment e satisfeito	Totalmente satisfeito
-------------------------	---------------------------	-------------	--------------------------	-----------------------

Supervisão sobre o trabalho Realizado	3,1%	-	15,6%	18,8%	62,5%
Periodicidade das inspeções realizadas	-	-	18,8%	25%	56,3%
Avaliação e julgamento do trabalho realizado	-	3,2%	12,9%	38,7%	45,2%
Participações nas decisões	-	9,1%	9,4%	28,1%	59,4%
Igualdade de tratamento	-	3,1%	12,5%	40,6%	43,8%
Apoio das instâncias superiores	3%	9,4%	18,8%	37,5%	31,3%
Possibilidade de decidir com autonomia	-	6,3%	6,3%	31,3%	56,3%
Cumprimento das normas legais e acordos coletivos de trabalho	3,1%	3,1%	6,3%	25%	62,5%
Processamento das negociações sobre a contratação de benefícios	6,2%	9,4%	15,6%	25%	43,8%

Fonte: elaboração própria, adaptado de Meliá, Peiró e Calatayud (1986).

Sobre a satisfação em relação à supervisão do trabalho que realiza 62,5% dos participantes se encontram totalmente satisfeitos, 18,8% parcialmente satisfeitos, 15,6% indiferentes e 3,1% totalmente insatisfeitos. Quando se fala da periodicidade das inspeções realizadas no ambiente de trabalho, 56,3% declaram estar totalmente satisfeitos, outros 25% parcialmente satisfeitos, e 18,8% indiferentes.

No que se refere às formas de julgamento e avaliação do trabalho do profissional (no sentido de justiça), 45,2% alegam sentir-se totalmente satisfeitos, outros 38,7% parcialmente satisfeitos, 12,9% colocam-se como indiferentes e 3,2% declaram estar parcialmente insatisfeitos com as formas de julgamento e avaliação do trabalho. Quando interpelados pela noção de igualdade de tratamento no ambiente de trabalho, os resultados são, em alguma medida, similares aos de satisfação em relação à avaliação e julgamento do trabalho realizado: 43,8% mostram-se totalmente satisfeitos, 40,6% parcialmente satisfeitos, 12,5% indiferentes, enquanto 3,1% posicionam-se como parcialmente insatisfeitos.

Sobre o índice de satisfação em relação ao apoio recebido por parte das instâncias superiores, 37,5% dos profissionais parcialmente satisfeitos, 31,3% demonstram-se totalmente satisfeitos, 18,8% indiferentes, 9,4% parcialmente insatisfeitos e 3% totalmente insatisfeitos. Em relação à possibilidade de decidir com autonomia sobre o próprio trabalho, 56,3% dos profissionais declaram estar totalmente satisfeitos com a sua autonomia, enquanto 31,3% dizem estar parcialmente satisfeitos. 6,3% se consideram parcialmente insatisfeitos – e outros 6,3% indiferentes.

É de observar que o quesito “autonomia” se aproxima de outro dado: o da satisfação na participação nas decisões e na organização da área de trabalho. Cerca de 59,4% dos profissionais disseram estar totalmente satisfeitos com a sua participação nas decisões, 28,1% parcialmente satisfeitos, 9,4% indiferentes. Há, ainda, outros 3,1% parcialmente insatisfeitos.

Quando tratamos sobre a satisfação dos profissionais em relação ao modo como são cumpridas as normas legais e os acordos coletivos do trabalho, 62,5% dos participantes consideram-se totalmente satisfeitos, 25% declaram estar parcialmente satisfeitos, 6,3% indiferentes, 3,1% parcialmente insatisfeitos e 3,1% informam estar totalmente insatisfeitos com os modos nos quais a legislação é aplicada e os acordos firmados. Por fim, em relação às formas como são processadas as negociações sobre a contratação de benefícios, 43,8% mostram-se totalmente satisfeitos, 25% parcialmente

satisfeitos e 15,6% indiferentes. Outros 9,4% alegam estar parcialmente insatisfeitos e 6,2% totalmente insatisfeitos.

DISCUSSÃO

Face ao exposto dos resultados obtidos, foi possível identificar o nível de satisfação com a graduação e com o respectivo mercado de trabalho do recém-formado do curso de Fisioterapia de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Ourinhos, no estado de São Paulo.

Para Brandão et al (2014) a satisfação é um tema que tem sido alvo de inúmeras pesquisas e que essa busca pela compreensão dos agentes influenciadores da produtividade das organizações e sobre a influência que o nível de satisfação se apresenta no trabalho pode estar relacionada com a decisão pessoal e profissional.

A presente pesquisa evidencia que o nível de otimismo dos recém-formados apresenta-se alto. Estudos apontam que mesmo diante de um cenário de desvalorização e obstáculos profissionais, os recém-formados não se arrependem de sua escolha e que isso os motiva a buscar uma melhor qualificação (SILVA, 2008).

Por se tratar de dados de uma região sócio demográfica específica, os dados desse estudo podem alterar quando lidamos com outras regiões. Os maiores desafios enfrentados pelos recém-formados que ingressam no mercado de trabalho constitui um cenário semelhante ao de outras profissões que são pouco conhecimento e pouca experiência na área, isso coloca em jogo o processo de formação universitária, a partir da necessidade de colocar-se como uma plataforma, não somente de estudos, mas também de experiências e especializações. Semelhante ao estudo de De Matos (2020) onde também se apresentou dificuldades pelos recém-formados que é a necessidade de experiência profissional, já que as empresas não consideram as atividades externas e internas ofertadas pelas universidades bem como os estágios obrigatórios não se adequam a experiência profissional necessária para ingressar no mercado de trabalho. Já Silva, Grazziano, Carrascosa (2018), aprontam que as experiências profissionais têm seu início ao longo da graduação e é aperfeiçoada no mercado de trabalho, através do contato com os pacientes e assim desenvolve habilidades de raciocínio crítico aplicada a técnicas de tratamento. As experiências adquiridas ao longo da graduação deveriam ser reconhecidas pelas empresas, pois é através desses conhecimentos que o egresso

adquire habilidades de desenvolver competências profissionais, boas condutas, trabalho em equipe, criatividade, inovação (ZABALA, ARNAU, 2015).

No presente estudo, 64,7% apresentaram dificuldades em aplicar os conhecimentos e técnicas adquiridas na formação, mas uma grande maioria, de 82,4% relataram se sentir seguros em prestar assistência os aprendizados obtidos no âmbito universitário. O estudo é semelhante aos resultados de Bueno, Nunes (2011), onde apresenta certas dificuldades em aplicar os conhecimentos a as técnicas adquiridos no âmbito universitário, mas a grande maioria se sente seguros em prestar assistência com o aprendizado obtido durante a graduação.

Os recém-formados foram indagados sobre o grau de satisfação em relação aos conhecimentos adquiridos, o qual se obteve um grau de satisfação de 79,4%, porém, os dados mostram que é necessário que as universidades ampliem sua capacidade de ofertar experiência profissional aos alunos muito antes do final do curso ou ainda que o foco seja mais direcionado na aplicação dos conhecimentos obtidos já que 82,4% dos participantes apresentam dificuldades em aplicar na prática os conhecimentos adquiridos durante os anos de faculdade, a graduação deve estar qualificada a preparar o graduando para o mercado de trabalho, com intuito de proporcionar conteúdo teórico e prático. (VENDRUSCULO, SCHETINGE, 2019). O que nos leva a crer que os conhecimentos a as técnicas obtidos na universidade estão profundamente envolvidos na formação profissional, assim como o presente estudo apresenta um alto nível de satisfação, de 79,4%, muito semelhante ao estudo de Bueno; Nunes (2011), onde os 79,19% que também se sentem seguros em atuar com os conhecimentos obtidos durante a graduação. Assim como o estudo de Freitas e Lopes (2005), a grande maioria dos profissionais se sentem preparados medialmente para a profissão, onde apresentam-se altos níveis de satisfação. Os resultados trazem concordância com o presente estudo, onde é observado que 82,4% dos participantes estão seguros com a atuação profissional, em contrapartida, apenas 41,2% se encontram realizados profissionalmente.

Para Canuto e Batista (2009), a causa de satisfação e insatisfação é agente variante de cada indivíduo relevante aos aspectos relacionados ao próprio trabalho e ao seu conteúdo, promoção, reconhecimento, condições e ambientes em que exercem suas funções, relações interpessoais, supervisão, gerenciamento, políticas e competências da instituição, o que corrobora com a presente pesquisa, que através dos dados obtidos que aponta que os participantes estão mais satisfeitos com o ambiente de trabalho do que com as relações hierárquicas, os modos como são conduzidos os processos de participação

nas tomadas de decisão, os cumprimentos de normas e acordos coletivos de trabalho, bem como, a autonomia profissional.

Porém, em consideração que o estudo do campo sociológico especializado em estudar as profissões, em que não se apega à uma determinada profissão, entendem que uma identidade profissional não é autônoma pois fatores como mercado de trabalho, organização profissional, legislação, entre outros, levam ao condicionamento de uma verdadeira identidade profissional (MENEGETTI; MITJAVILA (2009).

Após análise dos dados, constatou-se que há um grande reconhecimento de valorização profissional por amigos, familiares, colegas de profissão e outros profissionais da saúde, assim como o estudo de Lima, Jorge e Moreira (2006), onde se observou grande valorização dos profissionais de saúde de um hospital pediátrico. Entretanto, existe uma grande insatisfação em torno da valorização da profissão. Os recém-formados também relatam que as oportunidades ofertadas pelo mercado de trabalho não são grandes, os salários são incompatíveis com o que se esperam e há uma necessidade de uma discussão em relação ao salário oferecido aos recém-formados. Segundo Barueri e Manole (2012) fazem-se necessários políticas de saúde que abordam as mudanças salariais e também as alterações na formação acadêmica para adaptar esses novos profissionais as realidades a serem enfrentadas, ou seja, a iniciação de um processo de transformação complexo, que agrega a vida profissional desde a educação continuada até a inserção deste recém-formado no mercado de trabalho.

Diante de todas as barreiras que o profissional encontra ao longo de sua trajetória, poucos participantes já pensaram em desistir de sua carreira profissional. Segundo (LOPES; FREITAS, 2005), muitos profissionais se acomodam e não hesitam em trocar por algo melhor.

CONCLUSÃO

Com os aspectos apresentados, existe uma escassez de investigações sobre a transição dos recém-formados da universidade ao ingresso no mercado de trabalho da área de Fisioterapia, o que justifica uma necessidade de estudos, em que sejam abordadas essas questões e aprofundá-las para entender uma realidade complexa, de modo a mirar em ações e programas de inclusão desses recém-formados.

Conclui-se que, existe um alto nível de insegurança na atuação profissional, a falta de experiência na aplicação dos conhecimentos obtidos na universidade, a baixa oferta de

empregos na região do profissional – que pode acarretar um desinteresse em relação à carreira.

A formação de um profissional não se restringe apenas ao ambiente acadêmico, mas se estende durante toda uma vida profissional. Desse modo, é imprescindível manter-se atualizado em conhecimentos, de maneira a desenvolver uma prática de aprendizagem contínua.

Ainda que se encontre muitas dificuldades e as insatisfações sobre as condições de trabalho (como remuneração, participação nas tomadas de decisões, autonomia) dos profissionais de fisioterapia, esta pesquisa indica a preservação do ânimo e mantém um certo grau otimismo em construir uma carreira profissional realmente valorizada nos diversos âmbitos.

Mesmo que tenha muitos fisioterapeutas recém-formados que se ingressam no mercado de trabalho anualmente, existem poucas pesquisas que evidenciam a satisfação destes profissionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Lúcia de Jesus; GUIMARAES, Raul Borges. O lugar social do fisioterapeuta brasileiro. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v.16, n.1, p.82- 8, jan. / mar.2009.

BARROS, Fabio Batalha Monteiro de. Autonomia Profissional do Fisioterapeuta ao longo da história. **Revista FisioBrasil**, Brasil, n. 59, p.20-31, 2003.

BRANDENBURG, Cristine; MARTINS, Aline Barbosa Teixeira. FISIOTERAPIA: HISTÓRIA E EDUCAÇÃO. **XI-ECHE; I-ENHIME**, Fortaleza, 2012.

BUENO, Geisi Corrêa; NUNES, Mayco Moraes. Análise da satisfação profissional dos fisioterapeutas egressos pela UDESC de 2005-2010. **Santa Catarina: UDESC**, v. 15, p. 1-15, 2011.

CALLIYERIS, Vasiliki Evangelou; LAS CASAS, Alexandre Luzzi. A utilização do método de coleta de dados via internet na percepção dos executivos dos institutos de pesquisa de mercado atuantes no Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 13, n. 1, p. 11-22, 2012.

CANUTO, Angela Maria Moreira; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva. Concepções do processo ensino-aprendizagem: um estudo com professores de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 33, n. 4, p. 624-632, 2009.

CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves. Propriedades psicométricas do Questionário de Satisfação no Trabalho (S20/23). **Psico-USF**, v. 13, n. 2, p. 203-210, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL.

Definição de fisioterapia. Disponível em: <http://www.crefito2.gov.br/fisioterapia/definicao/--32.html>>. Acesso em: 22 setembro 2020.

DA SILVA, Danielle Chagas Pereira; GRAZZIANO, Carlos Roberto; CARRASCOSA, Andréa Corrêa. Satisfação profissional e perfil de egressos em fisioterapia. **ConScientiae Saúde**, v. 17, n. 1, p. 65-71, 2018.

DE MATOS FREITAS, Wiviane Maria Torres. PERFIL PROFISSIONAL DE EGRESSOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DO ESTADO DO PARÁ. **Revista Brasileira de Pesquisa em Ciências da Saúde**, v. 7, n. 13, p. 16-20, 2020.

FILHO, Almir Vieira Dibai. *Et al.* A PRÁTICA FISIOTERAPÊUTICA GENERALISTA E ESPECIALISTA NA CIDADE DE MACEIÓ – AL. **Fisioter. Mov.**, Curitiba, v. 22, n. 2, p. 293-303, abr./jun. 2009.

FILHO, Almir Vieira Dibai; RODRIGUES, José Erickson. Ensino Superior Em Fisioterapia No Brasil. **Fisioterapia Brasil**, Maceió, Volume 11, Número 5, setembro/outubro de 2010.

LIMA, Francisca Elisângela Teixeira; JORGE, Maria Salete Bessa; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. Humanização hospitalar: satisfação dos profissionais de um hospital pediátrico. **Revista Brasileira de enfermagem**, v. 59, n. 3, p. 291-296, 2006.

LOPES, António; FREITAS, Sandro. O primeiro emprego dos licenciados em Fisioterapia pela ESSA. **Re (habilitar)-Revista da ESSA**, n. 1, p. 49-75, 2005.

MENEGHETTI, G.; MITJAVILA, M. R. Profissões e identidades profissionais: Um estudo sobre teorias e conceitos nas ciências sociais e no serviço social. **Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2009.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística- Universidade de Santa Catarina. Santa Catarina**, 2012.

MARTINS, Maria do Carmo Fernandes; SANTOS, Gisele Emídio. Adaptação e validação de construto da Escala de Satisfação no Trabalho. **Psico- USF**, v. 11, n. 2, p. 195-205, 2006.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração. **Catalão: UFG**, 2011.

PAULA, Adriana Virgínia et al. A Graduação em Fisioterapia na Universidade Estadual do Centro-Oeste. **Revista Salus**, v. 1, n. 2, 2007.

RIBEIRO, Ana Maria Chagas Sette Camara. A formação e a atuação do profissional fisioterapeuta: um estudo com egressos da **UFMG-1982-2005**. 2006.

RODRIGUES, Raquel Miguel. A FISIOTERAPIA NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL: APROXIMAÇÕES E DESAFIOS. **Revista Perspectivas online**, volume 2, número 8, 2008.

SILVA, Erenilda Freitas da. Desafios encontrados no mercado de trabalho por recém-formados do curso de educação física do Campus IV Jacobina-BA. **Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Educação Física** – Universidade do Estado da Bahia, 2018.

SILVA, Isabella Dantas da; SILVEIRA, Maria de Fátima de Araújo. A humanização e a formação do profissional em fisioterapia. **Ciência & Saúde Coletiva**, V.16(Supl. 1):1535-1546, 2011.

SHIWA, Sílvia Regina; SCHMITT, Ana Carolina Basso; JOÃO, Sílvia Maria Amado. O fisioterapeuta do estado de São Paulo. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 23, n. 3, p. 301-310, 2016.

TRELHA, C.S. e cols, O processo de Trabalho do Profissional Fisioterapeuta. **Revista Espaço para a Saúde** - Londrina – PR v. 4 n. 1 jun; 2007.

VENDRUSCULO, Alecsandra P.; SCHETINGER, Maria Rosa Chitolina. Percepção dos discentes de fisioterapia sobre a influência da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais e do clima organizacional sobre a formação profissional. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 1, p. 5, 2020.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. Como aprender e ensinar competências. **Penso Editora**, 2015.

SOBRE OS AUTORES

Maria Rita Martins da Rocha

Discente do Curso De Fisioterapia Da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos

Gabriely Martos Lemes

Discente do Curso De Fisioterapia Da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos

Julia de Deus Fernandes

Discente do Curso De Fisioterapia Da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos.

Letícia Maria Silva Cardoso

Discente do Curso De Fisioterapia Da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos.

Marisa Dias de Andrade

Especialista e Docente do Curso De Fisioterapia Da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos.

Fábio José Antonio da Silva

Mestre em Educação – Universidade Estadual de Londrina

CAPÍTULO 6

ANÁLISE DESCRITIVA DE ANIMAIS DIAGNOSTICADOS COM DOENÇA RENAL CRÔNICA NO HOSPITAL VETERINÁRIO VETPLUS EM JOINVILLE/SC

Ana Júlia Ferreira de Souza

Diego Sebastian Carvalho de Souza

RESUMO

A Doença Renal Crônica (DRC) é uma nefropatia importante no diagnóstico médico, sendo possível a busca do tratamento que mantenha a qualidade de vida desse paciente. Possui um alto índice de mortalidade, já que afeta estruturas importantes para a filtração sanguínea bem como para a homeostase do organismo e, atualmente, não possui cura. Acomete, em sua maioria, animais idosos, progredindo frequentemente, dependendo do estágio de doença reportado. A Sociedade Internacional de Interesse Renal (IRIS) possui diretrizes que orientam o tratamento da doença, tal como seu estadiamento. Para este estudo, utilizou-se uma relação de 50 animais diagnosticados com DRC no hospital veterinário VetPlus nos anos de 2018 a 2021, em ambas das espécies canina e felina. O grupo é composto por 19 gatos e 31 cães, incluindo machos e fêmeas: 44,9% fêmeas e 55,1% machos. Foram comparadas as raças, tal como o ano de maior diagnóstico da doença. Comprovou-se que os animais idosos são os mais afetados pela DRC, entre a faixa etária de 14 a 16 anos. Para maior embasamento estatístico, foi reportado o cálculo de teste de hipótese a 5%, utilizando o método de Fisher e foi concluído que o nível de significância entre a idade e o sexo do animal pode ser descartada. Esta pesquisa traz conceitos importantes sobre os sintomas de animais acometidos, tal como dados referenciados pela IRIS.

Palavras Chaves: Doença Renal; Medicina Veterinária; Gatos.

INTRODUÇÃO

Com o avanço dos estudos em nefropatias, foi possível uma melhor compreensão das doenças renais de modo mais coeso, assim como a análise de todos os fatores que predisõem as alterações morfológicas e fisiológicas da estrutura. A doença renal crônica é uma das nefropatias mais comuns encontradas em consultórios médicos. Possui uma alta taxa de mortalidade especialmente entre animais idosos devido à sua capacidade evolutiva, uma vez que não existe reversão da doença renal crônica até o momento presente.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os fatores gerais que envolvem a DRC em cães e gatos na cidade de Joinville, Santa Catarina. Sabe-se, atualmente, que a desordem é bastante comum na rotina médica, como mostra o estudo realizado nos hospitais veterinários Banfield, em 2012. Dentre os animais avaliados, cerca de 7,9% dos gatos e 1,5% dos cães com mais de 10 anos de idade foram diagnosticados com a doença (CANIN, 2021).

O aumento de casos diagnosticados não diz respeito ao crescimento da doença, de fato, em proporção, mas sim, por meio de estudos aprofundados especialmente na área de nefrologia, os quais possibilitaram uma melhor compreensão a respeito do tema e maior êxito em diagnósticos (PIRES, 2021).

Daí a importância da análise quantitativa e qualitativa, bem como de atualização das pesquisas sobre DRC e em seus fatores agravantes. Com isso, espera-se fomentar a discussão em torno do tema e assim colaborar com o bem-estar dos animais à medida que a idade destes avança.

Para tal, utilizou-se de um estudo de caso, os animais tratados na clínica médica veterinária VetPlus na cidade de Joinville/SC, no período de 2018 a 2021, como também de referências bibliográficas e dados complementares a respeito de pequenos animais renais crônicos, tratados pela clínica. Com isso, foi possível uma discussão da prevalência de características em pacientes afetados e análise estatística das informações obtidas.

Como principal resultado desta pesquisa percebe-se que a Doença Renal Crônica (DRC) afeta cães e gatos do mesmo sexo na mesma proporção. Esta patologia acomete os animais na faixa etária de 14 a 16 anos, ou seja, idosos para estas espécies.

METODOLOGIA

O desenvolvimento foi feito com base em dados gerais coletados sobre animais afetados pela DRC e diagnosticados na clínica VetPlus, em Joinville. Foi levado em consideração a idade do animal no ano de diagnóstico. Analisou-se por meio de dados o ano de diagnóstico, nome do paciente, espécie, raça, sexo e idade. Não houve outros critérios estabelecidos. Para estudo deste tema foi utilizado também apoio bibliográfico e teste de hipótese, o modelo estatístico de Fisher, com parâmetro a 5%. (ZIBETTI,2021)

MORFOLOGIA E FISIOLOGIA DOS RINS

Os rins são estruturas parenquimatosas dotadas de formas e tamanhos variados de acordo com a espécie referida. Este mesmo órgão permanece em um estado normocorado quando é avistada a coloração pardo-avermelhada na região cortical e levemente escurecida na região medular. Estruturalmente, sua terminologia pode ser descrita por meio dos polos (cranial e caudal), das margens (medial e lateral) e das faces (ventral e dorsal) (KÖNIG, H. E.; LIEBICH, H. G., 2016).

Esses órgãos são unilobulares, isto é, possuem apenas duas curvaturas, sendo uma côncava e outra convexa, assemelhando-se a um feijão (Ellenport, 1986), formados por uma massa medular fundida. O par é situado na região dorsal abdominal, próximo às últimas costelas vertebrais, de modo que o rim direito se posiciona levemente craniado quando comparado ao esquerdo.

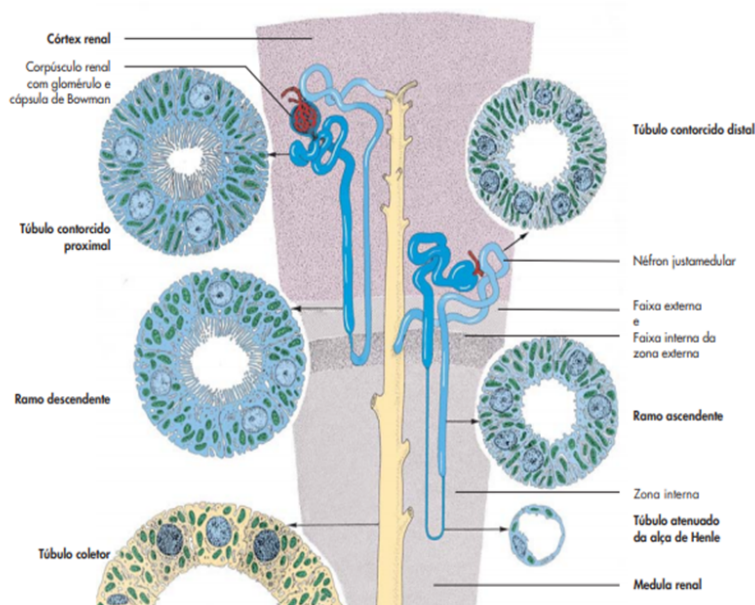
Os rins possuem um revestimento fibroso, que circunda a estrutura e adentra em sentido medial, compondo o parênquima renal e atuando na formação dos seios renais (KÖNIG, H. E.; LIEBICH, H. G., 2016). O parênquima reúne dois importantes componentes no exercício das funções estabelecidas: o córtex renal e a medula renal, passivos de visualização quando seccionados medianamente.

O córtex renal é formado por estruturas granulosas e detém a maior concentração de néfrons, estruturas dotadas de cápsula de Bowman, glomérulos, túbulos contorcidos, ducto coletor e alças de Henle, responsáveis pela filtração do sangue. Existem duas variantes destes túbulos renais, que se diferenciam quanto ao tamanho da alça de Henle

e, conseqüentemente, quanto à capacidade de filtração: néfrons corticais e néfrons justamedulares.

Os néfrons corticais são abundantes no córtex renal de mamíferos, entretanto possui uma alça de Henle encurtada, que alcança apenas a parede externa da medula renal. Enquanto os néfrons justamedulares são reduzidos, porém possuem glomérulos maiores, o que aumenta sua capacidade de filtração. Sua alça de Henle alongada penetra a medula renal, como apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Representação de néfrons corticais e justamedulares



Fonte: König, H. E.; Liebich, H. G., 2016

Quanto ao glomérulo trata-se de uma estrutura arredondada, revestida pela cápsula de Bowman, sendo o primeiro receptor sanguíneo nos rins, o qual impedirá que principalmente a proteína adentre ao sistema urinário.

A principal diferenciação no tamanho da alça de Henle dos dois néfrons citados, além da extensão, é a capacidade reabsortiva e secretora desta estrutura.

Os rins são úteis ao sistema funcional do corpo devido a sua função de homeostase, ou seja, manter aquele organismo em frequente equilíbrio por meio de funções como: excreção de substâncias nocivas, sistema tampão, regulação da pressão arterial e também funções endócrinas, como liberação hormonal.

DIAGNÓSTICO DA DOENÇA RENAL CRÔNICA - DRC

Para diagnóstico da doença os exames clínicos e laboratoriais são de suma importância no desfecho do diagnóstico da doença renal crônica em animais. Deve-se levar em consideração a anamnese realizada no paciente, tal como o histórico e dados clínicos patológicos compatíveis (GRAUER, 2009).

Na anamnese é importante saber os dados gerais do paciente, frequência de ingestão hídrica, contato com substâncias nefrotóxicas, fármacos, volume da urina, contato com outros animais, caderneta de vacinação e sintomas como polaquiúria, disúria ou hematúria e inapetência (FORD & MAZZAFERRO, 2006).

Quando há suspeita de uma doença renal de caráter agudo ou crônico, solicitam-se exames laboratoriais que acrescentam ao fechamento mais assertivo da doença. Especialmente fatores bioquímicos são levados em consideração, como concentração de Dimetilarginina Simétrica (SDMA), taxa de creatinina, proteinúria e pressão sanguínea (IRIS, 2019). Tratando-se do estudo hematológico, é comum que ao apresentarem um prognóstico de doença renal crônica, pequenos animais tendem a ter valores de série vermelha alterados, indicando anemia não regenerativa (Elliott & Brown, 2004), além de frequentes leucocitoses por neutrofilia (Elliott & Brown, 2004).

Os valores de referência para exames laboratoriais possuem uma pequena variação de acordo com o porte do animal, entretanto, pode-se levar em consideração os números estabelecidos pelo *Guidelines* da Internacional *Renal Interest Society* (IRIS) atualizado em 2019, como apresentado nas Figuras 2, 3 e 4.

Figura 2 - Valores referenciados para creatinina e SDMA considerando parâmetros normais (adaptado de IRIS, 2019)

Estágio	Creatinina do sangue ($\mu\text{mol/l}$); (mg/dl)	
	SDMA - $\mu\text{g/dl}$	
1	cães	gatos
	<125	<140
	<1,4	<1,6
	<18	<18

Fonte: Adaptado de IRIS (2019)

Figura 3 - Valores referenciados para proteinúria considerando parâmetros normais

Valores de UP/C		Classificação
Cães	Gatos	
<0,2	<0,2	Não proteinúrico
0,2 0,5	para 0,2 0,4	para Limite de proteinúria
>0,5	>0,4	Proteinúrico

Fonte: Adaptado de IRIS, 2019

Figura 4 - Valores referenciados para pressão sanguínea considerando parâmetros normais

Pressão sistólica (mmHg)	Classificação	Risco de dano futuro ao órgão alvo
<140	Normotensivo	Mínimo

Fonte: Adaptado de IRIS, 2019

ESTUDO DE CASO

Para este estudo, foi analisada a relação de pacientes classificados com DRC no hospital veterinário VetPlus, em Joinville/SC, levando em conta animais diagnosticados entre 01/08/2018 e 12/08/2021. Ao todo, somam-se 50 pacientes, incluindo cães e gatos. Em termos estatísticos a amostra foi estratificada em um grupo composto por 19 gatos e 31 cães, incluindo machos e fêmeas: 44,9% fêmeas e 55,1% machos.

ANÁLISE E RESULTADOS

Apesar das bibliografias relatarem a maior incidência de DRC em felinos do que em cães, este estudo, especificamente, demonstrou valores pouco equiparados entre ambas as espécies, incluindo um número superior de cães ao de gatos. Mostra-se que 61,2% dos pacientes diagnosticados são caninos, enquanto 38,8% são da espécie felina.

Além disso, foi realizada outra análise comparativa quanto ao sexo do animal, estando contidos cães e gatos, demonstrando que 44,9% dos indivíduos acometidos são fêmeas, enquanto 55,1% são machos. Nota-se que os valores não diferenciam significativamente entre si, tornando a sexagem uma porção não relevante para determinar a incidência da doença renal crônica em pequenos animais com base nos dados aqui apresentados.

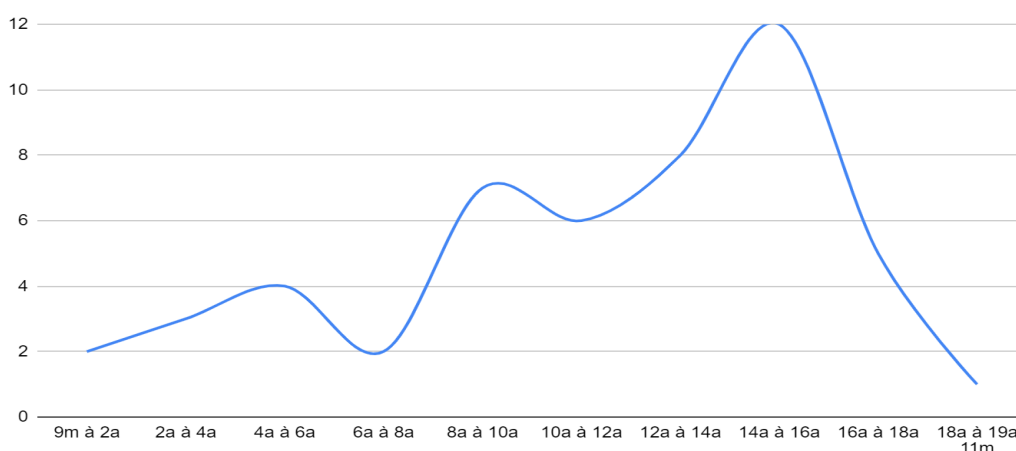
Por meio da análise de dados pertencente à VetPlus, verificando-se a idade do animal, foi possível observar que a DRC acomete em sua grande maioria animais senis, entre 14 a 16 anos.

Ao estratificar mais os dados foi possível verificar que a média etária das fêmeas afetadas é de 11 anos e 10 meses, enquanto a média dos machos é de 13 anos e 11 meses.

Foi desenvolvido o cálculo de desvio padrão a partir da média etária destes animais, convertendo meses em decimais proporcionais e considerando anos como números inteiros. Para o cão, o desvio padrão da idade é de 3,86, enquanto para o felino o valor é equivalente a 5,47.

Ao se utilizar o cálculo de probabilidade de hipótese foi possível obter a relação de dependência entre a idade e o sexo dos animais afetados, chegando a valores percentuais de 5%. Isso significa que o percentual para esta amostra pode ser considerado insignificante. Como resultado, neste caso, pode-se afirmar que a diferença estatística entre ambos os sexos não é relevante para esta pesquisa, como apresentado na Figura 5.

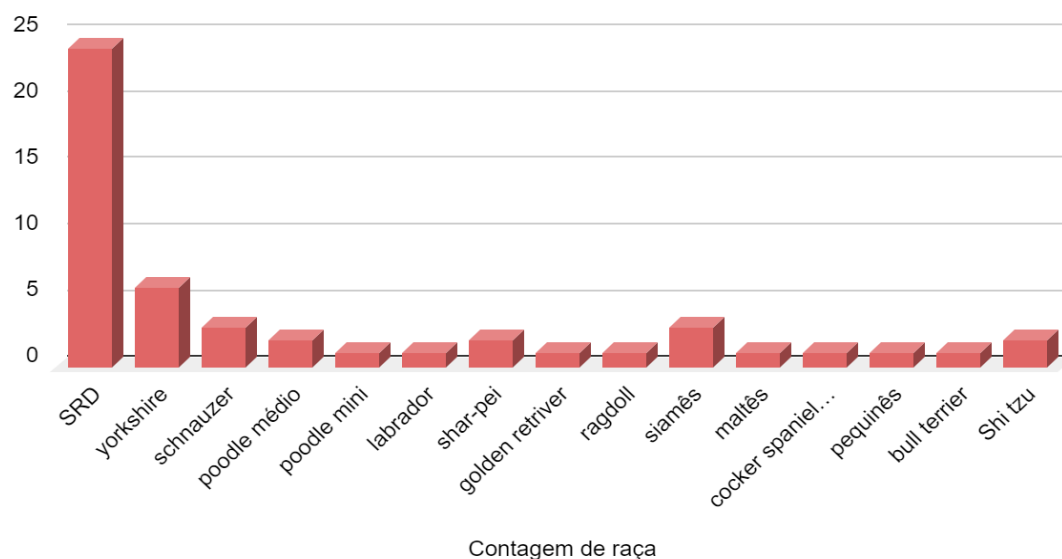
Figura 5 - Gráfico de análise quanto à faixa etária.



Fonte: Hospital VetPlus. Adaptado pelo autor. 2021

Além disso, esta pesquisa indicou que a maior parte dos animais afetados não possuem uma raça definida aparente. Apesar de a literatura trazer algumas raças com predisposição ao desenvolvimento da doença, neste caso quase 50% dos animais afetados não adotam uma origem preestabelecida.

Figura 6 - Gráfico de contagem de raças.



Fonte: Hospital VetPlus. Adaptado pelo autor. 2021

Ao analisar os dados, nota-se um aumento de animais diagnosticados com DRC no ano de 2019, como apresentado na Figura 7. Isso quando comparados aos demais anos desta pesquisa por motivos até então desconhecidos, uma vez que, devido a pandemia que está sendo vivenciada entre 2020 e 2021 acreditava-se que o tempo estendido do tutor em casa traria mais percepções sobre o animal referido. Conclui-se que se esperava o aumento de diagnósticos durante esta faixa anual.

Figura 7 - Análise quanto à faixa anual de diagnósticos.



Fonte: Hospital VetPlus. Adaptado pelo autor. 2021

CONCLUSÃO

Neste trabalho, foi possível concluir que a DRC afeta tanto gatos quanto cães na mesma proporção, acometendo ambos os sexos, já que 44,9% dos animais são fêmeas, enquanto 55,1% destes indivíduos são machos.

Outra conclusão desta pesquisa é que os animais mais afetados estão entre as faixas etárias de 14 a 16 anos, classificados como idosos. A incidência da doença entre animais de 0 a 7 anos é significativamente pequena quando comparada aos demais valores, tornando assim uma doença característica e frequente entre animais de idade avançada. Dentre os indivíduos estudados, não foi possível uma relação da síndrome com a raça de cada nefropata, uma vez que, aproximadamente 50% não apresentou uma origem preestabelecida.

Por meio do teste de hipótese constatou-se que o nível de significância entre a idade e o sexo do animal pode ser descartada. Da pesquisa realizada entre os anos de 2018 a 2021, a maior incidência de animais diagnosticados foi no ano de 2019. Esperava-se encontrar neste trabalho o maior número de animais identificados entre os anos de 2020 a 2021, uma vez que com a pandemia vivenciada, seria de praxe o contato maior do tutor com o animal e a percepção da rotina diária deste paciente, já que seria possível controlar o consumo hídrico, a frequência da urina, quantidade, o apetite e demais fatores que indicariam uma possível doença renal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELLENPORT, C.R. **Aparelho urogenital**. In R. Getty, **Anatomia dos animais domésticos**. (5ª ed.). (pp. 1481-1484). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.
- ELLIOTT, J. & Brown, S. Pocket. **Guide to renal disease in the dog and cat**. **Oxfordshire**: Nova Professional Media Limited, 2004.
- FORD, R.B. & Mazzaferro, E.M. **Patient evaluation and organ system examination**. In **Kirk & Bistner's Handbook of veterinary – procedures and emergency treatment**. (8th ed.). (pp. 384-386). Missouri: Elsevier Saunders, 2006.
- GRAUER, G.F. Urinary tract disorders. In R.W. Nelson & C.G. Couto. **Small Animal Internal Medicine**, (4th ed). (pp. 607-636; 653-659). St. Louis: Elsevier Mosby, 2009.
- IRIS Kidney - Guidelines - IRIS Staging of CKD (iris-kidney.com)**. Acesso em 2021.
- KÖNIG, H. E.; LIEBICH, H. G. **Anatomia dos animais domésticos**. Texto e atlas colorido. 4a ed., Porto Alegre: Artmed, 2016.
- VETPLUS. Hospital. **Listagem de Cães e Gatos**. Acessos em 01/08/2018 e 12/08/2021.
- CANIN. Royal. <https://portalvet.royalcanin.com.br/saude-e-nutricao/trato-renal-e-urinario/estudo-doenca-renal-cronica/>. Acesso em 2021.
- PIRES. Hugo Cardoso Martins. <https://ceiv.vet.br/artigos/nefrologia-veterinaria/>. Acesso em 2021.
- ZIBETTI. André. https://www.inf.ufsc.br/~andre.zibetti/probabilidade/teste-de-hipoteses.html#_teste_de_hip%C3%B3tese_. Acesso em 2021.

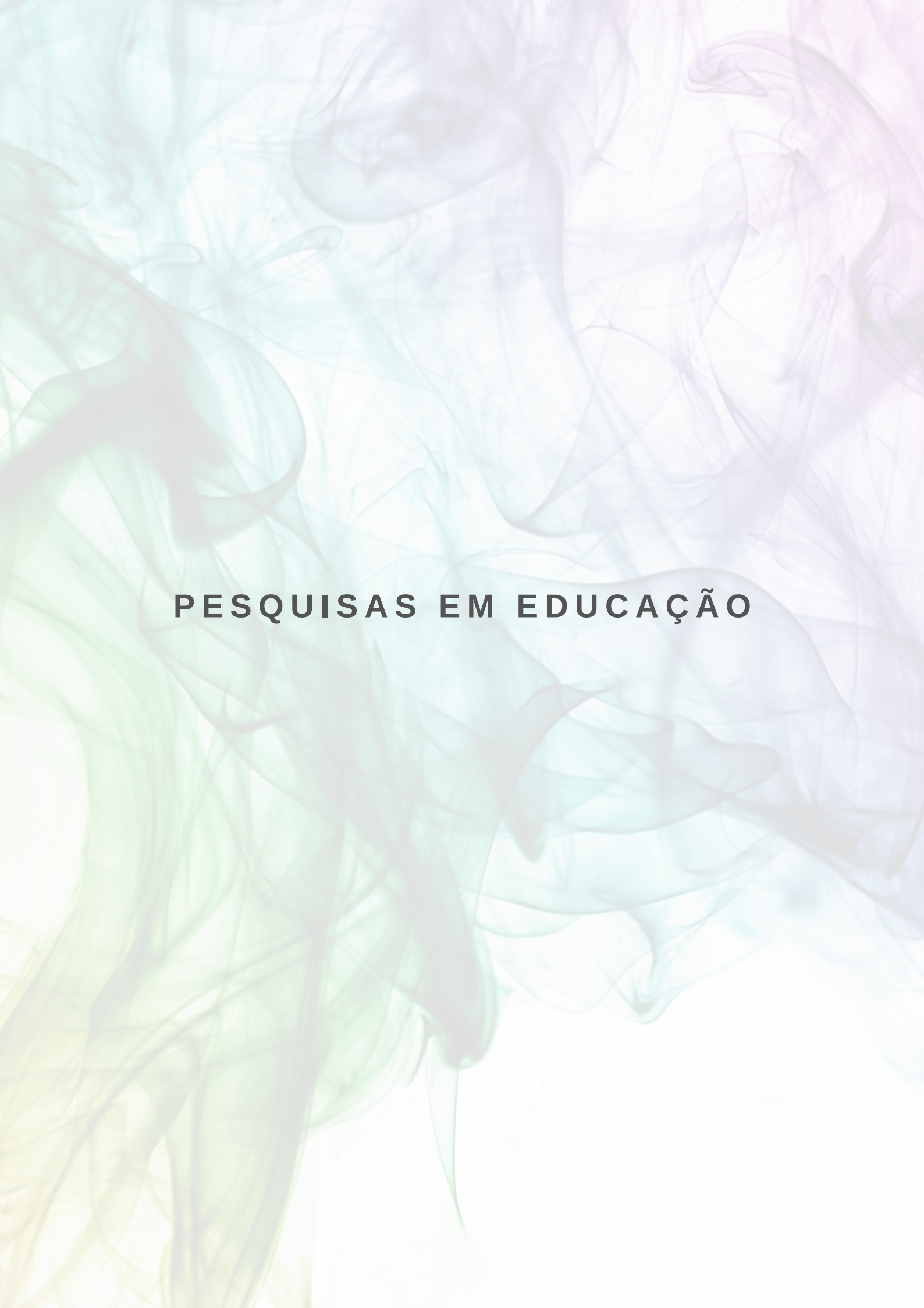
SOBRE OS AUTORES

Ana Júlia Ferreira de Souza

Graduanda em Medicina Veterinária, Instituto Federal Catarinense.

Diego Sebastian Carvalho de Souza

Possui Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental pela PUC-RJ (2020), Engenheiro Civil - UNIRJ (2020), Engenheiro Ambiental e Sanitário - CEUCEL (2011), MBA em Gestão Ambiental - IFRJ (2009), especializado em Engenharia Sanitária e Ambiental-UERJ (2015), especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho -UCP (2012), MBA de Gestão de Projeto pela FGV e especializado em Docência do Ensino Superior pela INTERVALE (2020).



PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 7

PRÁTICA DOCENTE INOVADORA: OBJEÇÕES E POSSIBILIDADES

Kaliandra Maria da Conceição Freitas Mota Lima

Maria Kalionara de Freitas Mota

Cazimiro de Sousa Campos

Luíza Ione de Moraes

RESUMO

Investigou-se com este estudo os subsídios da inovação pedagógica para a prática docente, assim como as objeções e possibilidades presentes no desenvolvimento de uma prática docente inovadora. Desenvolveu-se uma investigação de cunho bibliográfico sobre a prática docente e sua relação com a inovação, buscando fundamentação em autores como: Garcia (1989), Tardif (2002), Ramalho e Nuñez (2008), Carbonell (2002), entre outros. Verificou-se que é na sociedade do conhecimento e da informação que surgem os desafios na construção da prática docente e que os professores que desejam promover mudanças na prática pedagógica, devem buscar embasamento teórico/metodológico que propicie transformações na prática educativa.

Palavras-chave: Prática docente, Inovação Pedagógica, Educação.

INTRODUÇÃO

Atualmente, são muitos os desafios decorrentes da sociedade da informação e do conhecimento impostos à profissão docente. Fato que exige mudanças na postura do professor, ou melhor, desafia-o a assumir novas responsabilidades, a desenvolver uma prática que busque transformar a informação em conhecimento e sabedoria, o que implica mais do que conhecimento formal e escolar. Tudo isso requer um saber fazer alicerçado em princípios éticos que delineie o espaço da relação pedagógica. Saber este entendido como um saber profissional que interliga as dimensões teoria-prática. Todas essas questões orientam e justificam a presente reflexão que se constitui como o objetivo central desta problematização teórica, centrada na prática docente.

Pretende-se analisar com este trabalho como se desenvolve uma prática docente inovadora, dando ênfase as objeções e possibilidades enfrentadas pelo professor no desenvolvimento de sua profissão. Pois, de acordo com Zabala (1998, p.222) toda prática pedagógica deveria estar associada à inovação já que inovar suscita mudanças em algo que precisa ser melhorado a partir da detecção de carências e de dificuldades encontradas. Propõe-se, para tanto, empreender uma investigação qualitativa de cunho bibliográfico sobre a prática docente e sua relação com a inovação pedagógica, fundamentando-se em autores como: Farias (2006), Alarcão (2011), Garcia (1989), Tardif (2002), Arroyo (2000), Castro (2001), Carbonell (2002), Ramalho e Nuñez (2008), entre outros.

Priorizou-se a pesquisa bibliográfica por acreditar que ela possibilita a reunião de dados e informações que darão embasamento à estruturação da investigação proposta. Nessa perspectiva, incluem-se investigar práticas educativas, formas de relacionamento e atuação dos educadores, como também as objeções e possibilidades que a inovação pedagógica possibilita ao docente no desenvolvimento de sua prática pedagógica. Pretende-se também disponibilizar as instituições de ensino e aos educadores elementos para uma reflexão sobre a necessidade de inovação e/ou ruptura dos procedimentos pedagógicos e das rotinas educativas tradicionais, pois se de um lado exercem influências alienantes, de outro, já não atende as exigências do mundo moderno contemporâneo.

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE

O desempenho da prática docente é bem mais que a disseminação do conhecimento sistematizado e acadêmico adquirido durante a formação inicial. Exige um conhecimento mais complexo, construído no contexto escolar, mais especificamente na sala de aula, baseado nas experiências e nas situações vivenciadas durante o desenvolvimento da prática profissional. Sendo assim, destaca-se a relevância do conhecimento intelectual como subsidio para um exercício profissional de qualidade, pois não será possível desenvolver uma prática sem fundamentação teórica, nem tão pouco ensinar o que é desconhecido.

A partir dos anos 90, tiveram início as reformas educacionais e consequentemente iniciaram-se também inúmeras pesquisas. Autores como Alves; André (2013); Ambrosetti; Almeida (2007); Tardif (2002), entre outros, sob diferentes perspectivas começaram a analisar as mudanças que aconteceram no que se refere ao modo de organização do

trabalho docente e da formação dos professores, que certamente trazem implicações para a constituição da prática docente. Os autores supracitados ressaltam que novas funções começam a ser integradas à função docente. A fragilidade e a insegurança passam a fazer parte dos diversos contextos profissionais e ainda, tem-se a precarização do sistema educacional que reflete direta ou indiretamente na formação, na carreira, no salário, no status social e também na escolha pela profissão docente. Os estudos de Ramalho e Nuñez (2008), Gattie Barreto (2009) e Gatti, Barreto e André (2011) demonstram certa inquietação em relação aos aspectos que têm afetado a profissionalização e o status social da profissão docente no Brasil. As pesquisas de Fanfani (2008) dizem que essa mesma preocupação também existe em países como a Argentina, Brasil, Peru e Uruguai.

A história vem demonstrando que em sua trajetória os profissionais da educação enfrentam muitas situações adversas, como por exemplo: excesso de trabalho, baixos salários, violência, exigências dos pais, dos alunos e da gestão escolar, desgaste físico e psicológico e também a falta de valorização profissional. Tais fatores contribuem para o surgimento de doenças como estresse, ansiedade, depressão, que nos últimos anos têm afetado os profissionais da educação, em especial, o professor. Vê-se então que tudo isso é decorrente da falta de investimentos em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento profissional e para a valorização do magistério e que, certamente pode interferir na constituição da profissionalidade docente.

Gimeno Sacristán (1995), em seus estudos postula que a presença do professor é fundamental no contexto escolar e, conseqüentemente, conduz a responsabilidade pelo desenvolvimento dos processos educacionais, conforme se constata no discurso pedagógico. Tal circunstância mostra a decadência do *status* social da profissão docente como é apresentada no contexto atual. A grande expectativa social a respeito das instituições educacionais e da função que deve ser exercida pelos professores tem contribuído para a falta de definição de suas atribuições. Para o autor, a função docente, mesmo que esteja condicionada e responda às normas coletivas e a regulamentações organizacionais, também requer a tomada de decisões individuais. As determinações institucionais devem ser respondidas pelos professores através de uma postura individualista, muito embora os limites da autonomia lhes confirmem a imutável configuração de deliberação de conflitos relacionados às circunstâncias da organização, do currículo, da legislação, etc.

Ainda segundo Gimeno Sacristán (1995) é elementar o resgate da concepção do professor “artesão”, daquele que sabe fazer e traz originariamente a prática desenvolvida

em ambientes reais, embasada em propósitos e acepções subjetivas (práxis), além de ser implementada de forma coletiva e reproduzida em situações de natureza prática. Diz respeito a “esquemas práticos” utilizados para desenvolver a ação, isto é, rotinas direcionadas para a prática e arraigadas na cultura, que contribui para que os docentes equiparem-se entre si. Nessa perspectiva, esses esquemas práticos operativos favorecem a legitimação da profissão docente. O intitulado esquema estratégico representa o constituinte intelectual do exercício profissional docente. Ultrapassa a sabedoria relacionada às experiências concretas e ainda inclui a autoanálise, a observação prática e a indagação da ação.

Roldão (2005) diz que é no saber específico em que é identificada a maior fragilidade. Veja bem, aquela concepção de que o professor é o detentor exclusivo do saber/conhecimento já está defasada. É mais viável compreendê-lo como alguém que conduz os alunos a construir o próprio conhecimento/saber. Nessa ótica, o professor ao desenvolver uma atividade dinâmica, capaz de mediar construção do conhecimento pelo discente, deve orientá-lo no sentido de que todo esforço despendido resultará na apreensão do saber. Com essas colocações percebe-se que a autora está querendo dizer que a função de ensinar vai além dos saberes conteudinais. Ensinar é mobilizar o aluno para que consiga se apropriar do conhecimento. Sendo assim, vê-se que é essa a função específica do professor e que certamente fortalece sua prática.

Ramalho, Nuñez e Gauthier (2004) fazem uma análise desde os primórdios até os anos 1980 sobre a existência do professor como profissional da educação, que se caracterizava por um modelo profissional em ascensão. É no campo da formação e da institucionalização das políticas educacionais que esse modelo profissional assinala o início da demanda pela profissionalização docente. Os autores ressaltam que o termo profissão é polissêmico. E de acordo com o contexto, o país, o referencial teórico, o momento histórico, entre outros aspectos, em que é empregado apresenta diversos significados.

Segundo Ramalho, Nuñez e Gauthier (2004), a prática é o meio que possibilita ao professor a aquisição de conhecimentos e saberes necessários ao exercício de suas atividades. Assim como a assimilação dos saberes pedagógicos e disciplinares para, assim, desenvolver as competências necessárias para sua atuação profissional. Discutir sobre prática docente remete a falar numa série de características que, ao mesmo tempo, diferencia e identifica o trabalho docente dos outros trabalhos. Como também se refere à maneira como o professor atua, pensa e faz escolhas relacionadas à sua vivência

pedagógica. O professor deve assumir-se como edificador de sua profissão, deve também construir referências que instrua seu pensar e seu agir de forma autônoma.

Ramalho, Nuñez e Gauthier (2004) consideram a distinção que existe entre habilidade e competência. Eles dizem que a habilidade significa o *savoir-faire*, e pode ser desenvolvida em situações artificiais. Já a competência refere-se à ação contextualizada, ou seja, as demandas que requer solução para as ações desenvolvidas em situações concretas. Por isso, eles enfatizam que a formação do professor, seja inicial ou continuada, deve priorizar conteúdos reais e também considerar os diversos aspectos que são relacionados à competência profissional. Também se deve ponderar que a competência torna-se mais complexa durante o desenvolvimento profissional e que o indivíduo utiliza diferentes recursos no ambiente em que a ação é desenvolvida. Contudo é preciso observar que tais recursos não são individuais e que na maioria das vezes, sua utilização depende da interação com os outros.

É na relação dialética entre o desenvolvimento individual e o coletivo que a evolução profissional se constitui e também sofre a interferência de fatores como: remuneração, estrutura e condições de trabalho; níveis de decisão e participação; reconhecimento social; legislação trabalhista, entre outros. Quando o professor desenvolve a reflexão crítica, realiza pesquisas seja individual ou com seus pares sobre a prática educativa, evidencia crenças e costumes, analisa o contexto no qual está inserido e vivencia a inovação pedagógica no seu fazer pedagógico, está de certa forma favorecendo o desenvolvimento profissional.

É em Libâneo (2015) que se encontra fundamento para ressaltar que a prática docente e a identidade profissional do professor podem ser caracterizadas como um conjunto de valores, conhecimentos, atitudes e habilidades imprescindíveis para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem na instituição escolar, que norteiam a especificidade do trabalho docente. Observa-se, portanto, que entre a prática e a identidade profissional docente há uma forte relação. E que refletir sobre a prática docente pressupõe analisar como os docentes se sentem e agem no contexto de trabalho em busca da construção de uma identidade que ao mesmo tempo em que influencia é influenciada por esse contexto. Vê-se então que o contexto de trabalho é expressivo para a constituição de prática docente. É mister da profissão empregar princípios gerais a situações específicas da função docente. Esta, por sua vez tem como base o saber e o pensamento pragmático, que engloba circunstâncias psicológicas e culturais dos

professores. O professor deve enaltecer a consciência da prática sem depreciar a teoria, uma vez que, a prática transmite a teoria ao fundamentar os pressupostos da ação.

O PROFESSOR QUE INOVA A PRÁTICA DOCENTE

Pressupõe-se atualmente, um redimensionamento da ação educativa no contexto escolar para o desenvolvimento de uma prática docente inovadora, embasada em ações intencionais e em referenciais teóricos que abordem aspectos relacionados à prática pedagógica inovadora. Sendo assim, o professor inovador deve ter autonomia e valorizar as ações que executa no desenvolvimento de sua prática e, sobretudo, sentir-se pertencente à comunidade escolar, priorizar o trabalho coletivo e o bom convívio com os parceiros de trabalho. Também deve ser considerado pelo professor aspectos de ordem psicossocial que se relacionam com suas atitudes, valores e comportamentos. Tais aspectos devem configurar-se num fazer pedagógico seguro e voltado para a obtenção de bons resultados, para alcançar os objetivos do ensino que é instigar a formação e o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Nessa perspectiva, diz-se que a inovação é verificada quando o professor é capaz de se dedicar na projeção e organização do seu projeto de trabalho e também na sua execução em que é possível dar-lhes uma forma inovadora. Uma prática inovadora requer um profissional com perfil e atitudes inovadores, com disponibilidade para se integrar, planejar, investigar e agir com perspicácia, e não um profissional considerado como um executor e aplicador de técnicas e instrumentos didáticos durante a sua prática laboral. O profissional inovador deve assumir o protagonismo pedagógico que é criado através da emancipação de processos e da rede de compartilhamento, em que a aprendizagem acontece à medida que a busca por ressignificação da prática é capaz de romper com os paradigmas já postulados.

Ramalho; Núñez e Gauthier (2004) ressaltam que uma prática pedagógica sem fundamentação teórico/metodológica torna-se vazia e certamente, o professor não terá discernimento sobre suas ações nem sobre seu papel na sociedade enquanto formador de cidadãos críticos e reflexivos. Todavia, o desenvolvimento de ações educativas com base na reflexão contribuirá de forma qualitativa para a práxis pedagógica. Sendo assim, busca-se fundamentação em Ramalho; Núñez e Gauthier (2004) para compreender que:

A reflexão da prática é insuficiente quando não se dispõe de recursos metodológicos e teóricos que permitam uma nova práxis profissional. Neste sentido, a teoria desempenha um papel essencial em sua relação dialética com a prática, sendo mais produtiva na medida em que se orienta em novas referências teóricas do saber científico (e outras formas de saberes), na medida em que se realiza com métodos sistematizados (atitude de pesquisa) que levam a uma posição crítica da prática em questão (RAMALHO; NÚÑEZ; GAUTHIER 2004, p. 26).

Para o professor que deseja inovar sua prática a indisponibilidade de recursos teóricos e metodológicos é um entrave e tanto. Pois, quando há elementos teóricos para dar embasamento a relação dialética do professor com sua prática, esta se torna mais eficaz, mais consistente e sistemática. E quanto à falta dos recursos metodológicos, vê-se que também dificulta o exercício de atividades inovadoras. Muitas vezes o docente para desenvolver determinadas atividades necessita de recursos e a falta destes acaba por impedir que sejam postas em práticas ações que certamente contribuiriam para o ensino aprendizagem.

É no desenvolvimento de sua prática que o professor vai construindo saberes, adquirindo experiências e aprendendo a contornar as situações adversas existentes no dia a dia da sala de aula. É nesse contexto que o docente desenvolve a reflexão sobre sua prática, sua função enquanto educador e formador de seres humanos. Tais saberes e experiências adquiridas ao longo da profissão podem e dever ser analisados sob o viés da pesquisa, constituindo-se em elementos contributivos para o sistema educacional.

Ramalho; Núñez e Gauthier (2004) ao se referirem à pesquisa enquanto atividade profissional defendem que esta deve proporcionar recursos metodológicos para avançar no desenvolvimento da profissão. Ressaltam também que:

[...], o professor é o construtor da sua prática de saberes, quando no contexto singular da sala de aula sob finalidades de pesquisas, na busca de criar situações mediadas por valores e critérios educativos. Os critérios implícitos na prática docente são elementos essenciais da reflexão da prática (RAMALHO; NÚÑEZ; GAUTHIER 2004, p. 76)

A crítica também se constitui como elemento norteador de construção e/ou reconstrução da prática pedagógica. Para tanto, deve ter a relação teoria e prática como base de fundamentação. E mais uma vez recorremos a Ramalho; Núñez e Gauthier (2004), porque eles explicitam que:

A crítica se constitui numa atitude que norteia a releitura da realidade educativa, sob referências que possibilitam compreender e transformar essa realidade educativa. Transformar a realidade educativa supõe práticas exclusivas e reprodutoras no contexto da sala de aula e no papel que deve ter a escola como espaço de conscientização para a democracia. (RAMALHO; NÚÑEZ; GAUTHIER 2004, p. 32)

Observa-se então que se constituem como elementos integrantes da prática educativa do professor inovador a trilogia reflexão-pesquisa-crítica. Tais elementos devem fazer parte da formação inicial e também da formação continuada de todo e qualquer educador. Quando o professor desenvolve sua prática fundamentada nos saberes teóricos/práticos é possível que o mesmo acentue o processo de reflexão e, sendo assim, desenvolve a autonomia em relação a profissionalidade. Para que práticas pedagógicas inovadoras sejam desenvolvidas faz-se necessário que o professor tenha formação continuada.

Carbonell (2002) ressalta que esta formação acontece em dois planos que se complementam. O primeiro plano é o individual, caracterizado pela aquisição de saberes atualizados sobre os mais diferentes campos do conhecimento. Já o segundo plano se institui no coletivo através da troca de experiência e do trabalho em equipe. O trabalho coletivo constitui-se então num elemento essencial para que a cultura inovadora seja ensinada no contexto escolar. Tudo isso, requer do professor uma incessante reflexão sobre o seu fazer pedagógico que deve ter como base elementos teóricos/práticos constituídos a partir de estudos, pesquisas e dos saberes construídos durante a sua prática profissional. Nesse sentido, Carbonell (2000) chega para contribuir dizendo que:

A formação permanente mais sólida e frutífera é a que se aprende a partir da reflexão sobre as práticas inovadoras, aquela que obriga a modificar as propostas originárias sobre as concepções de ensino e aprendizagem, em que a vivência produz reflexão e esta se apóia na vivência; e que, por fim, comporta mudança pessoal, ideológica e profissional (CARBONELL, 2000, p. 112)).

Com base no pensamento do autor, ressalta-se que a reflexão certamente proporciona uma maior compreensão da prática pedagógica, assim como também auxilia na comparação entre a própria atuação e a de outros professores. Também é possível através da reflexão rever e mudar a prática pedagógica, até porque a reflexão também pode ser considerada como experiência.

Carbonell em sua obra intitulada de **A aventura de inovar: a mudança na escola** (2002) apresenta um “decálogo utópico” como forma de expressar desejos sobre requisitos e condições idôneas necessárias para que o professor desenvolva em sua prática, de forma efetiva, real e permanente a inovação educativa. Conforme pode-se vislumbrar na Tabela 1:

Tabela 1: Requisitos e condições para a inovação educativa

REQUISITOS	DESCRIÇÃO
Reconhecimento social e auto-estima profissional	É imprescindível que haja reconhecimento e valorização social da educação e da profissão docente. Que sejam reconhecidos como elementares e estratégicos para a evolução da sociedade de maneira geral.
Formação inicial de professores	Para que haja melhoria na qualidade da educação é fundamental que os professores tenham formação específica, licenciaturas e exerçam sua prática na respectiva área de formação.
Corpo único de professores	Interessante seria se fosse dada a todas as etapas e níveis de ensino a mesma ciência, conhecimento e dedicação. Que seja aplicada de forma integral à igualdade de salários e as condições de trabalho para todos os professores.
Formação permanente	Direcionada para as necessidades formativas dos professores, objetivando o desenvolvimento profissional de forma contínua. Também objetiva a articulação entre teoria e prática para que haja aperfeiçoamento da prática pedagógica e a dinâmica e os projetos inovadores sejam desenvolvidos na escola.
Autonomia para decidir algumas coisas importantes	Os educadores devem ter independência para formar equipes, promover discussões, tomar decisões e desenvolver inovações educativas capazes de transformar os tempos e espaços escolares considerados tradicionais.
O professor ou a professora não está só em classe	É interessante para o professor inovador conseguir o apoio e a cooperação de todos os segmentos da escola para que sua prática pedagógica seja dinâmica e exitosa.
Tempo	Componente elementar para a execução de práticas pedagógicas inovadoras. O professor necessita de tempo para refletir, para a infindável aprendizagem, assim como para planejamento, diálogo com pais, professores, alunos, entre outras tarefas educacionais.
Períodos sabáticos e reduções de jornada	Esse período seria para que o professor pudesse se dedicar aos estudos, à leitura, à escrita e a reflexão sobre a prática docente. Já a redução da jornada permitiria que os professores mais experientes disponibilizassem de tempo para desenvolver atividades de apoio à escola e também, possibilitaria o acesso de profissionais mais jovens no campo educacional.
Estímulos, promoções e controle	Deve haver incentivos voltados para a inovação e a qualidade educativa, assim como reconhecimento do profissional. Também deve haver mecanismos democráticos de controle dos diversos aspectos da instituição escolar.
Participação dos professores	O professor no exercício de sua função constitui-se como formador de opiniões e, sendo assim, deve participar de discussões e decisões políticas e sociais.

FONTE: Adaptado de CARBONELL (2002).

Todos esses requisitos apresentados por Carbonell (2002) certamente possibilitam a reflexão e traz também contribuições para o professor que já inova ou deseja inovar a sua prática pedagógica. Afinal, para inovar é necessária uma renovação pedagógica, melhor dizendo, é preciso que haja mudanças de atitudes, ideias, culturas, conteúdos, modelos e da prática pedagógica. Destaca-se também que o professor inovador é aquele que procura desenvolver constantemente o pensamento crítico e criativo. É um professor que, segundo Alencar (2002, p. 168) “é propiciador do desenvolvimento da criatividade de seus alunos”. Esse pensamento evidencia a ideia de que inovação e criatividade andam sempre juntas e, nessa perspectiva, o autor supracitado destaca que um professor criativo e inovador

instiga em seus alunos: 1) envolvimento, motivação, persistência e determinação; 2) curiosidade, espírito de aventura na exploração dos tópicos abordados; 3) independência; 4) autoconfiança; 5) impulso para experimentar e tentar tarefas difíceis.

Nessa ótica, que é elementar a formação permanente para o professor inovador, haja vista, a necessidade de se manter sempre informado, atualizado, de buscar elementos alternativos e inovadores para o desenvolvimento de sua prática pedagógica. Os aspectos já apresentados anteriormente devem ser considerados para que essa busca incessante do professor aconteça, principalmente em relação à reflexão, à pesquisa e à crítica, postulados por Ramalho; Núñez e Gauthier (2004).

A atitude do professor pesquisador, reflexivo, crítico, para a inovação educativa e social supõe mecanismos institucionais que facilitem a mudança da estrutura escolar. O professor não é mais um técnico que executa os procedimentos vindos de uma 'racionalidade técnica', e sim sujeito construtor de sua profissão. [...]. Como sujeito ativo, o professor é um agente de 'transformação' (RAMALHO; NÚÑEZ; GAUTHIER, 2004, p. 37)

Dessa forma, torna-se evidente que todo educador pode ser um profissional inovador, basta ter disponibilidade para a mudança, além de compreender que a formação continua é fundamental para esse processo, uma vez que, através do exercício de sua profissão contribui para a transformação dos sujeitos e também da sociedade. O professor inovador é sempre atento as mudanças que ocorrem diariamente, e também deve ser: a) atento à diversidade cultural dos alunos; b) profissionalmente apto a desenvolver e apoiar a transdisciplinaridade; c) valorizador do ensino experimental e da investigação; conhecedor e dinamizador de tecnologias de informação; d) orientador sócio profissional dos alunos e) gestor (PARDAL, 2001, p. 105)

Sendo assim, constata-se, portanto, que ser um profissional inovador não é tarefa fácil. Exige esforços, disponibilidade, persistência e coragem para enfrentar um longo percurso que na maioria das vezes é árduo, difícil e complexo, haja vista, a existência de fatores que tanto podem facilitar como dificultar a busca e o desenvolvimento de práticas educativas inovadoras. Todavia, vê-se também que é possível desenvolver uma prática docente inovadora, basta que o professor esteja disposto a superar os paradigmas educacionais considerados tradicionais e mudar sua forma de pensar e de desenvolver o seu fazer pedagógico.

Prática docente e os subsídios da Inovação Pedagógica

Considerar os conhecimentos e experiências que o professor constrói no desenvolvimento de sua atividade educativa certamente fornecerá subsídios para a compreensão das contribuições da inovação pedagógica para a prática docente. Também contribuirá para o planejamento dos processos formativos direcionados para os professores com o objetivo de desmistificar concepções arraigadas numa concepção não crítica da profissão, muitas vezes marcada por vivências e experiências históricas que foram se desenvolvendo de forma tradicional. Contribuirá ainda para a construção de novos significados que auxilie na mudança da identidade profissional na perspectiva de uma cultura educacional inovadora.

O trabalho pedagógico do professor nem sempre é desenvolvido sob condições favoráveis que motivem o exercício da docência. Aspectos relacionados à infraestrutura, carreira, remuneração, falta de incentivos e investimentos em formação continuada são fatores que de certa forma, fomentam questionamentos e indagações do tipo: como permanecer motivado mediante diversos problemas de ordem administrativa, burocrática e estrutural? Esses fatores realmente conseguem inibir a criatividade, a versatilidade e a inovação no contexto escolar?

Nos dias atuais a formação de professores pondera sobre questões que permeiam a educação, e certamente é influenciada por aspectos sociais, políticos, culturais, entre outros. Nessa perspectiva, torna-se necessário o investimento na formação continuada e no desenvolvimento profissional docente mediante os desafios impostos pelo mundo moderno. Recorre-se a Nóvoa (1999 p. 30) que faz uma observação sobre o projeto de formação:

[...] o que está em causa é a possibilidade de um desenvolvimento (individual e coletivo), que crie condições para que cada um defina os ritmos e os percursos de sua carreira e para que o conjunto dos professores projete o futuro desta profissão [...] (NÓVOA, 1999 p. 30).

Com base no pensamento do autor, entende-se que a formação de professores e, conseqüentemente, a prática docente engloba uma série de atitudes que se traduzem em experiências e reflexões que vão se consolidando ao longo da carreira. Assim, as dimensões pessoal, profissional e organizacional da escola, na perspectiva de Nóvoa (1995), devem ser vistas como componentes necessários à formação de professores e ao seu desenvolvimento profissional.

O desenvolvimento pessoal pauta-se numa perspectiva crítico-reflexiva por proporcionar uma ressignificação das práticas pedagógicas “reconstrução permanente de identidade pessoal” (NÓVOA, 1995, p.25). Já o desenvolvimento profissional surge com o conceito de produção da profissão docente e da apropriação de saberes, mas não de forma individual e sim coletivamente. E o desenvolvimento organizacional apresenta a necessidade de interação com a escola, de um investimento educativo nos projetos da escola, enxergando de forma complementar as atividades de formação e trabalho neste ambiente. Nessa perspectiva de formação, os educadores são vistos como produtores da sua prática, promovendo interações no ambiente educativo, atuando como agentes da mudança e contribuindo com experiências inovadoras.

No processo de desenvolvimento profissional, a reflexão sobre a prática é um fator relevante. Imbernón (2010, p.43) aponta que a reflexão sobre a prática conjugada com a realidade na sala de aula, com os estudos e com a troca de experiências colaboram para tornar “possível a compreensão, a interpretação e a intervenção sobre a prática”. Ele também salienta que o desenvolvimento profissional docente deve relacionar o desenvolvimento pedagógico, o conhecimento (cognitivo e teórico) e a compreensão de si próprio, as situações profissionais vivenciadas no contexto escolar, pois, essa conjugação de fatores contribui para a valorização da profissão do professor. Desta forma, o docente pode redimensionar a relação que possui com a sua prática, com o campo teórico e com outros aspectos que permeiam a construção do seu trabalho, seja com a escola, com os alunos, com as políticas educacionais ou com outros aspectos.

Por sua vez, Tardif (2012) defende que os docentes são produtores de saberes e de conhecimentos que vão se formando e sendo moldados durante a sua vivência profissional e exercem influência em sua prática educativa. Esse processo de ressignificação e reflexão sobre os conhecimentos e o trabalho prático na sala de aula instigam os professores a procurar novos caminhos para o desenvolvimento da sua profissão e, conseqüentemente, a propor novas formas de trabalho. Assim, todo esse percurso relaciona-se ao conceito de inovação da prática pedagógica.

O conceito de inovação engloba ideias relativas à noção de mudança e de ressignificação, conforme o dicionário Aurélio Século XXI. No campo educacional, Ferreti (1980) já apontava que este conceito deve ser analisado a partir das concepções de educação que se tem em cada época, pelo fato de que elas irão influenciar as práticas pedagógicas de cada período, fazendo com que tenham contornos diferenciados, conforme os objetivos estabelecidos. Jardimino; Moreira; Santos (2014) destacam que o

conceito de inovação está ligado à mudança. Ela, por sua vez, acarreta um processo de adaptação mediante as inovações.

O trabalho de mudança e ressignificação das práticas, como também a inovação, perpassam o desejo e a disposição do professor em arriscar-se, em estar consciente dos desafios do percurso e em ousar melhorar sua prática (CARDOSO, 1997). Desta forma, o docente precisa estar inserido em todas as etapas de construção do projeto de inovação da prática pedagógica. Assim, de acordo com Imbernón (2011), os conceitos de inovação e desenvolvimento profissional se unem pelo fato de que levam em consideração os processos de reflexão sobre a prática pedagógica com o intuito de ressignificá-la. Mesmo que as tentativas de mudança das práticas não tenham o resultado desejado, esses novos conhecimentos incorporados na profissão colaboram para a mudança e para o desenvolvimento profissional.

Portanto, desta forma, a expressão inovação pedagógica carrega consigo a ideia de que os saberes e conhecimentos dos professores são construídos a partir das experiências profissional, pessoal, social e também na escola (IMBERNÓN, op.cit.). Precisam ser constantemente revisitados para que possa ocorrer a mudança nestes contextos. Compreende-se então que o ato de reflexão e ressignificação das práticas direcionado para a mudança compõem o mosaico do conceito de desenvolvimento profissional proposto por Nóvoa (1995) e García (1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser professor é viver na complexidade, enfrentar constantemente desafios em relação à melhoria, a multidimensionalidade do agir e pensar, dos questionamentos que a sociedade do conhecimento lhe apresenta. É na sociedade do conhecimento e da informação que surgem os novos desafios para a construção da prática docente, que é gradativamente traçada por critérios que devem sempre levar em consideração o humano e o profissional. É com base numa autocrítica da aprendizagem que o professor torna-se o dinamizador da sociedade do conhecimento. É importante que este se envolva nas ações, nos questionamentos e na resolução de problemas, como também na equipe da escola e nas comunidades de aprendizagens. Vê-se que dessa forma, a formação docente acontece numa sociedade em que o conhecimento constitui-se como elemento flexível e espontâneo e que está sempre em constante ampliação e em mudança.

Os professores que desejam promover mudanças na sua prática pedagógica devem buscar embasamento teórico/metodológico e também alternativas que instiguem a criatividade, uma vez que, para que a inovação aconteça é necessário que o educador seja criativo, principalmente nos campos materiais e simbólicos da vida humana. No entanto, para que a prática pedagógica inovadora se materialize é fundamental que as necessidades formativas que surgem no contexto escolar sejam trabalhadas a partir de uma formação continuada que seja capaz de atender as reais necessidades e interesses de todos que fazem parte da comunidade escolar.

Sendo assim, constata-se então, que a prática docente inovadora está correlacionada com a busca por novos conhecimentos e aprendizagens e com a realização da atividade profissional com novos significados para a ação pedagógica. Constata-se também que a mudança não acontece pelas coisas, mas, sobretudo nas e pelas pessoas, pois requer mudanças na estrutura mental, no pensamento e no comportamento do professor, visto que recorre à subjetividade do sujeito, em que as motivações são sempre intrínsecas a ele e ao sentido que atribui à sua profissionalidade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice Soriano de. **A gerência da criatividade**: abrindo janelas para a criatividade pessoal e nas organizações. São Paulo: Markron Books, 1996.

AQUINO, Orlando Fernández et al. La planificación de la gestión de la clase em la enseñanza media: um estudio diagnóstico. In: PUENTES, R. Valdes; AQUINO, O. Fernandes; LONGAREZI, Andréa M. (Orgs). **Ensino médio**: processos, sujeitos e docência. Uberlândia: EDUFU, 2012.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar**: a mudança na escola. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARDOSO, Ana Paula Oliveira. Educação e Inovação. **Revista Millenium On-line**. n. 6, p. 1-9, 1997. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6819830-Educacao-einovacao-ana-paula-p-o-cardoso-professora-adjunta-da-esev-resumo.html>>, acesso em: 21 jun. 2021.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. Tradução de Sandra Trabucco Venezuela. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DOLY, A. (1999). Metacognição e medição na escola, In M. Grangeat (Coord.). **A metacognição, um apoio ao trabalho dos alunos**. Porto: Porto Editora, PP. 17 - 60

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora, 1997.

DUBAR, Claude. A sociologia do trabalho ante a qualificação e a competência. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 64, p. 87-103, 1998.

FERRETI, Celso João. A inovação na perspectiva pedagógica. In: GARCIA, Walter E. **Inovação educacional no Brasil**: problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez Editora, Autores Associados, 1980. p. 55-82.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 40ª Ed. 2009.

GATTI, Bernadete. Angelina. (coord.); BARRETO, E. S. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

GAUTHIER, Clermont. **Por uma teoria pedagógica**. Juí, RS: Unijuí, 1998.

GIMENO SACRISTÁN, José. **Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores**. In: NÓVOA, António. *Profissão professor*. 2. ed. Porto: Porto, 1995. p. 63-92.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões de Nossa Época, 14)

_____. **Inovar o ensino e a aprendizagem na Universidade**. São Paulo: Cortez, 2012.

JARDILINO, José Rubens Lima; OLIVERI, Andressa Maris Rezende; SILVA, Ises Mitiko Masago. **A Formação continuada de professores no âmbito do PIBID na Região dos Inconfidentes - MG. EntreVer - Revista das Licenciaturas**, v. 3, p. 237-249, 2013.

JARDILINO, José Rubens Lima; MOREIRA, T. X.; SANTOS, A. X. M. dos. **Conceituações teóricas acerca da inovação pedagógica: o limiar de uma discussão**. UFOP - OBEDUC, 2014. 12 f. outra.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. rev. e aum. São Paulo: Heccus, 2015.

MESSINA, Graciela. **Mudança e inovação educacional**: notas para reflexão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 114, p. 225 – 233, Nov. 2001.

NOVOA, Antonio. **Profissão Professor**. Lisboa: Porto Editora, 1995.

_____. **O passado e o presente dos professores**. NÓVOA, A. (org.). *Profissão Professor*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1999. p.13-34.

NÚÑEZ, Izauro Beltrán. **Vygosty, Leontiev, Galperin**: formação de conceitos e princípios didáticos. Brasília, DF: Líber Livro, 2009.

NÚÑEZ, Izauro Beltrán.; RAMALHO, Betânia Leite. A profissionalização da docência: um olhar a partir da representação de professoras do ensino fundamental. Revista **Ibero-americana de Educación**, n. 46/9, p. 1-13, set. 2008. Disponível em: <<http://www.comperve.ufem.br/conteudo/observatorio/arquivos/artigos/profissionalizacao-docencia.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2021.

_____; _____. **Estudo da determinação das necessidades de professores**: o caso do novo ensino médio no Brasil: elemento norteador do processo formativo (inicial/continuado). 2002. Disponível em: rieoei.org/deloslectores/240Beltran.PDF>, acesso em: 26 mai. 2021.

_____; _____. A formação continuada dos professores que ensinam ciências naturais: pressupostos e estratégias. In: JÓFOLI, Z.; ALMEIDA, A. de V. **Ensino de biologia, meio ambiente e cidadania**: olhares que se cruzam. Recife: UFRPE/Sociedade de Ensino de Biologia/Regional 5, 2009.

_____; _____. A pesquisa como recurso da formação e da construção de uma nova identidade docente: notas para uma discussão inicial. **ECCOS – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, p. 87 – 111, jun. 2005.

NÚÑEZ, Izauro Beltrán; RAMALHO, Betânia Leite; OLIVEIRA, Marcos Vinicius de Faria. O professor como profissional docente: um olhar sobre as representações de professoras. In: RAMALHO, B. L.; NÚÑEZ, I. B. (Orgs). Formação, representações e saberes docentes: elementos para se pensar a profissionalização dos professores. Natal: UFRN, 2014. (Educação Superior e Formação Continuada do Educador).

RAMALHO, Betânia Leite; NÚÑEZ, Izauro Beltrán; GAUTHIER, Clermont. **Formar o professor, profissionalizar o ensino**: perspectivas e desafios. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

RAMALHO, Betânia Leite; NÚÑEZ, Izauro Beltrán. **Estudo da determinação das necessidades de professores**: o caso do novo ensino médio no Brasil: elemento norteador do processo formativo (inicial/continuado). 2002. Disponível em: <rieoei.org/deloslectores/240Beltran.PDF>, acesso em 19 mai. 2021.

RAMALHO, Betânia Leite; NÚÑEZ, Izauro Beltrán. A profissionalização da docência: um olhar a partir da representação de professoras do ensino fundamental. **Revista Ibero-americana de Educación**, n. 46. Set. 2008.

RAMALHO, Betânia Leite; NÚÑEZ, Izauro Beltrán. **O contexto da atividade profissional e as condições de trabalho**: dimensões do profissionalismo docente. In: PUENTES, R. V.; LONGAREZI, A. M.; AQUINO, O. F. (orgs). Ensino médio: estado atual, políticas e formação de professores. Uberlândia: EDUFU, 2012, p. 220 – 252.

RODRIGUES, Ângela; ESTEVES, Manuela. **Análise de necessidades na formação de professores**. Porto: Porto Editora, 1993.

ROLDÃO, Maria do Céu. **Formação de professores baseada na investigação e na prática reflexiva**. In: PORTUGAL. Ministério da Educação. Direção Geral dos Recursos Humanos da Educação (Org.). *Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia: desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da aprendizagem ao longo da vida*. Lisboa: Ministério da Educação, 2008. p. 40-49.

WEISS, Dimitri. Du concept de professionnalité dans les relations industrielles italiennes. **Relations Industrielles**, Quebec, v. 38, n. 2, p. 369-379, 1983.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 325 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A Docência como atividade profissional. In: VEIGA, I. P. A.; D'AVILA, C. (Orgs.) **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. 2 ed. São Paulo: Papirus Editora, 2012. P. 13 – 21. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALZA, Miguel A. **Planificação e desenvolvimento curricular na escola**. Serzedo: Edições ASA, 1998.

SOBRE OS AUTORES

Kaliandra Maria da Conceição Freitas Mota Lima

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Psicopedagogia pela Centro Universitário de Patos (UNIFIP). Especialista em Tecnologias em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente é Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual Praxedes Martins, na cidade de Itaú, Rio Grande do Norte.

Maria Kalionara de Freitas Mota

Graduação em Mecânica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade de São Vicente (FSV). Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica (PPGEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente

é professora com dedicação exclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

Cazimiro de Sousa Campos

Graduado em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Mídias na Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Membro-pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Ensino e Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Luíza Ione de Moraes

Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialização em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente é professora da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte (SEEC-RN).

CAPÍTULO 8

O TRABALHO DO NEUROPSICOPEDAGOGO

Simone Ferreira

Fabio Jose Antonio da Silva

RESUMO

Este trabalho originou-se com o objetivo de analisar a importância do trabalho do neuropsicopedagogo, enfatizando de como realiza sua função de maneira a contribuir positivamente no desenvolvimento da aprendizagem da criança e, do adolescente, com dificuldades ou que possuem alguma necessidade especial, auxiliando pais, familiares, escola durante todo processo. Para melhor compreender o tema, fez-se primeiramente o estudo teórico sobre o perfil do neuropsicopedagogo, buscando entender as características relevante sobre o mesmo e, desta forma compreender como se dá seu trabalho em seu cotidiano, ou seja, quais ações desenvolvem para potencializa-lo, contribuindo na qualidade ao ser colocado em prática. A pesquisa desenvolvida teve método exploratório, de cunho qualitativo, sendo uma pesquisa bibliográfica pois foi desenvolvida em material já elaborado, buscando compreender a complexidade do tema abordado. E como discussão de resultado fez-se por meio de um estudo de caso, a fim de perceber a importância que se dá ao trabalho do psicopedagogo clínico, podendo por meio desta abordagem inseri-los dentro de uma sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento da Aprendizagem. Necessidades Especiais. Neuropsicopedagogo.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em neuropsicopedagogo, se relata sobre o profissional que possui uma formação em psicologia ou em pedagogia e, que decide depois de formado buscar uma especialização nesta área. Ao escolher pode o formado optar por dois ramos da neuropsicopedagogia: A Institucional ou Clínica.

Ambas vão trabalhar com crianças com necessidades especiais e com dificuldades em sua aprendizagem, dando ênfase para contribuir de maneira positiva em seu desenvolvimento, auxiliando a família, a criança e profissionais da educação para que possam em conjunto caminhar durante todo o processo.

Todavia existem diferenciações entre ambos, o neuropsicopedagogo clínico vai desempenhar sua função na clínica avaliando não só crianças, mas também adolescentes com dificuldades escolares, ressaltando suas habilidades, competências e dificuldades. E depois encaminha-os para outros profissionais que trabalham com a aprendizagem e, isto inclui psicólogos, fonoaudiólogos entre outros e, o institucional por sua vez, o faz dentro do âmbito escolar, desenvolvendo observações a fim, de identificar questões relacionadas ao desenvolvimento humano do aluno nas áreas motoras, cognitivas e comportamentais, que depois de analisadas devem ser encaminhadas para um possível diagnóstico. Na resolução do código de ética deste profissional, no Artigo 3º definiu-se por

Definiu-se por parametrizar como Neuropsicopedagogo aqueles profissionais que através de uma formação pessoal, educacional, profissional e um corpo de práticas próprias da Neuropsicopedagogia busca atender demandas sociais, norteado por padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de um profissional com seus pares e com a sociedade como um todo de acordo com as especificidades das funções.

O profissional de Neuropsicopedagogia estuda o funcionamento do cérebro, para melhor compreender como o mesmo aprende, memoriza, e de como codifica as sensações. Portanto, Se faz necessário que o neuropsicopedagogo conheça as particularidades do campo que vai atuar, para que possa desenvolver um trabalho com qualidade.

Diante disso, o problema que norteará este artigo possui a seguinte interrogativa: Qual a importância do trabalho do neuropsicopedagogo?

O objetivo geral se deu por analisar de que forma o neuropsicopedagogo desenvolve seu trabalho e, para que se chegasse ao objetivo geral traçaram-se os seguintes objetivos específicos: Compreender qual o papel do neuropsicopedagogo diante da sociedade. Relatar quais as contribuições do neuropsicopedagogo realizam para o desenvolvimento da criança com necessidades especiais e, de que forma o neuropsicopedagogo auxilia as crianças com dificuldades na aprendizagem. Deste modo o presente artigo, quanto a sua estrutura, está dividido nas seguintes seções: A primeira é a introdução, a qual consta o problema, objetivos, justificativa e metodologia.

Na segunda seção será abordado sobre o Neuropsicopedagogo, a diferença entre Psicopedagogo Clínico e institucional, o neuropsicopedagogo na educação inclusiva e sobre a ética profissional. Na terceira seção traz a metodologia de pesquisa, a quarta seção tratará da análise de dados e encerra-se com as considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Neuropsicopedagogo

O formado em Neuropsicopedagogia, vai aprender a conhecer melhor o funcionamento do cérebro humano e suas ocorrências no decorrer do desenvolvimento humano e, de que forma se apresenta diante das situações vivenciadas no contexto diário. Segundo Ribas (2006),

[...], uma visão progressiva das complexidades nervosa e comportamental ao longo da evolução das espécies, a análise filogenética da própria conceituação de termos como consciência e psiquismo, principalmente por propiciar especulações sobre os possíveis paralelos comportamentais existentes entre as diferentes espécies e o próprio ser humano.

Tendo em vista que a neuropsicopedagogia é uma ciência, que têm seus estudos voltados para a educação, realizando trocas de informações entre a pedagogia e a psicologia, dando ênfase à aprendizagem humana, de forma a contemplar a reintegração do indivíduo a sociedade.

Neste sentido, para Beauclair (2009, p. 51).

O campo de estudo da Psicopedagogia está focado no próprio ato de aprender e ensinar, percebendo que é necessário considerar simultaneamente aspectos da realidade interna e da realidade externa da aprendizagem, visando compreender as dimensões sociais, subjetivas, afetivas e cognitivas que interagem dialeticamente na constituição do sujeito que se movimenta na complexidade inerente ao processo de conhecer

E ainda Bossa (2007, p. 51) relata que a psicopedagogia

Se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda o problema de aprendizagem. Como se preocupa com esse problema, deve ocupar-se inicialmente do processo de aprendizagem, estudando assim as características da mesma.

Portanto, nesta perspectiva se torna imprescindível o trabalho do neuropsicopedagogo diante das dificuldades de aprendizagem, tentando preveni-las para

que não se torne verdadeiramente um fracasso escolar. E para isto, é necessário que este profissional também considere não só o aluno em si, mas que volte o olhar para a prática do professor e, de que forma está sendo levado na prática o seu aprendizado.

E diante deste prisma a sua atuação envolve caracteres bem definidos que vão da prevenção, da avaliação, da orientação, encaminhamentos e acompanhamentos que percorrem todo o caminhar do desenvolvimento, a fim, de observar o seu avanço, auxiliando para que transcorra de modo positivo. E a partir destas observações redigir um laudo seguro para o paciente.

Neuropsicopedagogo Institucional

O profissional em Neuropsicopedagogia, pode realizar seu trabalho no âmbito escolar como em âmbito clínico, compreendendo melhor o funcionamento do cérebro, a plasticidade cerebral, os transtornos do neurodesenvolvimento, as síndromes, as metodologias de ensino e aprendizagem, voltadas para o fenômeno do aprender e suas dificuldades.

No código de ética no artigo 15º fica evidenciado que

O Neuropsicopedagogo fará sua atuação dentro das especificidades do seu campo e área do conhecimento, no sentido da educação e desenvolvimento das potencialidades humanas, daqueles aos quais presta serviços.

Ao se referir ao Neuropsicopedagogo Institucional, o profissional que obtém este título exercerá sua função dentro das Instituições escolares, auxiliando a equipe técnica-pedagógica e ao grupo de professores.

Para SILVEIRA (2019, p. 127)

Sobre o tratamento e a assessoria psicopedagógicos, deve-se identificar a fragmentação dos conhecimentos, as atitudes pedagógicas, a construção que o aluno reproduz da imagem do professor e vice-versa, sobre a ideologia da realidade, dos mitos e símbolos, na direção da implantação de recursos preventivos no cotidiano escolar, assim como da investigação de diferentes metodologias.

O papel do neuropsicopedagogo institucional é de suma importância, pois a ele compete por meio de seus conhecimentos, cumpre a importante função de socializar os conhecimentos disponíveis, proporcionar o desenvolvimento cognitivo, potencializando suas habilidades dos alunos, sendo indispensável uma comunicação direta com todos os

envolvidos neste processo e, isto inclui não só a equipe pedagógica, mas principalmente a família, para que em conjunto possam dar um assessoramento a criança com dificuldades de aprendizagem, bem com as necessidades especiais.

Neuropsicopedagogo Clínico

O profissional especializado em Neuropsicopedagogia Clínica vai desenvolver suas funções dentro de consultórios clínicos, postos de saúde, realizando avaliações de crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, com alguma necessidade especial como por exemplo: TEA= Transtorno espectro autista, TDAH – Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, entre outros.

No que tange a sua avaliação é enfatizada em identificar no paciente, qual é o seu diagnóstico, ou seja, qual dificuldade está impedindo de desenvolver, quer seja no trato vínculo afetivo, no seu comportamento, na realização de suas funções neuromotoras, no atraso da linguagem, por algum motivo intrínseco ou externo e, a partir destas observações concluir um laudo consciente, que colabore com a família e a escola. Por isto é imprescindível que após laudar este profissional continue acompanhando o seu desenvolvimento e, também poderá encaminhar para outros profissionais que em conjunto, farão o processo dar sequência, buscando meios a fim de amenizar o seu estado clínico.

O neuropsicopedagogo necessita conhecer bem o cérebro humano, pois estas limitações estão associadas a áreas do cérebro.

Para RELVAS, (2010, p. 15)

Cada tipo de habilidade ou comportamento pode ser bem relacionado a certas áreas do cérebro em particular. Assim, há áreas habilitadas a interpretar estímulos que levam a percepção visual e auditiva, à compreensão e a capacidade linguística, à cognição, ao planejamento de ações futuras, inclusive de movimento.

Portanto o neuropsicopedagogo durante a condução de sua avaliação pode realizar testes, usar material lúdico, aplicar jogos e, sem dúvida a suas anotações por meio das observações são de suma importância para uma possível intervenção diagnóstica.

O Neuropsicopedagogo e a Educação Inclusiva

Quando se fala em educação inclusiva é transformar todo o olhar de uma sociedade para fazer valer os direitos de todas as crianças, adolescentes acometidas de alguma

necessidade especial. E neste sentido a escola vai desempenhar um importante papel, ampliando a participação dos alunos dentro das instituições de ensino.

Segundo o Ministério da Educação – MEC (2004)

A educação tem, nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

E ainda continua relatando que

Escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades

Diante desta educação inclusiva que vai atender a todos indivíduos com diferentes necessidades especiais, vai neste contexto demandar uma exigência maior ao neuropsicopedagogo, no que se refere ao ato de planejar as suas interferências pedagógicas, as suas avaliações, um olhar aguçado para perceber qual a necessidade apresentada, seja no âmbito físico, sensorial, mental, em algum transtorno comportamental, que estão impedindo o avanço em seu desenvolvimento tanto a nível social, como escolar.

Para SAHB (2004, p.6) descreve sobre a escola inclusiva

[...] pressupõe uma nova escola, comum na sua organização e funcionamento, pois adota os princípios democráticos da educação de igualdade, equidade, liberdade e respeito à dignidade que fortalecem a tendência de manter na escola regular os alunos”.

Portanto ao desenvolver seu trabalho o neuropsicopedagogo deve considerar um modo de a criança, adolescente com algum tipo de necessidade especial, seja integrado sem discriminação dentro das escolas, auxiliando os pais e professores no que for positivo para seu desenvolvimento.

ÉTICA PROFISSIONAL

Ética profissional é assim entendido como a conduta, postura, a maneira como o profissional se comporta em seu cotidiano, valores estes que refletem em seu

relacionamento diante da sua equipe de trabalho.

Para STUKART (2003, p.14), fala que

A ética é uma palavra que vem do grego ETHOS, que significa estudo de caráter, juízo do ser humano e reflete sobre a situação vivida, para ele, “A ética não analisa o que o homem faz, como a psicologia e a sociologia, mas o que ele deveria fazer. É um juízo de valores, como virtude, justiça, felicidade, e não um julgamento da realidade”.

Por este viés o autor supracitado concebe a ética como um conjunto de valores que dizem respeito ao caráter do indivíduo, que o conduzem de forma positiva na sua caminhada tanto pessoal quanto profissional, desta forma zelando pela sua reputação.

No Artigo 8º O Código de Ética Técnico Profissional, “objetiva também a aproximação de um instrumento de reflexão do Neuropsicopedagogo Institucional e Clínico para nortear padrões éticos e técnicos da ação profissional.

E ainda no Artigo 11º enfatiza que

O Neuropsicopedagogo Clínico e Institucional fundamentará todo o seu trabalho levando em consideração: respeito, liberdade, dignidade, igualdade e a integridade do ser humano apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição do Brasil e nos preceitos éticos deste Código.

Portanto o neuropsicopedagogo movimenta-se em uma ação que envolve cuidados éticos, responsabilidade, respeito, princípios estes que vão nortear todo seu trabalho.

A ética deste profissional se submete ao cuidado na realização de protocolos, encaminhamentos, intervenções, nos relatórios e conclusões dos diagnósticos, visando o bem-estar do seu paciente, bem como, o seu desenvolvimento, fazendo com que adquira plena confiança em seu trabalho.

METODOLOGIA

Adotou-se a pesquisa de natureza aplicada, pois é uma leitura da realidade, sem aplicação prática que também assume o caráter exploratório.

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. (GIL, 2010, p. 27).

Quanto aos objetivos é de análise qualitativa, com o propósito de verificar a relação da realidade com o objeto de estudo em questão e, com isto se fará várias interpretações de uma análise indutiva por parte dos pesquisadores. Quanto ao seu procedimento, se

dará por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois foi baseada em material já elaborado, constituído principalmente de livros ancorado nos autores como: Bossa (2007), Relvas (2010), buscando compreender a importância do pedagogo dentro da empresa.

Para Severino (2007, p. 122),

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes no texto.

E ainda quanto a abordagem metodológica se dará por meio de um estudo de caso, sendo a autora do artigo o objeto de pesquisa.

ANÁLISE DE DADOS

Para analisar a importância do trabalho do Neuropsicopedagogo, foi realizado um estudo de caso, onde me colocarei como objeto de estudo.

Libâneo (1999) afirma que “há uma diversidade de prática educativa na sociedade, e em todas elas, desde que se configurem como intencionais, está presente a ação pedagógica”.

Sou formada no curso de licenciatura em pedagogia há 10 anos, exercendo primeiramente a função como professora de educação infantil na rede de ensino municipal e, há três anos estou lotada como Coordenadora Pedagógica de um CMEI. Percebi a necessidade de se ter um profissional qualificado nesta área atuando de maneira diversificada para atender as necessidades de uma criança com dificuldades na aprendizagem, com alguma necessidade especial ou com algum este tipo de transtorno, quando me deparei com meu filho que com diagnóstico de altas habilidades, e neste caso percebi a relevância de se fazer um trabalho diversificado. Pois diante deste quadro encontrei dificuldades no que se refere a aceitação dele na escola, com os professores, e, dentro da sociedade.

RIBEIRO (2003, p.9) “Cabe à Pedagogia a busca de estratégias e metodologias que garantam uma melhor aprendizagem/apropriação de informações e conhecimentos.”

Diante disso em procurei buscar uma pês em neuropsicopedagogia, me formando em 2009, pois sempre gostei da educação especial, acredito que são olhares diferentes para aqueles que precisam. Compreender a maneira de aprender, juntamente com os sentimentos e, organizar em como aprender, isto me encanta.

Cerca de 2 meses abri uma clínica, onde desempenho o papel Neuropsicopedagogo Clínico, a fim, de ajudar quem precisa

No que se refere ao desenvolvimento da minha função, inicialmente é feito uma consulta com os pais, para que possam relatar suas queixas. Em seguida explico como é feito o meu trabalho que acontecem por meio de avaliações qualitativas, ecológicas e padronizadas, onde observo a linguagem oral, leitura, raciocínio lógico, habilidades cognitivas, psicomotricidade.

As avaliações são realizadas com até 10 sessões, entre elas a 1 com anamnese e a última é a entrega do relatório para os pais com os dados e a conclusão. Envio o questionário para a escola e, para os professores, trabalhando em conjunto com fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pode ressaltar a importância do trabalho do neuropsicopedagogo para a contribuição no desenvolvimento de criança, adolescentes com dificuldades na aprendizagem, bem como, com alguma necessidade especial, que compromete seu desempenho na escola e, na sociedade. Frisando que o neuropsicopedagogo pode exercer seu papel tanto nos estabelecimentos escolares, quanto dentro de clínica, organizando sua metodologia por meio de uma prática de conhecimentos epistemológicos, que o ajude a desenvolver suas atribuições de forma positiva e, integrando a criança/adolescente as escolas/sociedade. O neuropsicopedagogo concentra seus esforços para que apesar da complexidade e diversidade possa por meio de seu assessoramento integrado auxiliar professores, escola e a família em todo o processo.

Neste artigo foi indagado sobre a ética profissional, o que é de suma importância para o bom trabalho, pois a família deposita neste profissional total confiança. Todavia destaca-se que o mesmo possui informações peculiares sobre cada paciente, aluno que o procura e, neste primórdio fica evidenciado sua conduta e postura ética.

Este artigo, primeiramente trouxe para mim uma confiança em desempenhar minha função como neuropsicopedagogia, pois amo o que faço. A sensação de estar à frente de todo o processo de aprendizagem, do desenvolvimento de uma criança me fascina, trazendo-me acalento no meu dia a dia.

E o que dizer quando o resultado final é deveras positivo, é gratificante, mas é gratificante também quando recebo sinais de carinho por parte dos envolvidos neste processo e, aqui incluo “família, escola e mestres”.

Mesmo quando a jornada é o resultado parece difíceis, percebo em mim um crescimento, pois “O que não te desafia, não te transforma.” (Piaget) e, segundo ele mesmo, nós aprendemos com os nossos erros.

Por ter um filho com super habilidades, tomei a decisão de buscar algo a mais e, foi desempenhado o papel de neuropsicopedagogo que encontrei um caminho seguro diante do que estava vivendo, e percebi que poderia ajudar a tantas pessoas que passam por a mesma situação. Porém percebo que o caminho é desafiador e, que muito ainda precisa ser feito para poder desvendar a máscara do medo, da discriminação, do preconceito, mas cabe a nós profissionais neste seguimento caminhar juntos para desenvolver da melhor maneira possível e, levantar a bandeira do amor, onde todos somos iguais sem diferença e, que onde quando é feito com este dom sublime tudo se torna prazeroso e gratificante.

REFERÊNCIAS

BEAUCLAIR, João. Para entender Psicopedagogia: perspectivas atuais, desafios futuros. 3. ed. Rio de Janeiro, Wak. Ed., 2009. BOSSA, Nadia A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000

BOSSA, Nádia A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. RS, Artmed, 2007. BRASIL,

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos para quê? São Paulo: Cortez, 1999.

RELVAS, Marta Pires. Neurociência e educação: potencialidades dos gêneros humanos na sala de aula. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak. Ed., 2010.

RIBAS, Guilherme Carvalhal. Considerações sobre a evolução filogenética do sistema nervoso, o comportamento e a emergência da consciência. Rev. Bras. Psiquiatr. 2006; 28 (4): 326-38. Disponível em: <<http://www.Scielo.br/pdf/rbp/v28> Acesso em: 23 mai. 2021.

RIBEIRO, Amaral do Escotto Amélia. Pedagogia Empresarial. Atuação do Pedagogo na Empresa. 6º ed. Rio de Janeiro. Editora Wak. 2010.

SAHB, Warlley Ferreira. Educação Especial: olhar histórico, perspectivas e aporte legal. Revista Eletrônica de Direito Educacional, nov. 2004.

SILVEIRA, Rafael da. O que faz um psicopedagogo institucional? Revista Práxis Pedagógica. vol. 2, nº 1, jan./mar. 2019. Disponível em: <<http://www.periódicos.unir.br/index.php/práxis/article/view/119/pdf>> Acesso em 17 mai. 2021.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez: 2007.

STUKART, HL. Ética e Corrupção: Os benefícios da conduta ética na vida pessoal e empresarial. São Paulo: Editora Nobel, 2003.

SOBRE OS AUTORES

Simone Ferreira

Graduada em Pedagogia. Professora de Educação Infantil. Coordenadora Pedagógica.

Fabio Jose Antonio da Silva

Graduado em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina/PR (2003), Pós Graduação em Fisiologia do Exercício pela Universidade Estadual de Maringá/PR (2005), Mestrado em Educação pela UNIGRAN - Pedro Juan Caballero/Paraguai (2013), MBA em Gestão de Pessoas pela UNOPAR (2017) e Doutorando em Educação Física - UEL/UEM (2017-2021).

CAPÍTULO 9

PESSOAS SURDAS E TECNOLOGIAS: ENTRE SÓLIDOS E LÍQUIDOS A CIBERSOCIEDADE PENDULA

Nanci Cecília de Oliveira

Tarcisio Vanzin

RESUMO

Os estudos sobre a pessoa surda no Brasil têm sua formulação efetiva inicialmente no Brasil em 1857, com o estabelecimento da escola Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. No século XX, foi criado no Brasil a primeira graduação que disponibilizou o ensino em Língua Brasileira de Sinais, como primeira língua de uso nas universidades. Daquele tempo aos atuais, uma das possibilidades de estudo sobre a educação das pessoas surdas emerge vinculada à cibersociedade, que conecta o pensamento social à tecnologia e permite que os sujeitos em suas singularidades acessem de forma integrada e em rede a educação à distância. Esse artigo possibilitou reflexões sobre possíveis conexões da pessoa surda e suas ligações sociocognitivas e linguísticas nos coletivos sociais.

Palavras-chave: cibersociedade. pessoas surdas. sociedade do conhecimento.

INTRODUÇÃO

Os diversos coletivos de pessoas surdas e ouvintes se encontram nos espaços urbanos se situando tanto nos ambientes físicos quanto nos arcabouços digitais, que se constituem como realidade possível a partir do século XX se expande no século XXI. Essa possibilidade é mencionada por WIENER (1970-1984), referindo-se à mudança advinda do encontro entre coletivos sociais, tecnologia e seus efeitos nos usos de informações e por MCLUHAN (1964), que enuncia o entrosamento global e a abertura de conexão de cultura e povos, cuja distância de hábitos é reduzida pelo uso da tecnologia como pode ser observado na atualidade. Portanto, a sociedade de consumo possibilita que pessoas que possuem costumes socioculturais e origens distintas compartilhem e consumam os

mesmos produtos, acessem redes de interesse digital e promovam interlocuções, coleta de dados e armazenamento de informações improváveis em outros tempos (VANZIN, PALAZZO, 2018, p.12).

Esse modo de vida entre o campo físico e o campo digital tem redimensionado conjunturas de distâncias entre classes socioeconômicas antes consideradas sólidas e que hoje se aproximam no meio digital, extrapolando lugares antes limitados à alguns grupos, isso contribui para que a diversidade de conhecimentos e saberes se comuniquem. Nesse momento histórico, há um lugar que emerge de modo coletivo em que o pensamento cognoscente se pluraliza, viraliza e adquire as mais diversas formas de interpretação, adquirindo uma liquidez que torna sua temporalidade rápida, logo se necessita de outras redes cognoscentes, formando outras tramas de informações (VANZIN, PALAZZO, 2018, p. 12 e 13).

No campo científico, o modo de se tratar o objeto de pesquisa ou o fenômeno a ser pesquisado tem passado por mudanças, embora se mantenha a importância do entendimento sobre a utilização e conceitos referentes à “ciência pura, ciência aplicada e tecnologia”. Também se compreende que o aporte de conhecimento e cognição se entrelaça e conecta com outros campos de saberes e práticas. (CUPANI, 2016, p. 100 e p.101) No que se refere às tecnologias, elas também se apresentam como uma das interfaces da ciência e estão integradas ao conhecimento científico e possibilitam de forma criativa ações e transformações no contexto da cibersociedade. (CUPANI, 2016 p. 188)

O pensamento social, por sua vez, constitui-se em conjunto com o pensamento dos sujeitos em suas singularidades e esses carregam possibilidade de percepções sobre o outro. Ao se utilizar a nomenclatura pessoa surda, por exemplo, essa tem uma variedade de significados sobre a compreensão do que venha a ser uma pessoa surda e por consequência também como se desenvolveram espaços urbanos, sociais e de acesso e acessibilidade para essas pessoas no contexto das cidades. Desse modo, se faz necessário ir além de mitos sobre essa população, pensar e propor espaços urbanos em que eles estejam em equidade com os demais participantes nos diferentes contextos da cibersociedade.

Entre os pensamentos que circulam no contexto sociocultural, STROBEL (2009) comenta que a história cultural dos povos surdos é dividida em três momentos: Revelação Cultural, Isolamento Cultural, Despertar Cultural. A Chamada Revelação Cultural é compreendida como o período anterior ao Congresso de Milão, que na concepção da autora foi um período em que as pessoas surdas tinham acesso e participação no campo

educacional, artes e exerciam funções como professores e outras profissões nas cidades e modo mais igualitário do que após o mencionado congresso. O segundo momento referido por Strobel (2009) ocorre após o Congresso de Milão, no ano de 1880, chamado de Isolamento Cultural, no qual houve a proibição do uso da língua de sinais, o que proporcionou para além do silenciamento linguístico, o isolamento sociocultural da população surda. O terceiro momento foi o Despertar Cultural nos anos 60, do século XX, cujo contexto social propicia o uso da língua de sinais e com isso ocorre amplitude da cultura surda chegando ao alcance da população de modo geral. (STROBEL, 2009)

Outro ponto relevante para se compreender parte do arquétipo do pensamento que envolve a cultura surda é citado por Strobel (2009) ao se referir à idade antiga, idade média e moderna. Para Strobel (2009) na Idade Antiga as pessoas surdas foram alvos de atrocidades e incompreensões sobre suas singularidades como é observado em práticas de extermínio do povo surdo justificadas por crenças e ritos religiosos.

Já na Idade Média, as pessoas com deficiência eram vistas como estranhas e a diferença era percebida como objeto de curiosidade, motivando a categorização dessa população como aptas para sacramentos religiosos ou não. A condição de humanidade das pessoas surdas também estava atrelada a legislação vigente que possuía restrições quanto a sua cidadania, impossibilitando sua participação no campo político e também dificultando suas perspectivas de formação familiar uma vez que estes eram submetidos à vontade do pontífice. Por outro lado, a autora comenta o uso da língua de sinais em monteiros para fins de preservar os votos de silêncio neste período, falando somente em língua de sinais. (STROBEL, 2009)

Na Idade Moderna, a percepção sobre a pessoa surda tem mudança e o pensamento da época conclama que a necessidade de instrução e acesso dos surdos ao campo educacional. Nesse contexto, pode-se observar a aplicação de algumas metodologias como o uso de língua de sinais, a escrita, as disciplinas como línguas, física, astronomia, datilologia, oralização, contribuindo para uma alteração quanto ao direito a herança para as pessoas surdas que passaram a ter direito às mesmas desde que fossem oralizadas. Outro acontecimento relevante foi a criação de escolas para pessoas surdas na Europa.

O Brasil teve o impacto dessa política sociolinguística em 1857, com o estabelecimento da escola Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que posteriormente se tornou o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Após isso, apenas no início do século XX, no ano de 2006, o Brasil coloca em prática uma política educacional de

graduação com ênfase na Língua Brasileira de Sinais em âmbito nacional. Coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde são dimensionados nove polos de graduação em Letras Libras à distância e posteriormente cria a graduação presencial na UFSC. Essa política educacional possibilitou que os professores surdos chegassem às universidades de forma ampla e os acadêmicos surdos puderam ter cursos e disciplinas em língua brasileira de sinais, garantindo assim seu direito linguístico.

O acesso ao conhecimento não ocorre de forma isolada do projeto social do qual ele faz parte. Herbert Marcuse foi um filósofo que participou do Instituto de Pesquisas Sociais, também nomeado como Escola de Frankfurt, que preconizava a interlocução no campo teórico. Marcuse enfatizou a linguagem e o campo da comunicação a fim de mostrar que a ciência não era exercida de forma crítica. Ele mencionou seu posicionamento, considerando-a como um dispositivo afastado da realidade que, por vezes, reproduz a lógica da economia globalizada de mercado via instituições de maneira turva. (CUPANI, 2016)

A ciência aplicada nessa lógica mercadológica corrobora para a redução da variabilidade de possibilidades plurais de manifestação humana nos diversos contextos da sociedade, uma vez que a produção, inclusive do conhecimento, tem sido priorizada através de dispositivos que regulam e explicitam os comportamentos, direcionando-os para a lógica do consumo, da massificação de bens.

Na cibersociedade a condução da psiquê e dos corpos, pendulam com uma de suas maiores riquezas, o controle e compartilhamento do conhecimento, que associados a Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) alicerçam sua chave de implantação. (OBREGON, R.F.; FLORES, A.R.B. 2011, p.49)

Embora se verse sobre as chaves de implantação e de que a unidimensionalidade tenha colocado seus tentáculos de forma expressiva na humanidade, há de se perceber que ela operacionaliza apenas em certos ambientes de seu interesse, pois, por exemplo, segundo o IBGE, apenas 4,6% da população surda conclui o ensino de base, ou seja, grande parte da população de pessoas surdas não está abarcada nesse aspecto pela perspectiva unidimensional. (IBGE, 2010)

Legislação Brasileira

Em nossa cultura, normatizamos os modos de viver, referendando-os através de leis que dimensionam políticas públicas e sociais, afetando as populações. A lei nº 10.436, de

24 de abril de 2002 regulamentou e dispôs sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, reconhecendo-a “como meio legal de comunicação e expressão”, assim como outros componentes que fazem parte da língua. Além disto, a lei também propõe que nas três instâncias do estado brasileiro – federal, estadual, municipal e Distrito Federal seja oferecido incremento na “Educação Especial, do ensino da Língua Brasileira de Sinais”, complementando os Parâmetros Curriculares Nacionais. (BRASIL, 2002).

O decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu artigo 22, diz que a responsabilidade no que tange a educação básica das pessoas surdas ocorre via as instituições federais, com o cunho da educação inclusiva. A prioridade, segundo a legislação, é a proposta da educação bilíngue (libras-português), oportunizando um campo educacional para que pessoas surdas e ouvintes estejam no mesmo espaço educacional e vivenciando a equidade sociocognitiva e linguística. Para tanto, é proposto que os professores sejam bilíngues desde a educação infantil, assim como nos anos iniciais do ensino fundamental. (BRASIL, 2005)

E ainda seguindo os acordos internacionais, como, Declaração de Salamanca, é possível perceber a indicação de que as crianças consideradas integrantes da educação especial devem estar inseridas em contextos educacionais em que seja contemplada a pluralidade escolar, o aprendizado da pessoa com deficiência e também as que apresentam dificuldade no processo escolar. (MEC, 2006)

Nessa perspectiva, faz-se necessário que as pessoas surdas e ouvintes estejam desenvolvendo seu processo educacional em escolas na rede de ensino regular, com aprendizado amplo do conhecimento e potencializando a singularidade linguística entre os alunos de forma concreta com a inserção de tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras e da Língua Portuguesa.

A Pessoa Surda como sujeito do Conhecimento e Coletivo Social

A pessoa surda tem a percepção visual como característica preponderante para seu desenvolvimento cognitivo, constituindo-se como integrante da sociedade do conhecimento e participante da cultura de modo geral e dos diversos grupos em que está imersa. Essa possibilidade de integração ocorre dentro de um pensamento social, no qual o paradigma científico contribui de modo significativo promovendo a visão associada aos diversos aspectos existentes nos coletivos sociais. (ROSSETTO, 2008)

A associação e interconexão dos vários ambientes que compõe a sociedade com ênfase na visão sistêmica permitem que se obtenham informações e conhecimentos sobre a variabilidade de componentes de micro e macrorrelações interpessoais no contexto global. (ROSSETTO, 2008) Assim, observa-se na atualidade a construção de ambientes por grupos de humanos com a interface tecnológico-digital, em um contramovimento à natureza, criando espaços de cidades ciborgues. (LEMOS, 2001)

Nestes ambientes as cidades ciborgues se assemelham a organismos ativos em que elementos se conectam em espaços de interação entre os viventes e as redes tecnológicas, ocorrendo uma dinâmica densa em que outros e novos processos se interrelacionam em espaços de fluxos, nos quais práticas sociais podem ocorrer ao mesmo tempo, sem a necessidade de um espaço físico permanente. (LEMOS, A. 2001 p.6)

As pessoas se constituem em espaços diferentes formando redes de relações sociais: grupos, familiares, escolares, religiosos; nas organizações de trabalho e demais instituições que compõem a participação na cibersociedade. Essas relações se entrelaçam com a temporalidade que na modernidade se torna flexível a partir de novas tecnologias, como a internet, os sistemas em rede, o controle midiático, as conexões se estendem para o sentir das pessoas, suas emoções e suas possibilidades de acesso e uso dos vários espaços na cibersociedade. (BAUMAN, 2001, p. 12).

Portanto o que antes se constituía como sólido na atualidade escorrega, torna-se líquido, do mesmo modo as pessoas e suas singularidades são redimensionadas aos grupos em espaços digitais e suas ações passam a ser coletivas, assim como suas percepções e seu modo de se manifestar nas relações sociais. As pessoas utilizam uma abstração de linguagem: o Eu e o Outro se diluem em Nós. Esses nós se conectam e assim formam-se redes de coletivos que dizem de acontecimentos da cibersociedade, interligando uma diversidade de informações, que possibilita a criação de bancos de informações distintas. (BAUMAN, 2001, p. 12).

Por outro lado, essas informações também se diluem nos corpos que habitam a cibersociedade e entre esses encontramos os corpos das pessoas surdas. Corpo este que também emerge de sua singularidade para o coletivo e se constitui em multipossibilidades de ocupações desses espaços. Esses adquirem outras possibilidades de alagarem e usufruírem os espaços na cibersociedade de informação em que aparelhos auditivos, chips, tecnologias de implantes cocleares e smartphones com acessos a tradutores multilíngues permitem também, o acesso ao campo do conhecimento e seus compartilhamentos. (LEMOS, A. 2001, p.12)

Da descoberta do fogo até a atualidade, o homem tem inventado outras formas de dar significado aos modos de viver, permitindo inúmeras ações que se conectam com outras invenções e potencializam o viver em nossas culturas. O corpo humano se torna híbrido e adquire outros mecanismos de interferir e se apropriar do ambiente em que faz parte, que são repletos de informações tecnológicas obtidas por fluxos inteligentes, seja em governança, em pensamento e aplicação da ciberdemocracia, ou mesmo nos espaços de controles virtuais vivenciados nas cidades. (LEMOS, A. 2001, p.4)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cibernética se apresenta na atualidade como o espaço que se constitui a possibilidade de vivência dos diversos coletivos, compondo o modo de vida atual entre conexões, espaços e simultaneidade. Assim, o uso da tecnologia e suas conexões tem permitido a ampliação de maneiras de se pensar cientificamente em propostas que contribuam para os acessos de espaços antes não conquistados, como explicitado nesse artigo no que se refere à educação de pessoas surdas no Brasil na educação à distância, numa proposta conectada com a divulgação da língua brasileira de sinais e a quebra de paradigmas quanto a educação das pessoas surdas.

Do ponto de vista filosófico Marcuse e Bauman proporcionam ampla discussão sobre interpretações dos fenômenos ocorridos na cibernética, abordando perspectivas que chamam a ciência para a análise da realidade, evitando situações embaçadas na sociedade globalizada. Outro ponto relevante é a legislação que possibilita diretrizes e aplicações de políticas públicas que garantem o acesso a espaços educacionais entre outros na cibernética, sendo esta facilitadora para a acessibilidade à pessoa surda.

Todo esse arcabouço se conecta com a pessoa surda e suas ligações sociocognitivas e linguísticas nos coletivos sociais. Do mesmo modo, os corpos e o viver, estão híbridos e as tecnologias fazem parte dos corpos, do cognitivo e do reconhecimento das pessoas que se vê diante da abertura de várias possibilidades de existir e ocupar os espaços sociais.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BRASIL, 2006. Ministério da Educação e Cultura, Saberes e práticas de inclusão. **Recomendações para a construção de uma escola inclusiva**. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf. Disponível em link. Acesso online em 22 de mai,2019.

BRASIL, 2002. Constituição (1988). LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, p. 292. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm

CUPANI, A. **Filosofia da tecnologia: um convite** 3. ed. – Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.p.100

LEMOS, A, 2001. CIDADE-CIBORGUE. **A Cidade na Cibercultura**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Facom/UFBa. Disponível em link. Acesso em 28 de mai de 2019. <https://www.pucsp.br/~diamantino/cidadeciborgue.pdf>

LEMOS, A., 2002. Cibercultura. **Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Sulina, Porto Alegre.

ROSSETTO, E. A educação a luz do pensamento de Maturana. Revista **Educação Especial** n. 32, p. 237-246, 2008, Santa Maria Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>

SÁ, Nídia Limeira de. **Os Estudos Surdos**. [s.d.]. Disponível em: http://www.eusurdo.ufba.br/arquivos/estudos_surdos_feneis.doc.

Acesso em: 22 jun. 2010.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

VANZIN, T. PALAZZO, L.A.M., 2018, p. 12, 13. Cibersociedade e Novas Tecnologias. **Visões da Cibersociedade: o Controle pela Conexão**. Erechim: Deviant, 2018.

SOBRE OS AUTORES

Nanci Cecília de Oliveira

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, graduada em Letras Língua Brasileira de Sinais pela Universidade Federal de Santa Catarina, Especialização em Psicopedagogia pela Faculdade Municipal de Palhoça, Especialização em Pós Graduação em Educação Especial Inclusiva. AVM - Faculdade Integrada, Especialização em Educação Infantil, Neurociência e Aprendizagem - Universidade Cândido Mendes; Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, área: Ergonomia. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Linha de Pesquisa - Área de Mídia do Conhecimento (Mídia e Conhecimento na Educação) PPGEGC.

Tarcisio Vanzin

Arquiteto, Mestre e Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**PESQUISAS EM DIREITO,
RELAÇÕES SOCIAIS E
TERRITÓRIO**

CAPÍTULO 10

O QUE É UMA CONSTITUIÇÃO: ANÁLISE FILOSÓFICA DO CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO EM SEUS SENTIDOS SOCIOLÓGICO, POLÍTICO E JURÍDICO

Jéssica Cavalcanti Barros Ribeiro

Guilherme Sabino Nascimento Sidrônio De Santana

RESUMO

O termo “Constituição” possui diversos significados, sendo todos eles ligados à ideia de organização interna de entidades. Nesse sentido, pode-se dizer que todo Estado possui Constituição, que é o seu modo de ser. No sentido de lei fundamental, a Constituição é a criação e organização dos elementos essenciais do Estado, consubstanciada em seu estatuto jurídico e político. Desta maneira, a presente pesquisa teve o propósito de compreender os sentidos do termo “Constituição”, o político, idealizado por Carl Schmitt; o sociológico, criado por Ferdinand Lassalle; e o jurídico, desenvolvido por Hans Kelsen; além de conceitua-los e diferenciá-los. O presente estudo consiste em Pesquisa Básica ou Pura, e trata-se de Pesquisa Descritiva, pois consiste em estudo detalhado, com coleta, análise e interpretação de dados, sem a interação ou envolvimento do pesquisador no assunto analisado. Além disso, esse estudo consiste em Pesquisa Bibliográfica realizada, principalmente, na área do Direito Constitucional. Ao final, constata-se que cada filósofo possui uma visão particular da Constituição, que contribui para a complexidade do estudo do Direito Constitucional, sendo, todas elas, aceitas pela doutrina e reproduzidas nos livros de estudo sobre o tema.

Palavras-Chave: Conceito. Constituição. Definição.

INTRODUÇÃO

O termo “Constituição” possui diversos significados, sendo todos eles ligados à ideia de “modo de ser de algo”, ou seja, organização interna de entidades e instituições. Nesse sentido, pode-se dizer que todo Estado possui Constituição, que é o seu modo de ser. No

sentido de Lei Fundamental, a Constituição é a criação e organização dos elementos essenciais do Estado, consubstanciada em seu estatuto jurídico e político (NOVELINO, 2012, p. 83).

Considerando o sentido plural do significado do termo “Constituição”, o presente trabalho justifica-se pelo fato de que o Direito deve ser aplicado para transformar valores na sociedade. Como ciência social aplicada, o Direito reveste-se de papel educativo, e não só punitivo/sancionador, incutindo na consciência coletiva a importância de entender e respeitar a Constituição e os valores nela existentes.

Dessa forma, a presente pesquisa teve o propósito de compreender os sentidos do termo “Constituição”, o político, idealizado por Carl Schmitt; o sociológico, criado por Ferdinand Lassalle; e o jurídico, desenvolvido por Hans Kelsen; além de conceituá-los e diferenciá-los.

REFERENCIAL TEÓRICO

A palavra “Constituição” tem origem no verbo latino *constituere*, que significa constituir, estabelecer, firmar, formar, organizar, delimitar. Na língua portuguesa, essa palavra tem sentido plurívoco, sendo que, para Mendes e Branco (2020, p. 78), o Direito Constitucional esbarra justamente na polêmica e nas dificuldades dessas noções que permitem vários sentidos. O professor Canotilho (2011, p. 87) aponta que uma Constituição pretende justamente “dar forma”, “constituir”, “conformar” um dado esquema de organização política, seja ele a sociedade, o Estado, ou a República.

Estabelecendo desde já o sentido multifacetado do termo, ressalta-se que a “Constituição” é, acima de tudo, o documento que cria ou reconstrói o Estado, organizando e limitando o poder político, dispondo acerca de Direitos Fundamentais, valores e fins públicos e disciplinando o modo de produção e os limites de conteúdo das normas que integrarão a ordem jurídica por ela instituída (BARROSO, 2020, p. 92). Barroso (2020, p. 91) também descreve o que seria uma Constituição, a partir de diferentes pontos de vista:

a) do ponto de vista político, como o conjunto de decisões do poder constituinte ao criar ou reconstruir o Estado, instituindo os órgãos de poder e disciplinando as relações que manterão entre si e com a sociedade;

b) do ponto de vista jurídico, é preciso distinguir duas dimensões: (i) em sentido material, quanto ao conteúdo de suas normas, a Constituição organiza o exercício

do poder político, define os direitos fundamentais, consagra valores e indica fins públicos a serem realizados; (ii) em sentido formal., quanto à sua posição no sistema, a Constituição é a norma fundamental e superior, que regula o modo de produção das demais normas do ordenamento jurídico e limita o seu conteúdo.

Novelino (2012, p. 94) aduz que a Constituição em sentido material é composta por princípios e regras que têm como objeto os Direitos Fundamentais, a estruturação do Estado e a organização dos Poderes (são as normas estruturais). Já em sentido formal, a Constituição é o conjunto de normas produzidas em um processo mais árduo de elaboração e mais solene que o ordinário, com o intuito de tornar mais difícil a sua alteração.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo consiste em Pesquisa Básica ou Pura por não ter ação interventiva ou transformação da realidade atual, mas por suprir uma necessidade intelectual do pesquisador em compreender e conhecer determinados fenômenos (BARROS e LEHFELD, 2014). Já do ponto de vista dos objetivos, trata-se de Pesquisa Descritiva, pois consiste em estudo detalhado, com coleta, análise e interpretação de dados, sem a interação ou envolvimento do pesquisador no assunto analisado.

Quanto aos procedimentos técnicos, este estudo consiste em Pesquisa Bibliográfica, por surgir a partir de produtos científicos já publicados, constituídos por artigos de periódicos, livros, capítulos de livros e, atualmente, com material virtual, ofertado na Internet. Por fim, essa pesquisa bibliográfica foi realizada, principalmente, na área do Direito Constitucional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conceito de Constituição em Sentido Político

É certo que o conceito de Constituição sempre foi alvo do questionamento de diversos escritores, juristas, filósofos e cientistas políticos durante séculos. Para se saber o que é uma Constituição, contudo, não basta apresentar uma Constituição, ou defini-la (esse é apenas um passo para se conhecer o seu real significado). É preciso, pois, indagar

sobre a sua essência. Dessa maneira, analisar-se-á os sentidos (i) político (ii) sociológico (iii) jurídico da Constituição

O conceito de Constituição em seu sentido Político foi idealizado por Carl Schmitt, jurista alemão, também conhecido como “jurista maldito”, porque era filiado ao Partido Nazista e por isso, mantinha estreita ligação com o nazismo enquanto regime, dando base às ações de Adolf Hitler (MARTINS, 2020, p. 163).

Em sua obra, destaca-se o livro “Teoria da Constituição”, no qual desenvolve o conhecido “Sentido Político da Constituição”. Segundo Schmitt, Constituição é uma decisão política fundamental do titular do poder, da qual pode ser feita uma norma jurídica ou não. Dessa maneira, o jurista diferencia “Constituição” de “Lei Constitucional” (MARTINS, 2020, p. 164).

O autor Lenza (2020, p. 84), tratando do sentido Político de Constituição, assim distingue Constituição de Lei Constitucional: Constituição só se refere à decisão política fundamental, como estrutura e órgãos do Estado, Direitos Individuais, vida democrática, etc, enquanto que as Leis Constitucionais seriam os demais dispositivos inseridos no texto constitucional, mas que não contêm matéria de decisão política fundamental.

O conceito de Constituição no sentido político de Carl Schmitt inverte a lógica segundo a qual a Constituição consiste em um instrumento para limitação do poder do Estado. Isso porque, na sua visão, a Constituição é um instrumento de sustentação, de afirmação do poder. Ela deve servir a quem detém o poder em determinada sociedade, especialmente ao governante ou líder político. Servirá para que o governante estabeleça o modo como a sociedade deve se organizar. Portanto, o governo deve respeitar a Constituição, mas em casos excepcionais pode deixar de cumprir a “Lei Constitucional”, que podem ser suspensas e violadas durante estados de exceção (MARTINS, 2020, p. 164). Nesse sentido, leciona Martins (2020, p. 164):

A teoria se fez prática na Alemanha Nazista. Hitler foi nomeado chanceler em janeiro de 1933 e, em razão de um suspeito incêndio no Parlamento (Reichstag) alemão, creditado aos comunistas, convenceu o então presidente a decretar estado de sítio. Hitler convenceu o parlamento, no qual tinha maioria, a aprovar a “ Lei de habilitação de grandes poderes” (Ermächtigungsgesetz), que autorizava o chanceler a editar leis, no estado de sítio ou emergência, sem a participação do parlamento. Segundo Carl Schmitt, era possível até mesmo suspender a lei constitucional, que não era o mesmo que constituição.

Ainda segundo Martins (2020, p. 165), a teoria de Schmitt, embora polêmica, tem assento na doutrina brasileira no que atine às normas formalmente constitucionais e materialmente constitucionais. As normas que dispõem sobre temas essencialmente constitucionais, ou seja, que organiza o exercício do poder político, define os Direitos Fundamentais, consagra valores e indica fins públicos a serem realizados (que Schmitt chamaria de Constituição), hoje são chamadas de normas materialmente constitucionais, ao passo que normas que se encontram no texto constitucional, mas que não tratam de temas essenciais do Estado, são chamadas de normas formalmente constitucionais (para Schmitt seriam as Leis Constitucionais). O exemplo clássico de norma formalmente constitucional é o art. 242, §2º da Constituição Federal, que trata do Colégio Pedro II.

Portanto, o objetivo desse pensamento foi legitimar a visão de mundo do *Führer*, do titular do poder executivo, dotado de legitimidade extraordinária dada pelo espírito do povo alemão. Esse entendimento, em que pese obsoleto e inconcebível nos dias atuais, serve de inspiração para que autores contemporâneos construam um raciocínio semelhante, o qual dá origem à classificação dentro de uma mesma Constituição, entre normas formalmente constitucionais e materialmente constitucionais, ou Constituição em sentido material e formal.

Conceito de Constituição em Sentido Sociológico

A visão estritamente sociológica da Constituição foi cunhada por Ferdinand Lassalle, em uma conferência em Berlim (1862), sobre a essência da Constituição, cujas palavras iniciais foram “Começo, pois, minha conferência com esta pergunta: o que é uma Constituição? Em que consiste a verdadeira essência de uma Constituição?”. O referido discurso foi transformado no livro “O que é uma constituição?” (MARTINS, 2020, p. 160). Nas próprias palavras de Lassale (1933, p. 7):

Início, pois, minha palestra com esta pergunta: que é uma Constituição? Qual é a verdadeira essência de uma Constituição? Em todos os lugares e a todas horas, à tarde, pela manhã e à noite, estamos ouvindo falar da Constituição e de seus problemas constitucionais. Na imprensa, nos clubes, nos cafés e nos restaurantes, é este o assunto obrigatório de todas as conversas. E, apesar disso, ou por isso mesmo, formulada em termos precisos esta pergunta: qual será a verdadeira essência, o verdadeiro conceito de uma Constituição?

Para Lassale, a Constituição pode ser definida como os fatores reais de poder de uma determinada sociedade (por exemplo, o poder político, o poder econômico, o poder religioso, o poder militar, os banqueiros, senhores de terras, empresários e todas as forças atuantes na conservação das instituições vigentes). Assim, a Constituição escrita, tal como conhecemos, não passa de uma mera folha de papel, irrelevante, se não coincidir com os fatores reais de poder, essa sim é a Constituição real (MARTINS, 2020, p. 161). Segundo o Ministro Barroso (2020, p. 96):

O sociologismo constitucional ou o conceito sociológico de Constituição é associado ao alemão Ferdinand Lassalle. De acordo com sua formulação, a Constituição de um país é, em essência, a soma dos fatores reais do poder que regem a sociedade. Em outras palavras, o conjunto de forças políticas, econômicas e sociais, atuando dialeticamente, estabelece uma realidade, um sistema de poder: esta é a Constituição real, efetiva do Estado. A Constituição jurídica, mera “folha de papel”, limita-se a converter esses fatores reais do poder em instituições jurídicas, em Direito.

Assim, a Constituição real são os fatores reais de poder, ao passo que, a Constituição jurídica seria uma folha de papel (*ein Stück Papier*), caso não coincidam. Os Fatores Reais do Poder são poderes organizados, condições imprescindíveis para a construção de uma Constituição. Expressa-se nas Classes Sociais e na força enérgica e efetiva que elas têm para modificar a sociedade e dar forma às Leis e Instituições Jurídicas. Suponhamos que todas as Constituições, Códigos e Leis escritas do país desaparecessem. Como fazer uma Constituição? Por onde começar? Quais classes deveriam ser abrangidas pela nova Constituição? A resposta é dada simplesmente ao identificarmos os fatores reais de poder em determinada sociedade (quem conserva as instituições vigentes). Martins (2020, p. 161) exemplifica da seguinte maneira uma situação em que a Constituição não corresponderia aos fatores reais de poder:

Lassale, em seu discurso, dá importantes exemplos: se o legislador, em uma monarquia absoluta, dispusesse que o país passara a ser uma república democrática, ouviria do rei: “poderão estar destruídas as leis, mas a realidade é que o exército me obedece, obedece às minhas ordens; a realidade é que os comandantes dos arsenais e dos quartéis sairão à rua com os canhões e nas baionetes, não tolerarei que me atribuas mais posição nem prerrogativas do que as que eu queira”. Portanto, o texto escrito, ainda que considerado solene, “sagrado”, fundante, etc., será apenas uma folha de papel, distante da realidade.

De nada adianta o texto constitucional se distanciar da realidade, porque o desejo de se elaborar uma nova Constituição escrita nasce na mudança significativa que os fatores reais de poder proporcionam. Quando as relações sociais se alteram (quando um

ditador assume o poder ou quando o povo se revoluciona contra o poder vigente) há a necessidade de se registrar em um documento quais seriam esses novos “fatores reais de poder” (MARTINS, 2020, p. 162). Em outras palavras, prevalece a vontade daqueles que titularizam o poder.

Em suma, podemos diferenciar duas Constituições: uma funcional, real e vigente que é formada e influenciada pelos componentes que regem a sociedade, consubstanciados nos “fatores reais de poder” (Constituição efetiva), e outra Constituição, escrita, que apenas está na folha de papel (Constituição jurídica).

Conceito de Constituição em Sentido Jurídico

O sentido jurídico da Constituição é atribuído ao austríaco Hans Kelsen. Para ele, a Constituição seria um objeto do mundo jurídico, por isso a necessidade de concebê-la nesse meio. Constituição é norma jurídica, sendo paradigma máximo de validade do ordenamento jurídico.

Sabe-se que Kelsen é conhecido por ter desenvolvido a “Teoria Pura do Direito”. Para ele, o Direito é uma ciência pura, e, por isso, ao estudá-lo, não seria necessário verificar aspectos sociológicos, filosóficos, culturais ou políticos. Nesse sentido, complementa Barroso (2020, p. 96), ao falar sobre a Constituição em sentido jurídico, que se opõe ao sentido sociológico e político da Constituição:

Na vertente oposta situa-se a concepção estritamente jurídica da Constituição, vista como lei suprema do Estado. Ligada ao positivismo normativista, essa corrente teve seu ponto culminante na elaboração teórica de Hans Kelsen, considerado um dos maiores juristas do século XX. Em busca de um tratamento científico que conferisse “objetividade e exatidão” ao Direito, Kelsen desenvolveu sua teoria pura, na qual procurava depurar seu objeto de elementos de outras ciências (como a sociologia, a filosofia), bem como da política e, em certa medida, até da própria realidade. Direito é norma; o mundo normativo é o do dever-ser, e não o do ser. Nessa dissociação das outras ciências, da política e do mundo dos fatos, Kelsen concebeu a Constituição (e o próprio Direito) como uma estrutura formal, cuja nota era o caráter normativo, a prescrição de um dever-ser, independentemente da legitimidade ou justiça de seu conteúdo e da realidade política subjacente. A ordem jurídica é um sistema escalonado de normas, em cujo topo está a Constituição, fundamento de validade de todas as demais normas que o integram.

A obra mais importante de Kelsen leva o nome da teoria que ele desenvolveu, a denominada “Teoria Pura do Direito”. O autor pretendeu isolar o Direito das demais ciências, como a Política, a Filosofia, a Sociologia, criando pressupostos específicos das

ciências jurídicas. Desta maneira, são dois os sentidos de Constituição segundo Kelsen: a) sentido jurídico-positivo: Constituição é a lei mais importante do ordenamento jurídico de um país, sendo o pressuposto de validade de todas as leis; b) sentido lógico-jurídico: uma norma supraconstitucional, pré-constituída, não escrita e cujo único mandamento é “obedeça a Constituição” (MARTINS, 2020, p. 169).

Com efeito, percebe-se um verdadeiro escalonamento de normas, uma constituindo o fundamento de validade de outra, numa verticalidade hierárquica perfeita (pirâmide de Kelsen). Uma norma, de hierarquia inferior, busca o seu fundamento de validade na norma superior e esta, na seguinte, até chegar à Constituição, que é o fundamento de validade de todo o sistema infraconstitucional. A Constituição, por sua vez, busca o seu fundamento de validade na norma hipotética fundamental (LENZA, 2020, p. 86).

Kelsen idealizou uma obra que se propõe a garantir um conhecimento apenas dirigido ao Direito e excluir desse conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objeto, tudo quanto não se possa, rigorosamente, determinar como Direito. Ele quer libertar a ciência jurídica de todos os elementos que lhe são estranhos, inclusive a moral (MARTINS, 2020, p. 167). Todavia, convém citar Batista e Costa (2006, p. 243) sobre a relação entre Direito e moral:

A moral é algo inerente ao ser humano (...) na verdade, a consciência moral que reside no coração de cada pessoa é juiz de si mesma, impondo, sempre que se faz necessário, fazer o bem e evitar o mal. Não há dúvida que o homem, no íntimo de sua consciência, descobre uma lei que ele não legislou, mas sente que deve obedecê-la porque esta lei, convida-o sempre a amar, a fazer o bem e evitar o mal.

Uma teoria jurídica que propõe o afastamento entre Direito e Moral acaba por permitir que o Direito se aproxime da tirania, das injustiças e passe a promover atrocidades. Por isso, para Martins (2020, p. 169):

Por conta desta visão que restringe a Constituição a uma lei e o Direito a um conjunto de leis, Kelsen foi acusado de nazista, ou de ter uma teoria nazista. Bem, evidentemente, como vimos acima, Kelsen não era nazista, mas exatamente o contrário: era judeu, e por isso, foi perseguido e exilou-se na América. Não obstante, não há como negar que sua teoria, sua percepção do Direito, veio bem a calhar aos regimes ditatoriais do século XX, como o nacional-socialismo de Adolf Hitler.

Apesar das críticas feitas a sua teoria, inegavelmente o sentido jurídico de Constituição é o mais utilizado pelos juristas ao longo do último século. No Brasil, quando se pergunta a um estudante de Direito o que é Constituição, logo, ele se refere à norma que está no topo do Ordenamento Jurídico (MARTINS, 2020, p. 169).

Assim, para Lassale, a Constituição real é formada pelos fatores reais de poder, para Schmitt, Constituição é uma decisão política fundamental, para Kelsen, Constituição é uma lei, a lei mais importante do ordenamento jurídico e pressuposto de validade de outras leis (MARTINS, 2020, p. 167).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, uma “Constituição” tem sentido plurívoco, e o Direito Constitucional esbarra justamente na polêmica e nas dificuldades dessas noções que permitem vários sentidos. Assim, é importante ressaltar que a “Constituição” é o documento que cria ou reconstrói o Estado, organizando e limitando o poder político, dispondo acerca de Direitos Fundamentais, valores e fins públicos e disciplinando o modo de produção e os limites de conteúdo das normas que integrarão a ordem jurídica por ela instituída.

Para se saber o que é uma Constituição, contudo, não basta defini-la. É preciso analisar a sua essência. Em primeiro lugar, o conceito de Constituição em seu sentido Político foi idealizado por Carl Schmitt. Para ele, a Constituição é um instrumento de sustentação, de afirmação do poder. Ela deve servir a quem detém o poder em determinada sociedade, especialmente ao governante ou líder político. Servirá para que o governante estabeleça o modo como a sociedade deve se organizar. Portanto, o governo deve respeitar a Constituição, mas em casos excepcionais pode deixar de cumprir a “Lei Constitucional”.

Assim, Schmitt distingue Constituição de Lei Constitucional: Constituição só se refere à decisão política fundamental, como estrutura e órgãos do Estado, Direitos Individuais, vida democrática, etc, enquanto que as Leis Constitucionais seriam os demais dispositivos inseridos no texto constitucional, mas que não contêm matéria de decisão política fundamental.

Em segundo lugar, a visão sociológica da Constituição foi cunhada por Lassalle. Para ele, a Constituição pode ser definida como os fatores reais de poder de uma determinada sociedade (por exemplo, o poder político, o poder econômico, o poder religioso, o poder militar, os banqueiros, senhores de terras, empresários e todas as forças atuantes na conservação das instituições vigentes). Então, a Constituição escrita não passa de uma mera folha de papel, irrelevante, se não coincidir com os fatores reais de poder, essa sim é a Constituição real.

Por fim, o sentido jurídico da Constituição é atribuído a Kelsen. Para ele, a Constituição seria um objeto do mundo jurídico, por isso a necessidade de concebê-la nesse meio. Constituição é norma jurídica, sendo paradigma máximo de validade do ordenamento jurídico. Além disso, segundo essa visão, o Direito é uma ciência pura, não sendo necessário verificar aspectos sociológicos, filosóficos, culturais ou políticos.

Constata-se que cada filósofo possui uma visão particular da Constituição, que contribui para a complexidade do estudo do Direito Constitucional, sendo, todas elas, aceitas pela doutrina e reproduzidas nos livros de estudo sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. reimpr. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BATISTA, Rosangela de Fátima Jacó; COSTA, José Pereira da. **Introdução à Ciência do Direito**. Juazeiro. Ed. e Gráfica Franciscana, 2006.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7ª ed. 9ª Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.

LASSALLE, Ferdinand. **Que é uma Constituição?** São Paulo. Edições e Publicações Brasil. 1933.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 24ª edição, 2020.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 4ª ed. São Paulo, Saraiva, 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 15ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2020.

NOVELINO, Marcelo. **Direito constitucional**. 6ª ed. São Paulo: Método. 2012.

SOBRE OS AUTORES

Jéssica Cavalcanti Barros Ribeiro

Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFINIT), pela UNIVASF; *Latin Legum Magister* em Direito Empresarial pela UNIBF. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Cândido Mendes; especialista em Direito Penal pela Damásio Educacional e Ibmec; especialista em Direito Tributário pelo Instituto Prominas; especialista em Docência no Ensino Superior pelo Instituto Prominas; Especialista em Ciência Política pela UNIBF. MBA Executivo em Gestão Estratégica de Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual pela UNIBF. Bacharela em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Professora de Direito da Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – AEVSF e da Autarquia Educacional do Araripe – AEDA. Advogada.

Guilherme Sabino Nascimento Sidrônio de Santana

Mestrando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFINIT), pela UNIVASF. Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Damásio, Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Advogado.

CAPÍTULO 11

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA COMO CRITÉRIO DE VIABILIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA CRIMINAL DE DIREITO PENAL MÍNIMO E COMO CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA

Jéssica Cavalcanti Barros Ribeiro

Guilherme Sabino Nascimento Sidrônio de Santana

RESUMO

O Supremo Tribunal Federal tende a conceber o Princípio da Insignificância como um elo entre o Direito Penal e um ideal de Política Criminal de aplicação mínima deste ramo do Direito. Para o pretório excelso, deve-se considerar que a privação da liberdade individual apenas se justifica em circunstâncias de excepcional relevância, em que a conduta praticada ofende gravemente a Ordem Social. Dessa forma, a presente pesquisa teve o propósito de compreender o Princípio da Insignificância como critério de viabilização de uma política criminal de aplicação mínima do Direito Penal, ou seja, para concretizar o Princípio da Intervenção Mínima. Este trabalho consiste em Pesquisa Básica ou Pura. Quanto aos objetivos, trata-se de Pesquisa Descritiva, e quanto aos procedimentos técnicos, este estudo caracteriza-se por ser uma Pesquisa Bibliográfica, realizada precipuamente na área do Direito Penal. Ao final, conclui-se que a Intervenção Mínima fundamenta o Princípio da Insignificância como expressão de desnecessidade de intervenção. Decorrem da Intervenção Mínima a Fragmentariedade e a Subsidiariedade do Direito Penal, traduzidos na ideia de que dentre as lesões proferidas contra os diversos bens jurídicos existentes, apenas as mais severas devem ser escolhidas para serem alvo do Direito Penal, sendo que, as lesões que podem ser resolvidas pelos demais ramos do Direito assim o serão.

Palavras-Chave: Direito Penal. Intervenção Mínima. Princípio da Insignificância.

INTRODUÇÃO

No ramo jurídico, o Direito Penal é o instrumento de intervenção mais violento, por isso, ele só deve ser utilizado como última opção para o controle social. Por sua violência intrínseca, consubstanciada na restrição da liberdade individual, há a necessidade de utilizá-lo de forma comedida, respeitando direitos e garantias individuais. O Princípio da Intervenção Mínima expressa, na prática, o limite político-criminal do Poder de Punir do Estado.

Considerando que, com o desenvolvimento das Ciências Sociais abandonou-se a ideia de que o Direito Penal severo acarreta em uma melhor prevenção do delito ao invés da utilização de outras formas de controle social, o presente trabalho justifica-se pelo fato de que o Direito deve ser aplicado para transformar valores na sociedade. Como ciência social aplicada, o Direito Penal reveste-se de papel educativo, e não só punitivo/sancionador, incutindo na consciência coletiva a importância de entender que o Direito Penal mínimo caracteriza um verdadeiro Estado Democrático de Direito, porque reconhece-se no exercício do poder punitivo a expressão mais gravosa e mais violenta de uma agressão aos Direitos Fundamentais.

Dessa forma, a presente pesquisa teve o propósito de compreender o Princípio da Insignificância como critério de viabilização de uma política criminal de aplicação mínima do Direito Penal, ou seja, para concretizar o Princípio da Intervenção Mínima.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Direito Penal intervém na última fase do controle social. Trata-se de uma etapa violenta, já que intervém com a pena e com a medida de segurança, o que conduz a uma necessária limitação. Se partimos da ideia de que não é necessário um Direito Penal tão agressivo, se reconhece, desde logo, a necessidade de utilizá-lo com moderação. Sua intervenção, nos diversos âmbitos da vida, não pode ser tão ampla e tão grave (BUSATO, 2015, p. 55). Corroborando com esse sentido, García-Pablos de Molina (1996, p. 250) afirma que o Princípio da Intervenção Mínima expressa graficamente um ulterior limite político-criminal do *ius puniendi*, um limite coerente com a lógica do Estado social, que busca o maior bem-estar com o menor custo social.

Todavia, esse não é o único fundamento que condiciona a intervenção do Direito Penal de forma restrita. O desenvolvimento das Ciências Sociais põe em evidência o fracasso do antigo modelo. Abandona-se a ideia de que o Direito Penal, da maneira severa como vinha operando, acarretava em uma melhor prevenção do delito do que outras formas de controle social (BUSATO, 2015, p. 55). Nesse sentido, razões apontam para a adoção de um modelo penal de mínima intervenção (BUSATO, 2015, p. 56).

Desta forma, através da aplicação do Princípio da Insignificância concretiza-se o modelo penal de mínima intervenção. Nota-se que conceituar o que seria “insignificância” é tarefa sobremaneira complexa, uma vez que inexiste qualquer previsão legal de sua existência ou de como, efetivamente, deve atuar na Teoria do Delito. Apesar de controvertida a origem do Princípio da Insignificância, a maioria dos autores aponta uma origem remota no Direito Romano, fundamentada no brocardo latino *minima non curat praetor*, ou seja, o juiz não se ocupa de coisas pequenas (MASSON, 2020, p.25). O doutrinador Greco (2017, p. 22) assim conceitua o Princípio da Insignificância:

Princípio da insignificância Analisado em sede de tipicidade material, abrangida pelo conceito de tipicidade conglobante, tem a finalidade de afastar do âmbito do Direito Penal aqueles fatos que, à primeira vista, estariam compreendidos pela figura típica, mas que, dada a sua pouca ou nenhuma importância, não podem merecer a atenção do ramo mais radical do ordenamento jurídico. Os fatos praticados sob o manto da insignificância são reconhecidos como de bagatela.

Deve-se ter em consideração que a doutrina, no passado, entendia a tipicidade como sendo a subsunção da conduta empreendida pelo agente à norma abstratamente prevista. Essa adequação é denominada de “tipicidade formal”. Entretanto, atualmente concebe-se a tipicidade penal pelo seu aspecto formal, associado ao aspecto material, chegando-se à tipicidade conglobante (CUNHA, 2016, p. 71). Segundo Cunha (2016, p. 71), a tipicidade conglobante deve ser analisada sob dois aspectos: i) se a conduta representa relevante lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico, isto é, tipicidade material; ii) se a conduta é prevista pelo Direito Penal como antinormativa (prevista em lei como crime).

Destarte, não basta a existência da norma que prevê, de forma abstrata, a conduta, sendo necessário que tal conduta atente de fato contra o bem jurídico tutelado. Deverá ser feito um juízo entre as consequências do crime praticado e a punição do agente (CUNHA, 2016, p. 71). À vista disso, o Princípio da Insignificância tem influência na tipicidade

material, sendo a conduta atípica que provoca uma lesão irrelevante ao bem jurídico. Esse mesmo entendimento é compactuado pelo Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

A insignificância, enquanto princípio, revela-se, na visão de Roxin, importante instrumento que objetiva restringir a aplicação literal do tipo formal, exigindo-se, além da contrariedade normativa, a ocorrência efetiva de ofensa relevante ao bem jurídico tutelado. No terreno jurisprudencial, dispensam-lhe os tribunais, cada vez com maior frequência, destacado papel na tentativa de redução da intervenção penal, cujos resultados não traduzem, necessariamente, reforço na construção de um direito penal mínimo, principalmente diante do crescimento vertiginoso da utilização desse ramo do direito como *prima ratio* para solução de conflitos, quando deveria ser a *ultima ratio*. (STJ, RHC 31612/PB, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, 6ª T., DJe 29/5/2014).

O Princípio da Insignificância também é conhecido como Princípio da Bagatela. Todavia convém citar que parte da doutrina tende a realizar uma distinção no conceito de Princípio da Insignificância/Princípio da Bagatela Própria e Imprópria. A primeira versa sobre a exclusão do crime por atipicidade material (objeto da presente pesquisa), já a segunda prevê a desnecessidade da pena, ainda que preenchidos todos os requisitos do crime, inclusive a tipicidade material. Os efeitos da chamada “Bagatela Imprópria” são trabalhados no âmbito da culpabilidade ou da punibilidade, como uma causa de desnecessidade da pena (BARBOSA, 2019, p. 40). Sobre a Insignificância Imprópria, Barbosa (2019, p. 65) tece algumas críticas pertinentes:

Não se pode encerrar o assunto sem mencionar importante constatação prática sobre a aplicação da Bagatela Imprópria como exclusão da punibilidade e, portanto, com resultado mais adequado para a solução do problema causado pelo alcance do Direito Penal nos fatos tidos por mínimos, do ponto de vista do bem jurídico tutelado. É que, apesar das ressalvas no sentido de que aplicar a Bagatela Imprópria equivaleria a um perdão judicial sem previsão legal.

Desta maneira, o cerne da aplicação do Princípio da Insignificância consiste em excluir do âmbito de incidência do Direito Penal toda conduta que, por sua lesividade ínfima, não acarrete em lesão relevante à estrutura ou à estabilidade de um bem jurídico protegido pela norma incriminadora (PRADO, 2019, p.144). O Supremo Tribunal Federal, em sede jurisprudencial, identificou quatro vetores de aplicação da insignificância no âmbito da tipicidade material, são eles: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) a inexistência de periculosidade social da ação; c) o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada:

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL. – O princípio da insignificância – que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal – tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado – que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada – apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público. (...) (STF, HC nº 94.809, rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 12.08.2008, DJe 24.10.2008).

Convém afirmar que os vetores associados ao Princípio da Insignificância são tautológicos, uma vez que cada um deles diz substancialmente a mesma coisa já dita pelo anterior. Essa crítica é, inclusive, afirmada por grande parte dos estudiosos do Direito Penal, a exemplo do autor Queiroz (2008, p. 53), que afirma que se mínima é a ofensa, então a ação não é socialmente perigosa; se a ofensa é mínima e a ação não perigosa, em consequência, mínima ou nenhuma é a reprovação, e, portanto, inexpressiva a lesão jurídica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho consiste em Pesquisa Básica ou Pura, porque não atua de forma interventiva ou transforma a realidade atual, mas supre uma necessidade intelectual do pesquisador em compreender e conhecer determinados fenômenos (BARROS e LEHFELD, 2014). Quanto aos objetivos, trata-se de Pesquisa Descritiva, pois consiste em um estudo detalhado, com coleta, análise e interpretação de dados, sem a interação ou envolvimento do pesquisador no assunto analisado. Quanto aos procedimentos técnicos, este estudo caracteriza-se por ser uma Pesquisa Bibliográfica, realizada precipuamente na área do Direito Penal, que surgiu a partir de produtos científicos já publicados, constituídos por artigos de periódicos, livros, capítulos de livros e, atualmente com material virtual, ofertado na Internet.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Princípio da Insignificância como concretização do Princípio da Intervenção Mínima para viabilizar na prática o Direito Penal Mínimo

O Supremo Tribunal Federal tende a conceber o Princípio da Insignificância como um elo entre a dogmática penal e um ideal de política criminal de direito penal mínimo. Para o pretório excelso, o Direito deve considerar que a privação da liberdade individual apenas se justifica em circunstâncias de excepcional relevância, em que a conduta praticada ofende gravemente a Ordem Social. Vejamos:

O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade. O direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado cujo desvalor – por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes – não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social (...). (STF, HC nº 84.687, rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 26.10.2004, DJe 27.10.2006).

Desta maneira, o Supremo Tribunal Federal considera que o Princípio da insignificância possui importância na hermenêutica, pois pode ser considerado um vetor interpretativo, um norte, para fazer valer a Política Criminal adotada, que busca viabilizar o Direito Penal Mínimo:

O princípio da insignificância é vetor interpretativo do tipo penal, tendo por escopo restringir a qualificação de condutas que se traduzam em ínfima lesão ao bem jurídico nele (tipo penal) albergado. Tal forma de interpretação insere-se num quadro de válida medida de política criminal, visando, para além da descarcerização, ao descongestionamento da Justiça Penal, que deve ocupar-se apenas das infrações tidas por socialmente mais graves. (STF, 2º T., HC 104.787/RJ, j. 26/10/2010).

Segundo ensina Prado (2019, p. 115), o conceito de “Insignificância” é extremamente fluido e amplo, de limite discutível, e de aplicação polêmica. Para ele, a aplicação do referido princípio vulnera outro princípio do nosso Ordenamento Jurídico, a segurança jurídica, porque delimitar a bagatela é tarefa da doutrina e da jurisprudência,

que muitas vezes não se comportam de forma uníssona. Apesar desse entendimento, o Princípio da Insignificância corrobora com vários princípios do Ordenamento Jurídico, como o Princípio da Isonomia; o Princípio da Lesividade; o Princípio da Proporcionalidade, e principalmente, o Princípio da Intervenção Mínima, se relacionando intrinsecamente com todos eles.

Portanto, relacionado ao Princípio da Isonomia, a Insignificância atua como um corretor de irracionalidades e promotor de igualdade material, mecanismo que opera em favor da redução das desigualdades entre as pessoas. Por sua vez, o Princípio da Ofensividade (ou lesividade), outro consectário da intervenção mínima, aduz que é indispensável a criação de tipos penais incriminadores, cujo objetivo seja eficiente e realístico, visando à punição de condutas autenticamente lesivas aos bens jurídicos tutelados (NUCCI, 2020, p. 107). Essa lesividade, segundo Santos (2007, p. 25), pode ser analisada sob duas vertentes específicas: a primeira vertente, de natureza qualitativa se refere à natureza do bem jurídico tutelado; a segunda, de natureza quantitativa, diz respeito à extensão da lesão suportada pelo bem jurídico.

Dessa forma, há uma dupla dimensão no Princípio da Lesividade, a de natureza qualitativa, que relaciona-se com a qualidade especial de um determinado bem jurídico, independentemente da graduação da lesão concreta (perceber-se-á, por exemplo, que, em razão da qualidade de certos bens jurídicos, como os decorrentes da tutela direta do interesse público, independentemente da extensão da lesão que sofram, não será admitida a insignificância na visão dos tribunais superiores); e a de natureza quantitativa, que relaciona-se com a graduação da lesão concreta do bem jurídico, independentemente da natureza especial do ente - desvalor da ação (SANTOS, 2007, p. 25).

Nesse sentido, Batista (1996, p. 92-94) aponta quais as funções do Princípio da Lesividade: a) proibir a incriminação de uma atitude interna; b) proibir a incriminação de uma conduta que não exceda o âmbito do próprio autor; c) proibir a incriminação de simples estados ou condições existenciais; d) proibir a incriminação de condutas desviadas que não afetem qualquer bem jurídico.

Quanto ao Princípio da Proporcionalidade no Direito Penal, Nucci (2020, p. 109), ensina que:

Significa que as penas devem ser harmônicas à gravidade da infração penal cometida, não tendo cabimento o exagero, nem tampouco a extrema liberalidade na cominação das penas nos tipos penais incriminadores. Não teria sentido punir um furto simples com elevada pena privativa de liberdade, como também não seria admissível punir um homicídio qualificado com pena de multa.

Dessa maneira, a Insignificância se relaciona com a ideia de proporcionalidade, pois parte-se da premissa segundo a qual a criminalização pode alcançar um limite de irracionalidade intolerável quando o conflito é de lesividade ínfima, ou quando, não o sendo, a afetação de direitos nele envolvida é grosseiramente desproporcional à magnitude da lesividade do conflito. Demais disso, é possível afirmar que o Princípio da Insignificância decorre do Princípio constitucional da Proporcionalidade. Ressalta-se, que a Proporcionalidade é Princípio constitucional implícito, conforme aponta Nucci (2020, p. 111), porque a Constituição, ao estabelecer as modalidades de penas que a lei ordinária deve adotar, o consagra como corolário natural da aplicação da justiça, que é dar a cada um o que é seu, por merecimento. Assim, para o citado autor, decorre da Proporcionalidade a fixação, no art. 5.º, XLVI, das seguintes penas: a) privação ou restrição da liberdade; b) perda de bens; c) multa; d) prestação social alternativa; e) suspensão ou interdição de direitos.

Com efeito, o Princípio da Intervenção Mínima caracteriza o sistema de um verdadeiro Estado Democrático de Direito, porque reconhece no exercício do poder punitivo a expressão mais gravosa e mais violenta de uma agressão aos Direitos Fundamentais. Mister se faz ressaltar que a vulgarização do Direito Penal, como norma solucionadora de qualquer conflito, pode levar ao seu descrédito e, conseqüentemente, à ineficiência de seus dispositivos (NUCCI, 2020, p. 105). A Intervenção Mínima, dessa forma, fundamenta o Princípio da Insignificância como expressão de desnecessidade de intervenção. Nesse sentido, Nucci (2020, p.105) ensina que a intervenção mínima:

Significa que o direito penal não deve interferir em demasia na vida do indivíduo, retirando-lhe autonomia e liberdade. Afinal, a lei penal não deve ser vista como a primeira opção (*prima ratio*) do legislador para compor conflitos existentes em sociedade, os quais, pelo atual estágio de desenvolvimento moral e ético da humanidade, sempre estarão presentes. Há outros ramos do Direito preparados a solucionar as desavenças e lides surgidas na comunidade, compondo-as sem maiores traumas. O direito penal é considerado a *ultima ratio*, isto é, a última cartada do sistema legislativo, quando se entende que outra solução não pode haver senão a criação de lei penal incriminadora, impondo sanção penal ao infrator.

Aponta a doutrina que, decorrem da Intervenção Mínima, a Fragmentariedade e a Subsidiariedade do Direito Penal, sendo aquela conceituada como:

Fragmentariedade significa que nem todas as lesões a bens jurídicos protegidos devem ser tuteladas e punidas pelo direito penal que, por sua vez, constitui somente parcela do ordenamento jurídico. Fragmento é apenas a parte de um todo, razão pela qual o direito penal deve ser visto, no campo dos atos ilícitos, como

fragmentário, ou seja, deve ocupar-se das condutas mais graves, verdadeiramente lesivas à vida em sociedade, passíveis de causar distúrbios de monta à segurança pública e à liberdade individual. (NUCCI, 2020, p. 107)

Dessa maneira, dentre as lesões proferidas contra os diversos bens jurídicos existentes, apenas as mais severas devem ser escolhidas para serem alvo do Direito Penal. As lesões que podem ser resolvidas pelos demais ramos do Direito assim o serão. Este é justamente o significado de um Direito Penal Subsidiário: a intervenção penal deve ficar reservada para as hipóteses em que falharam os outros mecanismos de defesa social. Não podemos outorgar ao Direito Penal a tarefa de redução da criminalidade, que pode ser mais amplamente atendida ou diminuída por outros meios de controle social (BUSATO, 2015, p. 60). Não cabe ao Direito Penal, nem ao Processo Penal, a específica função de evitar eventos delitivos, porque esses mecanismos são imprestáveis para esse fim, uma vez que atuam depois que o fato já aconteceu, restando apenas demonstrar a responsabilidade sobre o que passou (BUSATO, 2015, p. 70).

Por fim, Busato (2015, p. 67) identifica os requisitos para aferição da hipótese de incidência do Princípio da Intervenção Mínima como sendo: a) o reconhecimento de que o caso reflete um ataque a um bem jurídico fundamental para o desenvolvimento da vítima em sociedade; b) que esse ataque foi grave o suficiente para justificar que a última instância de controle social penal entre em ação. Essa gravidade deve ser atribuída levando-se em consideração: 1) a tolerabilidade social; 2) a intensidade do prejuízo ao bem jurídico da vítima; 3) se o emprego do Direito Penal ao caso concreto não é meramente simbólico diante da solução do problema por outra via.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito Penal é o mecanismo de intervenção mais violento do Direito, por isso, só deve intervir na última fase do controle social. Por sua violência intrínseca, consubstanciada na restrição da liberdade individual, reconhece-se a necessidade de utilizá-lo de forma comedida. O Princípio da Intervenção Mínima expressa o limite político-criminal do *ius puniendi*, um limite coerente com a lógica do Estado Social, que busca o maior bem-estar com o menor custo social. Além disso, o Princípio da Intervenção Mínima, é o que caracteriza um verdadeiro Estado Democrático de Direito, porque reconhece-se no exercício do poder punitivo a expressão mais gravosa e mais violenta de uma agressão aos Direitos Fundamentais.

Com o desenvolvimento das Ciências Sociais abandona-se a ideia de que o Direito Penal severo acarreta uma melhor prevenção do delito do que outras formas de controle social. Desenvolve-se assim o modelo penal de mínima intervenção. Desta forma, através da aplicação do Princípio da Insignificância concretiza-se o modelo penal de mínima intervenção.

O Supremo Tribunal Federal, em sede jurisprudencial, identificou quatro vetores de aplicação da insignificância no âmbito da tipicidade material, são eles: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) a inexistência de periculosidade social da ação; c) o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada. Ocorre que, esses vetores associados ao Princípio da Insignificância são tautológicos, uma vez que cada um diz substancialmente a mesma coisa já dita pelo anterior.

Não obstante, há requisitos para aferição da hipótese de incidência do Princípio da Intervenção Mínima, que são: a) o reconhecimento de que o caso reflete um ataque a um bem jurídico fundamental para o desenvolvimento da vítima em sociedade; b) que esse ataque é grave o suficiente para justificar que a última instância de controle social penal entre em ação. A gravidade é auferida tendo em vista: a tolerabilidade social; a intensidade do prejuízo ao bem jurídico da vítima; se o emprego do Direito Penal ao caso concreto não é meramente simbólico diante da solução do problema por outra via.

A Intervenção Mínima, dessa forma, fundamenta o Princípio da Insignificância como expressão de desnecessidade de intervenção. Arremata-se com a noção de que decorrem da Intervenção Mínima a Fragmentariedade e a Subsidiariedade do Direito Penal, traduzidos na ideia de que dentre as lesões proferidas contra os diversos bens jurídicos existentes, apenas as mais severas devem ser escolhidas para serem alvo do Direito Penal, sendo que as lesões que podem ser resolvidas pelos demais ramos do Direito assim o serão.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rodrigo Cesar. **Princípio da Insignificância Penal: uma análise sistematizada e restritiva.** Tese (Mestrado em Ciência Jurídica) Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, 2019.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. reimpr. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**, Rio de Janeiro: Revan, 1996.

BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte geral – v. 1. São Paulo: Atlas, 2015.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal**: parte geral (arts. 1º ao 120). 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antônio. **Sobre el principio de intervención mínima do Derecho penal como limite do ius puniendi**. Estudios penales e jurídicos, homenaje al Prof. Dr. Enrique Casas Barquero. Coord. Por Juan José González Rus. Córdoba: Ed. Secretariado de Publicaciones Universitarias de Córdoba, 1996.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Editora Ímpetus. 11 ed. 2017.

MASSON, Cleber. **Direito Penal**: Parte Geral – v. 1. São Paulo: 14 ed. Método, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 16 ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

QUEIROZ, Paulo. **Direito Penal** – Parte Geral. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal**: *parte geral*. 2. ed. rev. e ampl. Curitiba: Lumen Juris, 2007.

SOBRE OS AUTORES

Jéssica Cavalcanti Barros Ribeiro

Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFINIT), pela UNIVASF; *Latin Legum Magister* em Direito Empresarial pela UNIBF. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Cândido Mendes; especialista em Direito Penal pela Damásio Educacional e Ibmec; especialista em Direito Tributário pelo Instituto Prominas; especialista em Docência no Ensino Superior pelo Instituto Prominas; Especialista em Ciência Política pela UNIBF. MBA Executivo em Gestão Estratégica de Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual pela UNIBF. Bacharela em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Professora de Direito da Autarquia Educacional

do Vale do São Francisco – AEVSF e da Autarquia Educacional do Araripe – AEDA. Advogada.

Guilherme Sabino Nascimento Sidrônio de Santana

Mestrando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFINIT), pela UNIVASF. Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Damásio, Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Advogado.

CAPÍTULO 12

CIDADANIA E TRANSPARÊNCIA PARA A EFETIVIDADE DO DIREITO À SAÚDE PÚBLICA

Emanuelle Moura Quintino

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

Evellyn Christyne Ribeiro Alves

Resumo

O artigo trata do Direito à Saúde no Brasil, analisando o seu robusto arcabouço normativo e as perspectivas acerca de tal efetivação. Aborda-se a lenta evolução histórica do direito à saúde, dentro do contexto social do Brasil, que acaba explicando o porquê, mesmo com todo ordenamento jurídico nacional e internacional, esse direito ainda continua sendo aplicado de forma ineficiente, tendo como foco o Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo deste artigo é analisar os entraves na efetivação do direito à saúde no Brasil, bem como incentivar uma melhora no SUS, através do exercício da cidadania e melhor implementá-la. Ademais, demonstra-se o valor dos investimentos em saúde pública realizados no Brasil antes e depois da pandemia da Covid-19, comparando-o com outros países. A metodologia utilizada para a composição deste trabalho científico, foi a pesquisa exploratória em fontes bibliográficas e documentais, baseando-se na busca de fatos relevantes, a fim de explanar os motivos que dificultam a garantia do direito à saúde, no Brasil. Neste artigo, foi possível concluir que o SUS não atende a integralidade dos serviços de saúde, bem como se deduz que não é somente com a criação de normas que se consegue efetividade de direitos. Entretanto, se conseguirá o melhor êxito do Direito à Saúde Pública no Brasil, através do aumento de investimentos e a correta gestão desses recursos, bem como através do exercício da cidadania, dos meios de controle social e com o aprimoramento dos mecanismos de transparência.

Palavras-chave: Cidadania. Controle Social. Direito à Saúde. Sistema Único de Saúde. Transparência

INTRODUÇÃO

O Direito à saúde, embora seja um direito fundamental de segunda geração, só foi instituído de forma mais abrangente nos países que adotaram o Estado Democrático de Direito após a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), diante da necessidade de uma mudança de pensamento no mundo, em consequência da destruição e miséria decorrentes da Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Neste contexto, as Constituições passaram a implementar os direitos fundamentais de terceira geração, como a solidariedade e a fraternidade, os quais incorporaram valores sociais, visando assegurar a todos os cidadãos, através do Estado Democrático de Direito, a promoção da Dignidade da Pessoa Humana, os Direitos Fundamentais e do bem-estar social, a Redução das Desigualdades, entre outros. A partir de então, o Direito à Saúde que já tinha o status de Direito Fundamental de Segunda Geração, ganhou força como essencial à vida humana e mínimo existencial inerente a todas as pessoas.

No Brasil, a referida previsão garantidora e abrangente do Direito à Saúde ocorreu somente quarenta anos após a Declaração Universal de Direitos Humanos, com o advento da Constituição Federal de 1988 (CF/88), em virtude de inúmeros problemas internos no país que implicavam mudanças. A CF/88 estabeleceu uma assistência médica integral e gratuita às pessoas, resultando, assim, na implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), o que não tinha acontecido na vigência das Constituições anteriores, as quais apenas tutelavam ao Estado cuidar da assistência pública, com a prestação de assistência médica e hospitalar, unicamente ao trabalhador filiado ao regime previdenciário. Assim, o SUS surgiu como forma de política pública humanitária universal para suprir as carências de toda a população, mormente para os que não têm condições de arcar com tratamentos médicos privados.

Ocorre que o SUS, depois de passar por um processo político complicado para a sua implementação, ainda segue atualmente com inúmeros problemas para atendimento diversos e para a concessão de medicamentos, apresentando entraves para o seu efetivo implemento, de forma plena, como é assegurado constitucionalmente, sendo considerado um problema de difícil solução, o qual, pela carência de serviços, faz com que a população muitas vezes apele para ações judiciais, com o requerimento de tutelas provisórias, para conseguir tratamentos ou medicamentos que não são fornecidos gratuitamente. Ou seja, o

sistema inicialmente visto como próspero, se encontra em verdadeira crise e não tem data para acabar.

Neste cenário, questiona-se: Com o status de direito humano fundamental de 2ª dimensão, por que a saúde no Brasil se encontra ainda tão abandonada? Quais as ações que devem ser adotadas para a genuína aplicabilidade do direito à saúde no Brasil? Por que após tantos anos, o Brasil não evoluiu suficientemente para atender às demandas no setor da saúde pública?

Justifica-se este trabalho como obra jurídica de caráter social, por ser de extrema importância para a sociedade brasileira auferir conhecimentos específicos sobre o Direito à Saúde através das previsões legais e entendimentos doutrinários, bem como, pela oportunidade de saber, através de dados científicos, os motivos da ineficiência dos SUS, com vistas a estimular na população o exercício da cidadania, mediante a cobrança desse direito às autoridades políticas para que possam gozá-los de forma plena.

Além disso, no decorrer deste trabalho, é possível verificar os contextos, histórico, social e político, que dificultaram a implementação do SUS, esclarecendo o motivo da sua criação tardia, onde são demonstrados os valores de investimentos em saúde pública realizados no Brasil antes da pandemia da Covid-19, bem como a comparação de tais investimentos ao longo dos anos com outros países. Por derradeiro, este trabalho busca enaltecer a importância do SUS para a população brasileira, assim como procura explicar a necessidade de se obter soluções sobre o problema de efetividade das demandas na seara da saúde pública dentro do contexto atual do Brasil, logrando uma mudança para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde.

A metodologia utilizada, para a composição deste trabalho científico, foi a pesquisa exploratória em fontes bibliográficas e documentais, baseando-se na busca de fatos relevantes sobre os fundamentos jurídicos do direito à saúde, a sua evolução histórica, bem como sobre a sua aplicabilidade atualmente no Brasil, procurando mostrar quais motivos dificultam a garantia desse direito. A partir desse acervo de informações, foi demonstrado o respaldo jurídico brasileiro no tocante ao direito à saúde, colocando esperança ou não, para, no futuro, obter-se a concretização dessas normas.

O objetivo geral deste artigo é estudar o status do Direito à Saúde no Brasil e os entraves na sua efetivação. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivos específicos: a) Identificar o direito fundamental à saúde e sua evolução jurídica no Brasil; b) Analisar o contexto social do Brasil que dificulta a mencionada efetivação constitucional; c) Examinar

os principais aspectos do Sistema Único de Saúde (SUS); d) Definir a importância do Sistema Único de Saúde no Brasil.

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E POLÍTICO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SUS

Como já mencionado, houve um processo demorado para a evolução do Direito Social e Fundamental à Saúde de forma a abranger toda a população brasileira e a implementar todos os tratamentos de forma gratuita, só vindo a ser alcançado de forma ampla do ponto de vista legal com a Constituição de 1988, apesar desse direito já ter sido assegurado quarenta anos antes, pela Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948, decorrente dos ideais de solidariedade, advindos das catástrofes das duas grandes guerras mundiais. Desta forma, nota-se como foi lenta a implementação do sistema de saúde universal no Brasil e isso está associado ao contexto político e social do país por muitos anos.

Desde a instituição da República Federativa do Brasil, em 1889, quando ocorreu o chamado “golpe contra a monarquia”, a população em geral não participou diretamente de tal fato, que foi articulado por um grupo seleto de civis, da elite brasileira, e sob comando do exército, liderado pelo influente militar Deodoro da Fonseca, que veio a se tornar o primeiro Presidente da República. Esse grupo se reuniu em prol da instituição de uma ideologia positivista, a partir da qual “os militares passaram a reivindicar a ideia de que a modernização que o Brasil necessitava se daria por meio de um governo republicano ditatorial” (SILVA, s/d, *online*). Sendo assim, a República foi iniciada fora de um viés democrático.

Anos mais tarde, foi iniciada a “Era Vargas”, decorrente da “Revolução de 1930”, quando Getúlio Vargas, articulado com o exército, no dia 3 de outubro de 1930 operou um golpe de estado, vindo a destituir o então Presidente da República Washington Luís e assumir o governo provisório no dia 3 de novembro de 1930. O governo Provisório foi marcado pela imposição de medidas centralizadoras, como “a dissolução do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas estaduais e municipais e a substituição dos governadores de Estado por interventores nomeados pelo próprio Vargas” (SILVA, s/d, *online*).

Após quatro anos de governo provisório, um dia após a promulgação da CF de 1934, Getúlio Vargas foi eleito presidente em votação indireta realizada na Assembleia

Constituinte, iniciando-se, assim, o chamado governo constitucional (SILVA, s/d, *online*). A CF de 1934 foi “inspirada na Constituição do México, de 1917, e na Constituição de Weimar, de 1919, foi a primeira Constituição Brasileira a prever os direitos sociais”, nela, “as normas sobre saúde pública não compunham um capítulo especial, mas se achavam disseminadas em capítulos diferentes da Constituição” (MARTINS, 2021, p. 127).

Porém, mesmo com essa constituição, Afonso Arinos de Mello Franco afirma:

o presidente eleito pela Assembleia Constituinte era o mesmo antigo ditador, cujos compromissos com a nova Constituição eram nenhuns, visto que ela se elaborara praticamente à sua revelia, contrariando as ideias que no momento mais o atraíam, e as ambições de perpetuidade em um poder sem freios legais, que sempre lhe foram caras (*apud* MARTINS, 2021, p. 129).

De tal modo, três anos depois, Getúlio Vargas outorgou a CF/88 de 1937, conhecida como “Polaca, por conta da sua inspiração na constituição autoritária polonesa, de 1935” (MARTINS, 2021, p. 130), a qual, de acordo com Flávio Martins, com o escopo de combater o comunismo restringiu direitos e garantias fundamentais e previu a pena de morte, não apenas para crimes militares, mas para controlar a ordem política e social, em seu art. 122, 13, “e”, bem como admitiu-se a criação de Tribunal de Exceção, em seu art. 173.

Mais adiante, com a contradição na política brasileira, em que o país defendia a democracia internacionalmente, mesmo na vigência de uma ditadura internamente, tal fato veio a ocasionar a queda do Estado Novo, o que resultou, no governo Vargas, na elaboração “da Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945, com o propósito de convocar eleições e redemocratizar o país” (MARTINS, 2021, p. 132). O ditador Getúlio Vargas foi deposto após 15 anos no poder e assim instalada a Assembleia Constituinte em 2 de fevereiro de 1946, tendo a CF de 1946 restabelecido os valores primários do Estado de Direito (MARTINS, 2021, p. 133).

Destaque-se que, com a outorgada da CF de 1967 e, como é próprio de uma ditadura, houve restrição de direitos individuais, como o direito de reunião, dado que era facultado à polícia indicar tal local, bem como coibiu-se a liberdade de publicação de livros e periódicos, que “não seriam tolerados os que fossem considerados propaganda de subversão da ordem” (MARTINS, 2021, p. 136). Nesse contexto, o regime militar durou vinte e um anos no poder de forma autoritária.

Com isso, por muitos anos a luta pelo direito à saúde pública ficou sobrestada no Brasil, diante da insegurança política e do autoritarismo que vigorava. Apenas próximo ao fim da Guerra Fria, quando já era clara a prevalência mundial do povo pelo Regime Democrático dentro de um sistema capitalista, pela liberdade e prosperidade que estes proporcionam, ficou ainda mais acentuada a necessidade de elaboração de uma nova carta constitucional. Diante disso, foi promulgada a Constituição de 1988, a qual atendia aos anseios da população e reservou capítulo específico sobre a saúde pública, trazendo a esperança por um país melhor (BRASIL, 1988, *online*).

EMBASAMENTO LEGAL DO SUS

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1946, “definiu saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade” (SAÚDE BRASIL, 2020, *online*). Tal conceito sobre saúde é amplo e só veio a ser assegurado desta forma no Brasil com a CF de 1988.

A Constituição de 1988 destaca, no *caput* do art. 5º, a “inviolabilidade do direito à vida”, no elenco de Direitos e Garantias Fundamentais (Título II), dentre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (Capítulo I), fixou como sendo tão importante quanto os direitos à liberdade, igualdade, segurança e propriedade, o direito à saúde da forma como incluído no Capítulo II, no rol de Direitos Sociais; Inserido no Título VIII (Da Ordem Social), Capítulo II (Da Seguridade Social) e em título próprio, Seção II (Da Saúde).

Segundo Ingo Wolfgang Sarlet e Mariana Filchtiner Figueiredo, os direitos sociais são:

[...] direitos que asseguram e protegem um espaço de liberdade e a proteção de determinados bens jurídicos para determinados segmentos da sociedade, em virtude justamente de sua maior vulnerabilidade em face do poder estatal, mas acima de tudo social e econômico, como demonstram justamente os direitos dos trabalhadores (SARLET; FIGUEIREDO, 2008, p. 03).

Os referidos autores classificam os direitos sociais através da realização de prestações como positivas ou negativas. A primeira, refere-se à atuação do Estado e da sociedade, e a segunda, tem-se como uma proteção diante das intromissões do Estado, em que o cidadão tem o direito a não intervenção em sua autonomia, assim como noutros direitos fundamentais. Além disso, revelam os direitos sociais em sua “dupla fundamentalidade” material e formalmente. Material por tais direitos estarem garantidos na Constituição, expressa ou implicitamente, como dotados de relevância e essencialidade, e,

portanto, têm eficácia plena e aplicabilidade direta, e formalmente por indicar como deve ser feita sua aplicação prática. (SARLET; FIGUEIREDO, 2008, p. 03-04).

O disposto no Art. 196, da Constituição Federal, estabelece que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, *online*).

Evidencia-se que a norma constitucional está em plena concordância em sua “fundamentalidade material” com as normas da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, também conhecida como “Lei Orgânica da Saúde”, criada dois anos após a CF. Esta lei foi responsável por regulamentar o Sistema Único de Saúde e todas as ações de serviços de saúde em território nacional. Para isso, aquela lei dispõe em seu art. 2º, caput e § 1º, *in verbis*, que:

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1990, *online*).

Assim, em 1990 as atribuições do SUS foram estabelecidas, com base em duas Leis Orgânicas de Saúde, as leis nº 8.080/1990 e 8.142/1990. Logo, através das referidas “leis o SUS adotou os princípios de equidade, integralidade e universalidade, os quais norteiam as ações do Sistema no campo da prática” (SILVA; BENDER; VENDRUSCOLO, 2018, p. 101).

Desta forma, com o objetivo de aprimorar os mecanismos existentes para o Direito à Saúde no Brasil, foi elaborado o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamentou o Sistema Nacional de Auditoria na esfera Sistema Único de Saúde - SUS.

Ademais, a Lei 8.080/1990 passou a ser aprimorada através do acréscimo de novos dispositivos por leis posteriores que conferiram novos direitos para o SUS, como a Lei nº 9.836/1999, que implementou o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena; a Lei nº 10.424/2002, que regulamentou a assistência domiciliar no SUS; a Lei 11.108/2005, que garantiu às gestantes o direito à presença de acompanhante no trabalho de parto, durante e no pós-parto imediato; a Lei 12.401/2011, que incluiu a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no SUS; A Lei 12.864/2013, que introduziu “a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde”; A Lei 12.895/2013, que

obrigou a todos os hospitais do país a manterem em local com visibilidade nas suas dependências, aviso com informações sobre o direito da parturiente e do acompanhante; e, por fim a Lei 13.097/2015, que autorizou “a participação de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde”.

Princípios do SUS

Os princípios do SUS estão expressos no Art. 7º da Lei 8.080/90, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Art. 198, da CF/88. Dentre os princípios mais importantes, estão a Universalização, a Equidade e a Integralidade. Como princípios organizativos têm-se a Regionalização e Hierarquização, a Descentralização e o Comando Único e a Participação Popular.

A Universalização do SUS expressa que o Estado deve garantir o Direito à Saúde a todas as pessoas, em concordância com um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, Art. 3º, IV, CF, para “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e o caput do Art. 5º, da CF, “(...) garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, (...)”, sem distinção, podendo todos os cidadãos usufruírem (BRASIL, 1988, *online*).

A Equidade visa reduzir as desigualdades. Deste modo, mesmo com todas as pessoas obtendo acesso ao serviço, o mesmo deve funcionar de acordo com necessidades distintas, investindo-se onde há maior carência. Segundo o entendimento do filósofo Aristóteles: “igualdade se observará entre as pessoas e entre as coisas envolvidas [...]. Se não são iguais, não receberão coisas iguais”, devendo ter, segundo ele, uma “distribuição justa”, no sentido de que “o justo é, pois, uma espécie de termo proporcional [...]. Com efeito, a proporção é uma igualdade de razões”. (ARISTÓTELES, 1991, pp. 100-101)

Já a Integralidade, segundo o Ministério da Saúde, significa que devem ser atendidas todas as necessidades das pessoas como um todo. Com isso, “pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos” (BRASIL, 2017, *online*).

Dessarte, segundo o Ministério da Saúde (2017, s/n), os princípios organizativos são: a Regionalização, definida como “um processo de articulação entre os serviços que já

existem, visando o comando unificado dos mesmos”; a Hierarquização, no sentido de que “deve proceder à divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa dada região”; a Descentralização entendida como a redistribuição do poder e responsabilidade entre os entes federativos, com o objetivo de “prestar serviços com maior qualidade e garantir o controle e a fiscalização por parte dos cidadãos”. Sob o Comando Único, este consiste que “a responsabilidade pela saúde deve ser descentralizada até o município, ou seja, devem ser fornecidas ao município condições gerenciais, técnicas, administrativas e financeiras para exercer esta função”. Por último, a Participação Popular, que traduz a participação da sociedade no dia a dia do sistema. Para isto, existem os Conselhos e as Conferências de Saúde, que visam formular estratégias, controlar e avaliar a execução da política de saúde”.

De acordo com os autores Barata, Tanaka e Mendes (2004, p. 3), a descentralização seria uma forma de gestão mais eficiente dos recursos públicos para o desenvolvimento do SUS, eis que a proximidade da população com os Municípios facilita a sua fiscalização, decorrente do princípio da participação popular, pela maior acessibilidade com o Ente Público, resultando em uma maior adaptação e superação dos problemas das unidades de saúde, de forma geral. Deste modo, Barata, Tanaka e Mendes (2004), fazem crítica ao modelo anterior de concentração da administração da saúde pública, que ficava somente nas mãos da União, o que, para eles, causava um engessamento do sistema, o qual era o motivo da ineficiência do SUS, em razão do autoritarismo causado pela gestão de único Ente Público e da falta de participação popular.

Tais princípios trouxeram uma evolução ao Direito à Saúde no Brasil, para a caracterização dos fundamentos de um Estado Democrático de Direito, na medida em que incluem a participação cidadã e adotam medidas gerenciais para o melhor funcionamento do SUS.

Mínimo existencial versus Reserva do Possível à luz da jurisprudência do STF

O significado e aplicação do Mínimo Existencial está estreitamente relacionado ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana, visto que esse último é tido como algo inerente a todo ser humano e o primeiro diz respeito às mínimas condições que um ser humano precisa para viver e existir com dignidade.

Essa ideia já foi aplicada no Tribunal Constitucional Alemão, em inúmeras decisões.

Segundo Luís Roberto Barroso, “a dignidade está subjacente aos direitos sociais materialmente fundamentais, relacionando-a ao conceito de Mínimo Existencial, compreendido por ele como:

Para ser livre, igual e capaz de exercer sua cidadania, todo indivíduo precisa ter satisfeitas as necessidades indispensáveis à sua existência física e psíquica. Vale dizer: tem direito a determinadas prestações e utilidades elementares. [...]. O mínimo existencial constitui o núcleo essencial dos direitos fundamentais em geral e seu conteúdo corresponde às pré-condições para o exercício dos direitos individuais e políticos, da autonomia privada e pública. [...]. Por integrar o núcleo essencial dos direitos fundamentais, o mínimo existencial tem eficácia direta e imediata, operando tal qual uma regra, não dependendo de prévio desenvolvimento pelo legislador (BARROSO, 2012, pp. 25-26).

A Constituição de 1988 assegura em seu § 1º do art. 5º que “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”, entre elas estão as normas que dispõe acerca do Direito à Saúde de acordo com o entendimento consolidado através da jurisprudência do STF:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. RECURSO INTERPOSTO APÓS O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MÉRITO. JULGAMENTO POR UNANIMIDADE. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JULGAMENTO POR MAIORIA, VENCIDO O RELATOR ORIGINÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. **MÉRITO RECURSAL. SAÚDE. TRATAMENTO MÉDICO. ART. 196 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. EFICÁCIA IMEDIATA. DIREITO ASSEGURADO AOS MENOS AFORTUNADOS. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL.** (...) CABIMENTO. VENCIDO O RELATOR ORIGINÁRIO, NO PONTO. (STF. ARE 947297 AgR / MG - MINAS GERAIS, AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. Órgão julgador: Primeira Turma. Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO. Julgamento: 29/11/2016. Publicação: 01/02/2017).

Destarte, o mínimo existencial é compreendido por Sarlet e Figueiredo:

[...] como todo o conjunto de prestações materiais indispensáveis para assegurar a cada pessoa uma vida condigna, no sentido de uma vida saudável [...] – tem sido identificado – por alguns – como constituindo o núcleo essencial dos direitos fundamentais sociais, núcleo este blindado contra toda e qualquer intervenção por parte do Estado e da sociedade (SARLET; FIGUEIREDO, 2008, p. 8).

Entende-se, portanto, que o Mínimo Existencial, compreendido como núcleo essencial dos Direitos Fundamentais Sociais, refere-se a uma prestação material

indispensável para assegurar uma vida condigna através de um serviço público de saúde de qualidade, que garanta os serviços básicos e essenciais para a população.

Já o termo “reserva do possível” (*Der Vorbehalt des Möglichen*), cuja construção teórica foi criada na Alemanha, singularmente, a partir do início do ano de 1970, no emblemático caso *numerus clausus*, tem o significado de que “não se pode falar em uma obrigação de prestar algo que não se mantenha nos limites do razoável” (SARLET; FIGUEIREDO, 2008, p. 11).

Ressalte-se que, atualmente no Brasil, o termo “reserva do possível” serve para fundamentar a não efetivação plena dos direitos fundamentais, entre eles o Direito à Saúde, bem como, para explicar a crise do Sistema Único de Saúde, que o Estado tem obrigação de arcar.

Segundo Ingo Wolfgang Sarlet e Mariana Filchtiner Figueiredo (2008, pp. 10-11) “A reserva do possível constitui, em verdade (considerada toda a sua complexidade), espécie de limite jurídico e fático dos direitos fundamentais [...]”, em que “a efetividade dos direitos sociais a prestações materiais estaria sob a reserva das capacidades financeiras do Estado, uma vez que seriam direitos fundamentais dependentes de prestações financiadas pelos cofres públicos”. Ademais, esclarecem que compete ao legislador atribuir esse limite “dentro das reservas orçamentárias, dos planos econômicos e financeiros, das condições sociais e económicas do país, garantir as prestações integradoras dos direitos sociais, económicos e culturais” (SARLET; FIGUEIREDO, 2008, p. 11).

Outrossim, os autores Sarlet e Figueiredo continuam a cuidar sobre o fundamento da reserva do possível, citando o pensamento de Jorge Reis Novais:

Ao afirmar que a reserva do possível (antes de atuar como barreira intransponível à efetivação dos direitos fundamentais, importa acrescentar!) deve viger como um mandado de otimização dos direitos fundamentais, impondo ao Estado o dever fundamental de, tanto quanto possível, promover as condições ótimas de efetivação da prestação estatal em causa, preservando, além disso, os níveis de realização já atingidos, o que, por sua vez, aponta para a necessidade do reconhecimento de uma proibição do retrocesso, ainda mais naquilo que se está a preservar o mínimo existencial (SARLET; FIGUEIREDO, 2008, p. 15).

Assim, é de suma importância o aprimoramento dos mecanismos de gestão democrática do orçamento público e a existência de maior fiscalização popular acerca da destinação e disponibilidade dos recursos públicos, já que há um limite de recursos do

Estado e é escassa a destinação de dinheiro à saúde pública. Contudo, deve-se ressaltar que há uma garantia de proibição do retrocesso, que deve assegurar a não piora do que já se tem no SUS, mas sim um avanço, mesmo que seja realizado a passos curtos.

Só com uma robusta fiscalização popular e punição de políticos corruptos haverá um maior respeito na administração dos bens públicos pelos gestores e direcionamento correto dos recursos pelo legislador, distribuindo-os e aplicando-os nas áreas mais essenciais, como o SUS, pois quando isso não acontece, há cada vez mais o acionamento do Poder Judiciário a fim de solucionar demandas individuais.

A respeito do tema “Reserva do Possível”, o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2014, firmou tese de repercussão geral, através do Recurso Extraordinário com Agravo sob nº 727864, que acabou gerando o informativo nº 766⁶.

6 RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO (LEI Nº 12.322/2010) – CUSTEIO, PELO ESTADO, DE SERVIÇOS HOSPITALARES PRESTADOS POR INSTITUIÇÕES PRIVADAS EM BENEFÍCIO DE PACIENTES DO SUS ATENDIDOS PELO SAMU NOS CASOS DE URGÊNCIA E DE INEXISTÊNCIA DE LEITOS NA REDE PÚBLICA – **DEVER ESTATAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E DE PROTEÇÃO À VIDA RESULTANTE DE NORMA CONSTITUCIONAL** – OBRIGAÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL QUE SE IMPÕE AOS ESTADOS – CONFIGURAÇÃO, NO CASO, DE TÍPICA HIPÓTESE DE OMISSÃO INCONSTITUCIONAL IMPUTÁVEL AO ESTADO – DESRESPEITO À CONSTITUIÇÃO PROVOCADO POR INÉRCIA ESTATAL (RTJ 183/818-819) – COMPORTAMENTO QUE TRANSGRIDE A AUTORIDADE DA LEI FUNDAMENTAL DA REPÚBLICA (RTJ 185/794-796) – **A QUESTÃO DA RESERVA DO POSSÍVEL: RECONHECIMENTO DE SUA INAPLICABILIDADE, SEMPRE QUE A INVOCAÇÃO DESSA CLÁUSULA PUDER COMPROMETER O NÚCLEO BÁSICO QUE QUALIFICA O MÍNIMO EXISTENCIAL** (RTJ 200/191-197) – O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUÍDAS PELA CONSTITUIÇÃO E NÃO EFETIVADAS PELO PODER PÚBLICO – A FÓRMULA DA RESERVA DO POSSÍVEL NA PERSPECTIVA DA TEORIA DOS CUSTOS DOS DIREITOS: IMPOSSIBILIDADE DE SUA INVOCAÇÃO PARA LEGITIMAR O INJUSTO INADIMPLEMENTO DE DEVERES ESTATAIS DE PRESTAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE IMPOSTOS AO PODER PÚBLICO – A TEORIA DA “RESTRIÇÃO DAS RESTRIÇÕES” (OU DA “LIMITAÇÃO DAS LIMITAÇÕES”) – CARÁTER COGENTE E VINCULANTE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS, INCLUSIVE DAQUELAS DE CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, QUE VEICULAM DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, ESPECIALMENTE NA ÁREA DA SAÚDE (CF, ARTS. 6º, 196 E 197) – A QUESTÃO DAS “ESCOLHAS TRÁGICAS” – A COLMATAÇÃO DE OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS COMO NECESSIDADE INSTITUCIONAL FUNDADA EM COMPORTAMENTO AFIRMATIVO DOS JUÍZES E TRIBUNAIS E DE QUE RESULTA UMA POSITIVA CRIAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO DIREITO – CONTROLE JURISDICIONAL DE LEGITIMIDADE DA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO: ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL QUE SE JUSTIFICA PELA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DE CERTOS PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS (PROIBIÇÃO DE RETROCESSO SOCIAL, PROTEÇÃO AO MÍNIMO EXISTENCIAL, VEDAÇÃO DA PROTEÇÃO INSUFICIENTE E PROIBIÇÃO DE EXCESSO) (...) RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DAS PESSOAS POLÍTICAS QUE INTEGRAM O ESTADO FEDERAL BRASILEIRO, NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) – COMPETÊNCIA COMUM DOS ENTES FEDERADOS (UNIÃO, ESTADOS-MEMBROS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS) EM TEMA DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA E/OU INDIVIDUAL (CF, ART. 23, II). DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL QUE, AO INSTITUIR O DEVER ESTATAL DE DESENVOLVER AÇÕES E DE PRESTAR SERVIÇOS DE SAÚDE, TORNA AS PESSOAS POLÍTICAS RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIAS PELA CONCRETIZAÇÃO DE TAIS OBRIGAÇÕES JURÍDICAS, O QUE LHE CONFERE LEGITIMAÇÃO PASSIVA “AD CAUSAM” NAS DEMANDAS MOTIVADAS POR RECUSA DE ATENDIMENTO NO ÂMBITO DO SUS – CONSEQUENTE POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO CONTRA UM, ALGUNS OU

Mais recentemente, o STF editou o informativo nº 969 (2020), fixando tese de repercussão geral através do RE 566471/RN, Rel. Min. Marco Aurélio Mello, julgamento em 11.3.2020, em que o Estado alegou como violação a reserva do possível o fornecimento de medicamentos individualmente, privilegiando uma única pessoa, em detrimento da população em geral, debilitando os investimentos nos outros serviços de saúde, bem como na segurança, educação, entre outros. O Relator reconheceu o direito individual ao fornecimento de fármaco de alto custo pelo Estado, mesmo não estando incluído na política nacional de medicamentos ou em programa de medicamentos de dispensação em caráter excepcional, que faz parte do rol dos aprovados, desde que seja demonstrada a imprescindibilidade, ou seja, a demonstrar adequação e necessidade. Com isso, para a concessão do medicamento, os Ministros(as) Barroso, Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Lewandowski e Fachin estabeleceram uma série de requisitos a serem comprovados pelo autor da demanda.

Destarte, para que seja alcançada maior eficácia à saúde pública no Brasil, necessário se faz aperfeiçoar os mecanismos de gestão democrática do orçamento público, através de uma ação administrativa e legislativa que proporcionem aos cidadãos um maior acesso aos recursos públicos, que possibilite um progresso do SUS e diminua demandas judiciais por tratamentos médicos. Isso só pode ocorrer através de uma maior transparência orçamentária em relação à destinação dos recursos públicos, viabilizando, com isso a fiscalização popular acerca do Direito à Saúde.

4 DIFICULDADES PARA A EFICIÊNCIA DO SUS

A Constituição Federal determina em seu art. 35, que “o Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando “não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde”. Segundo esta disposição legal, os Estados e o Distrito Federal, devem investir pelo menos 12% do total de seus orçamentos, e os municípios, o valor mínimo correspondente a 15% do seu

TODOS OS ENTES ESTATAIS – PRECEDENTES – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. (STF -ARE 727864 AgR / PR – PARANÁ, Segunda Turma, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Julgamento: 04/11/2014, Publicação: 13/11/2014) (**Grifou-se**) (BRASIL, 2014, *online*).

orçamento. (BRASIL, 1988, s/n). Entretanto, é demonstrado que, na realidade, os valores desses investimentos não chegam nem perto do que a população carece efetivamente.

De acordo com informações do Conselho Federal de Medicina (CFM), que dialogam com as pesquisas divulgadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o Estado Brasileiro tem uma participação aquém das necessidades para atender a demanda do modelo assistencial do SUS. Com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2017, o gasto público do Brasil *per capita* em saúde alcançou US\$ 389, aproximadamente dez vezes menos o Reino Unido, o qual costumeiramente é citado como um sistema universal a ser seguido, que investiu cerca de US\$ 3.064. A França, o Canadá, a Espanha e a Argentina, gastaram, respectivamente, cerca de US\$ 3.376, US\$ 3.505, US\$ 1.770 e US\$ 959. Ressalte-se que todos esses países adotam sistemas universais de saúde (CFM, 2020, *online*).

Por outro lado, o Conselho Federal de Medicina (CFM) constatou, no mesmo informe, que as famílias dos referidos países gastaram em 2017 com serviços de saúde privados (incluindo planos de saúde) e compra direta de medicamentos, o seguinte, Brasil (US\$ 540), Reino Unido (US\$ 795), França (US\$ 1.004), Canadá (US\$ 1.250), Espanha (US\$ 736) e Argentina (US\$ 366). Assim, notou-se que nos gastos em saúde no Brasil, o setor público participa apenas em 41,9%, sendo o restante aplicado pelo setor privado, já no Reino Unido e Espanha a participação pública variou entre, respectivamente, 79,4% e 70,6% (CFM, 2020, *online*).

De acordo com essa pesquisa divulgada pelo CFM, o setor público participa em menos da metade dos valores gastos em saúde, durante um ano, sendo que o SUS atende cerca de 80% da população brasileira, enquanto os usuários do setor de saúde suplementar representam apenas 20% da população (CFM, 2009, *online*).

Sobral de Souza (2019) defende que existem duas versões do SUS: a visível e a invisível. Portanto, quando é necessário usar dos serviços de vacinação, como é um serviço evidente, o SUS está presente, e se destina mesmo para as pessoas que possuem planos de saúde. Em razão da pandemia da Covid-19, a vacinação em massa também está sendo fornecida pelo SUS visível. Já nos casos de acidentes, quando as vítimas são direcionadas para atendimento num hospital público, o serviço é prestado pelo SUS invisível.

Muitas famílias brasileiras carentes têm que tirar recursos de seus bolsos para conseguir realizar tratamentos de saúde e garantir as suas vidas. Em um país que, de acordo com o IBGE, no ano de 2019, o “rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população” foi de R\$ 1.438,67, destacando-se os Estados de Alagoas e Maranhão, que tiveram renda de, respectivamente, R\$ 730,86 e R\$ 635,59 (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2020, *online*).

De acordo com a EBC Agência Brasil, o Brasil em 2015 se encontrava na 64ª posição na lista de gastos com saúde, em um ranking com 183 países, sendo que os gastos públicos com saúde equivaleram nesse ano cerca de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) (VARDÉLIO, 2018, *online*). Em 2019, a FIOCRUZ, divulgou dados de acordo com o relatório publicado pela Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, para o “Acesso e Cobertura Universal de Saúde”, onde apresentou que são recomendados o investimento de pelo menos 6% do PIB (FIOCRUZ, 2019, *online*).

O médico Drauzio Varella divulgou uma pesquisa em seu site (VARELLA, 2013, *online*), demonstrou com dados do Conselho Federal de Medicina que a média de médicos registrados no Conselho é de aproximadamente 1,8 para cada mil habitantes. Desta maneira, manifesta que o grande problema da saúde não é a falta de médico, mas a aglomeração deles nos grandes centros. Segundo tais dados, o Distrito Federal possui cerca de 4,09 médicos para cada mil habitantes, o Rio de Janeiro possui cerca de 3,62, e São Paulo possui cerca de 2,64, enquanto o Maranhão possui cerca de 0,71, o Pará possui cerca de 0,84, e o Amapá possui cerca de 0,95, podendo-se concluir que existe uma concentração de médicos nos Estados mais ricos do país, o que prejudica a população de cidades pequenas e interioranas em geral, principalmente as pessoas mais carentes, que não possuem fácil acesso aos grandes centros.

Consoante informações divulgadas pelo CFM, entre os anos de 2003 e 2017, o Ministério da Saúde deixou de aplicar aproximadamente R\$ 174 bilhões no SUS, que representa 11% do que foi autorizado em lei orçamentária, para o Ministério da Saúde no Orçamento Geral da União (OGU), durante o referido período, cerca de R\$ 1,6 trilhão. Segundo o CFM, tal fato demonstra “a má qualidade da gestão financeira na saúde pública, que historicamente também sofre com o subfinanciamento” (CFM, 2018, *online*). Além disso, de acordo com o CFM, apenas em 2017, “o valor efetivamente gasto (R\$ 115,8 bilhões) representou 89% do que havia sido programado para o ano” (CFM, 2018,

online). Contudo, não se sabe onde foram parar os valores não aplicados, autorizados para o SUS. Diante desse ocorrido, o presidente do CFM, Carlos Vital, discorreu o seguinte:

O desequilíbrio econômico, causado em grande parte pela corrupção, e as exigências de caixa, contábeis e fiscais, não podem determinar as decisões numa esfera tão sensível, diretamente ligada a valores absolutos, como a vida e a saúde. Esperamos que os gestores públicos reconheçam suas falhas e as corrijam, com reverência às responsabilidades assumidas perante a sociedade. [...] A população brasileira tem o direito de saber onde, como e se os recursos que confiamos aos governos estão sendo bem aplicados. Especialmente na área da saúde, tendo em vista as dificuldades de infraestrutura que milhares de pacientes, médicos e outros profissionais de saúde enfrentam todos os dias (CFM, 2018, *online*).

Com o surgimento da crise de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficaram ainda mais acentuados os problemas já existentes no SUS, como os problemas de infraestrutura, má gestão dos recursos públicos e corrupção. Conforme dados da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, divulgados por Alexandro Martello, através do portal G1 (2021, *online*), no ápice da pandemia os investimentos em saúde pública no Brasil chegaram a 160,9 bilhões de reais, com os gastos adicionais. Contudo, em 2021, a previsão para esses mesmos gastos é de 125,8 bilhões de reais, valor próximo ao período anterior à pandemia que em 2019 foi de 122,2 bilhões de reais e em 2018 foi de 116,8 bilhões de reais.

Consolidando os dados acima apresentados, é possível perceber que as maiores causas da ineficiência do SUS é o baixo investimento, em razão da comparação com os investimentos de outros países que possuem qualidade na saúde pública, assim como o grave problema de corrupção que assola o país. Portanto, está nítido que há um certo descaso com a destinação de verbas públicas para o setor de saúde, em que os gestores não se preocupam em atender a integralidade dos serviços prometidos, o que faz com que, por causa da má qualidade ou até mesmo da inexistência de fornecimento de certos produtos ou serviços, a população tenha que arcar com seu próprio dinheiro para conseguir tratamentos hospitalares de forma digna.

Quando eclodiu a pandemia da Covid-19, esperava-se que o valor dos investimentos no SUS continuasse elevado por um tempo, ao menos até o número de mortes pelo vírus ficar reduzido, ou mesmo que após o estopim da crise os valores crescessem significativamente. Porém, bastou a relativização das normas de combate à pandemia, para que a preocupação dos gestores públicos com o aperfeiçoamento do SUS

diminuísse, voltando ao mesmo patamar do período anterior à pandemia. Diante disso, é preciso buscar outras soluções duradouras a fim de aperfeiçoar o SUS, algumas das mais importantes que serão discutidas a seguir.

MEIOS PARA A EFETIVIDADE DO SUS

Como demonstrado no decorrer da pesquisa, houve uma grande evolução normativa referente ao direito à saúde no Brasil, desde a criação do SUS. Todavia, mesmo com esses avanços não foi possível a efetivação prática desse direito como esperado.

Norberto Bobbio (2004, p. 17), ao falar sobre o "Presente e futuro dos direitos do homem", afirma que o problema atual em relação a esses direitos não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Não nega que exista uma crise dos fundamentos filosóficos desses direitos, e que devemos reconhecê-la, porém indica que a nossa tarefa, urgente e atual, "é muito mais modesta, embora também mais difícil", que é a "de buscar, em cada caso concreto, os vários fundamentos possíveis". O empreendimento deve ser acompanhado "pelo estudo das condições, dos meios e das situações nas quais este ou aquele direito pode ser realizado", não se dissociando o problema dos fins, dele e dos meios. Ademais, para o autor, deve-se buscar identificar "qual é o modo mais seguro para garanti-los, e para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados" (BOBBIO, 2004, p. 17).

Paulo de Tarso Puccini e Luiz Carlos de Oliveira Cecílio afirmam que:

Com as propostas de humanização, cresce uma valorização das inter-relações humanas, como uma trincheira de resistência contra o avassalador convencimento da superioridade moral do mercado, e eleva-se a um valor superlativo a busca da dignidade humana (PUCCINI; CECÍLIO, 2004, p.1.344).

As propostas de humanização chegaram até o Brasil, através da constituição cidadã, como apelidada por Ulysses Guimarães, mesmo com o país vivenciando uma realidade inteiramente avessa a essas propostas, conseguiu ser implementada ao longo dos anos, sendo inegável a sua contribuição significativa para os avanços em diversos setores do país. No entanto, mesmo com todo o ordenamento jurídico protetor de direitos, essa super "meta jurídica" acabou tornando-se uma desculpa dos administradores eleitos

para não implantarem da forma como estava normatizada, visto que abrigava normas que foram entendidas por muitos como sendo de natureza programática, e com isso, aproveitaram-se para tratá-las como uma utopia. Porém, o STF já vem se posicionando através de seus julgados, no sentido de que as normas relativas ao direito à saúde são de eficácia imediata e, portanto, o Estado quando é acionado judicialmente por infringi-las, tem, sim, a obrigação de reparar os danos causou, quando se omite de seu dever.

Porém, a aplicabilidade das leis, marcada pelo descrédito da sociedade, faz com que muitas pessoas desanimem e desistam do exercício de sua cidadania, tanto para eleger governantes verdadeiramente comprometidos com a população, como para buscarem a concretização desses direitos. Porém, é devido a falta desse exercício de cidadania pela população que o Brasil segue com lentos avanços obtidos no setor social, principalmente na área da saúde pública, o que faz com que perdure a manutenção de grandes desigualdades sociais, além de rotineiros escândalos políticos de corrupção.

Em sua tese de doutorado, Ricardo Maurício Freire Soares (2008, p. 158-188-198) ressalta o valor do princípio da dignidade da pessoa humana para que haja direito justo, visto que, segundo ele, o homem é “o fundamento último e a própria *ratio essendi* de um Direito justo”. Nessa mesma tese, o referido autor defende o reconhecimento da fundamentalidade dos direitos sociais para a existência de um direito justo, bem como da vedação do retrocesso, pois nos dizeres do autor, com a inefetividade dos direitos fundamentais ocorre, *ipsis litteris*:

[...] deturpação pragmática da linguagem da Constituição, comprometendo a estrutura operacional e a própria autonomia/identidade do sistema constitucional, além de conduzir, nos casos extremos, à desconfiança social no sistema político-jurídico e nos agentes públicos, abalando os alicerces do Estado Democrático de Direito e a realização do direito justo (SOARES, 2008, p. 201).

Cabe frisar, que inexistente valorização das inter-relações humanas com governos corruptos, dado que não há a valorização da dignidade da pessoa humana já em sua raiz, desde a sua eleição, pois, quando esses estiverem no poder, por vezes não buscarão efetivar um direito justo.

Nos dizeres da doutrinadora Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza e Henrique Ribeiro Cardoso (2018, p. 342), “a concepção real de Estado democrático de Direito é indissociável da participação popular e do controle social”. Para estes autores “não há se falar em democracia sem que o povo se envolva verdadeiramente nas políticas

públicas”, devendo a população se utilizar dos instrumentos de controle social disponíveis como conselhos públicos, consulta e audiência públicas, para, com a comunicação, viabilizar um consenso afirmativo da democracia, o que somente com esses meios, o povo tem um poder de interferir nos atos do administrador, não só administrativamente, mas judicialmente.

Estes autores argumentam que “o controle social é direito (e dever) de todos os cidadãos que visam à melhoria da sociedade” (SOBRAL DE SOUZA; CARDOSO, 2018, p. 343), que com ele pode e deve se deliberar sobre a utilização das verbas públicas, através dos instrumentos acima mencionados, e contribuir para a diminuição das irregularidades quanto a destinação destas, fortalecendo a cultura democrática cidadã (SOBRAL DE SOUZA; CARDOSO, 2018, p. 343).

Além disso, é imperioso discorrer sobre a importância do mecanismo de transparência quanto à destinação dos gastos públicos para maior eficiência do SUS, principalmente no tocante aos investimentos do setor de saúde, visto que a falta de transparência contribui drasticamente para a calamidade no referido sistema de saúde. Note-se que “a transparência estimula um ambiente de pesquisa e reflexão, porém, para que isto ocorra é relevante que os administradores públicos divulguem suas tomadas de decisões através de diversos meios de comunicação de fácil acesso à população” (SILVA; SOBRAL DE SOUZA, 2017, p. 218), em contrapartida, o que ocorre atualmente é o excesso de burocratização e difícil entendimento dos meios de acesso aos dados públicos divulgados pelos órgãos e agências dos entes estatais (a lei da transparência coíbe tal atitude por parte dos governantes).

Silva e Sobral de Souza prelecionam que a transparência está vinculada à definição de o *accountability* (responsabilidade com ética na prestação das contas públicas) e “ocasiona o fortalecimento do instrumento de participação no controle social” (SILVA; SOBRAL DE SOUZA, 2017, p. 219). Com isso, pode-se entender que o instrumento da transparência é crucial dentro de um Estado Democrático de Direito, pois contribui para informar o cidadão e provocar nele um senso crítico sobre a utilização das verbas públicas, a fim de buscar a implantação de seus direitos, e ainda serve como meio de prova e embasamento a pressionar os agentes públicos na melhoria da prestação de seus serviços e na correta destinação desses recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que houve uma evolução normativa constitucional no Brasil que culminou com a criação do Sistema Único de Saúde, bem como abriu espaço para uma melhor elaboração de leis infraconstitucionais que buscaram e ainda buscam solidificar os direitos sociais, entre eles, o direito à saúde pública de acordo com o conceito amplo de saúde definido pela OMS, que também assegura tratamento preventivo. No decorrer da história surgiram documentos e declarações internacionais favoráveis à aplicação livre do direito à saúde pública, chegando ele a obter o status de direito fundamental de segunda dimensão. Ainda assim, fica claro que tudo isso não é suficiente, por si só, para que haja efetividade do direito à saúde pública no Brasil, tendo em vista que o SUS não se encontra apto a atender aos princípios de Universalização, Integralidade e Equidade, pelos quais foi idealizado.

Destarte, foi possível compreender como a evolução dos serviços de saúde no Brasil ocorreu de forma lenta devido a questões políticas e ideológicas. Além disso, nota-se que mesmo em tempos de Democracia e com maior acesso à informação, via internet e outras mídias, há uma acomodação por parte de muitos cidadãos quanto a reivindicação de seus direitos em meio às injustiças, o que dificulta a concretização dos direitos já assegurados legalmente.

Através deste artigo foi demonstrada a desproporção de investimentos no setor da saúde com os países que ofertam saúde pública integral de qualidade, bem como em comparação com os investimentos internos do setor privado. Além disso, percebe-se que o percentual de investimento do país em relação seu PIB, no setor da saúde é quase metade do recomendado para sistemas universais. Desta maneira, fica evidente a despreocupação dos Agentes Políticos brasileiros, em nível nacional, de fazerem com que o SUS cumpra os preceitos para os quais foi criado.

Com isso, fica evidente que com os poucos investimentos que o SUS recebe é impossível alcançar a evolução da saúde pública tal como proposta, já que boa parte dos Entes Públicos aplicam o percentual mínimo em saúde, previsto na Constituição Federal, que são considerados insuficientes e por vezes não são inteiramente utilizados.

A Constituição Federal de 1988 não pode se tornar uma letra positiva morta e sem utilidade, tratando do direito fundamental à saúde como norma meramente programática, entendimento já superado pelo STF ao afirmar que essa norma possui aplicação imediata,

como garante a Carta Maior de 1988. Por isso, a população deve buscar exercer a sua cidadania, utilizando-se dos mecanismos de controle social, instrumentos legítimos da democracia, como por meio da participação cidadã em conselhos públicos, para que, assim, consiga interferir nos atos da gestão pública, fazendo-o direcionar a utilização das verbas públicas para o SUS.

Desta forma, para se conseguir o êxito das normas garantidoras da saúde pública, necessário se faz uma boa gestão com base no *accountability* (responsabilidade com ética na prestação das contas públicas), aplicando de forma correta os recursos da chamada “reserva do possível”, de modo que os recursos públicos assegurem os Direitos Essenciais, principalmente, o Direito Fundamental à Saúde.

Outrossim, deve haver maior incentivo por parte do Estado para que os médicos não fiquem aglomerados nos grandes centros urbanos, ocasionando problemas pela falta de médico nas cidades pequenas, aumentando a inacessibilidade de serviços médicos a pessoas carentes.

Infere-se que é imprescindível, para a melhoria na saúde pública no Brasil, o aprimoramento e maior detalhamento dos portais de transparência governamentais por todos os Entes Públicos federais, estaduais, distrital e municipais (os Tribunais de Contas dão valiosa contribuição para que a transparência se torne efetiva quando fiscalizam a efetividade da mesma nos atos praticados pelos órgãos e entidades que compõem a Pública Administração nacional) de modo que um cidadão médio consiga entender os dados que tais *sites* contêm, de forma clara e detalhada, principalmente quanto à destinação de verbas públicas para o SUS, no que foi gasto, pois somente com o cidadão entendendo como são utilizadas tais verbas, ocorrerá uma maior e melhor fiscalização popular sobre o investimento nesse sistema, dificultando o seu retrocesso, o que poderá propiciar uma saúde pública mais eficaz e a redução dos índices de corrupção que assola o país.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética e nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. Copyright desta edição, Editora Nova Cultural, Ltda., São Paulo, 4a. edição, 1991.

BARATA, Luiz Roberto Barradas; TANAKA, Oswaldo Yoshimi; MENDES, José Dínio Vaz. **Por um processo de descentralização que consolide os princípios do Sistema Único**

de Saúde. Epidemiol. Serv. Saúde v.13 n.1 Brasília mar. 2004. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v13n1/v13n1a03.pdf> . Acesso em: 31 ago. 2019.

BARROSO, Luís Roberto. **A Dignidade Da Pessoa Humana No Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos E Critérios De Aplicação.** 2012. Disponível em: https://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf. Acesso em: 29 mai. 2018.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Publicação original: 1909 Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 7ª reimpressão.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/cfonstituicaocompilado.htm. Acesso: 25 mai. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso: 25 mai. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 1.651, de 28 de setembro de 1995.** Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1995/decreto-1651-28-setembro-1995-431764-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 9.836, de 23 de setembro de 1999.** Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9836.htm. Acesso: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 10.424, de 15 de abril de 2002.** Acrescenta capítulo e artigo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento de serviços correspondentes e dá outras providências, regulamentando a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10424.htm. Acesso: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 11.108, de 7 de abril de 2005.** Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm. Acesso: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.401, de 28 de abril de 2011.** Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12401.htm. Acesso: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.864, de 24 de setembro de 2013.** Altera o **caput** do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12864.htm. Acesso: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.895, de 18 de dezembro de 2013.** Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12895.htm. Acesso: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13097.htm. Acesso: 24 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Princípios do SUS.** Disponível em: <http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/principios-do-sus>. Publicado em: 09 maio 2017. Acesso: 31 ago. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Informativo STF:** Brasília, 3 a 7 de novembro de 2014 - Nº 766. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo766.htm>. Acesso: 12 jun. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Informativo STF:** Brasília, 9 a 13 de março de 2020 - Nº 969. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo969.htm>. Acesso: 12 jun. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ARE 727864 AgR.** PR – PARANÁ, Segunda Turma, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Julgamento: 04/11/2014, Publicação: 13 nov. 2014.

CFM. **SUS completa 20 anos, mas não implanta seus princípios fundamentais.** Publicado em: 20 fev. 2009. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/artigos/sus-completa-20-anos-mas-nao-implanta-seus-principios-fundamentais/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CFM. **Em 15 anos, União deixa de aplicar R\$ 174 bilhões na saúde.** Publicado em: 31 jan. 2018. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/em-15-anos-uniao-deixa-de-aplicar-r-174-bilhoes-na-saude/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CFM. **Países ricos gastam quase dez vezes mais que o Brasil.** Publicado em: 08 out. 2020. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/paises-ricos-gastam-quase-dez-vezes-mais-que-o-brasil-2/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

FIOCRUZ. **Gasto público com saúde nos países das Américas está abaixo do recomendado, diz OPAS.** Publicado em: 14 fev. 2019. Disponível em: <https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/gasto-publico-com-saude-nos-paises-das-americas-esta-abaixo-do-recomendado-diz-opas-14022019>. Acesso em: 17 ago. 2021.

FGV CPDOC. **A Era Vargas**: dos anos 20 a 1945, Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945), Criação da Companhia Siderúrgica Nacional. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/CSN>. Acesso em: 30 ago. 2021.

IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2019. **Agência IBGE Notícias**, publicado em: 28 fev. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26956-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2019>. Acesso em: 17 ago. 2021.

MARTELLO, Alexandro. Orçamento da Saúde retorna ao patamar pré-pandemia; estados e municípios pedem mais recursos. Brasília, **G1**. Publicado em: 20 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/20/orcamento-da-saude-retorna-ao-patamar-pre-pandemia-estados-e-municipios-pedem-mais-recursos.ghtml> Acesso em: 30 ago. 2021.

MARTINS, Flávio. **Curso de direito constitucional**. 5 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

PUCCINI, Paulo de Tarso; CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. **A humanização dos serviços e o direito à saúde**. Cad. Saúde Pública, v.20, n.5, p.1342-53, 2004.

SAÚDE BRASIL. **O que significa ter saúde?** Publicado em: 7 ago. 2020. Disponível em: <https://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quero-me-exercitar-mais/o-que-significa-ter-saude>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang; FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. **Reserva do possível, mínimo existencial e direito à saúde**: algumas aproximações. Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n. 24, jul. 2008. Disponível em: http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao024/ingo_mariana.html. Acesso em: 10 mar. 2018.

SILVA, Kátia Jamile da; BENDER, Jean Wilian; VENDRUSCOLO, Carine. Implicações da formação em enfermagem na qualificação do SUS: um estudo bibliométrico. **Revista Educação**, v. 13, n. 2, 2018.

SILVA, Daniel Neves. Proclamação da República. **Brasil Escola**, Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/proclamacaodarepublica.htm>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SILVA, Daniel Neves. Era Vargas: Governo Provisório (1930-1934). **Mundo Educação**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/era-vargas-governo-provisorio.htm>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SILVA, Lucas Gonçalves da.; SOBRAL DE SOUZA, Patrícia Verônica Nunes Carvalho. **O controle social como instrumento de defesa da democracia**. UNICURITIBA, vol. 04, n°. 49, Curitiba, 2017. pp.207-230. Disponível em: 10.6084/m9.figshare.5632144. Acesso em: 01 set. 2019.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **O discurso constitucional da dignidade da pessoa humana**: uma proposta de concretização do direito justo no pós-positivismo brasileiro. Tese de doutorado pela Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA. Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10500>. Acesso em: 09 jan. 2020.

SOBRAL DE SOUZA, Patrícia Verônica Nunes Carvalho; CARDOSO, Henrique Ribeiro. **Participação popular e controle social: uma análise dos conselhos públicos à luz da teoria habermasiana**. Revista Brasileira de Estudos Políticos: Belo Horizonte, n.116, pp. 309-349. jan/jun. 2018.

SOBRAL DE SOUZA, , Patrícia Verônica Nunes Carvalho. **A Atuação dos Tribunais de Contas nas Políticas Públicas de Educação e Saúde**. REVISTA DO TCE - PI, v. 001, p. 20-33, 2019.

VARDÉLIO, Andreia. O país está na 64ª posição em gastos com saúde, no ranking com 183 países. Brasília: **Agência Brasil**, publicado em: 01 nov. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/brasil-gasta-38-do-pib-em-saude-publica>. Acesso: 31 ago. 2019.

VARELLA, D. **O problema da má distribuição dos médicos no Brasil**: O governo anunciou que quer trazer médicos estrangeiros. Entenda a intenção do Ministério, a crítica do CFM e o lado de quem atende em uma cidade pequena. Publicado em: 25 jun. 2013. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/saude-publica/o-problema-da-ma-distribuicao-dos-medicos-no-brasil/>. Portal Drauzio Varella. Acesso: 31 ago. 2019.

SOBRE OS AUTORES

Emanuelle Moura Quintino

Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT) e integrante do Grupo de Pesquisa – CNPQ- Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos. E-mail: emanuellemquintino@gmail.com.

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

Pós-Doutora em Direito pela Mediterranea International Centre for Human Rights Research dell'Università Mediterranea di Reggio Calabria (Itália). Pós-Doutora em Direito e Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia-UFBA. Doutora em Educação e Mestra em Direito Público pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Especialista em Combate à corrupção: prevenção e repressão aos desvios de recursos públicos pela Faculdade Estácio CERS. Especialista em Direito do Estado e Especialista em Direito Municipal pela UNIDERP. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade

Tiradentes - UNIT. Especialista em Auditoria Contábil pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Professora Titular de Graduação e Pós-graduação da Universidade Tiradentes. Líder do Grupo de Pesquisa em Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos - DPEJDH/UNIT/CNPq. Conferencista. Autora de artigos e Livros Jurídicos (49 obras - 3 individuais, 3 organizadas e 43 coletivas). Autora das obras: Escolas de Contas e o Controle Social na Formação Profissional (Ed. Fórum); Segurança Jurídica no Processo Administrativo Disciplinar (Ed. Fórum); Corrupção e Improbidade: Críticas e Controle (Ed. Fórum). Advogada, contadora, jornalista e pedagoga. Master Coaching e Mentoring Advice Humanizado. Membro e Vice-Presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ). Membro da Academia Sergipana de Educação, da Academia Sergipana de Letras, da Academia Sergipana de Ciências Contábeis, da Academia Itabaianense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Membro da Associação Sergipana de Imprensa. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Membro da Comissão da Mulher Contabilista (CMC). Recebeu a comenda do mérito trabalhista em 2007. Foi a primeira Mulher Diretora-Geral do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (2007 e 2008) e Diretora Técnica (2014 e 2015), (2018 e 2019) e (2020 e 2021). Lecionou como professora substituta na Universidade Federal de Sergipe, durante dois anos. E-mail: patncss@gmail.com

Evellyn Christyne Ribeiro Alves

Graduada em Direito pela Faculdade Pio Décimo - Campus I, integrante do grupo de pesquisa de Direito Público, Educação Jurídica e Direito Humanos CNPQ/Unit.

CAPÍTULO 13

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE POVOS DOS TERRITÓRIOS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO A PARTIR DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Danielle Juliana Silva Martins

Fábio Cristiano Souza Oliveira

Helder Ribeiro Freitas

Helinando Pequeno de Oliveira

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo avaliar a influência das redes sociais na sociedade do conhecimento, ou mais especificamente na construção do sentimento de pertencimento dos povos de territórios do semiárido brasileiro. A partir de uma visão interdisciplinar, serão abordados os conceitos de cultura, identidade e território e como as redes sociais online, (também promotoras de um novo espaço de integração), impactam em como os indivíduos percebem o território, uma vez que não se limitam ao espaço físico. Serão, também, analisadas as relações e os novos modelos de interação, e em qual contexto cultural a identidade passa ser definida. Como metodologia, foi realizada uma revisão bibliográfica que permitiu a discussão de conceitos oriundos de distintas áreas de conhecimento, estabelecendo uma relação entre cultura, identidade, território e redes sociais online.

Palavras-chave: Cultura. Espaço virtual. Território informacional e físico.

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna tem modificado a maneira de se comunicar e interagir a partir das tecnologias digitais. O comércio eletrônico e o desenvolvimento de aplicativos para diferentes finalidades e contextos impulsionam a sociedade e a cultura para um formato diferente da construção da identidade, que perpassa pelo universo digital exigindo uma participação ativa das pessoas.

Os espaços virtuais têm se transformado em locais de expressão da cultura e da identidade de povos e territórios, modificando os relacionamentos e as maneiras como as pessoas se expressam. Um conjunto de significados passam a ser construídos e até mesmo compartilhados através das redes sociais, tendo como consequência o impacto na construção das identidades, pois às informações alcançam em escala global.

Castells afirma que as redes sociais da Internet propiciam a construção das identidades, na qual o ator social “se reconhece e constrói significados, principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos” (CASTELLS, 1999, p. 58). Isso se dá em parte devido a facilidade de frequentar, apropriar-se e até mesmo pertencer a múltiplos territórios distintos, situados em diferentes dimensões e que despertariam o mesmo sentimento de pertencimento e posse observados em relações de territorialidade única.

Nessa perspectiva, este trabalho pretende promover reflexões sobre como as redes sociais online têm influenciado na construção da identidade, na concepção de território e no sentimento de pertencimento das pessoas, e em especial como isso pode refletir nos territórios do semiárido. Para tanto, discutiremos conceitos relacionados a redes sociais online, levando em consideração a sua constituição. Na sequência, abordaremos o conceito de identidade e território. Por fim, são apresentadas as discussões sobre a temática apresentada.

METODOLOGIA

Para o levantamento da bibliografia, inicialmente, foi delimitada a temática a ser investigada para a área de Tecnologia da Informação e Comunicação, Identidade e Território, sendo escolhida a seguinte problemática: As redes sociais online podem influenciar na construção do sentimento de pertencimento dos povos dos territórios do semiárido brasileiro?

Para esse estudo optou-se pela realização da pesquisa bibliográfica através das plataformas google scholar e periódicos capes utilizando-se de palavras como “identidade”, “território”, “pertencimento”, “semiárido” e “redes sociais online”. A partir da identificação dos trabalhos selecionados, este estudo adotou uma abordagem qualitativa através do entrelaçamento dos conceitos de identidade, território, pertencimento e redes sociais online a partir da reflexão teórica de autores como Castells, Recuero, Simonard e Santos, entre outros estudiosos dos temas tratados neste artigo.

É importante esclarecer que de acordo com Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de estudos já disponibilizados, tais como livros e artigos acadêmicos, que serviram de base para a construção da argumentação, fundamentação do estudo proposto.

REDES SOCIAIS ONLINE

As novas tecnologias digitais (disponíveis a partir da Internet) têm possibilitado novas maneiras de comunicação cada vez mais massivos, interativos, rápidos e fáceis de usar. Redes sociais online a exemplo do Facebook, Instagram, Youtube entre outros permitem que as pessoas vençam as limitações de espaço e tempo propiciando um novo paradigma de relacionamento entre indivíduos de diferentes contextos sociais e culturais (CRISTINA, 2014).

Recuero (2009) aponta que as redes sociais online são formadas por representações dos atores sociais e suas conexões. Essas representações normalmente são individuais, personalizadas e constituídas de um perfil nesses espaços digitais. A autora destaca que as interações, as relações, as posições e os papéis dos atores nas redes sociais são interdependentes em relação a outros atores e suas posições.

As redes sociais na Internet são divididas em duas categorias básicas (RECUERO, 2009). A primeira é densa e diz respeito à proximidade geográfica, a família e a vizinhança do indivíduo. A segunda é definida como ampliada e tem relação com as relações de trabalho, de associação, de mobilização, de gosto, afinidades e outras. Ambas são complementares e um ator pode chegar a ter centenas, milhares ou até mesmo milhões de conexões. Essas conexões levam a ampliar o espectro da cultura e do mundo vivido territorialmente pelos sujeitos sociais.

Preto e Silveira (2008) entendem que as redes sociais disponíveis na Internet provocam modificações radicais no compartilhamento de informações, conhecimentos, ideias, gostos, percepção do mundo, conceitos, valores e saberes, o que leva a uma intensa troca entre pessoas e pessoas, bem como destas com as máquinas. Os autores enfatizam que essas relações trazem um novo significado sendo, principalmente, impulsionadas pela onipresença dessas tecnologias da informação e comunicação.

Branco e Matsuzaki (2009) lembram que o ser humano é, antes de tudo, um ser social e defendem que as “redes sociais”, no ambiente digital, são ferramentas que estão simplesmente potencializando essa tendência e alterando completamente as

possibilidades de comunicação. Castells (2002) aponta que vivemos a chamada “sociedade em rede”, na qual as redes sociais online configuraram-se em uma nova forma de organização da sociedade, pois “modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 2002, p. 565), e sua expansão através da tecnologia penetra em toda a estrutura social.

Assim, o potencial dessas redes vêm sendo investigado em diferentes contextos de pesquisa (RECUERO ; ZAGO, 2016; SIMONARD, 2017; OLIVEIRA et al., 2019; TYMOSHCHUK et al., 2019) e tem avaliado entre outras coisas, como a sua utilização pode impactar de forma positiva ou negativa na vida das pessoas. O trabalho apresentado por Simonard (2017) analisa as mudanças introduzidas pelas mídias sociais na sociedade partindo de conceitos como identidade, território e políticas públicas e sua transposição para o mundo virtual.

IDENTIDADE

Com a propagação das redes sociais online, os indivíduos passaram a se relacionar com outros a partir da tecnologia existente. Desta relação, surgem impactos na vida do indivíduo, seja no quesito emocional, cultural, comportamental, ou mesmo no profissional. O sujeito passa a se modificar, a questionar a que lugar pertence e este novo olhar sobre si mesmo constrói e reconstrói a sua identidade. Antigamente, acreditava-se que cada indivíduo possuía uma identidade e esta era “fixa”, ou seja, não vivia a sofrer mudanças a depender do contexto.

De acordo com Hall (2006) pode-se elencar três divisões históricas de identidade: (01) a Iluminista, que enfatiza o eu individual e trata o sujeito como um ser masculinizado; (02) a Sociológica, a qual rompe a ideia de autonomia e autossuficiência do iluminismo, apresentando na construção da identidade a relação deste sujeito com “pessoas importantes para ele” e que consequentemente o auxiliam no mundo em que está inserido; e (03) a concepção pós-moderna, que acredita no sujeito em constante transformação, por isso o mesmo pode ter várias identidades e em determinada situação uma sobrepor a outra. Nesse contexto, Hall (2006) enfatiza que alguns estudiosos das ciências sociais vêm na pós-modernidade a fragmentação da identidade do indivíduo, destacando que em um determinado momento uma identidade do indivíduo pode prevalecer a outra, a depender do contexto e do interesse do indivíduo diante da situação. Para uma melhor compreensão sobre a prevalência de uma identidade em detrimento de outra, podemos citar uma

“brincadeira” que circulou nas redes sociais recentemente, entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020 que consistia no indivíduo, em uma mesma postagem, inserir quatro fotos diferentes, cada foto do indivíduo tinha que estar relacionada com a característica da rede social. Por exemplo, quando a foto queria representar a rede social LinkedIn, aparecia foto relacionada ao contexto do trabalho, ou quando a foto era mais produzida, ousada, esta estava relacionada a rede Tinder, que estimula relacionamentos entre as pessoas cadastradas.

Nesta simples brincadeira fica perceptível a identidade que a pessoa assumia de acordo com o contexto que estava sendo inserida. Entretanto, também se evidencia que a rede social tende a padronizar os comportamentos dos sujeitos, homogeneizar, tratando como iguais sem respeitar as diferenças, o que segundo Simonard e Santos (2017) é definido como:

As nossas diferenças não são bem aceitas nesse meio que tende a padronizar emoções, modo de vestir, de falar e de reagir aos fatos, quando as interações se dão dentro de comunidades virtuais, ao mesmo tempo em que permite ao interagente contato com múltiplas culturas e redes variadas que diluem padrões de comportamento. A identidade, que por si só já apresenta natureza negociável e revogável, torna-se ainda mais instável neste ambiente, apresentando-se fluida e frágil, assumindo múltiplas facetas em prol da exibição nas redes (SIMONARD; SANTOS, 2017, p. 15).

Na descrição dos autores apresenta-se um alerta sobre a fragilidade da identidade dos sujeitos, pois nesta época em que vivemos é difícil caracterizar, substanciar o indivíduo. A internet e posteriormente a rede social, possibilita ao indivíduo criar a identidade que desejar, por isso não sabemos se o que se apresenta na rede é ou não real sobre o indivíduo, muitas vezes o que se apresenta é algo desejável pela sociedade.

Acredita-se que um estimulador desse processo de flexibilização identitária está relacionada diretamente com o processo de globalização, que atrelado com a internet instalou uma “onda” de fragmentação do território, não existindo mais fronteiras a conhecer, viver e conviver com o outro, por isso, surge a preocupação com o uso e aplicabilidade da rede social em territórios que historicamente sofrem algum tipo de preconceito, no qual o indivíduo não se sente como membro pertencente, podendo a rede social ser utilizada para desagregar os sujeitos daquele território e não agregá-los.

Estudiosos na área afirmam que quando o indivíduo não se sente pertencente aquele local ele não busca melhorias, não exerce o seu papel de cidadão.

Podemos afirmar que o sentimento de pertencimento implica em olhar e

reconhecer-se. Provoca ainda pensar em si mesmo como integrante de uma sociedade que atribui símbolos e valores éticos e morais, o que destaca características culturais. O sentimento manifestado pelos sujeitos sociais acerca do ambiente em que vivem carrega as singularidades de sua formação e encerra circunstâncias emocionais, muitas vezes, apenas vividas ali (CUNHA; ROCHA, 2017, p. 89).

Sendo assim, quando o indivíduo não se sente parte ou pertencente ao local, não vislumbra perspectivas de valorizar a cultura, o ambiente, as histórias, o espaço e melhorias de qualidade de vida em sua comunidade local. Portanto, ter o sentimento de pertencimento do local, do território é peça fundamental para o desenvolvimento local e por isso a rede social pode e deve contribuir para a construção e consolidação desse sentimento de pertencimento.

TERRITÓRIOS INFORMACIONAIS E FÍSICOS NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Ao pensar em território, devemos inicialmente superar a segregação entre rural e urbano, entre o agrícola e o industrial, entre pesquisa e extensão, entre uma disciplina e outra, uma vez que no território existe a visão de interdisciplinaridade, de cooperação, de comunhão. Assim, é fundamental compreender que nele existe o envolvimento da política, da economia, da cultura e da sociedade, como destaca Veloso e Silva (2018). Os autores indicam que a abordagem territorial surge no debate do desenvolvimento rural, no reconhecimento da dinâmica das desigualdades regionais, de forma a promover a inclusão social, a realização do planejamento com o envolvimento dos sujeitos do campo, como também a integração das políticas públicas e de outras dimensões além da econômica e da lógica de oferta.

Percebe-se que compreender o território é aprender a respeitar os atores envolvidos, as histórias, as raízes culturais locais e, principalmente, entender a existência de desigualdades que inviabilizam o sentir-se cidadão, o reconhecer-se enquanto gente que tem direito de fazer escolhas. Por isso, é tão importante que o governo promova políticas públicas que valorizem os indivíduos independente de sexo, cor, religião, gênero, raça, capital financeiro, dentre outros critérios que venham a segregar.

Neste contexto que envolve território e o avanço tecnológico presente na sociedade atual, emerge um novo conceito de território, o território informacional. Esse envolve o conceito de espaço virtual, a ruptura do espaço físico e a amplitude da tecnologia, abraçando paralelamente a política, a cultura, a tecnologia, a subjetividade das relações, a

“flexibilização” da identidade deste indivíduo e remodela o papel do Estado, sendo presente no território informacional, a existência de muitos territórios físicos. Assim, de acordo com Lemos (2007),

Os territórios informacionais estão vinculados aos demais territórios, sejam eles culturais, políticos, subjetivos, corporais, geográficos, e são também utilizados para monitoramento, vigilância e controle sobre os indivíduos e seus movimentos na ciberurbe. Ao mesmo tempo que posso receber e enviar informação do meu celular, independente de que território geográfico, político ou cultural, a operadora pode me localizar e monitorar meus movimentos na rede. O mesmo com as etiquetas RFID, redes bluetooth ou Wi-Fi. Reconhecer os territórios informacionais pode ser útil como instrumento analítico, mas também político e comunicacional, já que se trata da questão de direito à privacidade, a processos de vigilância e controle (LEMONS, 2007, p. 19).

Diante do exposto pelo autor, é possível compreender que este território informacional necessita de um acompanhamento, monitoramento e intervenção do Estado em determinados momentos, principalmente emerge o questionamento sobre de quem é aquele território, ou a responsabilidade pelo que acontece, visto que as localidades e fronteiras neste ambiente não são as mesmas que utilizamos nos limites definidos pelo Estado-Nação. Ou seja, a rede colaborativa apresentada na conceitualização de território citada anteriormente torna-se mais complexa, não apenas pela ausência do espaço físico, mas em decorrência da ascensão das tecnologias.

Bem como, emerge o questionamento de como estes espaços que agora são físicos e informacionais podem interferir na construção da identidade do indivíduo ou mesmo no sentimento de pertencimento. É importante compreender que as comunidades que normalmente sofrem com ataques ao seu espaço físico de território, como os indígenas, os quilombolas, os sem-terra, dentre outras passam a viajar no espaço informacional, chegando a lugares inimagináveis anteriormente e tendo a oportunidade de falar de si, do outro, da sua comunidade e da vez e voz a sua história, a sua cultura, tal atitude é muito presente nas redes sociais.

Os territórios do semiárido brasileiro, por exemplo, historicamente foram atrelados nos livros e nos meios de comunicação a imagem negativa, dando destaque ao homem sofredor, aos animais mortos, a seca, a pobreza.

Na obra clássica de Graciliano Ramos “Vidas Secas”⁷, esse contexto de seca, pobreza, fome, morte, sofrimento é descrito com riqueza de detalhes:

De repente veio a fraqueza. Devia ser fome. Fabiano ergueu a cabeça, piscou os olhos por baixo da aba negra e queimada do chapéu de couro. Meio-dia, pouco mais ou menos. Baixou os olhos encandeados, procurou descobrir na planície uma sombra ou sinal de água. Estava realmente com um buraco no estômago. Endireitou o saco de novo e, para conservá-lo em equilíbrio, andou pendido, um ombro alto, outro baixo (RAMOS, 2008, p. 124).

Infelizmente, o clássico que narra a vida de uma família nordestina destaca a seca como destruidora, não sendo possível viver e conviver naquele espaço. Tal imagem, difundida não apenas nesse livro, mas em muitos outros meios de comunicação contribuem para que o morador daquele local não desejasse fazer parte daquele espaço, por ter essa visão negativa que foi disseminada, construída ao longo dos anos no Brasil.

Nesse contexto de construção negativa do semiárido brasileiro, acreditamos que a rede social permite uma nova abordagem, um novo significado, principalmente para os jovens que passam a ter acesso a várias informações pelos celulares e utilizam bastante as redes sociais.

Tem-se a possibilidade de apresentar, comunicar, informar toda a magnitude daquele território, ao se abordar como acontece a convivência com o semiárido brasileiro, desde o resgate a dignidade das famílias que vivem neste território com a valorização de sua história, de sua cultura, como também compartilhando as tecnologias sociais produzidas pela comunidade e as demais estratégias para conviver com a seca, respeitando e enaltecendo a natureza local, principalmente o bioma caatinga que só é encontrado no Brasil, possuindo uma predominância na Região Nordeste.

O reconhecimento do território do semiárido brasileiro como um espaço de vida digna começa a ser propagado com mais ênfase a partir da década de 90 do século XX, quando os trabalhadores rurais reivindicam da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ações mais eficazes de apoio à população que residia no semiárido, não apenas uma política emergencial de combate à seca (DUQUE, 2008). Posteriormente, começaram a surgir seminários, fóruns e diversos estudos que propuseram o desenvolvimento sustentável da região, permitindo às famílias “conviver com o semiárido e não lutar contra a seca” (DUQUE, 2008, p. 135).

⁷ É importante esclarecer que a obra de Graciliano Ramos é reconhecida por uma rebuscada crítica social, como o doutor em letras Thiago Mio Salla descreve a obra são “Vidas apresentadas em toda sua complexidade enquanto partes de um processo sistemático de exploração, humilhação e alienação” (Salla, 2018, p.2).

É importante frisar que a falta de acesso a informações verídicas ou mesmo visões estereotipadas sobre os territórios provocou e provoca um enfraquecimento destes espaços. Atualmente, com a internet e a disseminação das redes sociais as informações podem facilmente chegar a todas as comunidades, rurais ou urbanas, ricas ou pobres. Por isso, o indivíduo deve ter a capacidade de identificar, verificar e analisar as informações disseminadas para não tratar as mesmas como verdades absolutas e em vez das redes sociais contribuírem para o fortalecimento do pertencimento a mesma pode desestruturar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de um olhar crítico, é possível observar que o indivíduo estabelece relações, e tem uma identidade flexível neste mundo “pós-moderno” ao mesmo tempo que quer ser reconhecido como pertencente a alguma comunidade ou grupo social ao qual se identifique e se sinta acolhido. Como é afirmado por Cunha e Rocha (2017), é fundamental que se busque a melhoria do espaço e do sentimento de pertencimento.

Nesta busca do indivíduo “pós-moderno” surge a preocupação com o impacto das redes sociais na construção da identidade do sujeito que vive no semiárido brasileiro, pois ao longo da história percebe-se esse espaço sendo disseminado como infértil, pobre, feio, dentre outros adjetivos que desqualificam as riquezas da região. Bem como, observa-se a aplicabilidade de políticas públicas governamentais baseadas no modelo de desenvolvimento da “Revolução Verde⁸”, beneficiando os grandes agricultores, não investindo em ações que favoreçam os pequenos produtores, o que culmina com a disseminação da imagem do território do semiárido como um espaço que necessita do assistencialismo, já que não é possível viver nesse território sem o aporte financeiro governamental.

É salutar a preocupação sobre como o território informacional vai impactar na construção da identidade e no sentimento de pertencimento do indivíduo, principalmente no que se refere ao uso das redes sociais, que estão cada vez mais acessíveis e rapidamente as barreiras físicas deixam de existir e o indivíduo se conecta com o mundo, por isso, buscar estratégias sob o uso das redes sociais e o impacto que a mesma pode ocasionar na identidade destes indivíduos é fundamental. A rede social deve ser utilizada

⁸ O modelo de desenvolvimento estruturado pela Revolução Verde, segundo Duque (2008, p.135) investe “na monocultura, favorece a difusão de pragas e, portanto, exigem sempre mais agrotóxicos, que poluem os solos, as águas, e prejudicam a saúde dos próprios trabalhadores e consumidores. Além disso, favorece a adoção de raças animais e espécies de vegetais inadequadas para as condições da região.”

como uma ferramenta para territorializar o espaço do semiárido e modificar a visão negativa que desqualifica o território e impossibilita o sujeito de se sentir pertencente àquele espaço. No mundo globalizado que vivenciamos, no qual as imagens se sobrepõem e se objetiva homogeneizar comportamentos, afeições, cultura, padrões sociais, dentre outros, o sujeito busca o reconhecimento e valorização nas redes sociais, ter muitos “seguidores”, “fãs”, por isso, é necessário debater com a comunidade o uso das redes sociais, seja nos espaços acadêmicos, nos movimentos, nas reuniões escolares, dentre outros espaços que possibilitem uma análise conjunta e a construção coletiva de ações pautadas na necessidade da comunidade, pois mesmo nos territórios do semiárido brasileiro existem diferenças entre as comunidades que devem ser respeitadas, enaltecidas.

Acreditamos que um espaço que pode contribuir para a consolidação da rede social como estimuladora do sentimento de pertencimento dos territórios do semiárido é a escola. A mesma já aborda a temática do semiárido na matriz curricular da Educação Básica, normalmente na disciplina de Geografia, Biologia, História e Literatura ou através de projetos interdisciplinares que envolvem várias disciplinas e inquietações da comunidade local. Contudo, é necessário vencer a barreira do preconceito que alguns educadores apresentam sobre o uso das tecnologias digitais em sala de aula, bem como especificamente das redes sociais. Mas, já existem livros e artigos que abordam esta temática e objetivam desmistificar que as redes sociais são apenas para entretenimento, como fora citado nas pesquisas Recuero e Zago (2016), Simonard (2017), Oliveira et al. (2019), Tymoshchuk et al.(2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à relação identitária nas redes sociais, percebe-se que o mesmo indivíduo pode pertencer a vários territórios informacionais e como se gerencia toda essa diversidade de relações sem ocasionar a perda da “essência”, da “história de vida”, das “relações” do eu com o outro e do meu eu dentro do espaço físico ou virtual é desafiador. É preocupante a situação da sociedade Brasileira, bem como de outros países, no qual ainda é visível a falta de valorização de políticas públicas educacionais que preparem os indivíduos para a sociedade pós-moderna e principalmente para respeitar o outro, o espaço e o território, sem homogeneizar, sem padronizar, sem limitar, contribuindo para o reconhecimento de quem se é, a consolidação do sentimento de pertencimento.

Verificou-se com o estudo que em territórios que já sofrem diariamente com a propagação de imagens negativas, como no caso do semiárido brasileiro, se não existir uma intervenção através de políticas educacionais, um acompanhamento nas escolas, propostas de ressignificação do espaço, de valorizar as raízes, a essência, este sujeito só irá sobreviver e não viver, será um sujeito do “mundo” e ao mesmo tempo sem “pertencimento” a nenhum “mundo” .

E, por fim, somente com o envolvimento da comunidade no processo de construção de políticas públicas que venham a valorizar o território físico e acompanhar o que é disseminado no território informacional é que conseguiremos ressignificar a identidade disseminada ao longo dos anos negativamente e contribuir para o sentimento de pertencimento dos povos do território do semiárido brasileiro.

REFERÊNCIAS

BENKLER, Yochai. The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom, p. 1–515, 2006.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e terra, 2002.

CRISTINA, Sônia; VELHO, Machado; PAULA, Ana. Refletindo Sobre as Redes Sociais Digitais. **Educação Sociedade**, v. 35, n. 126, p. 179–196, 2014.

CUNHA, Kianne Crystie Bezerra da Cunha. ROCHA, Rodrigo Vilela da. Automação no processo de irrigação na agricultura familiar com plataforma. In: **RECoDAF - Revista Eletrônica Competências Digitais para a Agricultura Familiar**, Tupã, v.3, n.1, p. 62 – 74, jan/jun. 2017. ISSN: 2448-0452. Disponível em: <http://codaf.tupa.unesp.br:8082/index.php/recodaf/article/view/13>. Acesso em: 2 de fev. de 2021.

DUQUE, Ghislaine. “Conviver com a seca”: contribuição da articulação do semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 17, p. 133-140, jan/jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13417>. Acesso em: 20 de fev. de 2021.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEMOS, André. Mídia locativa e territórios informacionais. Information media, 2007. Disponível em: https://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/midia_locativa.pdf Acesso em 15 de fev. de 2021.

OLIVEIRA, Fabio Machado De. Digital Social Networks And The Need To Be “ Happy ” For

The Followers In This Ciberespaço Redes Sociais Digitais E A Necessidade De Mostra-se “Feliz ” Para Os Seguidores Nesse Ciberespaço. v. 14, n. June, p. 136–147, 2019.

PRETTO, Nelson De Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; ORG. Além das Redes de Colaboração. [s.l.: s.n.], 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

RAMOS, Graciliano. Vidas Secas. 105ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. Em busca das “redes que importam”: redes sociais e capital social no Twitter. **LÍBERO**. ISSN impresso: 1517-3283/ISSN online: 2525-3166, n. 24, p. 81–94, 2016.

SALLA, Thiago Mio. “Vidas Secas” denuncia o descaso social e a exploração humana. [Entrevista concedida a] Leila Kyomura. Jornal da USP, São Paulo, ISSN 2525-6009, 27 set. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/vidas-secas-denuncia-o-descaso-social-e-a-exploracao-humana/>. Acesso em: 01 de jun. de 2021.

SIMONARD, Pedro; VIEIRA SANTOS, Anny Rochelly. Identidade, pertencimento e engajamento político nas mídias sociais. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 14, n. 3, p. 14, 2017.

TYMOSHCHUK, Oksana; ALMEIDA, Ana Margarida; RAMOS, Fernando; et al. Mediação digital para a inovação territorial: um estudo de caso múltiplo em redes sociais digitais. **Observatório (OBS*)**, v. 13, n. 4, p. 70–88, 2019.

VELLOSO, Tatiana Ribeiro; SILVA, Ronalda Barreto. Territórios Rurais e Extensão Universitária: contribuições e desafios para o Desenvolvimento Rural. Revista Extensão & Sociedade, 2018.

SOBRE OS AUTORES

Danielle Juliana Silva Martins

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará e Mestrado em Ensino pela UNIVATES. Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, campus Petrolina.

Fábio Cristiano Souza Oliveira

Possui graduação em Ciência da Computação pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (2006) e mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco (2014). É professor efetivo do Instituto Federal do Sertão Pernambucano - Campus Petrolina.

Helder Ribeiro Freitas

Professor Associado I da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Graduiu-se em Engenharia Agrônômica (UFV, 2002), Mestrado (UFV, 2004) e Doutorado (UFV, 2009) em Solos.

Helinando Pequeno de Oliveira

Graduado em Engenharia Eletrônica (2000) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestre em Física pela UFPE (2002) e Doutor em Física pela UFPE (2004), com pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology (2012) . Atualmente é professor associado IV da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

CAPÍTULO 14

RACISMO E CAPACITISMO NO BRASIL: INTERSECÇÕES

Maria do Desterro da Conceição Silva

Eric Tyrone Carvalho Mota

Solange da Luz Rodrigues

Jônata Alisson Ribeiro de Oliveira

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a relação entre racismo e capacitismo no Brasil a partir da compreensão de que ambos contribuem, igualmente, para a opressão de sujeitos surdos negros. Sabemos que pessoas surdas, assim como aquelas que possuem outras deficiências, são consideradas incapazes de realizar diferentes atividades feitas por corpos considerados “normais”. Além disso, a sociedade, propagadora de um discurso eurocêntrico, tende a inferiorizar pessoas por questões raciais. Dessa forma, surdos negros são duplamente oprimidos na sociedade brasileira por não se adequarem a um padrão ouvintista e brancocêntrico. A pesquisa possui caráter exploratório, pois além de um levantamento bibliográfico feito sobre o assunto, para uma compreensão maior sobre o que estamos propondo, analisaremos uma entrevista disponível no site “Mundo negro”, em que três jovens surdos negros respondem alguns questionamentos sobre suas vivências. A base teórica utilizada para esta discussão será a partir das concepções de Almeida (2018), Akotirene (2018), Dias (2013), Barbosa (2010) e Perlin (2015). No entanto, a partir das discussões teóricas, é possível observar o quanto o cruzamento de opressões é um fator decisivo para que muitos sujeitos sejam vítimas de discriminação e até mesmo de violência.

Palavras-Chave: Surdo. Negro. Interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira existem discursos que são naturalizados e propagados desde o período colonial e, dentre eles, pode-se citar as opressões relacionadas à raça, pois essa é uma marca deixada pelo período escravista, na relação entre colonizador e colonizado.

Sabe-se que essas concepções, além de serem disseminadas durante séculos, contribuem para vários estereótipos⁹ relacionados a esses povos. Porém, mesmo diante de alguns deles, você já imaginou um sujeito negro e surdo? Ou, no que diz respeito às questões raciais, você busca visibilizar sujeitos que são oprimidos duplamente, isto é, por questões relacionadas à raça, como também, à deficiência? Questionamentos como esses são necessários para pensarmos sobre aquilo que perante a sociedade é considerado como superior e o que é dito como inferior. Pessoas negras são inferiorizadas porque há séculos o eurocentrismo expõe que os sujeitos brancos são superiores. Sujeitos surdos também são oprimidos, pois por muito tempo sua deficiência era considerada patologia, algo diabólico, castigo divino. Todas essas conclusões eram realizadas pela sociedade ouvinte. Gladis Perlin, em seu texto sobre “Identidades Surdas” faz um questionamento: “Ouvintismo não é o mesmo que racismo? O racismo existe entre os surdos [...]” (PERLIN, 2015, p. 62). A partir da problemática levantada pela pesquisadora e de sua resposta, pode-se concluir que os sujeitos que são surdos e negros são vítimas de racismo e capacitismo nesta sociedade opressora.

Gladis Perlin, ao discutir sobre essas identidades aborda que “durante minha pesquisa de mestrado, aprendi inclusive que, mesmo sendo surda, não poderia falar sobre os surdos, tinha de deixá-los falar de si mesmos.” (PERLIN, 2015, p. 51). Partindo do trecho exposto por Perlin, gostaria de afirmar que somos ouvintes e compreendemos que o nosso lugar de fala é diferente daquele ocupado por um surdo, assim como entendemos que, mesmo dentro da comunidade surda, essas identidades são plurais, pois aquilo que foi/é vivenciado por cada um é diferente. Têm aqueles que tiveram acesso à educação e à Libras, outros foram imersos numa cultura ouvinte, há aqueles que não tiveram/têm acesso

91 No que diz respeito aos estereótipos, ao discursar sobre “O perigo da história única”, Chimamanda Adichie afirma que: “Todas essas histórias fazem de mim quem eu sou. Mas insistir somente nessas histórias negativas é superficializar minha experiência e negligenciar as muitas outras histórias que me formaram. A “única história cria estereótipos”. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história.” (2010) A autora aponta o perigo de ouvirmos apenas um lado da história, no caso do Brasil, aquela contada pelos colonizadores, pois isso contribui para o surgimento de generalizações e concepções negativas sobre sujeitos negros.

à educação. Por isso, a proposta de se trabalhar racismo e capacitismo está voltada para uma tentativa de compreensão sobre variáveis que são indissociáveis dentro de uma hierarquia, no entanto, sabemos que ninguém melhor que um surdo para expor suas vivências e conhecimento sobre o assunto.

Portanto, na tentativa de compreender um pouco daquilo que é vivido cotidianamente pelo surdo negro na sociedade brasileira, o presente trabalho, no que diz respeito ao ponto de vista e abordagem do problema, foi realizado através de uma pesquisa qualitativa/exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa é de cunho bibliográfico, pois foi realizada a partir da análise de livros, artigos e entrevista. Além de um levantamento bibliográfico feito sobre o assunto, para uma compreensão maior sobre o que estamos propondo, analisamos uma entrevista disponível no site “Mundo negro”, em que três jovens negros e surdos respondem alguns questionamentos sobre suas vivências.

Dessa forma, para o desenvolvimento da presente pesquisa, tem-se o seguinte problema: quais os impactos do racismo e capacitismo na vida de sujeitos surdos negros brasileiros? Para responder a esse questionamento, o trabalho apresenta como objetivo geral: analisar o racismo e o capacitismo como variáveis de opressão contra surdos negros no Brasil; e como objetivos específicos: discutir racismo e capacitismo a partir de uma abordagem interseccional; observar a interseccionalidade presente no cotidiano de surdos negros brasileiros.

O trabalho é composto por duas seções. Na primeira será realizada uma discussão sobre racismo, capacitismo e, principalmente, suas relações com o termo interseccionalidade. Depois, será realizada uma análise de dados, isto é, observaremos os principais pontos apresentados na entrevista do site “Mundo negro” que dialogam com o tema proposto.

CONCEPÇÕES SOBRE RAÇA E RACISMO

No que diz respeito ao conceito de raça, de acordo com Silvio Almeida (2018), é importante ressaltar que se trata de um termo da modernidade, pois é a partir das “descobertas” e conquistas de novas terras pelos colonizadores que esta concepção passa a ter uma significação relacionada a “distintas categorias de seres humanos” (ALMEIDA, 2018, p. 19). Dessa forma, é propagado o discurso de que o outro (colonizado) são os seres racializados e que devem ser escravizados por serem considerados pertencentes a

uma raça inferior. Sabemos que este preconceito e discriminação existem ainda hoje, pois muitas situações racistas da atualidade reafirmam estes discursos.

Dessa maneira, podemos observar uma tentativa do colonizador em construir a identidade dos povos colonizados a partir de mitos e imposições. No que diz respeito à raça, Almeida afirma:

[...] a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre universalidade da razão e do legado iluminista, o ciclo da morte e destruição do colonialismo e na escravidão possam operar simultaneamente como os fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. [...] As referências à “bestialidade” e “ferocidade” demonstram como a associação entre seres humanos de determinadas culturas/características físicas com animais ou mesmo insetos é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de *desumanização* que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje. (ALMEIDA, 2018, p. 22-23, grifo do autor).

A partir do trecho supracitado, pode-se argumentar que a racialização de determinados povos surge na tentativa de inferiorizá-los e desumanizá-los, pois, considerá-los como povos sem alma e compará-los a animais, eram algumas justificativas utilizadas para matar, escravizar e estuprar a população negra.

Em relação a língua dos sujeitos surdos, Madson Barreto e Raquel Barreto discutem que “por muitos séculos, as Línguas de Sinais foram consideradas gestos, mímica, comunicação arcaica, ineficaz, diabólica, representação das Línguas Orais e tantos outros termos errôneos.” (BARRETO; BARRETO, 2015, p. 55). Dessa maneira, se de um lado temos povos racializados e considerados sem alma, do outro temos uma comunidade que, por não verbalizar e utilizar os sinais para comunicação são tidos como diabólicos, justificativas encontradas por aqueles que estão em situação de poder para oprimir aqueles que hierarquicamente são apontados como inferiores.

Na tentativa de inferiorizar a população negra, outra estratégia utilizada foi buscar provar que a raça:

[...] opera a partir de dois registros básicos que se cruzam e se complementam:

1. *Como característica biológica*, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele.
2. *Como característica étnico-cultural*, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes [...]. (ALMEIDA, 2018, p. 24, grifos do autor).

A partir dos elementos apresentados, é possível compreendermos que a raça é uma construção social, histórica e cultural. A tentativa dos colonizadores era promover sua cultura, religião, língua e cor da pele como superiores e, dessa forma, aqueles que não

possuíssem essas características, principalmente, fenotípicas eram vítimas de opressões e, conseqüentemente, escravização. Assim, o continente africano foi explorado e a população que habitava aquele espaço era forçadamente desterritorizada de seu lugar de origem.

A tentativa de “civilizar” o outro não era só arrancá-lo de sua terra e levá-lo a outros continentes, mas, sim, obrigá-lo a falar outra língua, cultuar outra religião e habitar espaços insalubres trabalhando dia e noite sem receber remuneração. Desse modo, percebemos o quanto as concepções relacionadas à raça contribuem para pensarmos na hierarquia que persiste ainda hoje em nossa sociedade.

Nesta perspectiva da hierarquia, Almeida (2018, p. 24) afirma que “no século XX, a antropologia constitui-se a partir do esforço de demonstrar a autonomia das culturas e a inexistência de determinações biológicas ou culturais capazes de hierarquizar a moral, a cultura, a religião e os sistemas políticos.” Porém, compreendemos que mesmo a antropologia e biologia provando a inexistência de inferiorização entre raças, existe uma questão política que se faz presente na sociedade e continua discriminando pessoas negras, considerando-as como pessoas racializadas.

A partir das concepções sobre raça, Silvio Almeida aponta também uma conceituação sobre racismo, que é “uma forma sistemática de discriminação que tem raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.” (2018, p. 25). Dessa forma, o racismo surge a partir da racialização de povos ao tentar discriminar os não-brancos e, principalmente, buscar explicações “plausíveis” para escravizar, subalternizar e oprimir.

CAPACITISMO: CONCEITOS BÁSICOS

No que diz respeito à história da educação do surdo, sabe-se que desde a antiguidade estes sujeitos eram tratados como seres incapazes. Aristóteles, por exemplo, afirmava que “os surdos eram seres incapazes de raciocínios e insensíveis.” (BARBOSA, 2010, p. 27). A partir dessa concepção, observamos o quanto a história dessas pessoas é construída através de estereótipos e, principalmente, capacitismo, isto é, são considerados como seres limitados diante de uma sociedade normatizadora que considera determinados corpos-sujeitos como inferiores.

De acordo com Barbosa (2010), até para tomar posse de uma herança era necessário que o surdo verbalizasse; e se quisesse estabelecer matrimônio, isso só seria possível com a permissão do papa. Posteriormente, com as filosofias educacionais¹⁰ empregadas por pessoas ouvintes, é possível percebermos o quanto a cultura ouvintista oprimiu/oprime sujeitos considerados diferentes, buscando demonstrar sua incapacidade diante de uma sociedade majoritariamente ouvinte.

Segundo Adriana Dias, “capacitismo é a concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir a própria vida” (2013, p. 2). Ou seja, essas pessoas são consideradas como inferiores e com capacidade limitada para resolver coisas, muitas vezes, do próprio cotidiano. Porém, é importante indagarmos: será que os sujeitos surdos devem se adequar ao ouvintismo, para serem considerados capazes, ou a comunidade ouvinte precisa estudar e compreender a Libras para se comunicar com sujeitos surdos?

A partir desse questionamento, observamos que algumas instituições e profissionais já estão buscando conhecimento prático sobre a Língua Brasileira de Sinais, por exemplo, em Rondônia, um policial aprendeu Libras para auxiliar em suas abordagens policiais:

Na entrevista ao apresentador global, Costa revelou que começou a ter contato com os surdos em um curso de Libras oferecido por uma escola de Porto Velho, na qual uma amiga o matriculou. “Conforme eu fui tendo contato com os surdos, percebi que a comunidade surda é muito desassistida pelas entidades. É muito difícil a gente encontrar intérpretes, pessoas que consigam facilitar, praticar a acessibilidade com o surdo”, comentou.¹¹

Atitudes assim ajudam a combater o discurso errôneo de que os sujeitos surdos são incapazes, por exemplo, de se comunicar com pessoas ouvintes. Como afirma Fiona Kumari Campbell, “o capacitismo está para o segmento da pessoa com deficiência assim como o racismo significa para os afrodescendentes ou o machismo para as mulheres: vincula-se com a fabricação de poder” (CAMPBELL *apud* DIAS 2001, p. 44). Dessa forma, concluímos que sujeitos surdos negros são vítimas de um cruzamento de opressão (raça e

¹⁰ As principais filosofias educacionais criadas para a educação do surdo são: Filosofia oralista, Comunicação total e Bilinguismo.

¹¹ Reportagem disponível em: <https://www.folhadosulonline.com.br/noticias/detalhe/2020/policial-militar-rondonia-aprende-libras-para-ajudar-em-abordagens-surdos-e-ganha-destaque-no-brasil#:~:text=16%3A23%3A00-,Policial%20militar%20de%20Rond%C3%B4nia%20aprende%20Libras%20para%20ajudar%20em%20abordagens,e%20ganha%20destaque%20no%20Brasil&text=Nos%20%C3%BAltimos%20dias%2C%20o%20v%C3%ADdeo,tem%20circulado%20em%20redes%20sociais.> Acesso em: 19/05/2021.

deficiência), ou seja, “A interseccionalidade impede aforismo matemáticos hierarquizantes ou comparativos.” (AKOTIRENE, 2018, p. 38). Portanto, quando variáveis opressivas se cruzam é perceptível que uma não é considerada superior a outra, pois sujeitos surdos negros são inferiorizados diante da sociedade branconcêntrica e ouvintista por conta desses dois fatores.

Sobre a relação interseccional (raça e deficiência), Philippe Almeida e Luana Araújo discutem que “[...] é possível inferir que pessoas com deficiência pretas e pardas não sofrem o capacitismo da mesma forma que pessoas com deficiência brancas; e que, outrossim, sujeitam-se a padrões de discriminação racial distintos daqueles que supliciam afrodescendentes sem deficiência.” (2020, p. 623). Dessa forma, as variáveis raça e deficiência se configuram numa dupla opressão, pois sujeitos negros surdos serão oprimidos por pertencerem a base da pirâmide hierárquica. Porque quando falamos nessa intersecção “o desafio é mostrar como diferentes estruturas de exclusão se conjugam, produzindo novas dinâmicas de violência.” (ALMEIDA; ARAÚJO, 2020, p. 623).

No entanto, compreendemos que o processo de colonização, a dominação de diversas regiões pelos europeus, contribuiu para os discursos propagados hoje, pois, segundo Almeida e Araújo:

O Ocidente fez do corpo masculino caucasiano sem deficiência o parâmetro de normalidade, face ao qual todos os demais são julgados como “patológicos”. É no âmbito desse jogo que pessoas são classificadas como capazes ou incapazes, aptas ou inaptas (para exercerem funções regulares da vida civil e serem inseridas dentro do mercado de trabalho). Dessa maneira, haveria corpos (e raças) úteis e inúteis, “domesticáveis” e “rebeldes” — “indolentes”, “malandros” etc. Uns destinados às fábricas, e outros, às prisões, aos sanatórios e aos hospitais. Racismo e capacitismo são desdobramentos desse fenômeno. (ALMEIDA; ARAÚJO, 2020, p. 623).

Conforme as concepções de Almeida e Araújo, o corpo não-branco já se apresenta carregado de estereótipos e possíveis patologias pelo não pertencimento aquele considerado normal. Porém, se esse corpo é negro e surdo, a estereotipia será ainda mais preponderante, pois trata-se de sujeitos que sentirão o peso do racismo e do capacitismo constantemente.

A análise foi feita a partir de uma entrevista disponível no site Mundo Negro. *A priori*, ao refletir sobre o tema proposto, a ideia era elaborarmos uma entrevista e realizá-la com membros da comunidade surda, porém, tornou-se inviável por conta do distanciamento social, já que vivemos um período pandêmico e, também, por conhecermos poucas

peessoas surdas. Dessas que conhecemos, nenhuma é negra. Por conta disso, recorremos a uma entrevista que foi realizada por Maria Clara Silva, em 18 de agosto de 2020. Ela entrevistou três sujeitos surdos, que aqui identificou-se como: Participante 1, Participante 2 e Participante 3.

“Os policiais não nos entendem”: análise da entrevista do site Mundo Negro

A primeira pergunta realizada pela entrevistadora está relacionada a vida social dos sujeitos surdos, já que vivem numa sociedade majoritariamente ouvinte:

Mundo Negro: Enquanto surdos, qual a maior dificuldade que enfrentam socialmente?

Participante 1: Nem todos os lugares têm acesso a Libras, tais como hospitais, cinema, palestras, escola, delegacia.

Participante 2: As mudanças são difíceis para a sociedade. As pessoas pensam que é estranho (ser surdo), sempre pensam negativo. **E a polícia militar sempre ter dúvida, pensar que sou bandido e eu não sou;** provar isso é bem difícil, a falta de comunicação... Eles acham que sou ouvinte.

Participante 3: A minha maior dificuldade é a limitação na comunicação, quase sempre falha, na sociedade, por exemplo, eu escrevo o português como segunda língua, mas a pessoa não-surda não entende minha escrita, além disso, eles escrevem o português formal e eu não consigo ter a compreensão.

A partir das respostas dos entrevistados, podemos observar o quanto a sociedade ouvinte tem dificuldade em se comunicar com pessoas surdas pela falta de conhecimento sobre a Libras. Vale ressaltar que o Participante 2 esclarece o quanto os estereótipos contribuem para a opressão, pois o pensamento das pessoas sobre esses corpos, geralmente, é negativo. Segundo Perlin, “o indivíduo surdo faz parte dos movimentos marginalizados. Qualquer comportamento negativo de sua parte provoca distorções e estereótipos dentro de uma situação de dominação. [...] O discurso de poder do ouvinte mantém-se firme e controla esses estereótipos.” (2015, p. 55). A discussão de Perlin dialoga com a fala dos participantes, principalmente, no que diz respeito ao poder ouvintista, porque até as instituições preparadas para proteger todos os cidadãos duvidam se os sujeitos surdos realmente possuem essa deficiência. Outro ponto que deve ser ressaltado é sobre a abordagem policial, pois a mesma ocorre, inicialmente, por conta da raça, porém, eles são vítimas de um constrangimento ainda maior ao tentar manter a

comunicação em Libras. Dessa forma, “a interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas.” (AKOTIRENE, 2018, p. 43). Sobre essa identidade, tem-se de antemão um racismo estrutural e posteriormente outras estruturas surgem, como, por exemplo, o capacitismo.

A segunda pergunta feita por Maria Clara Silva está relacionada a intersecção, ser surdo negro, numa sociedade racista e capacitista:

Mundo Negro: Enquanto negro e surdo, passaram por alguma situação negativa e/ou constrangimento marcante?

Participante 1: A dificuldade de comunicação com a polícia. Infelizmente somos parados por sermos negros e os policiais não nos entendem.

Participante 2: Um momento marcante foi o policial pedir minha identidade. Eles sempre tem dúvidas de quem sou. A cada dia piora a comunicação e a polícia nunca consegue entender.

Participante 3: Sim, já me senti constrangido, um dia, fui no seminário dos negros com um intérprete de Libras, me olharam como uma pessoa incapaz.

Na pergunta apresentada, percebemos que a mesma está voltada para uma situação negativa. Ao respondê-la, o Participante 1 dialoga com a resposta dada pelo Participante 2, na pergunta anterior, sobre a maior dificuldade enfrentada. O segundo Participante, aponta como ponto negativo o fato de um policial lhe pedir a identidade. Nessas falas, é perceptível o quanto o racismo estrutural¹² e institucional¹³ estão presentes na sociedade brasileira. Em meio a ele, a ausência de comunicação deixa uma lacuna, como se houvesse a necessidade do surdo se adequar a língua da instituição e não ao contrário. Por não obter êxito, ao tentar explicar para a polícia que é surdo, esse sujeito é tido como incapaz e, até, mentiroso, pois, como citam os participantes, não são compreendidos. Assim “a interseccionalidade nos instrumentaliza a enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos.” (AKOTIRENE, 2018, p. 39).

12 De acordo com Silvio Almeida “O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.” (2018, p. 38). Por isso, considera-se o racismo como estrutural quando ele está relacionado às concepções de raça que estão arraigadas na estrutura social.

13 No que diz respeito ao racismo institucional, Silvio Almeida afirma que: “É tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça.” (2018, p. 29). Dessa forma, a partir do momento que um representante de uma instituição pública aborda um cidadão por conta de sua cor de pele, é possível perceber que o mesmo pode estar sendo racista por conta de uma estrutura social da qual faz parte, como também, está cometendo um ato racista institucionalizado.

Dessa maneira, a sociedade moderna ainda vive de um passado escravista, de um discurso que subalterniza determinados povos. De acordo com Perlin, “Exprimidos (surdos) pela participação ouvinte, os surdos são vistos como figuras frias, desprovidas de definição cultural.” (2015, p. 55). Ou seja, geralmente, o sujeito surdo é visto a partir do olhar do outro e, esse olhar, vem carregado de estereótipo, concepções negativas e preconceito, porque, às vezes, a sociedade ouvinte faz o seu julgamento sem conhecer a cultura surda, a Língua de Sinais, etc.

A pergunta de número três está relacionada ao fato dos surdos entrevistados se sentirem abraçados ou não pelo movimento negro. Os Participantes 1 e 2 responderam “Sim” e o Participante 3 respondeu “Não”. Já na quarta questão, a entrevistadora pergunta:

Mundo Negro: Como podemos, efetivamente, mudar a situação do negro surdo no Brasil?

Participante 1: Na minha opinião é possível mudar a situação do Brasil unindo os surdos e negros na luta contra esses preconceitos para um futuro melhor.

Participante 2: É difícil eles (sociedade) ajudarem. Ainda tem o racismo e nós, surdos, ainda sofremos com a acessibilidade. Acho que os surdos (mudaremos) lutando juntos contra o racismo.

Participante 3: Então, os negros precisam conhecer a comunidade surda e o movimento dos negros surdos, além de pensar como acessibilidade do acesso dos negros surdos no mundo negro não-surdo. Pensar a política pública foco nos negros surdos.

Enquanto o Movimento Negro luta por direitos iguais diante da população branca, aqueles que são negros e surdos precisam reivindicar a acessibilidade, o respeito, a empatia. De acordo com Almeida e Araújo,

No esforço da branquitude para instituir limiar entre o normal e o anormal, raça e deficiência são categorias que se retroalimentam: há uma “racialização da deficiência” (o racismo valida e reforça o capacitismo), e uma “deficientização da raça” (o capacitismo valida e reforça o racismo). (2020, p.636)

A partir das concepções teóricas de Almeida e Araújo, notamos que a sociedade é construída a partir de dicotomias: branco x negro, normal x anormal, superior x inferior. Diante dessas categorias dicotômicas existem aqueles que resistem à opressão imposta pelo grupo considerado superior, dentre eles, temos os sujeitos que são racializados, assim como, as deficiências são racializadas. Por isso, lutar pela igualdade de direito é incluir também pessoas vítimas de opressões interseccionais, os sujeitos que através de

seu discurso “inverte a ordem ouvintista, tem o peso da resistência. Rompe e contesta as práticas historicamente imposta pelo ouvintismo.” (PERLIN, 2015, p. 58). Pois, se a branquitude impulsiona a população negra a resistir, o ouvintismo também exige resistência da comunidade surda.

A entrevista sobre ser negro e surdo no Brasil é encerrada com a seguinte pergunta:

Mundo Negro: Qual o maior erro os ouvintes cometem que fere a autoestima e inclusão do surdo?

Participante 1: (Não respondeu)

Participante 2: Os ouvintes acham que os surdos não são capazes. Mas nós, surdos, somos capazes sim. Acham que somos um problema. A sociedade precisa ter empatia com os surdos.

Participante 3: O pensar que os negros são iguais, que os surdos são iguais, que os deficientes são iguais, que os cegos são iguais.

Com a fala do Participante 3 voltamos para a introdução deste trabalho em que, numa citação de Gladis Perlin (2015), ela afirma que mesmo sendo surda não pode falar em nome de todas as pessoas surdas, porque cada um é único e deve ter autonomia para falar por/sobre si mesmo. Esse comentário é importante para refletirmos sobre nossas atitudes como ouvintes, pois a partir do momento que generalizamos as deficiências, por exemplo, ao considerarmos todos os surdos iguais ou até mesmo não ter empatia e não tentar compreender as opressões do outro. Agindo assim, é fazer exatamente o que o colonizador sempre fez ao longo da História da colonização brasileira.

De acordo com a fala do Participante 2, boa parte da população ouvinte considera os surdos como incapazes. Dessa forma, o capacitismo contribui para a ausência de comunicação entre surdos e ouvintes. Segundo Almeida e Araújo:

Trazer à tona, na reflexão sobre o capacitismo, a discussão racial, não implica apenas em agregar uma nova “nuance” à construção teórica desenvolvida a partir de uma orientação centrada na perspectiva de homens brancos. Devemos “desnaturalizar” (desfetichizar), nas investigações sobre o tema, a ideia de que a visão de pessoas brancas acerca da deficiência seria o “grau zero do conhecimento”, e que considerações situadas (partindo da experiência de negros, indígenas, asiáticos etc.) constituiriam tão somente um “acréscimo”. Trata-se de uma discussão, a um só tempo política e epistemológica, sobre a maneira como, numa cultura racializada, normalizamos o olhar do branco, lançando às margens (como “exceções à regra”) compreensões diversas da realidade. O impacto dessa normalização sobre a formulação de uma agenda de enfrentamento ao capacitismo é mais que evidente. (2020, p. 633)

A partir da discussão apresentada, podemos concluir que a naturalização do capacitismo, assim como, do racismo precisam ser desnaturalizadas. Para que isso aconteça é importante ouvirmos aqueles que são vítimas dessas opressões, porque enquanto as teorias sobre raça forem discutidas a partir da perspectiva do branco e aquelas relacionadas ao surdo debatidas por ouvintes, os estereótipos irão persistir. Permaneceremos repetindo o erro ocorrido no Congresso de Milão (1880), em que ouvintes decidiram como deveria ser a Educação dos Surdos.¹⁴

No entanto, como sujeitos negros é importante atentarmos para as diferenças, já que existem opressões que são mais visíveis, como por exemplo, aquelas que se cruzam. Pois, ser negro configura ser vítima de racismo, ser surdo, do capacitismo e, quando se é surdo negro as variáveis da opressão se atravessam, provocando situações que sensibilizam e constroem ainda mais esses corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões expostas foi possível observarmos que há uma necessidade de mudança de perspectiva sobre pessoas surdas negras, pois os discursos construídos e naturalizados ao longo do tempo precisam ser desconstruídos e ressignificados por aqueles que sentem a dor da opressão.

Por isso, para que discursos racistas e capacitistas não sejam propagados é necessário estudos, debates e reflexões sobre a importância da Língua de Sinais, assim como, da visibilidade de pesquisas e debates construídos por pessoas surdas negras.

Portanto, compreender a intersecção: raça e deficiência é essencial para pensarmos sobre falas como essas apresentadas na entrevista analisada, pois elas nos levam a perceber que ainda precisamos lutar contra as opressões que subalternizam determinados corpos. Além de contribuir para uma reflexão sobre a necessidade de reivindicarmos os direitos não só de sujeitos negros, mas incluir também outros sujeitos que são oprimidos por não se adequarem as normas criadas e estabelecidas pela colonização.

14 Congresso Mundial de Surdos ocorreu em 1880, no intuito de debater qual Filosofia ser utilizada na educação dos surdos. Dentre os 164 participantes do evento, apenas cinco eram surdos e não tiveram o direito de votar. Dessa forma, os ouvintes definiram a Filosofia Oralista como adequada para que os surdos viessem a verbalizar ou pelo menos fazer leitura labial. (BARBOSA, 2010). Assim, é notório que aquilo que foi decidido pelos ouvintes contribuiu para um atraso de cem anos na vida educacional, pessoal e social da comunidade surda.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da história única**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/> Acesso em: 19/05/2021.
- ALMEIDA, Silvio. **O que racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Philippe Oliveira de; ARAÚJO, Luana Adriano. *DisCrit*: Os limites da interseccionalidade para pensar sobre a pessoa negra com deficiência. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Vol. 10. N. 2. Ago, 2020.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BARBOSA, Estélio Silva. **Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS**. Teresina: EDUFPI/UAPI, 2010.
- BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. **Escrita de Sinais sem mistérios**. 2. ed. Salvador: Libras Escrita, 2015.
- DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/ Diversitas/USP Legal – São Paulo**, junho/2013.
- PERLIN, Gladis. T. T. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 51-73.
- SILVA, Maria Clara. **“Os policiais não nos entendem”**: as dificuldades de ser negro e surdo no Brasil. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/os-policiais-nao-nos-entendem-as-dificuldades-de-ser-negro-e-surdo-no-brasil/> Acesso em: 23/05/2021.

SOBRE OS AUTORES

Maria do Desterro da Conceição Silva

Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Piauí (2015) e mestrado em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2017).

Eric Tyrone Carvalho Mota

-

Solange da Luz Rodrigues

Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2000), graduação em odontologia pela Universidade Federal do Piauí (1993), mestrado

em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2009) e é doutoranda em História pela Universidade Vale dos Sinos/RS. Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual do Piauí.

Jônata Alisson Ribeiro de Oliveira

Graduado em Letras - Língua Portuguesa e Literatura brasileira e portuguesa (obtido em 2013) e mestrado em Letras pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

CAPÍTULO 15

JOVENS ASSASSINADOS EM SERGIPE NOS ANOS DE 2017 A 2018: UMA ANÁLISE CORRELACIONAL ENTRE O HOMICÍDIO E O TRÁFICO DE DROGAS

Emilly Varjão Ribeiro

Rafael Axel de Souza Moura

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

RESUMO

Nos últimos anos Sergipe tem enfrentado entraves com o narcotráfico, logo, ocupando as primeiras colocações no ranking nacional entre os Estados mais violentos. Em virtude disso, esse artigo propõe uma análise sistemática da abordagem entre jovens assassinados e o narcotráfico, analisando os fatores que influenciam o ingresso desses indivíduos, incluindo o acesso à educação, ao mercado de trabalho, à moradia e à saúde com ênfase nas políticas públicas preventivas e repressivas. Construiu-se a pesquisa através do método bibliográfico e indutivo, por meio de informações e dados estatísticos disponibilizados nos órgãos de Segurança Pública, bem como em artigos científicos e diversas legislações. Observando-se os inquéritos policiais três pontos foram fundamentais: a escolaridade, a idade e o envolvimento com o tráfico de entorpecentes, visto que se constatou que são fatores intrinsecamente correlacionados. Para o enfrentamento dessa realidade, destaca-se a necessidade de ações integradas na área pública em conjunto com a sociedade, de modo que para a efetivação dessas políticas públicas os investimentos na prevenção e envolvimento efetivo de todos são fundamentais.

Palavras-chave: Assassinato de Jovens. Envolvimento. Narcotráfico.

INTRODUÇÃO

A temática trabalhada foi adotada em virtude do interesse em compreender a proporção entre o elevado número de jovens assassinados no Estado de Sergipe e as prisões por tráfico de drogas. Assim, os objetivos residiram em examinar os fatores

influenciadores da inserção dos jovens no comércio ilícito de entorpecentes, bem como o quantitativo de homicídios apresentadas.

Inicialmente, arquitetou-se em explicar acerca dos fatores socioeconômicos, e a posteriori foi abordado o arcabouço jurídico nacional dado aos entorpecentes (Lei n. 11.343/2006), demonstrando as suas inovações desde a entrada em vigor da Lei Antidrogas. Por conseguinte, as políticas públicas estiveram em pauta para análise do presente estudo. Por fim, tratou-se da correlação entre os delitos de tráfico de drogas e de homicídio no Estado de Sergipe.

No que diz respeito à metodologia utilizada, o estudo se vale de pesquisa bibliográfica, tendo em vista a necessidade de abordar o tema objeto da pesquisa a partir de referenciais bibliográficos específicos. Dessa forma, valeu-se como material para fomentação do presente trabalho as leis vigentes, livros e artigos científicos que cuidam do tema. O método indutivo foi adotado, uma vez que se partiu da análise de inquéritos, no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), bem como de dados da Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEACrim), objetivando a conexão com o tráfico de drogas. Dentre os critérios selecionados para a delimitação, restringiu-se à idade de 15 a 24 anos e, de igual modo, as regiões de Aracaju – Bairros Santa Maria e 17 de Março e a Grande Aracaju – São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Coqueiral e Barra dos Coqueiros, dentre o período de 2017 a setembro de 2018.

A INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIOECONÔMICOS PARA A PRÁTICA DE DELITOS

Sabe-se que atos criminosos ocorrem por diversas variáveis. Em face da temática abordada, vê-se que é imprescindível destacar os fatores sociais e econômicos como causa da criminalidade, enfatizando-se um *link* entre o feitiço criminalístico e os baixos níveis de tais indicadores sociais.

Destarte, analise-se a problemática do desemprego, o qual atualmente atinge grandes cifras, tendo como principais prejudicados aqueles que estão ingressando – ao menos tentando ingressar – no mercado de trabalho. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o último levantamento feito no primeiro trimestre de 2021, dentre as maiores taxas de desemprego no Brasil, o Estado de Sergipe caiu do 5º para o 3º lugar de 2018 para o primeiro trimestre de 2021, estando acima da

média nacional com um valor correspondente a 20,9%. Obviamente, sabe-se que o desemprego é uma das maiores causas de criminalidade no país, tratando-se de uma associação direta, pois há a prática do delito para que se possa manter-se, em termos de subsistência. Ficam os jovens – desempregados e sem perspectivas adiante –, de uma certa maneira, mais suscetíveis ao ingresso em organizações criminosas, colaborando não somente para o aumento da violência, tal como o do narcotráfico (IBGE, 2021).

Há que se falar em um fator imprescindível: os níveis de escolaridade. É de claríssima percepção a relação estreita que este componente possui com as taxas de criminalidade. Para se ter uma ideia, de acordo com a recente pesquisa da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP) de Sergipe, cerca de 80% dos homicídios dolosos são praticados por indivíduos de baixa escolaridade, *id est*, a educação influencia diretamente nesse resultado. O estudo apontou uma porcentagem alarmante. Dentre os 539 inquéritos analisados, 60,9% dos autores possuíam ensino fundamental incompleto. É crítico como a ausência da sala de aula afeta diretamente tal situação. Somente 5,1% possuíam ensino médio completo. Tais dados mostram o quão defasado está o sistema educacional atrelado a outras variantes, as quais, no frígido dos ovos, resultam em altas taxas de criminalidade. Destaque-se aqui dois importantes critérios para esta análise: I- o acesso à educação; e, a II- qualidade da educação, os quais estão refletidos nas estatísticas do aludido levantamento (SSP-SE, 2016).

Assim, o acesso é fator primordial, já que sem ele não há nem como se alfabetizar um indivíduo – em linhas gerais –, dar-lhe os ensinamentos básicos para uma vida em sociedade, e daí advém os dados da pesquisa como resposta. O jovem, ainda infante, envereda pelos caminhos da criminalidade, o qual provavelmente dará continuidade até a sua fase adulta. Por outra ótica, observe-se a questão da qualidade do ensino, uma vez que já se faz presente o acesso, todavia o ensino não atende às demandas necessárias, por exemplo, as demandas de mercado, efeitos estes que vêm o indivíduo a sentir já em fases da pré-adolescência e na vida adulta, quando será acometido pelo desemprego.

Diante do exposto no parágrafo anterior, William Lima da Silva (*apud* CARVALHO, 2013, p. 504), um dos mais famosos narcotraficantes do Brasil, compila toda a situação exposta, sendo parafraseado pelo ilustre ensaísta Olavo de Carvalho:

Conseguimos aquilo que a guerrilha não conseguiu: o apoio da população carente. Vou aos morros e vejo crianças com disposição, fumando e vendendo baseado. Futuramente, elas serão 3 milhões de adolescentes, que matarão vocês nas esquinas. Já pensou o que serão 3 milhões de adolescentes e 10 milhões de desempregados em armas? (CARVALHO, 2013, p. 504)

Em último plano, não se pode olvidar de algum dos principais causadores dessa abordada temática: o Estado brasileiro. Não há dúvida de que as políticas estatais adotadas, em especial desde a redemocratização do país – inclui-se, portanto, a Constituição Federal de 1988 – têm contribuído de maneira tanto indireta como direta no aumento dos índices de criminalidade. A termos exemplificativos e concretos, somando-se o desemprego e os níveis de escolaridade como as principais razões da criminalidade, vê-se que sobre as aludidas temáticas recaem inúmeras regulações, encargos, os quais passam a inviabilizar não somente o acesso, como a qualidade do ensino.

Além disso, não se pode olvidar do fator familiar, que é imprescindível na formação de caráter de um indivíduo, i.e., se aprende nesta fase as primeiras instruções sociais, que influenciarão a conduta. É onde molda-se o ser. Para Fishman (1995 *apud* Alarcón, 2017, p. 23) “A família, enquanto instituição é a fonte primaria das relações mais duradouras e o primeiro sustento social do indivíduo”.

Outro questionamento gira em torno da contribuição da estruturação familiar para o índice de criminalidade. Em primeira instância dá-se a entender que sim, embora envolvam-se outros fatores nessa somatória. Segundo Alarcón (2017), em saber que a família significa hierarquia, alianças, regras e limites, bem como afetividade. Se um desses componentes se encontra em desajuste, a moldagem do caráter do jovem é amplamente afetada, possibilitando o descaminho na criminalidade. Assim sendo, constata-se a necessidade de uma política não social, mas criminal voltada para o âmbito familiar.

Há na realidade diversos fatores socioeconômicos que influenciam na prática de crimes, embora aqui se tenha ressaltado os primordiais, tal como o grau de escolaridade, o desemprego e a estrutura familiar. É de fato um problema mastodôntico, que para ser resolvido se fazem necessárias políticas de Estado, com longo prazo de aplicação. Sabendo-se ainda do elo que tal adversidade traz para a realidade não só do Estado de Sergipe, mas de toda a nação.

O TRÁFICO DE DROGAS

Inicialmente, antes de adentrar no mérito do tratamento jurídico dado ao tráfico de drogas, é imprescindível fazer uma breve abordagem a respeito da estrutura de punibilidade trazida pela Lei de Drogas (11.343/2006), e apontar dados estatísticos desde a sua entrada em vigor.

É importante mencionar que o tráfico de drogas atinge não somente o indivíduo na sua forma única, como também à coletividade, devido ao aumento da insegurança decorrente da violência trazida por esse crime. Por este motivo, houve a criação da Lei nº 11.343/2006, trazendo uma inovação na política de combate e prevenção às drogas (GALVÃO, 2013).

Em um levantamento de dados feito pelo G1 (VELASCO; ROSEANNE *et al.*, 2017), através do Governo dos Estados e Tribunais de Justiça da Paraíba e Rio Grande do Norte, ficou verificado que desde a entrada em vigor da Lei 11.343/06 até 2017, o número de prisões por tráfico de drogas aumentou de 8,7% para 32,5%.

Todavia, em 5 de junho de 2019, foi editada a Lei nº 13.840 que altera a Lei nº 11.343/2006 no que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou aos dependentes e também sobre o tratamento do financiamento das políticas sobre drogas (BRASIL, 2019). Nesse sentido, tem-se que a referida inovação é importante na medida em que passa a estabelecer regramento jurídico ainda mais específico no tema, cujas regras perpassam do punitivismo para a esfera de proteção de direitos a partir da articulação e implementação de políticas públicas antidrogas.

Tratamento Jurídico

Passando a vigorar no dia 8 de outubro de 2006, a Lei Antidrogas (11.343/2006) instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), posteriormente aditada pela Lei nº 13.840/2019, preceituando medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas (BRASIL, 2019).

O tráfico de drogas apresenta tipificação no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, e suas condutas consistem em importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar (BRASIL, 2006). Além disso, é crime equiparado ao hediondo.

Outrossim, a legislação supracitada revogou expressamente as Leis nº 6.368/1976 e 10.409/2002, as quais previam assuntos relacionados ao direito material e direito formal relativos ao tráfico ilícito de entorpecentes e trouxe inovações para o mundo jurídico ao fazer a distinção entre usuário e traficante, e enrijeceu o tratamento penal ao cercear a liberdade provisória, a substituição da pena restritiva de direito e os regimes semiaberto e

aberto.

Nesse sentido, considera (GALVÃO, 2013) de extrema importância mencionar a distinção entre usuário e traficante previamente concebida, dado que as antigas leis (6.368/1976 e 10.409/2006) não consideravam a periculosidade de cada circunstância. O quesito primordial de diferenciação é verificar se a droga é destinada ao consumo pessoal ou a terceiros. Caso seja para o consumo pessoal, estará configurado o delito do artigo 28 da Lei Antidrogas, que se refere ao usuário. Não obstante, tem como critérios a quantidade e a natureza da substância apreendida; o local e as condições da ação; as circunstâncias sociais e pessoais, a conduta e os antecedentes do agente. Esta estabeleceu, também, a despenalização, *id est*, o usuário não receberá uma pena privativa de liberdade, mas sim uma pena alternativa.

A liberdade é garantia fundamental do indivíduo, encontrando respaldo no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Nessa perspectiva, o mesmo dispositivo, em seu inciso LXVIII, averba que ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando for admitida a liberdade provisória (BRASIL, 1988), isto é, o indivíduo irá responder ao processo em liberdade quando não houver requisitos para que haja a prisão cautelar, sendo o cárcere medida excepcional.

No que tange a esse instituto, o artigo 44 da Lei nº 11.343/2006 prevê a sua vedação para aqueles que figurarem nos tipos penais previstos nos artigos 33, caput e §1º, 34 e 37 da supracitada legislação, o que implica numa verdadeira violação aos princípios constitucionais da presunção da inocência e do devido processo legal, uma vez que ninguém poderá ser considerado culpado sem se submeter ao contraditório e a ampla defesa, isto é, não será aplicada uma pena sem antes se submeter a pessoa a um processo. Por essa razão, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade do artigo 44 por meio do julgamento do Habeas Corpus nº 104.339 (BRASIL, 2012).

Por outro lado, quando os entorpecentes são destinados à comercialização e transmissão a terceiros restará tipificado o artigo 33, cuja pena privativa de liberdade varia de 5 a 15 anos. Ademais, os crimes previstos nesse artigo são inafiançáveis e insuscetíveis de graça, anistia e indulto. Apesar disso, existem condutas que coincidem tanto com o uso quanto ao tráfico, por exemplo, " adquirir" e " ter em "depósito", o que dificulta a tipificação penal. Nessa lógica, Salo de Carvalho *apud* Gerivaldo Neiva, entende:

Propõe-se, portanto, como critério interpretativo de correção da desproporcionalidade no tratamento de condutas objetivamente idênticas, mas díspares no que tange à ofensividade do bem jurídico, a necessidade de especificação dos elementos subjetivos de ambos os tipos penais, seja do artigo 33 como do artigo 28 da Lei 11.343/06 [...] Dessa forma, em havendo especificação legal do dolo no artigo 28 da Nova Lei de Drogas (especial fim de consumo pessoal), para que não ocorra inversão do ônus da prova e para que se respeitem os princípios constitucionais da proporcionalidade e ofensividade, igualmente deve ser pressuposto da imputação das condutas do artigo 33 o desígnio mercantil. Do contrário, em não havendo esta comprovação ou havendo dúvida quanto à finalidade de comércio, imprescindível a desclassificação para o tipo do artigo 28 (BRASIL, 2014, p. 325).

Na temática dos diferenciais ainda há o que se falar em dois institutos, um faz menção à substituição da pena privativa de liberdade, em pena restritiva de direitos, o outro na possibilidade de encaixe nos regimes aberto e semiaberto. Tais modificações foram trazidas com o advento da Lei nº 11.343/2006, a qual possui caráter de maior complexidade em face dos códex anteriores que estabeleciam a vedação pela permuta entre a pena privativa com restritiva, bem como, asseverava a única possibilidade de ter o infrator que cumprir a pena em regime fechado.

Atualmente, a progressão de regime já permitida se dará mediante observação da Lei nº 8.072/1990 – a Lei de Crimes Hediondos e Equiparados, bem como da Lei nº 11.464/2007, a qual foi um divisor de águas nos requisitos objetivos para a progressão. Assim, entende o professor criminalista Leonardo Castro:

7. Reconhecida a inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei n. 8.072/1990, é possível a fixação de regime prisional diferente do fechado para o início do cumprimento de pena imposta ao condenado por tráfico de drogas, devendo o magistrado observar as regras previstas nos arts. 33 e 59 do Código Penal.

[...]

9. O requisito objetivo necessário para a progressão de regime prisional dos crimes hediondos e equiparados, praticados antes do advento da Lei nº 11.464/07, deve ser o previsto no art. 112 da Lei de Execução Penal, qual seja, 1/6; posteriormente, passou-se a exigir o cumprimento de 2/5 da pena pelo réu primário e 3/5 pelo reincidente (CASTRO, 2016, p. 1).

Agora, discutindo-se a questão da conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos, tem-se em mente que a *novam legem* garantiu ao aplicador da sentença maior liberdade de análise e adequação da pena observando o caso concreto. Vale aqui ser registrado que, logo após a entrada em vigor da Lei nº 11.343/2006, a conversão da PPL em PRD era vedada, consoante redação que dispunha, sendo somente concedida após o julgamento do Habeas Corpus nº 97.256/RS no STF, através da Resolução nº 5/2012 (BRASIL, 2012), na qual a inconstitucionalidade foi averbada a

respeito da ofensa a princípios basilares na aplicação das penas, tal qual a proporcionalidade, a individualização e a dignidade da pessoa humana. Quanto ao usuário, sabe-se que a Lei Antidrogas possui caráter tanto benéfico quanto maléfico.

É importante salientar a peculiar utilização retroativa da Nova Lei, consoante entende a Súmula 501 do STJ de que “é cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis”.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS

Plano Crack, É Possível Vencer

A problemática acerca das drogas no Brasil originou o “Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas”, lançado pelo governo federal, em 2010. No entanto, não foi adiante devido à insuficiência do orçamento destinado. Assim, para ampliar e inovar o plano integrado, foi criado o plano “Crack, é possível vencer”.

O plano crack prevê ações desenvolvidas com Estados e Municípios, para aumentar a oferta de tratamento de **saúde** e atenção aos usuários de drogas ilícitas, para a repressão ao tráfico e crime organizado e ações voltadas para reduzir fatores de risco para com o uso de drogas. O projeto conta com a participação dos Ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à fome, além da Casa Civil e da Secretaria dos Direitos Humanos, e apresenta 3 eixos de atuação: cuidado, prevenção e autoridade.

O eixo do cuidado prevê a estruturação de redes de atenção de saúde e de assistência social, chamada “Conta com a gente”, para o atendimento aos usuários de drogas e seus familiares, de modo a auxiliá-los na recuperação do vício e reinserção social (BRASIL, 2013). Para isso, a rede possui equipamentos de saúde distintos, de modo a atender os pacientes de acordo com as suas necessidades. Esse pilar alude, também, a criação de enfermarias especializadas nos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) e de unidades de acolhimento, objetivando a estabilização clínica do paciente. Ademais, visa o atendimento volante, através dos consultórios de rua, nos locais de maior concentração de consumo do crack (BRASIL, 2012).

Com a prevenção, busca-se impedir o uso e os prejuízos relacionados ao consumo. Assim, realizam-se cursos presenciais e à distância, ligados às instituições públicas, de forma a reforçar a prevenção do uso de drogas, por meio de acompanhamento,

tratamento, reinserção social de dependentes, bem como a repressão ao tráfico. Objetiva, também, capacitar profissionais das redes públicas para contribuir no engajamento da sua atuação de enfrentamento à drogadição. Com efeito, passam a intervir de forma qualificada e eficaz nas situações relacionadas ao uso de narcóticos, álcool e variantes do gênero. De igual modo, cabe também a realização de campanhas específicas para orientar e prevenir a população sobre o uso de drogas, como o crack e a cocaína.

No que tange à autoridade, as ações de inteligência e investigação serão reforçadas, com desempenho conjunto das Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar no combate ao tráfico e repressão a traficantes, de forma a facilitar a identificação e a prisão dos mesmos, assim como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas. (BRASIL, 2012). Assim, o policiamento ostensivo irá se intensificar nos locais de concentração de uso de drogas, de modo a garantir segurança e qualidade de vida da região, dessa maneira irá fortificar a partição da comunidade na prevenção à criminalidade.

Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

Em face das problemáticas envolvendo jovens e o tráfico de drogas, a atuação governamental por meio de políticas públicas se fez imprescindível. Em uma conjuntura entre os entes federativos, foram elaborados planos de ação combativos. A nível nacional, foi instituído o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)¹⁵ no ano de 1992, primeiramente no Estado do Rio de Janeiro através da Polícia Militar e, *a posteriori*, nos demais estados e municípios. A medida trata-se de um convênio firmado entre escolas públicas ou particulares e as Secretarias de Estado da Educação e da Segurança Pública. Ademais, visa uma cooperação social envolvendo a Polícia Militar dos Estados, os pais/responsáveis e professores/pedagogos.

O escopo do programa é altamente socioeducativo, com seu público-alvo sendo crianças e adolescentes que estejam em idade escolar. A conscientização e discernimento estão como princípios norteadores: “há por objetivo o fornecimento de informações acerca de álcool, tabaco e drogas afins. De igual modo, procura ser desenvolvida a autoestima dos adolescentes, explanando também acerca da tomada de decisões e suas respectivas

15 O modelo, que teve origem nos Estados Unidos, em 1983, é desenvolvido em mais de 58 países. Estudantes do quinto ano do ensino fundamental das redes pública e particular são os alvos do programa, cujo lema é Manter Nossas Crianças Longe das Drogas. Sobre o tema, ver BRASIL. Ministério da Educação. **Programa mostra a estudantes como ficar longe das drogas**. Disponível em: portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34829. Acesso em: 13 set 2021.

consequências (PROERD PARANÁ, 2010)". Assim, nota-se a relevância da articulação entre a Administração Pública e a sociedade na resolução do aludido problema.

Plano Estadual de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas

No Estado de Sergipe, em matéria de Segurança e Saúde Pública, foi instituído o Plano Estadual de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Segundo o Histórico do Plano (SERGIPE, 2018), a natureza deste é amplamente preventiva, uma vez que o foco se deu em cima das tão complexas problemáticas, observando a promoção da saúde, o tratamento e a reinserção dos usuários na sociedade. Restando aqui ficar anotada a intenção humanitária em que se baseia o projeto, isto é, não é somente punir, mas também reintegrar observando as condições, devido a se encontrarem estas pessoas em dependência química.

Em face do enredamento apresentado, explana o Decreto nº 27.175/2010 (SERGIPE, 2010) e a Lei nº 13.840/2019, as modalidades de execução das ações do Plano, sendo estas a descentralização e a integração entre a União, Estado e Municípios. Entendendo-se que dessa maneira o enfrentamento se fará mais efetivo, com um combate conjunto, elevando, *a posteriori*, benefícios, tais como a redução da criminalidade e do narcotráfico em determinadas áreas. Valendo-se aqui destaque para as pautas das ações, quais sejam, a interdisciplinaridade e a integração de programas, ações, atividades e projetos de entidades públicas e privadas e órgãos nas áreas da saúde, educação, trabalho, assistência social, segurança pública, desporto, cultura e lazer, entre outras, em consonância com os pressupostos, diretrizes e objetivos da Política Nacional sobre Drogas (SERGIPE, 2021).

O Plano foi desenvolvido entre o Estado de Sergipe e diversos municípios sergipanos em face das altas cifras de usuários de entorpecentes no âmbito estadual, tendo como prioridade 11 cidades. Assim sendo, o enfoque foi em três áreas consideradas cruciais para o desempenho do projeto: saúde, assistência social e educação. Não foi deixada à parte a questão da segurança pública, a fim de, sistematicamente, haja um embate a esta questão. Consoante dispõe o conteúdo programático do plano:

As ações de Segurança objetiva essencialmente o enfrentamento qualificado ao crack e drogas afins em áreas de maior vulnerabilidade ao consumo com a produção de conhecimento coerente e mais alicerçada em métodos rápidos e eficientes, com o incremento qualitativo do trabalho e otimização de resultados, bem assim possibilitar a integração com os órgãos que compõem a Segurança Pública e órgãos afins com relação à prevenção ao uso das drogas (SERGIPE, 2014, p. 9).

Na temática de combate repressivo, de acordo ao aludido Decreto (SERGIPE, 2010) no artigo 5º, §3º, no qual estão estabelecidas as diretrizes de enfrentamento ao narcotráfico, destacando-se acima de tudo o comprometimento e ampliação de mecanismos de embate para outros órgãos e entes federativos, a título exemplificativo: I - interiorização do Departamento de Narcóticos da SSP; II - divulgação e fortalecimento da central de atendimento telefônico para denúncias anônimas de pontos de vendas e tráfico de drogas. Ademais, a fim de compor a integração, o trabalho conjunto, a referida legislação estadual averba acerca do desempenho coletivo entre as polícias civil e militar em parceria com a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Em termos de concretização do que prevê a legislação e o Plano, seguindo as diretrizes pré-estabelecidas, foi através da Secretaria de Estado da Saúde (SES) que se implantou a Escola Estadual de Redutores de Danos, a qual, em seus primeiros seis meses de funcionamento, contou com a presença de 1337 (hum mil trezentos e trinta e sete) usuários, sendo destes 341 somente no município de Itabaiana. Assevera ainda o Plano Estadual de Atenção Integral (SERGIPE, 2014) acerca das abordagens feitas, as quais possuíam o intuito de reduzir danos, traduzindo-se em orientação quanto aos cuidados necessários para a diminuição dos riscos à saúde, a distribuição de preservativos, palestras comunitárias educativas, dentre outros. Resta aqui constatar o bom desempenho do plano, que embora tenha demonstrado bons frutos, por falta de recursos nas recentes gestões, tem sido descontinuado.

Programa Minha Comunidade Segura

Com a finalidade de levar a cultura de paz através da cidadania para os municípios de Sergipe, teve surgimento o Programa Minha Comunidade Segura. Esse projeto é de gestão da Casa Civil e da SSP de Sergipe, e teve origem a partir de uma pesquisa desenvolvida Núcleo de Análises e Pesquisas em Políticas Públicas de Segurança e Cidadania (NAPSEC) da SSP/SE, no ano de 2014, devido à incompreensão da motivação da grande demanda de homicídios que chegavam na SSP, a qual vinha desenvolvendo ações de repressão qualificada, efetuando inúmeras prisões e apreensões de drogas.

A partir do avanço dessas pesquisas foram identificadas as manchas criminais, as quais se referem às áreas do Estado de Sergipe onde existem o maior número de homicídios. Dentre esses territórios conflagrados têm-se, em Aracaju, a região do Santa Maria e da 3º DM,- a qual abrange Lamarão, Cidade Nova, Santos Dummont, Pau Ferro e

Coqueiral -, e o município de São Cristóvão. Assim, o referido projeto tem como enfoque atuar prioritariamente nessas regiões, em virtude de que o escopo é a diminuição do número de assassinatos.

Fora apurado, também, que quem mata em um primeiro momento acaba morrendo *a posteriori*. Essas mortes estão intrinsicamente ligadas ao tráfico de entorpecentes, principalmente, no que diz respeito à demarcação do território entre os traficantes rivais, episódio que se verifica de forma notória na Grande Aracaju. Por outro lado, quando se examina os municípios de Sergipe fica evidenciado a especificidade de cada um, vide, São Cristóvão, onde ficou comprovado que a principal motivação é a vingança.

O programa Minha Comunidade Segura trabalha nos eixos da prevenção, proteção e inclusão. A prevenção tem o objetivo de evitar que aquele adolescente entre no ciclo vicioso, que é a questão da venda e do uso da substância psicoativa. Já a proteção tem ligação com a intervenção, uma vez que visa resgatar esses adolescentes que já estão fazendo o uso abusivo da droga. E, com a inclusão, busca-se a reinserção social do indivíduo, de forma que o infrator consiga se regenerar, e não vir a cometer crimes (PESSOA, 2015).

O referido programa assemelha-se a um quebra-cabeça, visto que para ser montado possui o vivendo a cidadania, vivendo a escola, vivendo a praça, vivendo a família e o parceria cidadã. Conquanto, este último foi o único programa a não ser posto em operação, pois necessita do terceiro setor, e para isso é indispensável realizar termo de cooperação, que é inviável em razão do Minha Comunidade Segura não ser normatizado.

O vivendo a cidadania é um guarda-chuva de serviços, em que alguns órgãos se reúnem para apresentar o programa à comunidade, onde são realizadas palestras do PROERD, da saúde, da educação; tem assistência médica e odontológica, há emissão de carteira de identidade e do ID Jovem (os benefícios de meia-entrada em eventos culturais e artísticos, além de vagas gratuitas ou com desconto em transporte coletivo), esporte, sendo um grande dia de festa e de cidadania.

Com o vivendo a escola, é escolhido um dia na semana, conforme o calendário escolar, para abordar assuntos como saúde, cultura, ecologia, tolerância, de forma a contemplar a participação de toda a entidade escolar, devido à carência em participar da construção de amparo ao jovem, sobretudo no que diz respeito à equipe técnica pedagógica. Como consequência do vivendo a escola, seriam identificados os alunos problemáticos: aqueles que não estão conseguindo ter rendimento na escola, os que não a frequentam e os que pararam de estudar. Identificados esses jovens, é examinado onde se

encontra o problema (infortúnio - pais desempregados, presos), e é nesse momento que entra o vivendo a família, aproximando o contato desses com a escola, em que são realizados encontros com os responsáveis, abordando diversos valores, como tolerância e sabedoria. Destarte, há acompanhamento e avaliação através da assistência social, psicólogos, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, de modo a contribuir para a melhoria do ambiente familiar e do rendimento dos jovens na escola.

Um jovem que estuda pela manhã fica à vontade no seu contraturno, estando à mercê do tráfico de drogas no espaço público. Devido à ideia negativa da praça ser utilizada para o uso e venda de drogas, o vivendo a praça visa desconstruir essa imagem, buscando a retomada do território de maneira lúdica, através do esporte, cultura e lazer, como feira de artesanato e espaço *gourmet*. Logo, o vivendo a praça é um grande momento de cidadania, em que mostra que a praça é um lugar para entretenimento.

Apesar disso, o Programa Minha Comunidade Segura não apresenta um dispositivo legal, existindo projetos de governo para regulamentar o programa. À vista disso, é imprescindível que, independentemente de quem seja o gestor, essa política pública seja perene, deixando de ser uma política de governo e se tornando uma política de estado. Além disso, as políticas públicas devem ser flexíveis, adequando-se a cada território de acordo com a sua realidade, para que possa avançar na execução de combate às drogas.

A CORRELAÇÃO ENTRE O TRÁFICO DE DROGAS E O HOMICÍDIO

Com previsão legal no artigo 121 do Código Penal Brasileiro (CPB), o crime de homicídio consiste em ceifar a vida de outrem e a sanção a ser aplicada depende da modalidade pela qual foi cometida, podendo ser simples, privilegiado ou qualificado.

O homicídio simples apresenta em seu preceito secundário pena de 6 a 12 anos de prisão, enquanto o homicídio privilegiado consiste em causa de diminuição de pena sendo cometido mediante relevante valor social ou moral ou sob o ou domínio de violenta emoção logo em seguida a injusta provocação da vítima. Por outro lado, o homicídio qualificado é o mais frequente e se configura devido aos meios, modos e motivos que impulsionaram a sua prática, e apresenta punição mais severa, com pena de 12 a 30 anos de prisão (BRASIL, 1940).

Outrossim, as motivações que ensejam a prática de tal delito são inúmeras, tendo destaque a sua forte ligação com o narcotráfico. A atividade ilícita do tráfico de entorpecentes é vista como algo certo e concreto na vida de muitos jovens que não veem

outra alternativa senão essa. É possível, ainda nesta óptica fazer um tracejado desde o ingresso até o assassinato, vereda na qual poucos conhecem uma escapatória, tendo o início como simplórios usuários, os quais a posteriori passam a ocupar papéis de suma importância no tráfico. É o que assevera Mauro Jorge Coêlho da Silveira Ferreira:

O tráfico de drogas, que trata – se de todo o procedimento de comércio ilícito de entorpecentes, envolve questões sociais, políticas e econômicas, obviamente, que o tráfico movimenta enormes valores econômicos. Aparentemente, é um meio cuja facilidade de crescimento econômico dar-se em pouquíssimo tempo (FERREIRA, 2016, p. 43).

Dados foram colhidos em órgãos criminais, tal como a Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEACrim), os quais através de pesquisa delimitada por idade (15 a 24 anos) e região (Região Metropolitana de Aracaju – Grande Aracaju), dentre os anos de 2017 e setembro de 2018, apontou um estrondoso número de jovens assassinados, independentemente da motivação, ou envolvimento com o narcotráfico, o que por si só já denota uma grande problemática socio-educacional. Com fins exemplificativos, somente no distrito de Santa Maria e 17 de Março, no ano de 2017, houve uma somatória de 34 assassinatos, sendo estes dois dos mais violentos bairros de Aracaju e região. Consoante as seguintes tabelas:

Tabela 1 – Assassinatos de Jovens em Aracaju na Zona Norte, Santa Maria e 17 de Março (2017-2018)

15 A 24 ANOS	2017	2018	TOTAL
M03 (ZONA NORTE - 10 BAIROS)*	55	41	96
M09 (SANTA MARIA E 17 DE MARÇO)	34	16	50
TOTAL GERAL	89	57	146
* M03			

CIDADE NOVA

DEZOITO DO FORTE

INDUSTRIAL

JAPÃOZINHO

LAMARAO

PALESTINA

PORTO DANTAS

SANTO ANTONIO

SANTOS DUMONT

SOLEDADE

Fonte: Autores - adaptada (2018).

Tabela 2 - Demais localidades

15 A 24 ANOS	2017	2018	TOTAL GERAL
LOTEAMENTO PARQUE DOS FAROIS	5	5	10
LOTEAMENTO JARDIM I	5	0	5
LOTEAMENTO JARDIM III	1	0	1
LOTEAMENTO JARDIM II	0	2	2
TOTAL GERAL	11	7	18

Fonte: Autores - adaptada (2018)

Tabela 3 - São Cristóvão

15 A 24 ANOS	2017	2018	TOTAL GERAL
SAO CRISTOVAO	40	21	61

Fonte: Autores - adaptada (2018)

Em termos estatísticos obtidos através levantamento feito pela equipe no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), foi estabelecido um perfil para que pudesse ser encontrado um liame entre o número de homicídios e o tráfico de drogas, logo, delimitou-se, também, a idade dos 15 até os 24 anos. Durante o ano de 2017, foram analisados 46 inquéritos concluídos, desses 28 tinham relação com o narcotráfico. No tocante a 2018, dos 10 inquéritos averiguados, 6 tinha vínculo com entorpecentes.

Tabela 4 - Aracaju (Bairros) e demais regiões

INQUÉRITOS 2017	
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	11
3 DM	7
ARACAJU	5
BARRA DOS COQUEIROS	2
SANTA MARIA (17 DE MARÇO)	2
SÃO CONRADO	1
TOTAL	28

Fonte: Autores - adaptada (2018)

Tabela 5- Aracaju (1ª DM) e região metropolitana

INQUÉRITOS 2018	
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	3
SANTA MARIA (17 DE MARÇO)	1
SÃO CRISTÓVÃO	1
ARACAJU (1 DIVISÃO)	1
TOTAL	6

Fonte: Autores - adaptada (2018)

Diante da sondagem, inferiu-se um delineamento comum entre as vítimas: Além de jovens, eram em sua maioria usuários de drogas, tais como “crack” e “maconha”, oriundos de regiões periféricas de municípios sergipanos, bem como, no tocante as suas famílias, estas apresentaram – em alguns casos – apoio aos vícios, por parte dos genitores.

No que diz respeito às motivações e meio empregado, ficou constatado que dentre os motivos mais encontrados destacavam-se as disputas pelo controle do tráfico em determinada localidade, dívidas com traficantes, rixas entre gangues rivais, inclusive, ligações indiretas, tal como indivíduos que foram assassinados tão somente por serem afetos de outros jovens usuários/traficantes de drogas. De igual modo, cabe ainda salientar que a expansão do narcotráfico nas grandes capitais e a disputa por mercado nas áreas de comercialização de entorpecentes têm levado jovens a serem recrutados para esta finalidade criminosa, *id est*, a se matarem na disputa por clientes ou cobranças violentas nas dívidas relacionadas às transações envolvendo compra e venda de drogas. A motivação é, indubitavelmente, o tráfico.

Além disso, a reincidência foi notória. Na maioria dos casos, o homicídio estava relacionado a um delito anterior, seja do mesmo rol ou não, tal como furto, roubo, tráfico de drogas. É como referenda” (FERREIRA, 2016) ao dizer que são grandezas diretamente proporcionais as condutas tipificadas pela Lei Antidrogas e as condutas do crime de homicídio”, inferindo-se que somente ocorrerão se houver uma terceira variante: o aumento da comercialização e consumo de entorpecentes, logo, corroborando para a elevação da criminalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda a exposição, pôde-se aferir que diversos motivos corroboram diretamente para a inserção da juventude em delitos, especialmente no tocante ao tráfico de drogas. A grande maioria dos jovens se iniciam como singelos usuários, vendo o uso de

entorpecentes como uma válvula de escape, diversão, e repentinamente ocupam papéis-chave no narcotráfico.

O delito do tráfico de drogas, em sua grande maioria, não opera de maneira singular. Após a análise de inquéritos policiais, ficou constatado que os autores deste crime já tiveram passagem pela polícia em decorrência da prática de outros delitos, em sua maioria, como o roubo e o homicídio. No aspecto da segunda infração, os relatórios constam que a motivação ao assassinio se tratava, em especial, de domínios territoriais pela posse do tráfico e dívidas decorrentes deste. Quanto ao roubo, depreendeu-se que este era praticado em virtude da sustentação do vício. Logo, o que demonstrou ser surpreendente devido a dentre 56 inquéritos, 34 teriam relações diretas com o tráfico de entorpecentes.

Assim, diante de apanhado geral com os dados e estatísticas obtidas, restou verificado se estar em face de uma conjuntura social de problemas, devendo ser abordada, para fins de melhor compreensão, de maneira interdisciplinar. Concluiu-se que os bairros e municípios mais violentos de Sergipe estão diretamente ligados aos baixos índices de desenvolvimento humano, pequenos níveis de escolaridade, o escasso saneamento básico etc.

As políticas públicas voltadas para este público alvo comprovaram não ser amplamente eficazes, não por conta de sua abordagem ou metodologia, mas sim, em virtude dos rasos investimentos que são feitos, bem como na indiferença em que os governos têm dado a tal temática. Ressaltando também que tais diretrizes devem ser ampliadas para o combate de todo esse mal, em parceria de atuação com demais áreas de políticas públicas, como educação e saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal, dez 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 06 nov. 2018.

BRASIL. Jus Arena. **Sentença absolutória proferida pelo Juiz de Direito Gerivaldo Neiva**, Conceição do Coité, 9 abr. 2014. Disponível em: tod. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 13 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad. 23 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.380, de 5 de junho de 2019**. Altera as Leis n os 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei n os 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.840-de-5-de-junho-de-2019-155977997>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa mostra a estudantes como ficar longe das drogas**. Disponível em: portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34829. Acesso em: 13 set 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Conheça o Programa Crack, é possível vencer**. 2013. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/conheca-o-programa-crack-e-possivel-vencer>. Acesso em: 05 out. 2018.

BRASIL. Ministério Público do Paraná. **Projeto SEMEAR - Enfrentamento ao Alcool, Crack e outras Drogas**. 2012. Disponível em: http://www.site.mppr.mp.br/arquivos/File/Projeto_Semear/Dados_e_Informacoes/cartilha_crack_e_possivel_vencer_compromisso_de_todos_2013.pdf. Acesso em: 29 set. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 2012**. Ato do Senado Federal, 15 fev. 2012. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Congresso/RSF-05-2012.htm. Acesso em: 19 out. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC 104.339/2012 SP**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Tribunal Pleno. Data de Julgamento: 10 maio 2012. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22869940/habeas-corpus-hc-104339-sp-stf?ref=juris-tabs>. Acesso em: 19 out. 2018.

CARVALHO, O. D. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, v. I, 2013. Disponível em: <http://www.oretrogrado.com.br/wp-content/uploads/2016/07/O-minimo-que-voce-precisa-saber-Olavo-de-Carvalho.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

CASTRO, L. STJ - O que você precisa saber sobre a Lei de Drogas. **Jusbrasil**, 14 maio 2016. Disponível em: <https://leonardocastro2.jusbrasil.com.br/artigos/337508216/stj-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-de-drogas>. Acesso em: 19 out. 2018.

FERREIRA, M. J. Repositório Digital do Centro Universitário Tabosa de Almeida. **A relação mediata do tráfico de drogas com a prática do homicídio em Caruaru - PE**, 2016. Disponível em: <http://repositorio.asc.es.edu.br/bitstream/123456789/290/1/A%20RELAÇÃO%20MEDIATA%20DO%20TRÁFICO%20DE%20DROGAS%20COM%20A%20PRÁTICA%20DE%20HOMICÍDIO%20EM%20CARUARU%20-%20PE.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

GALVÃO, P. S. A Lei nº. 11.343 de 2006 e suas inovações no tratamento penal ao usuário de drogas. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF, 23 dez. 2013. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.46426>. Acesso em: 12 set.2018.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. **Boletim PNAD Contínua**, 2021. Disponível em: <http://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=7I4ol20Nw9eUqKWVom7OkP8JIVkiZpZJ>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ORLEANS E BRAGANÇA, L. P. D. **Por que o Brasil é um país atrasado?** Ribeirão Preto, São Paulo: Novo Conceito, v. I, 2017. Disponível em: <http://lelivros.love/book/por-que-o-brasil-e-um-pais-atrasado-luiz-philippe-de-orleans-e-braganca/>. Acesso em: 21 ago. 2018.

PESSOA, H. R. R. Ressocialização e Reinserção Social. **JusBrasil**, Juazeiro do Norte, 25 jun. 2015. Disponível em: <https://heliorigaud.jusbrasil.com.br/artigos/201967069/ressocializacao-e-reinsercao-social>. Acesso em: 02 out. 2018.

PROERD PARANÁ. **PROERD Brasil**. 28 set. 2010. Disponível em: <https://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – SERGIPE (SSP-SE). **Homicídio doloso 2017 a setembro de 2018 faixa etária: 15 a 24 anos**. Aracaju, Sergipe: 2018.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – PARANÁ (SSP-PR). **PROERD Brasil**, 28 set. 2010. Disponível em: <https://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm>. Acesso em: 11 set. 2018.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - SERGIPE (SSP-SE). S. D. E. D. S. P. D. E. D. S. Polícia Militar do Estado de Sergipe. **Pesquisa afirma que 80% dos autores de homicídios têm baixo grau de escolaridade**. 25 nov. 2016. Disponível em: <http://www.pm.se.gov.br/pesquisa-afirma-que-80-dos-autores-de-homicidios-tem-baixo-grau-de-escolaridade/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SERGIPE. **Decreto nº 27.175, de 09 de junho de 2010**. Institui o Plano Estadual de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, cria o seu Comitê Estadual de Gestão e dá outras providências. 09 jun. 2010. Disponível em: <http://acervo.se.gov.br/easysearch/cachedownload?collection=default&docId=c1e870d19d924ecafa320265b2a3c3db17b75ca1&fieldName=Arquivo&extension=pdf#q=>. Acesso em: 22 set. 2018.

SERGIPE. **Plano Estadual de Atenção Integral**. Aracaju, Sergipe: 2014.

VELASCO, C *et al.* Um em cada três presos do país responde por tráfico de drogas. **G1 Política**, 3 fev. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/um-em-cada-tres-presos-do-pais-responde-por-trafico-de-drogas.ghtml>. Acesso em: 9 set. 2018.

SOBRE OS AUTORES

Emilly Varjão Ribeiro

Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT). E-mail: emilly.varjao@hotmail.com

Rafael Axel de Souza Moura

Graduado em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT). E-mail: rafaelaxelmoura@hotmail.com

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

Pós-Doutora em Direito pela Mediterranea International Centre for Human Rights Research dell Università Mediterranea di Reggio Calabria (Itália). Pós-Doutora em Direito e Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia-UFBA. Doutora em Educação e Mestra em Direito Público pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Especialista em Combate à corrupção: prevenção e repressão aos desvios de recursos públicos pela Faculdade Estácio CERS. Especialista em Direito do Estado e Especialista em Direito Municipal pela UNIDERP. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Tiradentes - UNIT. Especialista em Auditoria Contábil pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Professora Titular de Graduação e Pós-graduação da Universidade Tiradentes. Líder do Grupo de Pesquisa em Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos - DPEJDH/UNIT/CNPq. E-mail: patncss@gmail.com.

CAPÍTULO 16

A REPARAÇÃO DE DANOS SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS VIOLADOS AO TEMPO DA DITADURA MILITAR: RELATOS DAS VÍTIMAS E CITAÇÕES DE PROCESSOS SOBRE O TEMA

Renata Macêdo Leite

Joana D'arc de Sousa Almeida

João Henrique de Lima Silva

Ana Elisa Linhares de Meneses Braga

RESUMO

O presente trabalho se dedicará a análise do instituto da Reparação de danos, sendo esta aplicada aos crimes cometidos durante o período da Ditadura Militar Brasileira. O trabalho realizará uma explanação a respeito do instituto da reparação cível de danos, buscando apresentar a maneira na qual essa ferramenta jurídica pode ser eficaz para a promoção da justiça, ou na promoção do sentimento de reparação por parte do Estado, o grande agente violador na Ditadura Militar, em face das pessoas que foram vítimas nesse período. De forma bem didática e em busca de apresentar os danos e violações cometidas nesse período e contexto, serão utilizadas falas e relatos de vítimas da ditadura militar registradas em dois livros que formarão a base do presente trabalho: Repressão e Direito à Resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964 – 1985) e também o Dossiê Itamaracá.

PALAVRAS-CHAVE: Reparação Civil de Danos. Ditadura Militar. Processos Judiciais Relatos de Vítimas e Processos sobre o Tema.

INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar no Brasil corresponde a um período marcado pelas tensões sociais e violações de direitos humanos, com duração de mais de duas décadas, mudou pra sempre a vida de milhares de famílias que, de alguma forma, foram diretamente atingidas por este regime; e também o restante da sociedade que não foi atingido

diretamente pelos militares, mas que provaram do mesmo dessabor que o restante do país, as tensões e restrições de direitos, que deixaram o país em uma constante tensão e sentimento de medo.

Com o país regido por atos institucionais, os direitos da população foram progressivamente sendo restringidos e violados: assassinatos, prisões e desaparecimentos forçados, passaram a fazer parte do cenário nacional da época, e até os dias de hoje parte das famílias que tiveram seus parentes vitimados pelo regime militar ainda buscam por respostas, lutando pelo direito de saber o paradeiro das ossadas dos seus entes queridos.

Dentre as formas encontradas pelas famílias das vítimas para buscar notícias sobre os seus parentes desaparecidos, ou pelo menos encontrarem os restos mortais dos mesmos e sepultá-los conforme as suas crenças, estão os processos judiciais e o instituto da reparação cível de danos, estes objetivam buscar respostas para tais questionamentos, almejando a justiça através dos tribunais do País.

O presente trabalho busca entender como a reparação de danos pode ser utilizada nos processos judiciais, no sentido de reparar ou, ao menos, amenizar os danos cometidos ao tempo da ditadura. O instituto da reparação cível pode ser utilizado para reparar os danos das próprias vítimas ou dos familiares das mesmas, proporcionando um sentimento de justiça através de um processo judicial que busca responsabilizar o Estado pelos atos cometidos na Ditadura Militar.

No sentido de exemplificar melhor a forma na qual a reparação cível pode ser aplicada, foram utilizados relatos de vítimas, onde os mesmos apresentavam as situações vividas e também a citação de alguns processos, para que se possa analisar a forma como os tribunais tem se posicionado a respeito do tema.

A presente pesquisa é de relevante interesse social, diante da necessidade de conhecer o passado e evitar que a ditadura ressurgir, mesmo que em outros moldes, evitar o retrocesso e as violações de direitos humanos já consagrados no atual ordenamento jurídico, deste modo é preciso rever através das leituras sobre o tema, e nesse caso a análise dos relatos das próprias vítimas e os processos judiciais os impactos da ditadura militar na vida das pessoas que foram as mais afetadas, então seria o instituto da Reparação Cível de Danos uma ferramenta eficaz para reparar os danos sofridos na época da ditadura militar?

Os objetivos do presente trabalho são: compreender o contexto da ditadura militar e as suas violações aos direitos humanos: estudar o instituto da reparação civil, investigar e analisar os impactos da ditadura militar através de relatos das vítimas do regime militar e

de processos judiciais voltados para a reparação de danos cometidos ao tempo da ditadura militar.

REFERENCIAL TEÓRICO

DITADURA MILITAR: CONTEXTO E VIOLAÇÕES DE DIREITOS

No ano de 1964 o Brasil sofreu um golpe de Estado, este marcado pelo silêncio que o envolveu, e pela aderência quase que total das lideranças das forças armadas e das principais instituições republicanas do país, dando início ao período denominado Ditadura Militar, época marcada por tensões, violência e ocultação dos fatos.

Com duração de vinte e um anos, a sociedade calou a sua voz, a repressão e o medo tomaram conta do país, a liberdade de expressar-se havia sido violada, o cidadão não detinha a capacidade de andar livremente sem ser surpreendido pelas autoridades policiais, até o conteúdo que era ensinado nas escolas deveria passar pelo crivo autoritarista dos militares.

O Brasil na década de 1960 viveu um contexto semelhante ao de outros países na América Latina e fora dela, tais como a Argentina, Peru, Uruguai, Chile, Alemanha, e Itália. O mundo pós-segunda guerra mundial, desencadeou um fenômeno lamentável em sua história, instauravam-se os períodos autoritários que, com características diferentes entre si, porém concomitantes, que traziam como principal característica o fato de Direitos Humanos ficarem a margem dos interesses das elites dominantes.

O contexto acima apresenta a realidade de diversas nações, todas marcadas pela presença das violações dos direitos humanos, principalmente os direitos à liberdade de expressão e locomoção. De forma global percebe-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a criação do Estado de Israel, ambas no mesmo ano, não foram capazes de mudar as ideias violentas e desumanas das lideranças políticas nas décadas posteriores.

Limitando a presente análise apenas ao Estado Brasileiro, tem-se a partir de 1964 o início de um período escuro no cenário nacional, camuflado pelo ideal de proteção social e crescimento econômico, os militares discursavam para a sociedade civil os benefícios do seu regime ao passo que torturavam e matavam aqueles que discordassem das suas ideias, e culpavam pessoas inocentes pelas mortes que eram responsáveis.

CONTEXTUALIZANDO A DITADURA MILITAR

As forças armadas eram responsáveis por reestabelecer a lei e a ordem, e ainda devolver o controle do país às mãos dos governantes, exercendo uma função de instituição “moderadora” ¹⁶, os militares desempenhavam essa função para analisar a resposta da sociedade aos seus estímulos e para modular uma alternativa política de sua autoria.

Em abril de 1964 houve mais uma das intervenções militares, porém esta seria permanente e duraria mais de duas décadas, quatro anos após o Ato Institucional nº 5 que era responsável pelo fechamento do Congresso Nacional, “inaugurando um dos períodos mais autoritários da história brasileira.” ¹⁷ O Estado criou várias empresas estatais que disputaram mercado com empresas privadas, abalando as relações com alguns empresários nacionais.

Houve a promulgação de duas Constituições, a saber, a de 1967 e 1969, marcadas pelo autoritarismo e pela supressão de direitos, o país era arrastado pelos Atos Institucionais que a cada número restringia um pouco mais os direitos individuais e sociais. Ainda no contexto das constituições, é cabível mencionar que o texto constitucional de 1946 fez um resgate da instabilidade democrática, já furtada na Era Vargas, houve desta forma um retrocesso constitucional de direitos.

O novo governo tinha um plano, devidamente elaborado e pronto para ser efetivado, e nesse constava um alinhamento estratégico com os Estados Unidos, este se corroborava na “integração do Brasil no mundo ocidental, reconhecendo a liderança desempenhada por Tio Sam”. ¹⁸ Paralelamente almejava uma abertura acentuada aos fluxos de capital internacional, revogando limitações políticas e econômicas para alcançarem este fim.

A aliança com os Estados Unidos ainda resultou em um posicionamento afastado para com os países socialistas, e a hostilidade à Revolução Cubana e apoio aos Estados Unidos através do envio de tropas brasileiras, em 1965, para fazer parte de uma força militar americana, articulada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) com o objetivo de legitimar a invasão por fuzileiros americanos à República Dominicana.

¹⁶ ZAVERUCHA, Jorge. FHC, **Forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia**. Rio de Janeiro, Record, 2005. P.46

¹⁷ Ibidem

¹⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. 1.ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2014. P. 55.

Quanto a tentativa de mudança nas tradições controladoras e intervencionistas do Estado Brasileiro para o liberalismo com o apoio dos Estados Unidos, essa foi uma tentativa frustrada, por que não houve um abandono do que fora planejado. “Novas instituições como o Banco Nacional de Habitações - BNH e um super-Banco Central, destinado a controlar a produção e a circulação de dinheiro”¹⁹ foram criados.

E nesse contexto de avanços e frustrações o setor corporativista do Estado composto por patrões e empregados foi mantido e junto a esse, mantiveram-se as estruturas sindicais ora criadas no período de Getúlio Vargas em pleno Estado Novo. Por terem sua origem intrínseca a uma ditadura os sindicalistas sempre estiveram próximos aos olhos dos governantes.

Com o fracasso das mudanças econômicas diante dos olhos da sociedade civil, esta que outrora se apoiava nos militares enquanto “salvadores da pátria”, passaram a expressar o seu visível descontentamento com o fracasso do regime. Desta forma o aborrecimento da população causou um despertar nos vários seguimentos da sociedade.

Neste processo destacaram-se os Estudantes Universitários, dentre os quais a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs), que foram substituídas por lideranças estudantis a favor da ditadura, mas não se sustentaram e a resistência continuou, na aparente insatisfação econômica e social da população, estava contida também a dor dos familiares que já haviam perdido os seus entes ou não sabiam onde os mesmos estavam.

Grande parte das lideranças, já estavam na prisão, no exílio ou na clandestinidade, as que restavam estavam desorientadas e dispersas, pois as suas referências político partidárias haviam sido destituídas à força pelo regime. Em verdade as oposições estavam tão desorientadas que se quer sabiam. “Assim, boa parte dos mais sofisticados intelectuais de esquerda – na academia ou fora dela -, inquietos ou esperançosos, teorizavam uma utopia do impasse, em linha de continuidade com o que havia de mais extremado na conjuntura anterior ao golpe.”²⁰

Desta forma, as lideranças esquerdistas começaram um processo de renovação em suas bases, só que desta vez com estratégias distintas, buscava-se desmascarar os agentes ainda envoltos pela ditadura e abrir os olhos da população, pois boa parte ainda

19 Idem

20 REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. 1.ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2014. P. 55-60.

creditava no discurso dos militares e aqueles que não acreditavam nos dizeres desses líderes, pouco se moviam para mudar o contexto ao qual estavam inseridos.

AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA DITADURA CIVIL MILITAR

No Brasil, os sobreviventes da tortura na Ditadura Militar vivem em um universo a parte, pois as práticas desumanas dos torturadores nunca foram reconhecidas e reparadas publicamente ²¹. Faz-se necessário realizar uma explanação através de algumas histórias de pessoas que foram perseguidas politicamente e que deixaram os seus relatos no livro: *Repressão e Direito à Resistência: Os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)*.

De início tem-se o depoimento de Aldo Silva Arantes, sendo um dos principais presidentes da UNE e um dos fundadores da Ação Popular (AP) em 1963 e mais tarde um dos incentivadores da sua incorporação ao PCdoB, foi perseguido político e passou 11 anos na clandestinidade sendo preso por duas vezes. ²²

No seu depoimento faz menção à frase: “já matou seu comunista hoje?”, afirmando que naquele período na cidade do Rio de Janeiro haviam paredes pichadas com essa frase, demonstrando o nível desumano que a luta pelo poder fez o país alcançar. Já no ano de 1968, o mesmo fala sobre a sua primeira prisão, afirma que ao encontrarem o governador de Alagoas, um dos seus companheiros lhe fez questionamentos que o chamaram a atenção, passaram a ser observados e logo após com o AI – 5 o governo mandou prender os suspeitos. Sendo fiel a narrativa, faz-se necessário apresentar as próprias palavras do entrevistado. “[...] prenderam alguns camponeses e as nossas mulheres. Quando chegava de viagem e estava me dirigindo para Piraconha o padre da região, que não nos apoiava, disse: ‘Olha, não é bom você ir para lá por que eles prenderam suas mulheres. Se chegar lá eles vão prendê-lo também’”. ²³

Estava presa a esposa de Gilberto, a esposa e filhos de Aldo estavam com a filha de Gilberto. Ao ir visitá-los para saber como estavam, foi preso ele, Gilberto e as esposas, por não o conhecerem não o torturaram, mas torturaram Gilberto. As mulheres ficaram presas

21 KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo, Boitempo, 2009.

22 **REPRESSÃO e Direito à Resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964 -1985)**. São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2013. 1ª Reimpressão. São Paulo, 2014. P. 32-33.

23 **REPRESSÃO e Direito à Resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964 -1985)**. São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2013. 1ª Reimpressão. São Paulo, 2014. P. 32 - 33.

na Policlínica da Polícia Militar de Alagoas, ficando trancadas o dia inteiro só podendo sair para tomar banho e sol uma hora por dia.²⁴

Já em outro momento do seu relato fala a cerca do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). “Eu estava sendo torturado violentamente no DOI – CODI quando, num determinado momento, a tortura parou. Ouvi uma reunião e tudo indicava que deviam estar discutindo o problema da morte do Drummond e o que iam fazer conosco”.²⁵

O destacamento DOI – CODI foi o centro da inteligência na época da ditadura, o mesmo unificou os centros de inteligência da polícia federal, por exemplo, e de outros órgãos internos de inteligência dando espaço para a atuação desse. Foi também nesse órgão que ocorreu a grande maioria dos casos de execução e desaparecimento forçado das vítimas.

Mudando o rumo desse tópico, mas não deixando de analisar a forma como se dava a violência no período da ditadura, no Nordeste Brasileiro em Pernambuco houve a inauguração em 1855 ainda no império da Casa de Detenção de Recife (CDR) que anos depois abrigaria inúmeros presos políticos, sendo desativada apenas em 1970 e os seus presos foram transferidos para a Penitenciária Barreto Campêlo na Ilha de Itamaracá (PE) permanecendo a maioria até a anistia em 1979.²⁶

Na Casa de Detenção de Recife as torturas eram intensas e a situação de vida era difícil, a mesma era considerada na visão de muitos enquanto uma verdadeira masmorra em pleno centro da cidade, devido a sua localização no centro de Recife, naquele local os direitos eram muito restritos e os que prevaleciam, se deram á inúmeras ações e negociações dos presos, fazendo greve de fome por exemplo. A saída daquele local era um sinônimo de renovação de esperanças dos presos políticos que ali estavam, partiram sob a promessa de que todos seriam tratados de forma semelhante e que não haveria distinção entre presos comuns e presos políticos.

No livro Dociê Itamaracá de autoria de Joana Cortês, encontra-se o depoimento de Marcelo Mário de Melo ele afirma que o primeiro impacto negativo ao chegarem em Barreto Campêlo foi a retirada de todos os pertences dos presos, eles entraram nas celas

24 Ibidem

25 Ibidem

26 CÔRTEES, Joana. **Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da penitenciária Barreto Campêlo** – Pernambuco 1973 – 1979/ Joana Côrtes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. P.42

sem nenhuma estrutura para recebe-los “A gente tinha que ir para o rancho três vezes por dia em fila, com as mãos para trás e não podia falar [...]”.²⁷

Em síntese, a esperança foi frustrada, os presos continuaram a ser torturados e a viver em situação desumana em ambiente inadequado à sobrevivência, mas agora estavam com menos prerrogativas do que antes. Os presos perderam prerrogativas relevantes para a própria sobrevivência tais como: “alimentação, banho de sol, visitas familiares, acompanhamento de processos judiciais e combate à tortura dos presos.”²⁸

Uma das perdas de direitos mais acentuadas naquele contexto era a perda do direito de ser chamado de “preso político” para ser tratado enquanto um “preso comum”, as diferenças jurídicas eram intensas pois os presos políticos eram julgados por um direito especial. O presídio ficava localizado no Itamaracá, local descentralizado geograficamente do centro da cidade de Recife, o que facilitava as ações dos militares naquele lugar que se encontrava afastado dos olhares da sociedade.

O foco principal da arbitrariedade nas violações de direitos dos presos políticos após o golpe de 1964 se deu a partir da Lei de Segurança Nacional (LSN) que foi o principal e mais violento instrumento de atuação política de segurança nacional, essa foi a lei que abriu os precedentes legais do AI -5, implementando a decreto – lei nº 898//69. Estando previstos nesses documentos o rigor no cumprimento de penas, estas definidas a critério do juiz, previa a pena de morte e a prisão perpétua para os presos políticos que se envolvessem em crimes que resultassem em morte.

Sob a outorga do AI-5 e da lei de segurança nacional esta foi uma das décadas que mais se violou os direitos humanos no Brasil, muitas pessoas sofreram violência, morreram e desapareceram sem deixar vestígio algum. E para concluir o presente tópico e iniciar a discussão a cerca da reparação de danos, segue o depoimento de João Bosco Rolemberg Cortês, do livro acima mencionado Dossiê Itamaracá. “O golpe Militar foi o grande corte no sonho do povo brasileiro de avançar para a democracia política, a independência nacional e os direitos do povo sentido dentro de casa”.²⁹

A descrição dos fatos aqui apresentados faz uma correlação dos elementos configuradores da violação de direitos, na leitura dos depoimentos os entrevistados deixaram evidente a forma como os militares agiam e as suas manobras, escancaram a

27 Idem

28 Ibidem

29 CÔRTEES, Joana. **Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da penitenciara Barreto Campêlo** – Pernambuco 1973 – 1979/ Joana Côrtes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. P. 70

sua dor, o que vislumbraram dos locais onde estiveram e elementos que acharam por bem destacar.

Vale reforçar que foi utilizado neste trabalho apenas fragmentos de entrevistas completas, no sentido de apresentar a veracidade dos fatos e a realidade das violações por quem de fato as vivenciou, relatar o sofrimento é algo muito superficial, apresentar as falas das pessoas que sentiram na pele o que está sendo colocado neste trabalho é elemento essencial para a construção de um trabalho fiel á realidade.

Desta forma, no sentido de dar continuidade ao assunto principal do tema que é a responsabilidade civil dos danos cometidos ao tempo da ditadura, deve-se inicialmente apresentar a consistência do instituto, o seu significado e a sua aplicação no direito civil, conforme será apresentado no tópico abaixo.

O INSTITUTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

O conceito de Responsabilidade Civil é apresentado por vários autores como sendo o fato de alguém se tornar garantidor de algo, em virtude de um ato de sua autoria praticado em face de alguém, essa garantia se perfaz na maioria das vezes no dever de indenizar.

Para Cavalieri, responsabilidade civil: “é um dever jurídico sucessivo que surge para recompor o dano decorrente da violação de um dever jurídico originário.” ³⁰ Uma reparação de fato de um dano cometido, que pode ter sido com ou sem culpa.

Trata-se de uma ação realizada em face de alguém e que é responsável por estabelecer um vínculo entre duas pessoas ou entre a pessoa e o Estado, este elo pressupõe um dever para reparar o que foi modificado através da ação praticada, trata-se de uma tentativa de devolver o “status quo ante” o estado em que se encontrava antes da intervenção indesejada.

Indo mais fundo, surge o dever de reparar aquilo que teve a sua essência modificada através da sua intervenção, surgindo a obrigação de reparar e ela se apresenta enquanto um dever jurídico. O dever de reparar o dano, mediante e proporcional à ação que foi praticada.

Em se tratando de uma responsabilização na esfera criminal, o indivíduo que pratica ato que infringe a lei é punido com uma sanção, que a depender da gravidade do ato praticado, pode ser uma restrição de direitos, uma sanção de caráter pecuniário ou nos

30 CAVALIEIRI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. P. 2.

casos mais graves as restrições de liberdade com as penas impostas pela legislação penal nacional.

Já na reparação civil, a reparação é em virtude do dano causado e conforme já mencionado busca-se na reparação devolver o estado em que a pessoa se encontrava antes do acontecimento. Desta forma, entende-se que a reparação é uma ação a ser realizada para reverter a situação em que pessoa ou coisa possam se encontrar, mas quando não existem mais ações que sejam capazes de sanar este dano, utiliza-se a conversão deste em indenização a ser paga.

Quanto a obrigação de reparar o dano, tem - se que: “[...] na responsabilidade civil, o agente que cometeu o ilícito tem a obrigação de reparar o dano patrimonial ou moral causado, buscando restaurar o *status quo ante*, obrigação esta que, se não for mais possível, é convertida no pagamento de uma indenização.”³¹

Já o autor Cahali entende que a sanção vinculada ao dano moral, não pode ser tida enquanto uma indenização, mas de uma compensação e justifica a sua escolha: “[...] a reparação se faz através de uma compensação, e não de um ressarcimento; impondo ao ofensor a obrigação de pagamento de uma certa quantia de dinheiro em favor do ofendido.”³²

Este será o entendimento adotado pelo presente trabalho, a de que se trata de uma compensação, deveras simbólica diante dos fatos aqui apresentados e de repercussão nacional, apesar de que em tópico posterior ao iniciar o estudo das ações judiciais, e nelas se encontrarem usualmente o termo indenização, adotamos o entendimento de que trata-se na verdade de uma compensação de cunho patrimonial.

A fundamentação jurídica da reparação civil está no art. 186 do Código Civil: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. O presente artigo apresenta três elementos essenciais para a configuração da responsabilidade civil, quais sejam: a conduta, o dano e o nexo de causalidade.

Por questões didáticas, não nos deteremos em explicar de forma minuciosa os três elementos caracterizadores, porém realizaremos uma análise de tais elementos face aos atos cometidos pelo Estado ao tempo da Ditadura Militar, apresentando a forma na qual os

31 STOLZE, Pablo; PAMPOLHA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 48

32 CAHALI, Yussef Said. **Dano Moral**, 3ª ed. São Paulo: RT, 2005. P. 44.

militares violaram os direitos humanos das vítimas da ditadura, praticaram a conduta, realizaram o dano, e da existência do nexo de causalidade.

OS DANOS CAUSADOS: VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA DITADURA MILITAR

A primeira e principal violação de direitos humanos está em violar o texto da Declaração Universal de Direitos Humanos, vigente desde o ano de 1948, esta ação por si só já representa uma grande falha moral na política e governança brasileira, pois o Estado se coloca à margem de um documento com repercussão internacional e que foi o resultado de inúmeras lutas sociais.

Ignorar a Declaração dos Direitos Humanos é um crime cuja repercussão ocorre em caráter mundial, e um dos principais instrumentos para efetivar essa violação à Declaração foi o já mencionado AI-5, cujo objetivo era reprimir a população, dando legitimidade as atrocidades cometidas pelo Estado.

Para uma melhor explanação a cerca da “prática da conduta” os autores OLIVEIRA et all, afirmam que: “Além da criação dos atos, os militares utilizaram diversos métodos de tortura, como descargas elétricas, agressões físicas e substâncias tóxicas, para subtrair informações dos presos políticos, meros suspeitos.”³³

Desta forma após a prática da conduta, que se perfez nas agressões e torturas acima apresentadas tem-se o “dano” que é inegável e que se apresentam enquanto violações físicas, psicológicas, emocionais e sociais que não se apagaram com o tempo, apesar de tentativas de retirá-las da memória de quem as viveu e de quem ouviu falar nelas.

O nexo de causalidade se caracteriza a partir dos acontecimentos, que são inequívocos, porém o que configura esse nexo são as próprias ações realizadas pelo Estado com o objetivo de sanar o sofrimento dos que sofreram violações. O Estado assume a responsabilidade em recompor a história dos que sofreram em razão do “terrorismo de Estado, “quer seja reparando economicamente (Lei nº 10.559/02), quer seja

33 OLIVEIRA, Alexsandra dos Santos; PORTO, Carolina Silva; SANTOS, Isa Lauren do Rosário ; NASCIMENTO, Isabela Simões do; MACHADO, Janaina Bastos Hurst; SOARES, Larissa Batista ; NUNES, Leticia Alves; ALMEIDA, Raquel Rocha; OLIVEIRA, Stephanie S. I. M. Ribeiro; GONÇALVES, Hortência de Abreu . **Privação dos direitos humanos na ditadura Militar brasileira: o papel da comissão Nacional da verdade e o resgate da identidade dos presos políticos.** Ciências Humanas e Sociais | Aracaju | v. 3 | n.3 | p. 87-100 | Outubro 2016 | Disponível em: periodicos.set.edu.br. Acesso em: 09. Dez. 2019. P. 5.

reconhecendo que determinada pessoa foi vítima de desaparecimento forçado (Lei nº 9.140/95).”³⁴

Desta forma ficam comprovados os três elementos ensejadores do dano, e quanto a comprovação do nexo de causalidade, esse ocorre a partir das ações de iniciativa do próprio Estado e como afirmou o próprio autor os critérios utilizados pelo país para efetivar a justiça de transição foram incipientes, estando ainda muito atrás de outros países.

No tópico posterior, será analisado uma ação que tramitou no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul que ilustra bem o instituto da Reparação de danos cometidos ao tempo da Ditadura Militar afastando inclusive a prescrição nessa situação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme já apresentado no presente trabalho, para que se possa configurar o dano preexistente e por consequência o direito de reparar este dano, é cabível atentar-se para uma série de requisitos, dentre os quais a conduta, o dano e o nexo de causalidade, elementos do Código Civil, mas ainda deve-se atentar ao prazo que se tem para ingressar com uma ação desse tipo.

O prazo é regido pelo Decreto 2910/32 que em seu parágrafo primeiro afirma que as dívidas passivas da União, Estados e dos Municípios prescrevem no prazo de cinco anos e a contagem se dá a partir da data do fato ou ato que ensejou este dano, desta forma, sob o entendimento ordinário do prazo prescricional desse tipo de ação, a mesma só poderia ter sido interposta se o prazo da sua propositura não estourasse a prescrição de cinco anos, como de praxe nos demais assuntos que podem ser alegados na forma de dívidas passíveis, conforme disposição do artigo mencionado.

No caso em tela, está-se diante de uma situação diferenciada, pois o Superior Tribunal de Justiça adota o entendimento de que não há o que se falar em prazo prescricional, “quando o assunto se refere à ações de indenizações de danos derivados a atos de tortura durante o regime militar”³⁵ e diante da ausência de prescrição já pacificada na doutrina pátria, segue ao entendimento do processo em questão.

34 REMÍGIO, Rodrigo Ferraz de Castro. **Democracia e anistia política: rompendo com a cultura do silêncio, possibilitando uma justiça de transição.** Revista Anistia Política e justiça de Transição. ISSN: 2175-5329. Nº 1 Jan/Jun 2009.P. 189.

35 GOMES, Luiz Flavio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Coords.) **Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p.51

APL 0802264-93.2014.8.12.0021 MS 0802264-93.2014.8.12.0021

EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS C/C PENSÃO VITALÍCIA – DIREITOS DA PERSONALIDADE – IMPRESCRITIBILIDADE SOMENTE DAS AÇÕES VISANDO A REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS PRATICADOS DURANTE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR- PARTO REALIZADO POR PREPOSTAS DO NOSOCÔMIO QUE CAUSARAM DANOS AO RECÉM NASCIDO – VIOLAÇÃO DO DIREITO – PRAZO PRESCRICIONAL- APLICAÇÃO DA REGRA DE TRANSIÇÃO – ART. 2028 CC – TERMO A QUO DA PRESCRIÇÃO – DATA DA AQUISIÇÃO DA CAPACIDADE RELATIVA – PRESCRIÇÃO CONFIGURADA – INCIDÊNCIA DO ARTIGO 206, §3º,V, DO CC – PREQUESTIONAMENTO – SENTENÇA MANTIDA E RECURSO DESPROVIDO. Consoante dispõe o art. 11 do Código Civil, os direitos da personalidade tutelados em sede constitucional como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, CF), são tidos como absolutos extrapatrimoniais e perpétuos, não comportando renúncia, podendo seu titular fazer uso ante a inexistência de prazo extintivo para o seu exercício. Contudo, a violação a tais direitos deve ser reparada no prazo fixado pela lei, sob pena de ser fulminado pela prescrição. Nos termos da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: “São imprescritíveis as ações de reparação de dano ajuizadas em decorrência de perseguição, tortura e prisão por motivos políticos durante o Regime Militar, afastando por conseguinte, a prescrição quinquenal prevista no art. 1º do Decreto 2.910/32. Isso, porque as referidas ações referem-se a período em que a ordem jurídica foi desconsiderada, com legislação de exceção, havendo, sem dúvida, incontáveis abusos e violações aos direitos fundamentais, mormente o da dignidade da pessoa humana”. [...] TJ/MS Rel Eduardo Machado Rocha. ³⁶

Detalhando o presente processo trata-se de uma ação de indenização por danos morais e estéticos cumulada com pensão vitalícia, cujo dano ensejador da presente demanda foi um parto realizado por prepostas do nosocômio que causaram danos ao recém nascido e que infringiram os já assegurados direitos da personalidade.

De forma mais didática, dividiremos a análise a partir dos principais assuntos que juntos compõe a reivindicação em juízo, e para iniciar, tem-se a indenização por danos morais. O dano moral atinge uma seara diferenciada na vida do indivíduo, pois diferentemente do dano material, não se pode falar na perda de um objeto, é impossível quantificar ou valorar a coisa que foi perdida quando esta não tem preço.

O patrimônio atingido está no campo da intimidade do indivíduo, o dano moral é “aquele que ofende o seu íntimo, atinge os direitos da personalidade, sua honra, dignidade, etc., e em consequência ocasiona vexame, humilhação” ³⁷. E é essa consequência que é transformada em reparação financeira ou popularmente conhecida como indenização.

³⁶ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Apelação Cível- **APL 0802264-93.2014.8.12.0021 MS 0802264-93.2014.8.12.0021**. Relator: Eduardo Machado Rocha. Julgamento: 02/12/2014. Câmara Cível. Data da Publicação: 03.12.2014.

³⁷ SIQUEIRA, Fernando Guimarães. **O dano moral e a dificuldade na sua quantificação**. 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4994/1/TCC%20DANO%20MORAL%202017.1%20VERSAO%20PDF.pdf>. Acesso em: 10. Dez. 2019. P. 19.

O dano não precisa necessariamente estar relacionado a um dano material, o dano moral é independente e existe por si só, não necessitando de materialidade para se configurar, pois a dor causada ao indivíduo que sofre com este dano já enseja motivo mais que suficiente para uma reparação financeira e no que se refere ao caso em tela, o que dizer de uma mãe que teve um filho machucado durante o parto por agentes da Ditadura Militar, não haverá indenização suficiente para sanar esta dor.

A análise do dano estético é ainda mais profunda, pois o dano pode ser visto todos os dias pela vítima quando a mesma acorda pela manhã e se olha no espelho, é um dano reflexivo e cotidiano, que constantemente é visto e provoca muito sofrimento, este dano por sua vez quase sempre está inter-relacionado com o dano moral, pois a dor do primeiro contribui para a prevalência do segundo e este dano estético na maioria das vezes pode ser reparado com intervenção cirúrgica com o objetivo de reparar o que foi danificado.

O dano estético podendo ser reparado através de procedimento cirúrgico resulta em uma reparação palpável que pode ser consertada, mas o desconforto ainda pode perdurar, o que não retira a necessidade de uma reparação também por dano moral. “Quando a imagem de uma pessoa se altera, pode provocar diferentes danos na vítima e, quando isso ocorre, o objetivo prioritário é a reparação integral”.³⁸

A avaliação do prejuízo estético é realizada sob a perspectiva de fatores inerentes à pessoa da vítima: a idade sexo, profissão, estado civil, dentre outros elementos capazes de mensurar o qual difícil será conviver com o dano e ainda deve ser observada a possibilidade de reversão do quadro em que o paciente se encontra.

No caso em discussão há que se ponderar que o dano causado ao filho que foi machucado no centro cirúrgico, pode ser irreparável fisicamente, não ser mais possível a intervenção cirúrgica depois de tantos anos e o impacto psicológico resultante desse dano que perdurou toda a vida desse cidadão que fora marcado para toda a vida ainda nos primeiros minutos de vida.

O dano sofrido pelo filho que é aparente e a dor sofrida pela mãe que não esqueceu do seu sofrimento um só dia, pois sempre que inclinava os olhos para o seu filho, podia visualizar e reviver a sua angústia, desta forma o cabimento de indenização não será suficiente para sanar todos os danos acarretados pelo Estado a esta família, mas a

38 FERNANDES, Mário Marques; PLANA, Juan Antonio Cobo; BOUCHARDET, Fernanda Capurucho Horta; MICHEL-CROSATO, Edgard; OLIVEIRA, Rogério Nogueira de. **Validação de instrumento para análise do dano estético no Brasil**. Saúde debate | rio de janeiro, v. 40, n. 108, p. 118-130, jan-mar 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000100118. Acesso em: 10. Dez. 2019. P. 2.

reparação serviria ao menos para dar-lhes mais conforto e ainda o sentimento de que não ficou impune aquele que lhe causou prejuízos.

E enquanto último elemento a ser analisado nesse processo, o direito da personalidade foi também objeto da presente reclamação, e não custa lembrar o seu significado e quanto é dolorosa a sua violação. Pois estes direitos que receberam o nome de direitos da personalidade, buscam proteger a pessoa natural em sua essência, são elementos estritamente necessários para o “pleno desenvolvimento do ser humano e o seu convívio em sociedade, pois estão relacionados com os direitos existenciais do ser humano.” ³⁹

No presente caso houve um inequívoco dano aos direitos da personalidade da criança que foi ferida no hospital pelas mãos da preposta, como fora denominada no processo em tela, pois a sua integridade física foi violada a integridade intelectual, pois o desenvolvimento desta pessoa pode ter sido corrompido, e os danos psicológicos terem surgido em virtude do sofrimento ao qual se encontrou durante anos, e ainda a sua moral, a sua honra e a identidade moral como afirma o autor.

A identidade moral é o ser humano em sociedade, a relação existente entre o homem, o ambiente e aqueles que fazem parte desse ambiente e se de algum modo um indivíduo não se sente bem no ambiente ao qual está inserido existe aí um grande problema da ordem social e moral.

Em síntese, a análise do processo aqui apresentada, foi realizada de forma superficial, buscando contextualizar com o que foi apresentado nos tópicos anteriores do presente artigo e correlacionando a reparação de danos com as atrocidades que aconteceram no período da Ditadura Militar para que não caia no esquecimento da sociedade e nem tão pouco do Direito Processual Civil o que aconteceu durante o período ditatorial.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa classifica-se enquanto descritiva, ao passo que expõe conceitos e estudos sobre a reparação cível para fundamentar o estudo e possibilitar a sua relação com o mundo fático e a sua importância para o atual direito brasileiro, principalmente nas demandas que versam sobre violações de direitos cometidos ao tempo da ditadura militar.

39 FERREIRA, Rafael Medeiros Antunes. **Os direitos da personalidade**. 2015. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/os-direitos-da-personalidade>. Acesso em: 10. Dez. 2019. P.1.

Inicialmente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica por reunir dados e informações recolhidos da produção científica a respeito do tema (fontes secundárias como livros, artigos, monografias, revistas científicas, etc), visando a delimitação deste para melhor aprofundamento e identificação das respostas à problemática formulada.

No tocante a abordagem, será de cunho qualitativo, pois não há intenção de transformar os resultados em dados quantitativos de análise. O método escolhido foi o dedutivo, pois parte de premissas para encontrar o resultado certo do problema.

CONCLUSÃO

O trabalho fez uma demonstração dos crimes cometidos ao tempo da ditadura militar através exposição dos relatos dos presos políticos vítimas da ditadura, da situação de vida e da restrição de direitos que os mesmos foram submetidos durante o regime, tais relatos serviram quanto base para a discussão do instituto da reparação cível de danos, apresentando inclusive uma ação judicial que versa sobre o assunto em discussão.

A pergunta realizada no início do presente trabalho foi a cerca da efetividade do instituto da reparação cível nas ações judiciais, se esta seria de fato uma boa ferramenta a ser utilizada nos tribunais, em busca de realizar a justiça as pessoas que até os dias de hoje estão lutando pela recuperação dos seus direitos, ora violados.

A partir da análise das ações judiciais, das leituras dos livros e dos relatos, alcança-se o entendimento de que a sociedade pode sim se utilizar do reparação cível de danos enquanto ferramenta que tem se mostrado eficiente na reparação dos danos cometidos aos tempo da ditadura militar, pois o presente recurso, não é “limitado”, abrangendo várias formas de aplicar a punição ao Estado, bem como solicitar as formas de reparação do dano ocorrido.

A ênfase dada ao termo “limitado” significa que, diante da pluralidade de situações vivenciadas no período da ditadura e ao passo que cada família reage de uma forma diante dessa reparação, o instituto em discussão apresenta uma flexibilidade na sua aplicação o que possibilita a punição do Estado de acordo com o dano realizado por ele às vítimas, cabendo ao advogado, de forma conjunta com as vítimas analisar a abrangência do dano e como o Estado pode agir para sanar ou amenizá-lo.

A utilização do instituto da Reparação Civil de danos nesses casos atende as necessidades individuais dos litigantes, mas também contribui de forma inequívoca para a efetivação da justiça diante dos abusos e violações cometidas ao tempo da Ditadura

Militar, relembrando a sociedade o que ocorreu e as sequelas que ainda estão presentes na vida da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Apelação Cível- **APL 0802264-93.2014.8.12.0021 MS 0802264-93.2014.8.12.0021**. Relator: Eduardo Machado Rocha. Julgamento: 02/12/2014. Câmara Cível. Data da Publicação: 03.12.2014.

BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CAHALI, Yussef Said. **Dano Moral**, 3ª ed. São Paulo: RT, 2005. P. 44.

CAVALIEIRI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. P. 2.

CÔRTEZ, Joana. **Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da penitenciária Berrato Campelo** – Pernambuco 1973 – 1979/ Joana Côrtes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. P. 41 – 70.

FERNANDES, Mário Marques; PLANA, Juan Antonio Cobo; BOUCHARDET, Fernanda Capurucho Horta; MICHEL-CROSATO, Edgard; OLIVEIRA, Rogério Nogueira de. **Validação de instrumento para análise do dano estético no Brasil**. Saúde debate | rio de janeiro, v. 40, n. 108, p. 118-130, jan-mar 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000100118. Acesso em: 10. Dez. 2019. P. 2.

FERREIRA, Rafael Medeiros Antunes. **Os direitos da personalidade**. 2015. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/os-direitos-da-personalidade>. Acesso em: 10. Dez. 2019.P.1.

GOMES, Luiz Flavio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Coords.) **Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 49-72

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo, Boitempo, 2009.

OLIVEIRA, Alexsandra dos Santos; PORTO, Carolina Silva; SANTOS, Isa Lauren do Rosário ; NASCIMENTO, Isabela Simões do; MACHADO, Janaina Bastos Hurst; SOARES, Larissa Batista ; NUNES, Leticia Alves; ALMEIDA, Raquel Rocha; OLIVEIRA, Stephanie S. I. M. Ribeiro; GONÇALVES, Hortência de Abreu . **Privação dos direitos humanos na ditadura Militar brasileira: o papel da comissão Nacional da verdade e o resgate da Identidade dos presos políticos**. Ciências Humanas e Sociais | Aracaju | v. 3 | n.3 | p. 87-100 | Outubro 2016 | Disponível em: periodicos.set.edu.br. Acesso em: 09. Dez. 2019. P. 5.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. 1.ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2014. P. 55-60.

REPRESSÃO e Direito à Resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964 -1985). São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2013. 1ª Reimpressão. São Paulo, 2014. P. 32-33.

REMÍGIO, Rodrigo Ferraz de Castro. **Democracia e anistia política: rompendo com a cultura do silêncio, possibilitando uma justiça de transição**. Revista Anistia Política e justiça de Transição. ISSN: 2175-5329. Nº 1 Jan/Jun 2009.P. 178 – 203.

SIQUEIRA, Fernando Guimarães. **O dano moral e a dificuldade na sua quantificação**. 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4994/1/TCC%20DANO%20MORAL%202017.1%20VERSAO%20PDF.pdf>. Acesso em: 10. Dez. 2019. P. 19.

STEPAN, Alfred. **The Military in Politics: Changing Patterns in Brasil**. Princeton, Princeton University, 1971. In: ZAVERUCHA, Jorge. FHC, Forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia. Rio de Janeiro, Record, 2005.

STOLZE, Pablo; PAMPOLHA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 448

ZAVERUCHA, Jorge. FHC, **Forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia**. Rio de Janeiro, Record, 2005. P. 46

SOBRE OS AUTORES

Renata Macêdo Leite

Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri-UFCA; Pós-graduanda em Lei Geral de Proteção de Dados pela Faculdade Legale; Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Regional do Cariri; Graduada em Direito pela Universidade Regional do Cariri – URCA e integrante do Núcleo de Estudos Integrados em Geomorfologia, Geodiversidade e Patrimônio – NIGEP.

Joana D'arc de Sousa Almeida

Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Cariri- URCA.

João Henrique de Lima Silva

Pós- Graduando em Informática Forense - IPOG, Pós- Graduado em Gestão Financeira e Consultoria Empresarial pela Universidade Regional do Cariri URCA, Graduado em Gestão Comercial pela Estácio de Sá e Graduado em Missiologia pela University Of The Nations em Kona USA.

Ana Elisa Linhares de Meneses Braga

Possui mestrado em Direito (Direito e Desenvolvimento) pela Universidade Federal do Ceará (2002). Professora efetiva da Universidade Regional do Cariri.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Anny Kariny Feitosa

Pós-doutora pela Universidade de Aveiro, Programa de Pós-graduação em Ciências e Engenharia do Ambiente, Departamento de Ambiente e Ordenamento (DAO/UA, Portugal) e pela Universidade Federal do Cariri - UFCA, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER. Doutora em Ambiente e Desenvolvimento, com área de concentração em Espaço, Ambiente e Sociedade pela Univates. Realizou estágio de doutoramento, por meio do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior/PDSE/CAPES, na Universidade de Aveiro. É mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Direção Estratégica pela Universidad de León (Espanha). Possui especializações Lato Sensu em: Direito Público; Auditoria e Perícia Ambiental; Docência na Educação Profissional; Psicopedagogia; Gestión por Proyectos en Ambitos Públicos; e, MBA Executivo em Administração. Bacharel em Economia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Atualmente, é docente do quadro permanente do Instituto Federal do Ceará - IFCE, atuando nos níveis de ensino técnico, superior e pós-graduação. É membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) do IFCE (2019/2021). Líder do Grupo de Pesquisa/GP Gestão, Meio Ambiente e Sustentabilidade (GEMAS) e membro do GP Semiárido, Caatinga, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, ambos no âmbito do IFCE. Tem experiência em pesquisa e produção científica, com ênfase em: Economia Ambiental, Economia Agrária e dos Recursos Naturais e Sustentabilidade.

Érica Priscilla Carvalho de Lima Machado

Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Atuou como professora efetiva no Instituto Federal do Ceará (IFCE), professora substituta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestra em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR-UFRN) na linha de pesquisa de Estado e Políticas Públicas. Especialista em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Possui graduação em Ciências Econômicas pela UFRN (2011). As principais áreas de interesse são: Economia rural, avaliação de políticas públicas e desenvolvimento econômico. Participou do Grupo de Estudos e pesquisas em Espaço, Trabalho, Inovação e Sustentabilidade (GEPETIS-UFRN) e foi bolsista de Iniciação Científica no período de 2009-2011 (PIBIC-UFRN). Atualmente é pesquisadora dos Grupos de Pesquisa de Altos Estudos econômicos (UERN), Gestão, Meio Ambiente e Sustentabilidade (Gemas) e Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo (GEPPOT/UFRN).

ÍNDICE REMISSIVO

Capacitismo.....	10, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215
Cibersociedade.....	9, 131, 132, 134, 136, 137, 138
Cidadania.....	9, 44, 117, 125, 133, 164, 166, 173, 181, 184, 227, 228, 229
Constituição.....	9, 14, 29, 43, 104, 106, 122, 126, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 159, 165, 167, 168, 169, 170, 173, 176, 180, 181, 183, 185, 191, 220, 222, 233, 254
Consumo alimentar.....	7, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 23
Direito à saúde.....	9, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 180, 181, 183, 187
Direito Penal.....	9, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162
Doença renal.....	8, 91, 92, 95, 97, 99
Fisioterapia.....	8, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 82, 85, 87, 88, 89, 90
Homicídio.....	10, 158, 217, 218, 219, 227, 229, 231, 232, 233, 235
Identidade.....	10, 47, 51, 87, 89, 106, 112, 113, 116, 117, 181, 190, 191, 193, 194, 196, 198, 200, 201, 204, 206, 211, 215, 228, 251, 253
Instituições hospitalares.....	7, 39, 41
Mercado de trabalho.....	8, 32, 36, 40, 44, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 85, 86, 87, 88, 90, 209, 217, 218
Neuropsicopedagogo.....	9, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129
Pandemia.....	7, 26, 28, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 98, 99, 164, 166, 177, 179, 180, 187
Pessoas surdas.....	9, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 203, 210, 213, 214
Prática docente inovadora.....	8, 102, 103, 107, 111, 115
Princípio da Insignificância.....	9, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161
Princípio da Intervenção Mínima.....	9, 152, 153, 157, 158, 159, 160, 161
Racismo.....	10, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 214, 215

Reparação de danos.....	10, 237, 238, 239, 244, 248, 249, 251
Segurança alimentar e nutricional.....	7, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37
Semiárido.....	10, 190, 191, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 255
Serviço de psicologia.....	7, 39, 41, 45, 50, 51
Territórios.....	10, 26, 36, 190, 191, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 227
Tráfico de drogas.....	10, 217, 218, 220, 221, 223, 225, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 235
Transparência.....	9, 164, 176, 182, 184

ISBN 978-658997335-5

